



PUC-SP

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da  
Linguagem**

**Vânia de Aquino Albres Santiago**

**PALAVRA, VOZES E MEMÓRIA DISCURSIVA: CONCEPÇÕES SOBRE ÉTICA  
DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS**

Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

**São Paulo**

**2021**



PUC-SP

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da  
Linguagem**

**Vânia de Aquino Albres Santiago**

**PALAVRA, VOZES E MEMÓRIA DISCURSIVA: CONCEPÇÕES SOBRE ÉTICA  
DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS**

Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Professora Doutora Elisabeth Brait.

**São Paulo**

**2021**

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres

Palavra, vozes e memória discursiva: concepções sobre ética do tradutor e intérprete de língua de sinais/ Vânia de Aquino Albres Santiago. Local: São Paulo. Data: 21/06/2021  
Paginação: 267

Orientadora: Professora Dra. Elisabeth Brait.

Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Programa de Estudos Pós-graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Data: 21/06/2021

Área de Concentração: Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.

1. Comunidade surda; 2. TILS; 3. Ética e responsabilidade. I Brait, Elisabeth. II Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. III Palavra, vozes e memória discursiva: concepções sobre ética do tradutor/intérprete de língua de sinais

CDD

**Vânia de Aquino Albres Santiago**  
**PALAVRA, VOZES E MEMÓRIA DISCURSIVA: CONCEPÇÕES SOBRE ÉTICA  
DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS**

Aprovado em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Orientadora Dra. Elisabeth Brait – PUC-SP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela Brambilla C Cavenaghi.Themudo Lessa – PUC-SP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lucia Hage Masini – PUC-SP

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Tuxi dos Santos – UNB

---

Prof. Dr. Marcus Vinicius Batista Nascimento – UFSCar

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Código de Financiamento 88887.149972/2017-00.

Dedico esta pesquisa à minha família e à comunidade surda.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à comunidade surda, por existir e por me oferecer um lugar de existência no mundo e uma profissão. À minha família e aos colegas TILS, por participarem em diferentes momentos da minha trajetória.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Regina e Souza Campello, Juliana Fernandes e Mariana Lima, também à Feneis e Febrapils, por contribuírem com a memória discursiva do meu objeto de pesquisa.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisabeth Brait, pelos ensinamentos durante todo o doutorado, e por acolher e defender a pesquisa sobre língua de sinais e sobre tradução e interpretação na perspectiva bakhtiniana.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marília Amorim, pela leitura do meu texto e pela rica conversa sobre os caminhos da pesquisa.

Aos professores convidados para as bancas examinadoras de qualificação e de defesa, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lucia Hage Masini, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Tuxi dos Santos, Prof. Dr. Marcus Vinicius Batista Nascimento e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela Brambilla Cavenaghi Themudo Lessa, por contribuírem imensamente para que este trabalho de pesquisa se tornasse uma tese de doutorado. E aos suplentes, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Madureira e Prof. Dr. Paulo Rogério Stella por participarem no momento da defesa.

À PUC-SP, funcionários e professores, pelo apoio para a realização deste doutorado.

Aos meus companheiros de doutorado e TILS, Ricardo Ferreira, Carol Fomin e Andrey Gonçalves, pelo apoio e pelas conversas presenciais e virtuais. E aos queridos Maria Elizabeth Queijo e Carlos Contijo, também pelo apoio no doutorado.

Aos colegas Ricardo Ferreira Santos e Tiago Coimbra Nogueira, pela tradução e revisão dos discursos do *corpus*. Agradeço também aos intérpretes da defesa, Thalita Passos, Carol Fomin e Toni Demambro.

À minha mãe, Zeneide, pela sua oração e amor inquestionável que me guiam.

À minha irmã Neiva, pelo amor e amizade verdadeira construída no nosso caminhar.

Ao Rodrigo, meu companheiro, pelo afeto e pelos cafés feitos com amor.

À Gabi, luz e alegria na minha vida, pela sua existência e amor que me reinventam.

*A essência real da língua é o acontecimento social da interação discursiva,  
realizada em um ou muitos enunciados.*

**Valentin Volóchinov**

## RESUMO

A atuação do profissional Tradutor e Intérprete de língua de sinais (TILS) e do Guia-intérprete para surdocegos (GI) envolve língua, cultura e alteridade em um processo intenso de interação. A interpretação e tradução envolvem o encontro de diferentes sujeitos, que, ante sua diferença linguística/cultural/histórica, carregam nas palavras um caráter individual, ao mesmo tempo que exprimem vozes sociais. Quais discursos colaboram para a compreensão das concepções de ética do TILS e GI no que diz respeito à alteridade e à responsabilidade para a comunidade surda brasileira? A partir dessa indagação fundamental, as *questões da pesquisa* são: a) na relação de alteridade entre surdos e ouvintes, que características colaboram para o reconhecimento do TILS e GI como profissional ético perante a comunidade surda brasileira?; b) que situações e dilemas éticos impulsionam a produção de discursos sobre a atuação dos profissionais TILS e GI no Brasil? Apresentamos a *hipótese* de que, para atuar como profissional TILS e GI junto à comunidade surda brasileira, para além de formação, proficiência na língua de sinais, conhecimento técnico dos procedimentos de tradução e de interpretação e imersão cultural nos modos de se relacionar como membro dessa comunidade, engendra-se uma noção de ética subjacente à defesa da língua de sinais e do direito linguístico dos surdos e surdocegos. Como *referencial teórico-metodológico* adotamos o pensamento de Bakhtin e o Círculo sobre a natureza dialógica da linguagem, o qual reflete e refrata os valores sociais daqueles que a põem em funcionamento. Por conseguinte, o *objetivo geral da pesquisa* é analisar como a concepção de ética no trabalho do TILS é apresentada nos discursos da comunidade surda brasileira e como essas concepções influenciam na construção da formação desse profissional. Os objetivos específicos são: a) analisar como diferentes sujeitos discursivos emergem nos enunciados sobre a atuação do TILS no Brasil; b) promover o debate sobre alteridade e pertencimento à comunidade surda no que diz respeito aos participantes ouvintes TILS e também GI como mediadores em diferentes contextos; c) refletir sobre fundamentos éticos da atividade dos TILS e GI e sobre sua formação. O *corpus* desta pesquisa é composto de três grupos de discursos: 1) textos de discursos de formatura de TILS em nível superior escritos e proferidos por ouvintes; 2) texto de discursos oficiais proferidos por uma pessoa surda reconhecidamente representativa na comunidade surda brasileira; e 3) os textos dos dois principais códigos de ética dessa profissão construídos coletivamente. A análise se organiza a partir da descrição e compreensão do contexto de produção, circulação e recepção desses discursos e do cotejamento de palavras ou termos para traçar caminho de análise e interpretação do texto propriamente dito, com base na perspectiva linguístico-enunciativo-discursiva, identificando enunciados que se relacionem com o movimento de discursos sobre o fazer do TILS e GI. Apresentamos como um dos eixos de análise a criação de uma rede discursiva na constituição do corpus e a partir dela procuramos compreender as concepções de ética e propor caminhos para a formação e para a reflexão de normas morais a partir do conceito de alteridade, responsabilidade e representatividade, na perspectiva de uma ética discursiva, com base nas formulações filosóficas de Bakhtin.

**Palavras-chave:** Comunidade Surda; TILS; GI; Ética e responsabilidade; Perspectiva Dialógica

## ABSTRACT

The performance of Sign Language Translators and Interpreters (TILS) covers language, culture, and otherness in an intense process of interaction. The Interpretation/Translation involves the meeting of different individuals who, given their linguistic/cultural/historical differences, carry a singular character in their words concurrent to how they display their social voices. Which discourses contribute to the comprehension of ethical conceptions concerning otherness and responsibility towards the Brazilian deaf community? Based on this fundamental inquiry, the research questions are: a) considering the relation of otherness between deaf individuals and listeners, what characteristics contribute to the recognition of TILS as an ethical profession in the face of the Brazilian deaf community?; b) what ethical situations and dilemmas drive the production of discourses about the performance of TILS professionals in Brazil? In addition to formal training, to proficiency in sign language, to technical knowledge about translation and interpretation, and to cultural immersion as a member of the Brazilian deaf community, we present the hypothesis that, to work as a TILS professional with this community, it is needed to engender a notion of ethics to defend sign language and the linguistic right of deaf people. As a theoretical-methodological framework, we have adopted Bakhtin's Circle theory on the dialogic nature of language, which reflects and refracts the social values of those who have put it into work. Therefore, the general objective of this research is to analyze how the conception of ethics in the work of TILS is presented in the discourses of the Brazilian deaf community and how these conceptions influence the construction of the training of this professional. The specific objectives are: a) to analyze how different discursive subjects emerge in statements about the performance of TILS in Brazil; b) to promote the debate on otherness and belonging to the deaf community with regard to TILS and GI listening participants as mediators in different contexts; c) reflect on the ethical foundations of the activity of TILS and GI and on their formation. The corpus of this research is composed of three groups of discourse: 1) texts of TILS graduation speeches at a higher level written and spoken by listeners; 2) text of official speeches from a deaf person known to be representative of the Brazilian deaf community; and 3) the texts of the two main codes of ethics of TILS profession which were made collectively. The analysis is organized from the description and understanding of the context of production, circulation and reception of these discourses and the collation of words or terms to trace the path of analysis and interpretation of the text itself, based on the linguistic-enunciative-discursive perspective, identifying statements that relate to the movement of discourses on the work of TILS and GI. We also present, as one of the axes of analysis, the creation of a discursive network in the constitution of the corpus and, from it, we seek to understand the concepts of ethics, and propose ways for the formation and reflection of moral norms from the concept of otherness, responsibility, and representativeness, in the perspective of discursive ethics, based on Bakhtin's philosophical formulations.

**Keywords:** Deaf community; TILS; GI; Ethics and responsibility; Dialogic Perspective

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGILS	Associação Gaúcha de Intérpretes de Libras
AIIC	Association Internationale des Interprètes de Conférence
APILS	Associação de Profissionais Intérpretes de Língua de Sinais
APILRJ	Associação de Profissionais Intérpretes de Libras do Rio de Janeiro
ASL	<i>American Sign Language</i>
BSL	<i>British Sign Language</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE-1992	Código de ética (Feneis-1992)
CCEP-2011	Código De Conduta Ética e Profissional (Febrapils - 2011)
CCE-2014	Código de Conduta e Ética (Febrapils - 2014)
EaD	Educação a distância
ETILS	Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais
EUA	Estados Unidos da América
Febrapils	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
Feneida	Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo
Feneis	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FFCLRP-USP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo
FSP-USP	Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo
GI	Guia-Intérprete
LAEL	Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem
Libras	Língua Brasileira de Sinais
Letras-Libras	Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais - Libras
LSF	<i>Langue des Signes Française</i>
LSA	<i>Lengua de Señas Argentina</i>
LSEC	<i>Lengua de Señas Ecuatoriana</i>
MEC	Ministério da Educação

ONG	Organização Não Governamental
PGET	Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução
PL	Projeto de Lei
POET	Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução
Postrad	Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução
PPGEdu	Programa de Pós-graduação em Educação
PPGEEs	Programa Pós-graduação em Educação Especial
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RID	<i>Registry of Interpreters for the Deaf</i>
SEAD	Secretaria de Educação à Distância
TILS	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais
TILSP	Tradutor e Intérprete de Libras – Português
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNB	Universidade de Brasília
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
Unicamp	Universidade de Campinas
Unimep	Universidade Metodista de Piracicaba
USP	Universidade de São Paulo
WASLI	<i>World Association of Sign Language Interpreters</i>
WFD	<i>World Federation of the Deaf</i>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esferas discursivas e gêneros do discurso na pesquisa .....	98
Figura 2	Discurso de Formatura – Mariana Farias Lima – Polo UFC .....	99
Figura 3	Discurso de formatura – Juliana Fernandes – Polo Unicamp .....	117
Figura 4	Mensagem de apoio para o 1º Fórum de Discussões Políticas: Desafios do TILS .....	133
Figura 5	Livro <i>O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa</i> - MEC .....	153
Figura 6	Sumário do livro <i>O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa</i> - MEC .....	154
Figura 7	Imagens da publicação <i>A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais</i> .....	156
Figura 8	Página de documentos do site da Febrapils .....	159
Figura 9	Página inicial do site da Febrapils .....	162

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Composição do <i>corpus</i> .....	88
Quadro 2	Recorte “Passado-Futuro” - frames do texto em Libras destaque do trecho 2 (38:04 a 38:22) .....	102
Quadro 3	Recorte “Ética” - frames do texto em Libras destaque do trecho 4 (38:04 a 38:22) .....	106
Quadro 4	Recorte “Ética” – frames do texto em Libras destaque do trecho 4 (40:01 a 40:11) .....	108
Quadro 5	Recorte “Ética” – frames do texto em Libras destaque do trecho 5 (40:20 a 41:08) .....	110
Quadro 6	Recorte “Comunidade surda” - frames do texto em Libras destaque do trecho 1 (0:30 a 0:36) .....	134
Quadro 7	Recorte “Objetivo do encontro” - frames do texto em Libras destaque do trecho 1 (0:38 a 1:03) .....	135
Quadro 8	Recorte “Sujeito/ser Ética” - frames do texto em Libras destaque do trecho 2 (1:14 – 2:05) .....	138
Quadro 9	Recorte “Sintagmas Sujeito/ser” .....	139
Quadro 10	Recorte “Sintagmas Sujeito/ser” - frames do texto em Libras destaque do trecho 2 .....	143
Quadro 11	Recorte “Relação” frames do texto em Libras destaque do trecho 5 (4:05 – 4:13) .....	145
Quadro 12	Comparação da estrutura dos documentos dos Códigos de Ética .....	164
Quadro 13	Conduta Ética Profissional .....	166
Quadro 14	Profissão/Profissional .....	171
Quadro 15	Surdo/Surda/Surdez/surdocegueira .....	176
Quadro 16	Campo / Esfera – Situação / Circunstância .....	195

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1 A ÉTICA E A FILOSOFIA .....	29
1.1 A ética e princípios filosóficos .....	30
1.2 Para uma filosofia do ato da linguagem .....	38
2 TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO .....	43
2.1 A interdisciplinaridade dos estudos sobre interpretação, tradução e guia- interpretação .....	44
2.2 Interpretação, tradução e guia-interpretação como atividades distintas.....	55
2.3 A atuação do TILS – esfera e gênero .....	69
2.4 A ideia de responsabilidade e representatividade em Bakhtin .....	75
3 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO .....	81
3.1 A pesquisa na teoria dialógica da linguagem .....	82
3.2 A análise situada na leitura do gênero do discurso .....	83
3.3 O <i>corpus</i> : atos e discursos .....	87
4 O DISCURSO ÉTICO EMOLDURADO .....	98
4.1 Discursos de formaturas dos TILS no Letras-Libras .....	99
4.1.1 Discurso de formatura - Polo Região Nordeste – UFC .....	99
4.1.2 Discurso de formatura - Polo Região Sudeste – Unicamp .....	116
4.2 Discurso oficial de representante surda – Presidente da Feneis .....	132
4.3 Códigos de ética .....	147
4.3.1 Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos .....	151
4.3.2 Febrapils – Federação Brasileira das Associações dos Prof. Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais .....	158
4.3.3 O tema da conduta ética profissional .....	165
4.3.4 A questão do profissionalismo .....	170
4.3.5 A referência à surdez e à língua .....	175
4.4 A rede discursiva e as concepções de ética do TILS .....	182
4.5 A ética do TILS situada na atividade e na esfera de atuação .....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	203
REFERÊNCIAS .....	207
APÊNDICES .....	223
ANEXOS .....	246

## INTRODUÇÃO

O conhecimento produzido pelas ciências humanas permeia diferentes teorias e constrói paradigmas a partir dos quais é possível observar e refletir sobre o mundo. Sobre ética, diferentes estudiosos traçaram um longo e indispensável caminho, considerando que os primeiros estudos sobre ética pertencem à Grécia antiga, que foram base para o pensamento moderno e são revisitados ainda nos dias de hoje. Esta tese trata desse tema a partir do pressuposto de que a reflexão sobre a ética é indissociável da reflexão sobre a linguagem.

A partir dessa perspectiva, esta tese organiza o pensar sobre ética em relação com a linguagem na construção do objeto de pesquisa e, conseqüentemente, no olhar para a vida e para a discursividade das relações entre sujeitos. Cabe, portanto, uma teoria que abarque esse olhar considerando os aspectos linguísticos, enunciativos e discursivos do ser na sua totalidade: a teoria dialógica de Bakhtin e do Círculo. O Círculo reuniu um grupo de filósofos e estudiosos sobre língua, literatura e arte, dentre eles, Mikhail Bakhtin, Pável Medviédev e Valentin Volóchinov, que compõem o referencial teórico-metodológico desta pesquisa.

Importa saber que, na concepção dos pensadores do Círculo, a linguagem tem natureza ideológica, justamente porque reflete e refrata os valores sociais daqueles que a põem em funcionamento. Conforme Bakhtin (2016b), o homem sempre exprime a si mesmo, cria textos, mesmo que textos em potencial, que se desenvolvem na fronteira de duas consciências, de, no mínimo, dois sujeitos, e no contexto emoldurador criado “são pensamentos sobre pensamentos, vivências sobre vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos” (p. 71). Para Volóchinov (2017), a palavra é fenômeno ideológico por excelência e toda sua realidade é integralmente concentrada na sua função de ser signo. Assim, a palavra é o material sígnico da vida interior, a consciência, e ao ser expressa no exterior, sofre a intervenção e é significada pelo contexto e posição social ocupada por aquele que a produz. Para Medviédev (2016), a criação ideológica, como objeto dotado de

materialidade, deve ser sempre considerada como social e histórica, e não fechada e contida no mundo de uma consciência individual.

Nessa perspectiva, Brait (2005) explica que o conceito de linguagem que emana dos trabalhos de Bakhtin está comprometido com uma visão de mundo que, “na busca das formas de construção e instauração do sentido, resvala pela abordagem linguístico-discursiva, pela teoria da literatura, pela filosofia, pela teologia, por uma semiótica da cultura, por um conjunto de dimensões entretidas” (BRAIT, 2005, p. 88).

Não é por outra razão que pensamos que os sujeitos se constituem nas interações de que participam, por meio de enunciados, de discursos, na palavra como fenômeno ideológico, como signo cultural da comunicação cotidiana, o que nos obriga a pensar a língua a partir do outro e para o outro. Esta tese se propõe a pensar sobre ética nas atividades de tradução e de interpretação de língua de sinais, incidindo também na guia-interpretação. São atividades estéticas, operacionalmente diferentes, mas que reúnem um fazer que envolve língua, linguagem e consciência (que dialoga com outras consciências), e inúmeras tomadas de decisão. É esse fazer que permeia a vida dos surdos e ouvintes que se servem do seu trabalho. É na filosofia de linguagem proposta pelo pensamento de Bakhtin e do Círculo que nos apoiamos para refletir sobre a atuação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS)<sup>1</sup>, e por extensão e de forma geral, do guia-intérprete (GI) no Brasil.

É preciso considerar ainda que a comunidade surda, foco desta pesquisa, dentre tantas particularidades, tem como alicerce a especificidade de comunicação e interação discursiva por meio da língua de sinais, no Brasil denominada Libras –

---

<sup>1</sup> Esclarecemos que no decorrer do texto desta tese há a alternância entre as siglas TILS e TILSP e que essa alternância não é aleatória. A sigla TILS se refere a tradução e interpretação de e para línguas de sinais, não necessariamente de e para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), visto que em alguns momentos do texto são citados documentos e pesquisas internacionais e aspectos gerais das atividades de tradução e/ ou de interpretação de línguas de sinais. Já a sigla TILSP se refere especificamente a tradução e interpretação que envolve o par linguístico Libras-Português. Observamos também que no caso de citações diretas e indiretas de outros textos, devemos manter a sigla utilizada pelo autor. É importante salientar também que a grande maioria dos estudos trata da atividade de tradução e/ ou de interpretação e não cita a atividade de guia-interpretação (GI) para pessoas surdocegas, consideramos que em relação aos aspectos filosóficos, éticos e morais, as reflexões acerca das duas atividades, tradução e interpretação, se estendem à atividade de guia-interpretação, que consideramos um campo de especialização do tradutor e intérprete de línguas de sinais.

Língua Brasileira de Sinais. Conforme Strobel, a comunidade surda compreende o povo surdo, os tradutores/intérpretes de Libras, os familiares de surdos e as pessoas que convivem com surdos e se comunicam por meio da língua de sinais (STROBEL, 2008). Essa comunidade existe, e sua existência é fato social e ideológico, porque ela é território interindividual de consciências que compartilham signos culturais preenchidos pela existência do eu e do outro.

Ainda que a surdez possa ser descrita pelo viés clínico-patológico, denominando os sujeitos que fisiologicamente não escutam como “deficientes”, os surdos preferem ser compreendidos em sua singularidade cultural, como indivíduos que possuem seu modo particular e visual de perceber o mundo. É importante salientar que dessa comunidade participa quem por meio da língua de sinais compartilha suas experiências: surdos e ouvintes, que constroem a historicidade dessas relações na comunicação discursiva.

Sobre esse aspecto, Skliar (2013) explica que a língua é um elemento aglutinante e identificatório para o surdo, constituindo seu modo de apropriação do mundo, a base para construção de sua identidade. A pessoa surda que se comunica prioritariamente em língua de sinais em sua trajetória de vida, seja na educação, no trabalho ou em atividades sociais diversas, muitas vezes demanda a presença do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais para acessar informações e conhecimentos que não lhe são compreensíveis de outra forma a não ser pelo trabalho desse profissional. São inúmeras especificidades das situações que são atravessadas por relações de poder, situadas nas pequenas decisões de tradução no dia a dia. Albres (2015) explica que o homem é produto e produtor de cultura, inserido nas relações sociais por meio de suas singularidades e subjetividades.

O não ouvir acarreta à pessoa surda a impossibilidade de acessar diversos tipos de conteúdos disponíveis diariamente e gratuitamente, como notícias nos jornais, anúncios, pronunciamentos de autoridades governamentais e não governamentais, informativos sobre saúde, educação, cidadania etc., informações sobre sua própria atividade de trabalho, costumeiramente disponíveis somente pelo meio auditivo. Essa não possibilidade de interação por meio de informações acarreta também o impedimento de usufruir de bens e serviços públicos e privados, quando

esses serviços privilegiam a comunicação oral em língua vocal, no nosso caso, o português oral. Da mesma forma, a disponibilização de informações e comunicação por meio de texto escrito em português, em certa medida, atendem parte da população; no entanto, o texto escrito não é usual e efetivo em contextos em que natureza das interações é dinâmica e precisa ser fluída e também não é eficiente devido a uma grande parcela da comunidade surda brasileira não ter domínio do português escrito para fazer uso dessa língua de forma satisfatória em qualquer situação. Dessa forma, a interpretação ou a tradução de e para a língua de sinais é demandada em diversos contextos, e, de certo modo, a não presença do TILS e da língua de sinais evidencia o “não lugar” da pessoa surda na nossa sociedade.

É importante dizer ainda que a participação dos surdos na vida se dá, fundamentalmente, pela garantia de convívio em um espaço em que não haja repressão de sua condição de surdos, no qual possam se expressar da maneira que mais lhes satisfaça, mantendo situações prazerosas e/ou satisfatórias de comunicação e convívio social, e pressupondo o respeito e o conhecimento de sua singularidade refletida no direito à comunicação por meio da língua de sinais, e no direito de constituir-se em comunidade e como minoria social e linguística. Conforme Nogueira (2016) a barreira linguística é uma das principais motivações para a necessidade de intérpretes, mas o papel desse profissional certamente vai além, envolve questões culturais, sociais, conhecimentos e concepções que também perpassam as relações comunicativas.

No caso da pessoa com surdocegueira, em diferentes graus de acuidade visual e auditiva, todas essas considerações são pertinentes, agravadas pela situação de isolamento e dependência imposta pela sua condição sensorial limitadora em relação à comunicação e mobilidade, o que acarreta menor autonomia em comparação aos surdos de um modo geral. Nesse caso, a pessoa surdocega necessita da atuação do guia-intérprete (GI) para inclusão social e mobilidade em espaços públicos. No entanto, salientamos que esta tese não se dedica especificamente à atividade do GI, pois esse seria um estudo que demandaria outros caminhos de investigação; contudo, muitas reflexões com base em aspectos linguísticos, tradutórios e interpretativos, filosóficos e ideológicos acerca da atuação do TILS podem ser estendidas para a atuação do GI, e, portanto, em alguns tópicos,

as discussões abarcam também a atividade de guia-interpretação, incluindo a análise dos códigos de ética da profissão.

O que define a comunidade de surdos e surdocegos como minoria social, não é meramente a contagem populacional, ou seja, não tem relação unicamente com o fator quantitativo, mas com o fator qualitativo, que do ponto de vista intrínseco é sobretudo o elemento comunicacional, a característica de interatuar visualmente no mundo e de uso de uma língua de sinais, desenvolvendo questões identitárias e uma cultura indissociável da sua língua, e do ponto de vista extrínseco são as barreiras e preconceitos enfrentados, a intolerância, o capacitismo<sup>2</sup> e a violência, incluindo questões do ordenamento jurídico-social e a carência de políticas públicas.

A característica linguística e cultural reúne os surdos que se comunicam prioritariamente pela língua de sinais, o povo surdo, e ao mesmo tempo que fortalece os surdos enquanto grupo social, não obstante, a condição da surdez e da diferença linguística vulnerabiliza os surdos, motivada pela falta de acessibilidade informacional e comunicacional e pelo preconceito social, que reside no terreno individual e também de forma estrutural na sociedade como um todo.

Sodré (2005) propõe, do ponto de vista sociológico, o conceito de minoria como um lugar, não como espaço abstrato, mas como localização do corpo que ocupa um lugar, onde ocorre o território é afetado pela presença humana. O autor destaca que minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa, a multidão ou um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica.

Carmo (2016), partindo de uma perspectiva linguístico-discursiva e ideológica explica que minorias e grupos vulneráveis se originam em relações de assimetria social (econômica, educacional, cultural, etc.).

---

<sup>2</sup> O capacitismo é um tipo de preconceito que julga a pessoa com deficiência a partir do conceito de corpronormatividade, que a considera, inapta, incapaz ou inferior à pessoa sem deficiência, o julgamento normalmente envolve a descrença na capacidade de autonomia, de trabalhar e de tomar decisões. O capacitismo pode acontecer de forma velada ou explícita, por meio da infantilização, do menosprezo, da censura, da desvalorização, entre outras situações de exclusão.

“minoría pode ser definida a partir de uma particularização de um grupo, já que a maioria se define por um agrupamento generalizado, ou seja, por um processo de generalização baseado na indeterminação de traços, os quais indicam um padrão de suposta normalidade, considerada majoritária em relação ao outro que destoar dele” (SODRÉ, 2016, p. 205).

A partir da compreensão do conceito de minoría, citamos a seguir mecanismos internacionais que visam resguardar grupos minoritários e de orientar políticas de Estado no reconhecimento de direitos fundamentais. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* - Organização das Nações Unidas (ONU, 1948), da qual derivam uma série de outros documentos e também o ordenamento jurídico internacional expõe:

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948).

Igualmente, a partir discussões do o Comitê de Direitos Humanos (ONU), o *Pacto dos Direitos Civis e Políticos* (ONU, 1966), artigo 27, determina que nos casos de respeito à língua, etnia ou religião de uma determinada pessoa que pertencente a uma minoría, deve-se tratar de direitos individuais, e quanto ao reconhecimento dos direitos à existência e identidade de um grupo minoritário enquanto tal, trata-se de direitos coletivos.

Conforme a *Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas* (ONU, 1992),

As pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas terão direito a desfrutar de sua própria cultura, a professar e praticar sua própria religião, e a utilizar seu próprio idioma, em privado e em público, sem ingerência nem discriminação alguma (ONU, 1992, artigo 2º – Inciso1).

Nesse mesmo sentido, também a *Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2007) que tem como propósito promover, proteger e assegurar o

exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente, dentre os direitos, a comunicação. E no artigo 2º, das definições apresenta o conceito de comunicação:

“Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis; “Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada (ONU, 2007, Artigo 2º).

Conforme explicam Feijó e Pinheiro (2012) o propósito previsto no preâmbulo desse documento internacional é a promoção, proteção e garantia do desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Os autores explicam que a compreensão da deficiência e da diversidade das pessoas com deficiência está atrelada à área de desenvolvimento social e de direitos humanos, que explica a noção de que a pessoa é o principal foco a ser observado e valorizado, antes de sua deficiência, bem como sua real capacidade de ser o agente ativo de suas escolhas, o que inclui sua forma de comunicação.

Peluso (2018), explica que na medida em que os processos de identificação social são considerados como sendo fundamentalmente constituídos em torno de uma língua minoritária, própria e nativa do grupo, é que se poderia dizer que os surdos constituem uma comunidade linguística.

No Brasil, a discussão a respeito do conceito de minoria e do direito linguístico dos surdos e, conseqüentemente, para surdocegos, adquire força a partir do reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda pela Lei Nº 10.436/2002 – pois, sobretudo para comunidade surda brasileira, a Libras se coloca como alicerce na resistência à imposição de padrões e de estereótipos criados em torno do sujeito surdo e da língua de sinais.

Diferentes formas de resistência empodera a comunidade surda e permitem aos surdos contar e fazer sua história, e a atuação do profissional TILS se torna aliada nessa batalha. Quando tratamos de língua, de cultura e de identidade,

falamos para além das concepções de língua como código que os sujeitos têm e compartilham. Sobre essa matéria, Perlin e Quadros (2006), sobre a participação dos TILS nesse processo, e sobre representações do “outro ouvinte” para os surdos, explicam que os intérpretes de Libras são ouvintes que podem transitar entre as culturas ouvintes e surdas, formando uma cultura híbrida na relação de alteridade com os surdos.

Perlin<sup>3</sup> (2003), com base na abordagem pós-estruturalista e pós-colonialista, explica a cultura surda a partir do conceito de *hibridismo* de *Bhabha*. Perlin apresenta sistemas simbólicos do interior da cultura surda: a *identidade surda* que se constitui da dependência do outro surdo e do reconhecimento de que os surdos passam a ser surdos por meio da experiência visual; a *diferença* na relação de alteridade entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes; a *língua de sinais* como principal produto da cultura surda e a agonia e necessidade de sua preservação; e as *relações de poder* historicamente marcadas por “eles ouvintes” e “nós surdos” (PERLIN, 2003). O tema da diferença na relação entre surdos e ouvintes é recorrente nos *Estudos Surdos*<sup>4</sup> e engendra diferentes concepções e vivências na comunidade surda.

A partir da perspectiva bakhtiniana podemos refletir a cultura como um território interindividual no processo de interação discursiva no meio social e ideológico. Conforme Volóchinov (2017), é nesse lugar que reside a cultura, na criação ideológica:

Seu verdadeiro lugar na existência está em um *material sígnico* específico, que é social, isto é, criado pelo homem. A sua especificidade está justamente no fato de que ele existe entre indivíduos organizados, de que representa o seu meio e serve como *médium* para a comunicação entre eles (VOLÓCHINOV, 2017, p. 96).

---

<sup>3</sup> *Gladis Perlin* foi primeira pessoa surda a doutorar-se no Brasil, em 2003 a pesquisadora defendeu sua tese no Programa de Pós-graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o tema: *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*.

<sup>4</sup> Os *Estudos Surdos*, com base nos estudos culturais, compreendem uma corrente de pesquisa que se organiza a partir da historicização dos processos de inclusão dos surdos em espaços educacionais e sociais, da luta pelo reconhecimento político da surdez, do direito à diferença e da interculturalidade entre surdos e não-surdos. Caracterizado pelo protagonismo dos surdos na produção de conhecimento e no distanciamento da concepção de surdez como deficiência. No Brasil, temos as primeiras publicações a partir do ano de 2006, com a série Pesquisas em Estudos Surdos I, II, III e IV.

Assim, a atuação do profissional TILS envolve língua, cultura e alteridade em um processo intenso de interação que abrange, dentre suas tarefas, proporcionar ao sujeito surdo o conforto linguístico, ou seja, a possibilidade de tomar conhecimento dos mais variados assuntos, saberes, culturas e discursos por meio de uma língua que lhe é acessível e confortável (no caso da comunidade surda, a língua de sinais).

A questão da alteridade para Bakhtin envolve existir e reconhecer-se no mundo pela existência e interação com o outro: “a vida reconhece dois mundos axiológicos, inicialmente diferentes, porém que se relacionam entre si: o eu e o outro, e em torno desses dois centros todos os momentos concretos do ser são distribuídos e organizados” (BAJTIN, 1979, p. 79, tradução nossa<sup>5</sup>). A presença do TILS é pertinente; no entanto, essa presença e suas atitudes podem ocasionar diferentes interpretações do ser surdo. Na perspectiva bakhtiniana, “a atitude humana é um texto em potencial e pode ser compreendida (como atitude humana e não física) unicamente no contexto dialógico da própria época” (BAKHTIN, 2016b, p. 78).

As relações de alteridade engendram diferentes princípios, fundamentos, práticas e vivências na história dos tradutores, dos intérpretes e dos guias-intérpretes, assim como atravessam também a minha trajetória. Como TILS há aproximadamente 20 anos e hoje responsável pela formação de novos profissionais, posso dizer que o interesse dessa pesquisa condiz com essa trajetória. A atuação inicial como intérprete na esfera educacional em diferentes níveis de ensino motivou o desenvolvimento da pesquisa de mestrado sobre a atividade de interpretação educacional na pós-graduação, que resultou no entendimento de que TILS e surdos são sujeitos ativos e parceiros na cadeia produtiva dos sentidos. Na dissertação observamos também que a língua de sinais adentra novos campos de estudo e, conseqüentemente, de significação e sentido, e desenvolve-se responsivamente nesses campos a partir das interações discursivas. Atualmente, minha atuação

---

<sup>5</sup> La vida conoce dos mundos axiológicos por principio diferentes, pero relacionados entre sí: el yo y el otro, y en tomo a estos dos centros se distribuyen y se disponen todos los momentos concretos del ser (BAJTIN, 1979, p. 79).

profissional nas esferas de conferências<sup>6</sup> e comunitária<sup>7</sup> nos direciona para uma temática mais abrangente e necessária em todos os contextos de atuação do TILS, contudo pouco aprofundada nos estudos no Brasil sob um ponto de vista axiológico.

A motivação pela pesquisa concomitante a atuação na formação de Intérpretes e de Tradutores de Libras-Português implica pensar que o estudo sobre ética, campos de atuação e formação do TILS recorre à observação das vivências nas duas línguas, e, conseqüentemente, de no mínimo dois diferentes modos de se relacionar com o mundo verbo-axiologicamente, ou seja, considerando o modo como o valoramos e narramos pela linguagem, por meio dos signos ideológicos.

Faz-se necessário acrescentar que Libras e português são línguas em contato cotidiano, tanto para as experiências das pessoas surdas que vivem diferentes graus de bilinguismo entre seus usos, quanto para a experiência dos ouvintes com a língua de sinais, em grande parte como uma segunda língua aprendida já quando adulto, depois de plena aquisição da primeira língua, o português. O entendimento dessas relações é crucial para pensar a formação e a atuação do TILS em cada contexto. Sobre o aspecto da formação, Lacerda (2009), no estudo sobre o TILS na educação, já indicava a formação específica para atuação do intérprete de língua de sinais no espaço educacional. Carneiro (2018) cita, por exemplo, que “algumas instituições, principalmente internacionais, vêm buscando criar códigos de ética específicos para os intérpretes educacionais, tentando dar conta das várias funções que esse intérprete pode assumir em sala de aula junto ao professor” (p. 48).

Dessa forma, justifica-se este trabalho em função da necessidade de refletir sobre as concepções sobre o TILS e GI no que diz respeito a ética e responsabilidade na sua atuação, e da importância de ampliar os estudos existentes como forma de dar embasamento para aventar a formação de novos profissionais também em esferas específicas. Tem-se como ponto de partida a compreensão do

---

<sup>6</sup> Atividade de interpretação em conferências acontece muitas vezes em encontros multilíngues e multiculturais. Considera-se também dentro dessa classificação a interpretação de discursos em grandes eventos na grande maioria das vezes simultaneamente (ou consecutivamente) (GILE, 1998).

<sup>7</sup> Atividade de interpretação (ou tradução) comunitária ocorre de e para ambas as línguas, sendo uma delas a língua oficial do país e a outra de uma minoria, comunidade estrangeira ou outro grupo marginalizado para acesso aos provedores de serviços públicos (ou privados), tais como saúde e contextos legais (WADENSJÖ, 1998).

contexto no qual os surdos necessitam de um outro, o TILS e/ ou GI, um terceiro nas interações, que interfere na interpretação das estruturas simbólicas que se reorganizam a partir das comunicações discursivas de que participam. Kotaki e Lacerda (2011) revelam que o tipo de formação profissional, as experiências adquiridas e o histórico geral de cada tradutor e intérprete de língua de sinais formam um conjunto de fatores que colabora para a construção de uma determinada identidade profissional, e que acaba interferindo em seu modo de atuação e interação com os surdos.

Além disso, na perspectiva de produção dinâmica de sentidos na materialização da linguagem, compreendemos a atividade de interpretar e de traduzir como um processo complexo, em que o TILS, ao tomar a palavra, que não é sua, mas do outro, realiza um ato social e ideológico, e marcado por conflitos. Dessa forma, os sentidos dos enunciados também são determinados pela memória discursiva daqueles que o produzem e daqueles que o mobilizam, implicando em relações de tensão e poder.

Nesse sentido, como ponto de partida para o nosso pensar sobre a atividade do TILS, dentre muitos conceitos, destacamos a “alteridade”, que significa, para Bakhtin (2010), o modo como eu vivencio o eu do outro, que difere inteiramente do modo como eu vivencio o meu próprio eu; para o autor, isso entra na categoria do outro como elemento constitutivo e essa diferença tem importância fundamental, tanto para a noção de estética, quanto para a noção de ética. Ele explica ainda que existe uma correlação vital entre o eu singular e todo o restante do mundo como objeto, não só do meu conhecimento e dos sentimentos externos, como também da vontade e do sentimento interior, objeto esse que se contrapõe a mim-sujeito no meu vivenciamento do outro.

Assim sendo, esta tese apresenta como problema de pesquisa a necessidade de compreensão das concepções de ética no fazer do TILS para a comunidade surda. Nesse sentido, apresentamos as *questões* a serem tomadas como ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa: a) na relação de alteridade entre surdos e ouvintes, que características colaboram para o reconhecimento do TILS como profissional ético perante a comunidade surda brasileira?; b) que situações e

dilemas éticos impulsionam a produção de discursos sobre a atuação dos profissionais TILS e GI no Brasil?

Diante do exposto, apresentamos a *hipótese* de que, para atuar como profissional TILS junto à comunidade surda brasileira, para além de formação, proficiência na língua de sinais, conhecimento técnico dos procedimentos de tradução e de interpretação e imersão cultural nos modos de se relacionar como membro dessa comunidade, engendra-se uma noção de ética subjacente à defesa da língua de sinais e do direito linguístico dos surdos.

Por conseguinte, o *objetivo geral da pesquisa* é analisar como a concepção de ética do TILS é apresentada nos discursos da comunidade surda comunidade surda brasileira e como essas concepções influenciam na construção da formação desse profissional. Os *objetivos específicos* são:

- Analisar como diferentes sujeitos discursivos emergem nos enunciados sobre a atuação do TILS no Brasil.
- Promover o debate sobre alteridade e pertencimento à comunidade surda no que diz respeito aos participantes ouvintes TILS e também GI como mediadores discursivos em diferentes contextos.
- Refletir sobre fundamentos éticos da atividade dos TILS e GI e sobre sua formação.

A partir dos pressupostos de Bakhtin e do Círculo, nos colocamos a discorrer e interpretar discursos de integrantes da comunidade surda sobre a atuação e formação do TILS, no que se refere às relações de pertencimento, responsabilidade, representatividade, consciência participativa e ética, e também no que tange à condição de produção, circulação e recepção desses discursos.

O *corpus* desta pesquisa é composto de três grupos de discursos: dois discursos de formatura de Tradutores e Intérpretes de Libras – Português em nível superior, escritos e proferidos por ouvintes; discurso de uma pessoa reconhecidamente representativa na comunidade surda brasileira; e o discurso moral apresentado nos principais textos de código de ética dessa profissão construídos coletivamente.

Pretende-se, por meio da teoria linguística-enunciativo-discursiva, relacionar enunciados desse *corpus* e compreender como os valores se colocam no fazer desse profissional, na relação eu-para-o-outro, outro-para-mim e eu-para-mim. Salientamos ainda que os grupos dos discursos/enunciados não serão apresentados cronologicamente, tampouco pela ordem de importância, pois os discursos coexistem, se relacionam e interagem dialogicamente, na materialidade advinda da relação entre sujeitos surdos, TILS ouvintes e a norma moral produzida nesse campo de atividade.

Nesta tese, pretendemos apresentar um estudo que coloque em prática o movimento dialógico da análise e interpretação dos dados no âmbito da pesquisa: “o ponto de partida – um dado texto, o movimento retrospectivo – contextos do passado, movimento prospectivo – antecipação do futuro contexto” (BAKHTIN, 2017, p. 67). A pesquisa investe na compreensão ativo-dialógica que interpreta e que comenta as estruturas simbólicas do contexto, mesmo inacabado. Desse modo, reconhece-se a impossibilidade de encontrar todos os textos que compõem a rede discursiva do objeto desta pesquisa, a ética do TILS, e a impraticável interpretação que compreenderia, como sentido estável e acabado, o mundo do objeto. Assim, é o pesquisador que circunscreve e estabelece, ainda que a partir de seu ponto de vista, a rede discursiva, a partir das relações dialógicas observadas na análise dos dados.

A partir desses pressupostos, fazemos no primeiro capítulo um sintético percurso sobre a ética, mote da nossa pesquisa. Consideramos importante esse preâmbulo, sem evidentemente a pretensão de escrever um texto filosófico, tampouco histórico, porém com o intuito de situarmos no tempo e espaço a filosofia da linguagem proposta pelo Círculo de Bakhtin.

No segundo capítulo, apresentamos o olhar para a atividade de tradução e interpretação sob uma perspectiva linguístico-enunciativo-discursiva. Para tanto, trazemos os autores do Círculo, Mikhail Bakhtin, Pável Medviédev, e Valentin Volóchinov. O intuito é situar a atividade de trabalho do TILS e também do GI como ato ético e estético, e trazer também para o diálogo autores contemporâneos que compreendem a atividade de tradução e de interpretação nessa mesma perspectiva.

O terceiro capítulo descreve o percurso teórico-metodológico e apresenta o caminho de constituição do *corpus* desta pesquisa. Alguns conceitos dos estudos bakhtinianos e do Círculo serão ponto de partida para reflexão, e outros serão base para a compreensão e análise dos discursos que compõem o *corpus*, assim como para as proposições em torno das esferas de atuação do TILS e do GI.

No quarto capítulo, apresentamos a análise dos discursos da comunidade surda e normativas de entidades representativas dessa comunidade. O capítulo, a partir da perspectiva linguístico-enunciativo-discursiva, lança um olhar para o emolduramento dos discursos em três grupos, com enunciados de valor ético e estético que colaboram para a compreensão da memória discursiva do nosso objeto. A análise se organiza a partir da descrição e compreensão do contexto de produção, circulação e recepção desses discursos e do cotejamento de palavras ou termos para traçar caminho de análise e interpretação do texto propriamente dito, com base na perspectiva linguístico-enunciativo-discursiva, identificando enunciados que se relacionem com o movimento de discursos sobre o fazer do TILS e do GI.

O quinto capítulo apresenta algumas considerações que partiram da feitura desta tese, das leituras da teoria e do mundo, do nosso ponto de vista axiológico – conscientemente, mais um na imensa cadeia discursiva que abarca esses dizeres. Assim sendo, não temos a pretensão de que nossas formulações sejam exatas e irrefutáveis; no entanto, pretendemos contribuir com o conhecimento sobre esse campo da atividade humana, a tradução e a interpretação de língua de sinais e a guia-interpretação a partir da teoria dialógica.

## 1 A ÉTICA E A FILOSOFIA

Este trabalho de pesquisa tem como base teórico-filosófica e metodológica os estudos de Bakhtin e do Círculo. No entanto, não podemos negar que outros importantes filósofos e pensadores também se debruçaram sobre a temática da ética, antecedendo e influenciando o pensamento desse grupo. Ressaltamos que, para o Círculo, as relações passam pela compreensão de vários conceitos complexos e inter-relacionados, todos pautados, indiscutivelmente, na dialogicidade da vida. Portanto, dedicamos esta seção a um sintético percurso sobre a ética, o mote da nossa pesquisa, e à tarefa de situar no tempo e espaço a filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin.

Segundo Bakhtin, “um texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, fazendo dado texto comungar no diálogo” (BAKHTIN, 2017, p. 67). Bakhtin explica também que esse diálogo é o contato entre indivíduos e não entre coisas, portanto, entre palavras, que paulatinamente se transformam e revelam seu potencial de sentidos.

Assim como o enredo da minha vida pessoal é construído por outros indivíduos, seus heróis (só em minha vida exposta para o outro, aos olhos dele e em seus tons volitivos emocionais eu me torno o herói dela), também a visão estética do mundo, a imagem do mundo é construída apenas pela vida concluída ou concluível dos outros, que são seus heróis. Compreender esse mundo como mundo dos outros, que nele concluíram as suas vidas - o mundo de Cristo, de Sócrates, de Napoleão, de Púchin, etc. - é a primeira condição para uma abordagem estética do mundo (BAKHTIN, 2010a, p. 102).

Desse modo, iniciamos o olhar para momentos da filosofia a respeito da ética e das relações humanas, e consideramos importante fazer esse percurso, sem a pretensão de escrever um texto filosófico, tampouco histórico. Ressaltamos que recorreremos principalmente a fontes de diferentes comentadores estudiosos da filosofia e em alguns trechos diretamente aos textos dos filósofos citados.

## 1.1 A ética e princípios filosóficos

Dedicamo-nos a princípio o olhar para o pensamento de Aristóteles sobre ética e vida política. Salientamos que muitas outras escolas de pensamento sobre a vida também construíram o que chamamos hoje de filosofia; no entanto, é Aristóteles quem funda uma teoria ética que marca a história da organização e da vida em comunidade. É nessa relação entre espaço e tempo que os modos de viver e de ver a vida na relação com o outro foram se moldando, e assim se elaboram noções que extrapolam o pequeno tempo e se colocam no grande tempo das narrativas sobre a história da humanidade.

A teoria ética de Aristóteles está localizada no período da filosofia antiga na Grécia, em torno de 400 a.C, e é desse tempo que ele fala. Sua ética foi pensada para funcionar dentro da sua teoria política, na vida da *polis*. No pensamento de Aristóteles, Ethos pode ser traduzido como modo de ser, nos costumes, como se comportar em determinada comunidade política. Bajtin cita essa que chamara de “filosofia primeira” como base para filosofias posteriores (BAJTIN, 1997, p.15).

Na obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles apresenta a sua teoria. Seus escritos forneceram arcabouço teórico na reflexão do saber como agir em cada situação particular, no sentido da orientação para uma vida moderada, sem exageros ou deficiências. Para tanto, somente a instrução daria condição de saber agir corretamente, saber se comportar politicamente, entre o certo e o errado. Na metáfora do Arqueiro, Aristóteles explica que só se pode saber se se faz bem uma determinada ação, quando se conhece objetivamente o alvo. O objetivo seria para Aristóteles a *eudaimonia* (causa final do homem), a felicidade. Assim, só se poderia atingir a *eudaimonia* sendo virtuoso, ao agir em conformidade com a razão, com qualidade de caráter. Essa virtude (*Phronesis*) pode ser traduzida como prudência; em outras palavras, a sabedoria para agir bem em cada determinada situação, de forma moderada, de forma atinada. Para Aristóteles é a partir da *phronesis* que conseguimos a vida boa, no modo de ser de cada pessoa (FEARN, 2004).

A ética aristotélica inaugura uma visão do humano como ser dotado de raciocínio, o que o responsabiliza por seus pensamentos na existência humana e, naturalmente, política, portanto diferenciada da dos outros animais. Outra importante contribuição é a reflexão de que somente pode existir uma teoria a partir da observação de fatos, ou seja, a partir de uma leitura científica das coisas (ARISTÓTELES, 2001).

No pensamento de Aristóteles, o propósito da vida é sermos bons – bons em sermos humanos. E mesmo que uma pessoa exiba todas as virtudes morais em grau correto, ainda assim, pode não alcançar a *eudaimonia*, pois, para Aristóteles, haveria ainda outro tipo de raciocínio imune às vicissitudes da vida: as faculdades mentais, que são a faceta mais sublime do homem, que proporcionam uma forma de felicidade ainda mais elevada que a virtude moral: a atividade da contemplação filosófica (FEARN, 2004).

Ao final do período denominado de filosofia antiga, Aristóteles recebe a responsabilidade ser o professor de Alexandre “o Grande”, que não seguiu exatamente seus preceitos e, discordando de seu mestre, fundou o processo de helenização, de disseminação da cultura Grega de forma imperiosa, distanciando-se dos conceitos fundamentais de Aristóteles, do projeto de viver no contexto da vida da *polis* (FEARN, 2004).

Nesse processo histórico, passa a existir a necessidade de uma nova ordem social, da explicação de um modo de viver na nova configuração da sociedade, já que a *polis* perde sua importância no pensamento filosófico. Assim, Epicuro, dentro da *helenística*, explica ética como a busca do prazer, sentimento entendido como ausência de dor e de inquietação (respectivamente, *aponía* e *ataraxía*). A ética significaria o autodomínio, ensinar a evitar ou suportar a dor, o medo e o sofrimento, o que revela uma filosofia de vida voltada para a busca da felicidade por meio dos simples prazeres, com moderação, saúde do corpo e tranquilidade do espírito. Assim, desenvolve o pensamento do Epicurismo (GOMES, 2003).

O estudo da ética epicurista é relevante porque representa, em primeiro lugar, uma doutrina até certo ponto inovadora, que marca sua posição em relação a outros grandes modelos éticos, e que, ao fazê-lo, enriquece a nossa compreensão da filosofia moral antiga, e, indiretamente, enriquece o debate ético contemporâneo, na medida em que este é herdeiro daquele acontecido na Grécia (GOMES, 2003, p. 148).

Posteriormente, Zenão de Citio, discípulo de Aristóteles, na linha de pensamento do estoicismo, infere que a vida deve ter o objetivo de adquirir a sabedoria necessária para entender os problemas do cosmos – indiferente aos problemas da vida, indica o não pertencimento a uma única *polis*. A ética para o estoicismo significaria o homem como cidadão do mundo, do cosmos; assim nasce o termo cosmopolita, na observância da relação homem-natureza-lei-cidade (FARAGO *et al.*, 2009).

Na mesma corrente do pensamento do estoicismo, Písculo de Éfeso, descobre que não é possível distinguir o certo e o errado, o justo e injusto, porque em cada cultura vive-se diferente, gerando a *Epoché*, que quer dizer incerteza do que é verdadeiramente justo. “A razão humana que quer a coerência lógica e dialética consigo mesma põe a moralidade fundada em uma razão do Todo, do qual ela é apenas parte” (FARAGO *et al.*, 2009, p. 5). Devemos ressaltar que o pensamento do estoicismo une o racional e o material, e funda os princípios dos direitos humanos: liberdade, igualdade e fraternidade. Essa corrente exerceu influência sobre a ética cristã (FEARN, 2004).

Outro importante período da história da humanidade inicia-se com a queda do Império Romano e o nascimento do cristianismo: a filosofia Medieval. Na tentativa de manter a unidade e o poder do Império Romano, torna a religião cristã oficial, com a criação da maior instituição religiosa da época, a Igreja Católica Apostólica Romana. A igreja cristã, ao unir-se ao estado, atingiu o poder máximo da hierarquia, tornando-se muito poderosa no que diz respeito ao espiritual e político. A religião passou a ditar as regras para o funcionamento da organização social, a ditar o bem e o mal, o certo e o errado. Nesse período, a Patrística de Santo Agostinho e Escolástica de São Tomás de Aquino procuram a conciliação entre fé e razão, na busca de provar a existência de Deus (MARCONDES, 2007).

Na modernidade, a filosofia retoma a valorização dos aspectos humanistas para o centro das discussões sociais e políticas, com a renascença e a idade da razão, em rompimento com a tradição teológica cristã e religiosa da Idade Média. Ocorre a transição do feudalismo para o capitalismo e também a Reforma e Contrarreforma da igreja. Foi um período de renascimento da cultura greco-romana, de discussões filosóficas, em uma nova leitura de visão política, com a inserção da ética política, diferente das ideias de democracia vigentes na época. Observam-se também as reflexões de Maquiavel sobre a astúcia de pensar no coletivo antes de pensar no individual, mas com o objetivo de se manter no poder independente do apoio da igreja, com o julgamento de que os fins justificariam os meios.

Na filosofia moderna citamos o racionalismo, com a presença do pensamento de Descartes entre 1596 e 1650 com o método cartesiano a partir do conceito de dúvida metódica (KLEINMAN, 2014). Descartes escreveu sobre ética e a natureza humana em *Tratado do homem* (publicado postumamente em 1664), mas é em *Discurso do Método* que trava a discussão sobre uma ciência moral fundamentada na natureza humana, na definição de regras da ação que permitissem a distinção entre o certo e o errado, entre o bem e o mal (MARCONDES, 2007).

Spinoza, sobre a relação entre Deus e natureza humana, no seu *Livro III*, define ética a partir das afecções humanas, atreladas a definições do bem e do mal. Para Spinoza, as boas afecções são aquelas que contribuem para o desenvolvimento da natureza humana, que aumentam a potência do ser humano, e é a partir desse ponto de vista que os homens deveriam regular suas ações (MARCONDES, 2007).

Entre os séculos XVI e XVIII, ainda no pensamento da filosofia moderna, o Iluminismo se colocou como movimento filosófico, político, social, econômico e cultural, na idealização de sabedoria como luz, na crítica à igreja absolutista, tendo como principal movimento a Revolução Francesa. Com a reivindicação de seus direitos, o proletariado ganha, mas favorece também a ascensão da burguesia. Nesse período da história reside um processo de mutação no que diz respeito a educação e ciência, que deu força às demais revoluções.

Nessa época, vemos diferentes pensadores: John Locke com o empirismo e com a ideia de liberdade individual em *Ensaio sobre o entendimento humano*, Voltaire com a defesa da liberdade de pensamento, Jean-Jacques Rousseau na ideia de um estado democrático, Montesquieu na organização do poder político entre Legislativo, Executivo e Judiciário, Diderot na sistematização do pensamento filosófico da época e Bento de Espinosa no pensamento sobre ética e pensamento lógico (KLEINMAN, 2014).

Na filosofia moderna, uma outra corrente filosófica se inicia, a partir de Immanuel Kant, na epistemologia, ética e metafísica, com mais de 20 escritos sobre Teoria do Conhecimento, Moral, Direito, Religião e Estética. Entre os anos de 1755 e 1770, Kant lê Rousseau, de quem sofre profunda influência, sobretudo nas questões morais, tendo aprendido a não depreciar as inclinações naturais do homem, e em 1770 disserta sobre *A forma e os princípios do mundo inteligível*, o que lhe ajuda a conquistar o posto de professor titular na Universidade de Königsberg (LEITE, 2010).

Kant foi um importante filósofo da era moderna, tendo desenvolvido uma filosofia prática com desdobramentos para seu estudo e pensamento ético. Em especial na obra “*Metafísica dos costumes*”, seus estudos e escritos mudaram a forma de pensar sobre os princípios das ciências jurídicas, muitos deles importantes até hoje. A Idade Moderna foi um período de grandes revoluções e transformações sociais, na construção de um estado democrático de direito, na ideia de democracia, de pensamento no bem comum e de liberdade individual.

No século XIX, segue a valorização da ciência e o desenvolvimento da psicologia com Wilhelm Wundt, e da sociologia de Augusto Comte, como uma física social para tratar os problemas sociais. Nesse período, vê-se a defesa do ensino laico gratuito e universal, no pensamento do positivismo.

Também neste período, Arthur Schopenhauer formula o pensamento de que o mundo é o caos, na crítica da supervalorização da razão, trazendo o conceito da não felicidade plena, no entendimento de que a vontade geral é superior às vontades individuais. Schopenhauer define a ética como um ato que visa sempre outrem. Para ele, a negação completa da vontade como forma perene de compaixão é parte

importante para a formulação da sua filosofia prática; a negação da vontade seria algo além da disposição ética (MEDEIROS, 2016).

Citamos também o período de desenvolvimento da filosofia alemã com o idealismo de George Hegel, que apresenta o homem como ser histórico e traz os conceitos de dialética de ideias no pensamento da consciência e de verdades mutáveis com o tempo. A dialética é pensada como sendo a própria estrutura da realidade: tese, antítese e síntese no devir como motor da história no crescente da racionalidade. Para Hegel, as leis da ética são a própria racionalidade, pois “todo progresso é alcançado mediante o conflito de opostos”, contradição que gera o autoconhecimento, a consciência do espírito, do espírito absoluto, na tomada de consciência do eu adjacente aos outros, na limitação da liberdade, submetida às pressões da convenção do Estado (FEARN, 2004, p. 120). A partir desse pensamento filosófico de Hegel, seu discípulo Karl Marx reformulou o entendimento da dialética com base no materialismo, entendendo que ela resulta não somente do conflito de ideias, mas principalmente da luta de classes, depreendida da leitura do funcionamento econômico da época, da estrutura do capitalismo e da ideia de mais-valia (SAMPAIO; FREDERICO, 2009).

Nesse mesmo período, Frederich Nietzsche contestara a noção de verdade, que para ele não seria racional, mas a soma de todos os instintos em dominar o excesso de razão. O filósofo observou necessidade da criação de valores sobre-humanos, valores inatingíveis. Em um determinado momento de sua obra, Nietzsche vai dizer da necessidade de resgate da irracionalidade para compreensão do humano, do seu eu interior, no equilíbrio entre arte e ordem, na transvalorização dos valores, “tentativa de promover a total refundação da cultura ocidental” (MELO-NETO, 2017, p. 72). Segundo Melo-Neto (2017), a filosofia de Nietzsche é assistemática, caracterizando-se pela supervalorização da manifestação artística na tragédia grega e em outras obras, com intento de produzir um efeito na valorização da vida, do corpo e do mundo terreno, na afirmação da vida nesta vida, suprimindo antigas referências legitimadoras da mentalidade ocidental, como as noções de “vida eterna”, “juízo final”, “reino de Deus” e “inferno”. Nesse sentido, Nietzsche critica a tentativa tradicional de fundamentar a moral e de formular uma “ciência da moral”,

sendo para ele expressão demasiado arrogante. Ele apresenta a afirmativa de que os conceitos e valores tradicionais da moral não são universais e que não podem ser estabelecidos objetivamente (MARCONDES, 2007).

Já no século XX, Martin Heidegger foi um importante filósofo. *Ser e tempo* foi um dos textos mais significativos e notados da filosofia moderna. O pensador se tornou integrante do Partido Nazista, e após a Segunda Guerra Mundial foi proibido pelo comitê de desnazificação de lecionar na Universidade de Friburgo – Alemanha, onde anos depois se tornou professor emérito. Segundo Hodge (1998), apesar de o filósofo manifestar que suas reflexões não tinham preocupação com o tema da ética e de seu histórico de apoio ao Nazismo avigorar essa afirmação, é possível identificar uma dimensão ética nos escritos do filósofo. Heidegger acreditava que a melhor forma de entender o Ser é olhar internamente e se questionar a respeito do próprio eu. Segundo o filósofo, as concepções sobre o ser até o momento estavam incorretas, pois o sujeito deveria ser visto como um ser-no-mundo, um mundo cotidiano compartilhado. Para ele seriam três os modos do Ser: a autointerpretação do Ser (*Dasein*) como existência, “é como se a vida vivesse a pessoa, e não a pessoa vivesse a vida”; a Presença disponível, ou seja, a existência pela observação mútua e interpretativa; e a Prontidão disponível, na relação dialética entre sujeito e instrumento (KLEINMAN, 2014).

Conforme Kahlmeyer-Mertens (2017), Heidegger se apropria da concepção grega de *phatos* (afecção) de Aristóteles e, convertendo-a à matriz da fenomenologia existencial, parece interessado em introduzir o elemento afetivo na analítica de *Ser e Tempo*, no intento da criação de uma “filosofia tonal” ou “disposicional”. Segundo o autor, é importante advertir que falar de afetos, de afeições ou de disposições não significa tomar essa tonalidade afetiva como emoções e sentimentos, mas no sentido originário ontológico-existencial.

Como podemos observar, no período da filosofia moderna muitos filósofos contribuíram para o pensamento sobre a vida, sobre a existência, sobre moral e sobre ética na busca da apreensão do que é ser humano e de como a racionalidade pode ser compreendida, aceita ou refutada.

Incluimos nesse caminho para a modernidade a filosofia da linguagem proposta por Bakhtin e pelo Círculo. Mikhail Bakhtin nasceu em Oriol na Rússia em 1895, estudou Filosofia e Letras na Universidade de São Petersburgo, com forte formação na filosofia alemã no início do século XX. Fora conhecido como crítico literário; todavia, ao passo que sua obra foi sendo compreendida, o pensamento bakhtiniano ganha importância na filosofia. Dentre suas obras, segundo Bubnova (1997) a mais importante seria, sem dúvida, *Hacia una filosofía del acto ético*, manuscrito entre 1920-1924, publicado em russo sob o título *K filosofii Postupka* (BUBNOVA, 1997)<sup>8</sup>.

Amorim (2016) contextualiza esse texto de Bakhtin e aborda a realidade material de sua produção. Segundo ela, essa época era um período de retorno de Bakhtin do exílio oficial no Cazaquistão e também período de grande efervescência intelectual e artística na Rússia após a revolução de 1917. A autora destaca, entre as leituras feitas por Bakhtin, Kant e estudiosos da filosofia alemã (AMORIM, 2016).

Nessa transição para o século XX, Bakhtin critica o racionalismo de Nietzsche (BAJTIN, 1997, p. 37; 56); Bakhtin responde a Hegel, sobre a noção de discurso concluído, o silêncio e a não necessidade de falar, que instaura a alteridade no caminho do pensamento filosófico moderno (PONZIO, 1997); (ZAVALA 1997). Ele também considerara as formulações de Heidegger sobre a linguagem e sua vizinhança com o ser humano, pensamento que diz respeito tanto ao construto teórico de Heidegger, quanto de Bakhtin (Sampaio, 2019).

O panorama aqui exposto teve o intuito de situar a obra de Bakhtin no tempo e no espaço e de fazer saber o que diferentes filósofos discutiram sobre ética nas concepções sobre humanidade, responsabilidade, liberdade, felicidade, justiça e democracia, observadas principalmente nas ações e nas relações em comunidade. Entretanto, linguagem e ideologia ainda não seriam o ponto fulcral dessas teorias. Observamos que são os estudos de Bakhtin e dos autores do Círculo que

---

<sup>8</sup> Esclarecemos que é a partir da publicação *Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos*, traduzida do russo para o espanhol por Tatiana Bubnova em 1997, publicado pela Editora Anthropos e Universidad de Puerto Rico, que sustentamos a discussão filosófica em torno do texto de Bakhtin *Hacia una filosofía del acto ético*, e dos comentadores Iris Zavala e Augusto Ponzio. Explicamos também que decidimos assumir a tradução do espanhol para o português na escrita desta tese.

inauguraram o pensamento no sentido de uma filosofia dialógica da linguagem. Contudo, interessa-nos essa retomada, porque o nosso objeto de pesquisa, os discursos e os códigos de ética, também reflete e refrata esses axiomas, que ainda são base da organização social que vivemos hoje. Também é importante reconhecer que uma teoria, que é dialógica, parte do construto teórico já existente e da sua relação com a vida, e o reelabora sob um outro ponto de vista, nesse caso, a linguagem na esfera ideológica.

Isto posto, na seção seguinte, estaremos concentrados nas reflexões de Bakhtin, a começar pela obra *Para uma filosofia do ato ético* e o debate com os estudos que o antecederam, e as contribuições dos autores do Círculo na construção do que conhecemos hoje como a filosofia dialógica da linguagem.

## **1.2 Para uma filosofia do ato e da linguagem**

Bakhtin, em *Para uma filosofia do ato ético*, esclarece que uma filosofia teórica não pode pretender ser uma doutrina, que não se ocupa de observar a criação cultural em sua unidade. Assim, para ele, todos os sistemas éticos (altruísmo, utilitarismo, ética de Cohen etc.), acabam por se dividir entre sistemas materiais e formais.

A ética material, para Bajtin, se encarrega de conhecer e fundamentar as principais normas morais que são às vezes universais, às vezes relativas, e que se apresentam como um conglomerado de princípios e valorações, desarticulados, entretanto, com seu objetivo de afirmar a existência de normas éticas, sem se aprofundar no “dever ser” para além de demonstrar sua veracidade científica (BAJTIN, 1997, tradução nossa).

Já a ética formal (neokantismo), segundo ele, se ocupa do pressuposto de que o “dever ser” é uma categoria da consciência teórica, que não pode ser descrita por completo sem perder a característica de ato individual, que se realiza na sua historicidade, na própria individualidade e unicidade do ato. Assim sendo, o ato ético, para o pensamento bakhtiniano, em sua realização, sabe e possui de alguma

maneira o “ser” singular e único, que, tanto pelo conteúdo semântico quanto pela característica de facticidade efetiva e histórica, realiza-se responsabilmente, em dado momento concreto e único (BAJTIN, 1997).

Bubnova, tradutora de *Hacia una filosofía del acto ético* de Bakhtin do russo para o espanhol, comenta, no prefácio da sua tradução, o quão complexo e filosófico é o pensamento e, conseqüentemente, a escrita de Bakhtin. Segundo Bocharov, editor da publicação do manuscrito, a obra de Bakhtin reúne termos comuns com uma profundidade conceitual imprevista. O editor também comenta a necessidade de neologismos com base vernácula (no russo), que, segundo Bakhtin em suas anotações de 1946, foram escolhidos por um posicionamento consciente de submeter suas terminologias científicas com radicais estranhos e incompreensíveis, desconhecidos na Grécia antiga, que possibilitassem a consolidação dos conceitos que trabalhava, sem perder a força metafórica de cada termo. Bubnova também explica que, a partir de *Hacia una Filosofía del ato ético*, pode-se compreender posteriormente o conceito de *palavra alheia (do outro)* e seu papel no desenvolvimento da personalidade do sujeito, do eu, a partir do qual Bakhtin aponta para a alteridade no encontro das consciências do eu e do outro (BUBNOVA, 1997).

Para Ponzio, tradutor do manuscrito para o italiano, *La Filosofía de la acción responsable* foi apenas um primeiro passo de um grande projeto filosófico. Segundo ele, o início do manuscrito se organiza como um livro de filosofia moral, e Bakhtin insiste em sua obra, sobretudo, no inevitável compromisso do eu com o outro (PONZIO, 1997).

Conforme Zavala (1997), para ler *Para uma Filosofia do Ato Ético*, faz-se necessário compreender retrospectivamente o que a ética representa na teoria bakhtiniana e como o autor a aborda nos seus estudos sobre literatura. Bakhtin procurou conceitos originais necessários para organizar o novo campo teórico que descobrira, e insere a *palavra*, ou seja, a linguagem como ponto central de sua teoria, assim como os outros pensadores do Círculo.

Segundo Amorim (2016), para Bakhtin o objeto da filosofia moral “é um mundo no qual se orienta o ato sobre a base de sua participação singular no ser”. O mundo moral “é o mundo dos nomes próprios, destes objetos e datas cronológicas

particulares da vida” (AMORIM, 2016, p. 20). *Para uma filosofia do ato ético* apresenta uma característica marcante na sua estrutura e linguagem: ele é repetitivo, e segundo a autora essa impressão é e não é verdadeira. “Ele avança por repetições, isto é, voltando sempre ao cerne do raciocínio e à tese central. Mas, a cada retomada, é como se esse cerne sempre assim, ganhasse novas consequências, abrangesse novas esferas e assim, ampliase sua significação” (AMORIM, 2016, p. 21).

Bakhtin, em *Para uma filosofia do ato ético*, contrapõe as ideias do psicologismo e do subjetivismo, que para ele não abarcam a conceito de *responsabilidade do ato*, e expõe que a linguagem se ocupa, em especial, de enunciar a verdade concreta e ao mesmo tempo indescritivelmente abstrata em sua historicidade, como momento de uma unidade viva de um acontecimento que é global e singular. Para o filósofo, a expressão, a linguagem posta em funcionamento, distorce e impulsiona a significação semântica em si (BAJTIN, 1997).

Para expressar intrinsecamente o ato ético e o evento singular do ser dentro do qual o ato é realizado, toda a plenitude da palavra é necessária: a unidade de seu aspecto e conteúdo semântico (palavra como conceito), de seu lado expressivo ilustrativa (palavra como imagem), bem como entonação emocional e volitiva. E em todos esses momentos a palavra completa e global pode expressar uma verdade com responsabilidade significativa, que não é uma verdade casual e subjetiva (BAJTIN, 1997, p. 39, tradução nossa<sup>9</sup>).

O ato ético responsável, para Bakhtin, só pode resultar de um *pensamento participativo* [concepção emocional e volitiva do ser], ou seja, engajado, compromissado, interessado, que revela como nos movemos e orientamos em relação ao mundo (SAMPAIO, 2009).

Sobral (2019, p. 43) explica que “o centro da filosofia primeira de Bakhtin é a vida-como-ato, lugar dos atos-como-atos, e não a transcrição teórica/técnica dos atos”. Conforme o autor, a concepção de ato responsável de Bakhtin está no

---

<sup>9</sup> Para expresar intrínsecamente el acto ético y el acontecimiento singular del ser dentro del cual el acto se lleva a cabo, se requiere toda la plenitud de la palabra: la unidad de su aspecto y contenido semántico (palabra como concepto), de su lado expresivo e ilustrativo (palabra como imagen), así como de la entonación emocional y volitiva. Y en todos estos momentos la palabra plena y global puede expresar una verdad responsablemente significativa, que no una verdad casual y subjetiva (BAJTIN, 1997, p. 39).

reconhecimento da singularidade irrepitível dos atos, que se vincula a uma “unidade histórica singular” da vida, em que se é possível admitir o componente teórico, formulado, o conteúdo-sentido, não mais apresentado como totalidade e sim como parte do ato, que existe na vivência concreta dos sujeitos, na sua irrepitibilidade.

Posteriormente a essas reflexões sobre o papel da linguagem na vida do ser ético e estético, em que o centro é a vida irrepitível e singular, enquanto Bakhtin formulava seus estudos sobre a *teoria do romance*, o *discurso no romance*, *formas de tempo e de cronotopo no romance*, *questões de literatura e estética*, entre tantos outros, também ensaiava uma importante reflexão sobre a *metodologia das ciências humanas* entre os fins de 1930 e início de 1940.

Nas proposições sobre as literatura, cultura e ciências humanas, Bakhtin se preocupa com a historicidade, com os limites entre texto e contexto, com a palavra alheia assimilada, com o movimento dialógico de interpretação nas ciências humanas, em que, para ele, toda resposta gera uma nova pergunta. Para Bakhtin, “não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites)” (BAKHTIN, 2017, p. 79).

Na necessidade de uma filosofia da linguagem que abarque esse entendimento, Bakhtin, em consonância com outros pensadores do Círculo, em especial Volóchinov e Medviédev, compartilhantes de uma mesma base filosófica tomam a *palavra* como objeto de estudo, assumindo a força da linguagem como ponto fundamental da perspectiva linguístico-enunciativo-discursiva, que em Bakhtin (BAJTIN, 1997) estabelece o vínculo essencial entre o conteúdo e seu tom emocional e volitivo, ou seja, que exprime o sentimento e o querer, vínculo sem o qual nenhum conteúdo seria realizado, sequer um pensamento seria efetivamente pensado.

Nesse caminho, os três principais pensadores do Círculo abordam a questão do enunciado e dos gêneros do discurso, formulação teórica presente especialmente nos diferentes textos sobre a *Teoria do romance* e propriamente em *Os gêneros do discurso* de Bakhtin; em *O método formal nos estudos literários* de Medviédev; em

*Marxismo e Filosofia da Linguagem* de Volóchinov; e nos *Ensaio sobre literatura* e em *A Palavra na vida e a palavra na poesia* também de Volóchinov.

Finalizamos essa sessão com a consciência de que nenhum desses parágrafos dá conta da complexidade dos pensamentos e conceitos aqui citados. Entretanto, atendemos à proposição de traçar um panorama e de entender de onde partem as formulações de Bakhtin e do Círculo. Dando sequência a este estudo, na sessão seguinte trataremos do campo de atividade humana para o qual esta tese olha e a partir do qual constrói seu objeto, que são a tradução e interpretação de, entre e para língua de sinais.

## 2 TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Nesta seção pretende-se apresentar o olhar para a atividade de tradução e interpretação sob uma perspectiva linguístico-enunciativo-discursiva. Para tanto, trazemos os autores do Círculo de Bakhtin. O nosso objetivo neste tópico é situar a atividade de trabalho do TILS e do GI como ato ético e estético e trazer também para o diálogo autores contemporâneos que estudam as atividades de tradução e de interpretação.

Os autores do Círculo de Bakhtin construíram um pensamento sobre a língua e sobre a linguagem que nos ajuda a estudar e compreender as atividades de tradução e de interpretação com um olhar mais apurado sobre as relações empreendidas nesse fazer e no entendimento de que representações axiológicas do mundo existem e se reelaboram na prática e nas vivências. Bakhtin expõe o pensamento sobre a criação estética, referindo-se à linguagem, à *palavra* em todos os campos da comunicação, no que diz respeito a seu *conteúdo-sentido*, que se compreende como ato ou atividade determinada pela sua realidade histórica e sua existência como acontecimento único, expressão específica dessa realidade e da atividade cultural, no “ser” e no “dever ser” (BAJTIN, 1997).

Na concepção dos principais autores do Círculo, a linguagem tem natureza ideológica, justamente porque reflete e refrata os valores sociais daqueles que a põem em funcionamento. Conforme Bakhtin (2016b), o homem sempre exprime a si mesmo, e cria textos, mesmo que textos em potencial. Esses textos, que se desenvolvem na fronteira de duas consciências, de no mínimo dois sujeitos, no contexto emoldurador criado, “são pensamentos sobre pensamentos, vivências sobre vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos” (p. 71). Para Volóchinov (2017), a *palavra* é fenômeno ideológico por excelência e toda sua realidade é integralmente concentrada na sua função de ser signo. Assim, a *palavra* é o material sígnico da vida interior, a consciência, e ao ser expressa no exterior sofre a intervenção e é significada pelo contexto e posição social ocupada por aquele que a produz. Para Medviédev (2016), a criação ideológica, como objeto

dotado de materialidade, deve ser sempre considerada social e histórica, e não fechada e contida no mundo de uma consciência individual.

Não é por outra razão que os sujeitos se constituem nas interações de que participam, por meio de enunciados, de discursos, na *palavra* como fenômeno ideológico, como signo cultural da comunicação cotidiana, o que nos obriga a pensar a língua a partir do outro e para o outro. Esta tese se propõe a pensar sobre ética nas atividades de tradução, de interpretação e ainda de guia-interpretação de língua de sinais, atividades estéticas distintas que demandam inúmeras tomadas de decisão, envolvem língua, linguagem, consciência que dialoga com outras consciências, a vida dos surdos e ouvintes que se servem do seu trabalho. É na filosofia de linguagem proposta pelo pensamento bakhtiniano e do Círculo que nos sustentamos para olhar essas atividades.

Nesse sentido, a atividade de tradução, a atividade de interpretação e de guia-interpretação, cada uma delas dentro da sua dimensão estética, estabelecerão com a comunidade surda uma relação ética de alteridade. A presença ou a ausência do público-alvo, o distanciamento ou a proximidade durante o fazer tradutório – no sentido geral de mobilizar um conteúdo/discurso de uma língua para outra – implica diferentes dimensões de alteridade e, por consequência, diferentes relações éticas e estéticas. O outro, enquanto parte constitutiva do eu, é quem dá a completude do Ser. Se esse outro está apenas no plano idealizado e presumido de público e não real e concreto, uma dimensão ética/estética se materializa de forma distinta de quando ele é perceptível visualmente, do ponto de vista empírico, diante de si.

## **2.1 A interdisciplinaridade dos estudos sobre interpretação, tradução e guia-interpretação**

É importante dizer que diferentes pesquisadores em diferentes programas de pós-graduação vêm dedicando seus estudos nas últimas décadas à atuação do TILS, e também participam da memória discursiva dessa atividade: são TILS, GI's, professores, surdos, ouvintes que, como pesquisadores, lançam olhar sobre a essas

atividades. Conforme Lacerda (2010, p.135), “a figura do TILS não é nova nas experiências das comunidades surdas, contudo aparece pela primeira vez em documentos oficiais no Brasil apenas no final da década de 1990”, descrita como profissional responsável pela acessibilidade de sujeitos surdos em espaços públicos e educacionais. Conforme Fomin (2018), o TILS atua em uma ponte discursiva, a partir de seu lugar enunciativo-discursivo e a partir dos efeitos de sentido gerados na comunicação e perpassado pela sua intersubjetividade, no ato discursivo, gera novos efeitos de sentido.

Autores contemporâneos vêm pesquisando e produzindo conhecimento sobre tradução/interpretação de línguas de sinais e da Libras, em diferentes linhas de pesquisa, perspectivas e teorias, essas pesquisas que compõem um diálogo profícuo para a memória do objeto a que nos propomos olhar, além de compor a história da interpretação e da tradução de língua de sinais e da guia-interpretação, essa multiplicidade de olhares colabora para a composição de um campo temático interdisciplinar com a participação de diferentes áreas do conhecimento, com a educação, com a educação especial, com a linguística, com a linguística aplicada, com a psicologia cognitiva, com a sociologia, com a literatura e muitas outras.

Observamos que muitas das primeiras investigações sobre a atuação do intérprete de Libras e posteriormente sobre a tradução e sobre a guia-interpretação são provindas de pesquisas em programas de pós-graduação em educação, educação especial, e também em programas de estudos da tradução e linguística aplicada (VASCONCELOS, 2010; SANTOS, 2013).

Até a segunda metade do século XX, reflexões sobre tradução em forma de *artigo acadêmico* eram publicadas de forma aleatória, espalhadas em periódicos dos chamados macro-campos disciplinares já estabelecidos (por exemplo, a Linguística Aplicada ou a Literatura comparada), ainda não constituindo um conjunto de conhecimentos agrupados num campo específico. O que faltava, então, era a constituição desse campo de estudos como um campo disciplinar institucionalizado, tendo como objeto de investigação a tradução (VASCONCELOS, 2010, p. 124).

Vasconcelos (2010) faz um estudo minucioso do mapeamento dos estudos da tradução por diferentes autores e estudos internacionais e situa a atividade de

interpretação e de tradução de línguas de sinais, na década de 2010, como área de pesquisa no interior dos estudos da tradução, com o argumento de projetar um espaço teórico-metodológico comum, sugerindo o fortalecimento da identidade profissional de pesquisadores, tradutores e intérpretes de línguas de sinais e de língua orais (VASCONCELOS, 2010).

No entanto, Pereira (1999), a partir de um estudo bibliométrico descreve o contexto educacional como o mais evidente nas investigações sobre o a interpretação de língua de sinais na década de 1990, com pesquisas inseridas em programas de pesquisa em Educação e em Educação especial.

Nos anos 2000, o foco das pesquisas estava na atuação do intérprete de língua de sinais na educação, década de reconhecimento legal da Libras e sua regulamentação com a criação de políticas públicas em torno da inclusão educacional e social de surdos no Brasil. No ano de 2005, Neiva de Aquino Albres que defende no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o mestrado com o título “*A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores*”, que apresenta uma análise sistemática de como o intérprete de língua de sinais é citado em legislações, portarias, normativas, etc. e apresenta a descrição de suas funções e atribuições nos referidos documentos. Em 2009, Patrícia Tuxi, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UNB), defende o mestrado com o título “*A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental*”, e também tem o objetivo de compreender essa nova figura na educação de surdos no processo de inclusão educacional.

Santos (2013) apresenta dados entre os anos 1990 a 2010, descreve que diversas pesquisas sobre tradução e interpretação de língua de sinais estão localizadas em programas de pós-graduação no campo da Educação; da Educação Especial; da Linguística Aplicada; da Linguística, Letras e Artes; e da Teoria Literária, e é somente em 2010 que vemos a primeira pesquisa sobre TILS inserida no Campo dos Estudos da Tradução.

No Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET) da UFSC Silvana Nicolosso defende o mestrado com o título “*Uma investigação sobre marcas*

*de gênero na interpretação de língua de sinais brasileira*”, no ano de 2010, ao mesmo tempo, Taís Margutti do Amaral Gurgel defende o doutorado com o título “*Práticas e formação de tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais no ensino superior*” na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu).

A partir desse cenário, podemos notar que, apesar da tentativa de demarcar os Estudos da Tradução como campo profícuo e congregador para investigações sobre TILS, pelo fato de a atividade de tradução e interpretação de e para a língua de sinais existir em todas as esferas sociais, diferentes áreas do conhecimento perpetram uma certa tradição na pesquisa sobre TILS e GI.

A partir do exposto, citamos duas professoras pesquisadoras, em particular, que têm reconhecida importância na história da atividade, assim como na inserção de um novo campo de estudo e de formação de TILS, com pesquisas sobre educação de surdos, sobre língua de sinais, tradução e interpretação, políticas linguísticas e bilinguismo, são elas: Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, com estudos desde 1995, na Unimep, e hoje Coordenadora CAPES PrInt área de Humanas – UFSCar; e Ronice Muller de Quadros, desde 1997 professora e pesquisadora na UFSC. A colaboração dessas pesquisadoras tem grande valor, pois, além de criar uma tradição, de abrir as portas e consolidar o campo pesquisas, respectivamente na educação e na linguística, também foram pioneiras na inserção de professores pesquisadores surdos nos programas de pós-graduação em que atuam.

Atualmente, reconhecemos que a pesquisa sobre a atividade de tradução e interpretação, e guia-interpretação, assim como a própria atividade, está presente nas investigações em diferentes campos do conhecimento e permeia diferentes esferas sociais. Portanto, podemos inferir que ao passo que as pesquisas vão se desenvolvendo e amadurecendo o olhar para a atividade, um campo temático interdisciplinar vai se consolidando, com investigações na educação, na educação especial, na linguística, na linguística aplicada, na psicologia cognitiva, na antropologia, na sociologia, na literatura e em outras.

Conforme dados da Casa Guilherme de Almeida – Governo de São Paulo, o PGET-UFSC foi o primeiro programa de pós-graduação em estudos da tradução

criado no Brasil, em 2003, e na última década vem criando uma tradição em pesquisa e na formação de TILS. Segundo Vasconcelos, sobre os estudos da tradução e o TILS:

a área de Interpretação em Línguas de sinais adquire proeminência, no contexto brasileiro, especificamente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), enquanto espaço profissional e acadêmico em que o intérprete de Libras adquire uma visibilidade nunca antes institucionalmente percebida (São Paulo Gov, 2010, p. 131).

Hoje existem 16 universidades com programas específicos ou linhas específicas para investigações sobre tradução e/ou interpretação (Casa Guilherme de Almeida – Gov.SP). Por esse motivo, não pretendemos categorizar e nomear todas as linhas e temáticas de pesquisa neste tópico, visto que não é esse o objetivo desta tese, porém, no anexo 07 trazemos um compilado de dissertações e teses defendidas nos principais programas de pós-graduação citados.

Fizemos um levantamento no banco de teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e encontramos 47 dissertações e 14 teses com a temática de tradução e/ou interpretação de língua de sinais. A busca foi feita a partir do cotejamento dos descritores 'Libras' e 'sinais' nos títulos e palavras-chave dos trabalhos entre os anos de 2005 e 2020. No entanto, não foi encontrado nenhum trabalho de pesquisa a partir da busca do descritor 'ética' que se relacionasse com a atividade de tradução e/ou interpretação de Libras ou língua de sinais.

Na Universidade de Brasília (UNB), o Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (Postrad), conta com as linhas de pesquisa: Teoria, crítica e história da tradução; e Tradução e práticas discursivas. Entre o ano de 2017 a 2020, com a busca por meio dos mesmos descritores 'Libras' e 'língua de sinais' foram encontradas 22 dissertações de mestrado sobre tradução e ou interpretação de língua de sinais ou Libras, desses, nenhum trabalho relacionado ao tema da ética na atividade de tradução, ou interpretação ou guia-interpretação.

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), o Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (POET), conta com duas linhas de pesquisa: Linha de Pesquisa 1 – Tradução: práxis, historiografia e a circulação da comunicação; e Linha de Pesquisa 2 – Tradução: linguagem, cognição e recursos tecnológicos. Buscamos as pesquisas a partir do cotejamento dos mesmos descritores ‘Libras’ e ‘língua de sinais’ nos títulos e palavras-chave dos trabalhos entre os anos de 2016 e 2020, foram encontradas 08 dissertações de mestrado sobre tradução e / ou interpretação de língua de sinais ou Libras, nenhum dos trabalhos trata do tema da ética na atividade de tradução, ou interpretação ou guia-interpretação.

No entanto, as pesquisas sobre a atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais, e guia-intérprete, como dito, não estão localizadas exclusivamente em programas de pós-graduação em estudos da tradução, a exemplo disso citamos agora a UFSCar, com o Programa de Pós-graduação em Educação Especial (PPGEEs), que no período entre 2013 e 2020, produziu 78 teses e dissertações relacionadas à ‘Libras’ ou ‘língua de sinais’, dentre essas 22 com o tema a atuação do intérprete de língua de sinais no âmbito da educação especial, da educação inclusiva, de conferências e comunitária, no entanto, dentre essas pesquisas também não identificamos nenhuma que se relacione com o tema da ética na atividade de tradução, ou interpretação ou guia-interpretação.

Portanto, merecem destaque então, as duas pesquisas, que não foram desenvolvidas em programas de pós-graduação em Estudos da Tradução ou linhas de pesquisa vinculadas a esses programas específicos citados acima, mas que discorrem sobre a temática da ética na atividade do TILS de uma forma coerente e aprofundada, o que corrobora com a perspectiva de interdisciplinaridade dos ETILS, situando as noções de ética também no campo da filosofia, entre três perspectivas, da ética teleológica, da ética ontológica e da ética deontológica.

Conforme Nascimento (2008), a *ética teleológica* refere-se à ética diretamente ligada à ideia de fim (finalística); portanto, a uma teleologia e a um valor que determinam os meios e um fim último para a existência da vida humana, o dever-ser, princípios de uma obrigação moral. O autor explica também que, diferentemente da teleologia, a *ética ontológica* tem base filosófica na natureza do ser perante si e os

outros, fundamentos de uma “ética da responsabilidade moral do agir humano no mundo”, ou seja, do ser no mundo. Por outro lado, a *ética deontológica* é descrita como uma filosofia moral contemporânea prescritiva de deveres e normas de uma determinada categoria profissional, provinda da ética formal com base em Kant (NASCIMENTO, 2008).

A primeira pesquisa é a tese de doutorado de Patrícia Cristina Andrade Pereira, pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da FSP-USP com o título “*Tradutores-intérpretes de Libras na Saúde: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas*” (2014), na qual a autora trata a fundo as relações entre intérpretes de Libras e pacientes surdos, e vulnerabilidades dos sujeitos nesse contexto, com destaque para as questões de comunicação, autonomia e privacidade do paciente surdo na presença do TILS e/ou do GI. O trabalho é desdobramento da sua pesquisa de mestrado, baseada na análise de conteúdo de Bardin (1994), numa perspectiva de análise ética teleológica em relação ao código de ética deontológico.

Pereira (2014) apresenta dilemas ético narrado por um dos seus sujeitos de pesquisa, um deles é a situação da interpretação de uma consulta médica com um paciente soropositivo, cujo histórico demonstrava que não havia recebido as informações corretas e suficientes para seguir o tratamento de forma adequada.

A TILS-GI relata que o profissional da saúde [médico] fora agressivo e utilizara termos chulos antes de dizer que o paciente iria morrer mais rápido. Ele deixa de traduzir, no momento, o que julgara serem as piores palavras e usa eufemismos no lugar delas. Também se explica recorrentemente, demonstrando desconforto em ter de decidir entre poupar o paciente surdo da informação, do modo como foi dito, e assim sacrificar a sua interpretação pela supressão de parte do conteúdo apresentado ou, então, correr o risco de expor na hora tudo o que foi apresentado e prejudicar o quadro do paciente.

É importante relatar que, mais tarde, passados alguns dias, quando o paciente surdo espontaneamente compartilha querer mudar de médico para a próxima consulta, a TILS-GI revela na íntegra o conteúdo violento apresentado anteriormente por aquele profissional da saúde. Neste momento, o paciente tem a oportunidade de se posicionar e relata querer ter tido acesso no momento da enunciação para responder, por si mesmo, à ofensa. A TILS-GI explica seus motivos. Posteriormente, o paciente consegue o atendimento por um novo profissional [médico], o que o deixa extremamente satisfeito não apenas pela mudança, mas também por atingir uma boa qualidade de interação com a mediação linguística da TILS-GI. (p. 70)

Para Pereira (2014), os profissionais TILS-GI (Tradutores e Intérpretes de línguas de sinais e guias-intérpretes), modo como os nomeia na tese, têm conhecimento do código deontológico, mas ela explica que na prática da profissão são interpelados por inúmeras demandas e que uma ética teleológica muitas vezes prevalece. Esse é um dado que retoma a dicotomia entre deontologia e alteridade, entre o que é universal e atemporal e o que é situacional. Pereira ainda destaca que o profissional que atua na área da saúde carrega uma alta carga de sofrimento moral, que decorre de experiências ambíguas, de dilemas éticos e de expedientes da saúde para o qual não foram preparados.

Nascimento (2016), sobre a interpretação de língua de sinais, explica que a impossibilidade de antecipação de atividades de trabalho cujo objeto seja a linguagem intensifica as dramáticas da atuação e o debate de valores, colocando os sujeitos em um constante gerenciamento do imprevisível, do inesperado, na sua atuação.

No mesmo sentido, Dean e Polard (2020), nos estudos sobre a ética do intérprete de língua de sinais no contexto comunitário nos Estados Unidos da América, com pesquisas na área da saúde, consideram a interpretação uma profissão prática, e elegem, portanto, uma abordagem teleológica. Defendem que promover o pensamento ético não baseado no contexto e na capacidade do intérprete de identificar diferentes possibilidades mais ou menos preferíveis é insensato e impraticável.

Os autores explicam que o raciocínio ético teleológico é flexível por necessidade; que ocorre dentro de dinâmicas situacionais complexas, nas quais o indivíduo está continuamente avaliando decisões potenciais e reais com relação aos resultados que essas decisões podem causar; e que se diferencia da deontologia, pois está preocupado com a adesão a regras pré-ordenadas que não diferem em relação às circunstâncias. Segundo eles os fatores contextuais devem e influenciam fortemente as decisões éticas e outras práticas, indicando a necessidade de formação específica (DEAN; POLARD, 2020).

A outra pesquisa é a tese de doutorado de Andréa da Silva Rosa, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Metodista de Piracicaba, Unimep, com o título “*A alteridade como fundamento ético para a tradução e interpretação da língua de sinais na sala de aula*” (2016), pesquisa em que a autora, com base nos estudos da tradução, discute o tema da neutralidade. A tese também está inserida na perspectiva bakhtiniana e, a partir da concepção de ética em relação ao ato interpretativo, discorre sobre o tema em perspectiva filosófica ontológica.

Rosa (2016) com pesquisa na esfera educacional, apresenta outra categoria de dilema ético, que se refere ao encontro das línguas e culturas, ao contato entre o português e a Libras na sala de aula, à “inclusão educacional de surdos na escola regular”, a esse contexto carregado de ideologias que dialogicamente interferem na atuação do intérprete de língua de sinais. Segundo a autora, na escola,

permite-se a língua de sinais para que os alunos surdos compreendam o que é dito na língua portuguesa. Porém, pouca escuta é dada ao aluno surdo, ainda que este tenha na sala o intérprete que, nesse caso específico, é obrigatoriamente ouvinte, quer dizer, membro da comunidade falante da língua majoritária. O que percebemos é que prevalece a escuta do grupo majoritário, que parece ser o que tem sempre a ensinar. E o surdo, como grupo minoritário, é aquele que só recebe, pois sua própria presença parece concessão desse grupo majoritário (ROSA, 2016, p. 170).

Rosa (2016) se dedica a compreender que tipo de mediação linguística é feita na sala de aula. A autora observa decisões interpretativas tomadas no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos na escola regular, e com base na perspectiva bakhtiniana apresenta o conceito de responsabilidade, inescapável ao sujeito no ato singular. Segundo a autora, é a partir da responsabilidade plena que se garante a ética do ato.

Albres (2019), em consonância com Rosa, afirma que, apesar de os discursos sobre a surdez significarem os surdos como comunidade e como minoria linguística, contraditoriamente, ações de diferentes agentes na escola patologizam e medicalizam os surdos. “Essa dicotomia é permanente nas escolas inclusivas, e os intérpretes vivem no meio de dois discursos: ‘do sujeito bilíngue’ e ‘do deficiente/doente’” (2019, p.46).

Segundo Rosa, a questão da formação é ponto crucial na atuação ética do TILS nessa esfera. Os dilemas vividos pelos TILS e a necessidade de reflexões sobre sua atuação profissional perpassam inclusive a formação e proficiência nas línguas de tradução, ponto, segundo a autora, ainda questionável na atuação de intérpretes de Libras na esfera educacional. Explica também que um intérprete cotidianamente na sala de aula inclusiva é confrontado com situações que exigem sua participação ativa, conduta que, na maioria das vezes, não concorda com a invisibilidade e a imparcialidade apontadas pelo código de ética.

Santos (2018, p.71, grifos do autor), a partir da perspectiva linguístico-enunciativo-discursiva explica que o intérprete, “por mais que queira manter uma neutralidade ou imparcialidade, isto é, não queira assumir uma posição axiológica em relação ao discurso do “outro”, tem de lidar com o fato de que o discurso passa por ele”. O autor explica que o diálogo é com o outro e o diálogo também é consigo mesmo, no discurso é interior.

Nos estudos sobre a atuação do intérprete de Libras na educação de surdos, Albres (2019) busca, também a partir do dialogismo, compreender as relações de afetividade e subjetividade do intérprete nessa esfera. Para a autora, “o intérprete como agente no círculo de ensino e aprendizagem na escola deve se compromissar com o aluno e com o professor, criando um vínculo com o outro, refletindo aspectos de uma formação ética” (2019, p. 61).

Diante do exposto nessas pesquisas e a respeito da interdisciplinariedade dos estudos citados, consideramos importante situar que hoje, além dos estudos pioneiros sobre TILS na Unimep, pelo menos mais 3 programas de pós-graduação de universidades no Estado de São Paulo se dedicam a pesquisas sobre Libras, sobre educação de surdos e sobre tradução e interpretação de língua de sinais a partir da perspectiva da análise dialógica do discurso, com base na teoria bakhtiniana e do Círculo: Programa de Pós-graduação em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos - PPGEEs-UFSCar, já citado, o Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - LAEL-PUC-SP e o Programa de Pós-graduação em Educação - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Ribeirão Preto USP - PPGERP - FFCLRP-USP. O que mostra a perspectiva dialógica do discurso de Bakhtin e do Círculo como um lugar profícuo de pesquisa sobre a atuação do TILS e GI.

Ressaltamos que, sobre tradução e interpretação que envolve línguas de sinais no Brasil, um dos pesquisadores que se dedicam aos estudos com base no pensamento bakhtiniano e do Círculo é o professor Marcus Vinicius Batista Nascimento, a análise dialógica do discurso é base teórico-metodológica em todo o seu percurso acadêmico como pesquisador formado no LAEL- PUCSP, sob a orientação da professora Doutora Elisabeth Brait, cada vez mais adentrando nos conceitos da perspectiva linguístico-enunciativo-discursiva, em diferentes gêneros e esferas da atividade do tradutor e intérprete de Libras; esse pesquisador é, portanto, importante parceiro no diálogo proposto neste trabalho de pesquisa.

Conforme Nascimento, o arcabouço epistemológico bakhtiniano da enunciação, do gênero, da esfera, do discurso, pode ser utilizado para a compreensão de todas as atividades humanas que se fundam na linguagem, dentre elas a tradução e a interpretação, e pode ser colocado em diálogo com outras perspectivas que as abordem, como, por exemplo, as que se dedicam ao estudo do trabalho e que analisam, dimensionam, enfrentam e buscam transformar o agir-no-mundo do homem pela/na atividade laboral (NASCIMENTO, 2016).

Para Bakhtin (2017, p. 58) “os elementos de *expressão* (o corpo não como materialidade morta, o rosto, os olhos etc.); neles se cruzam e se combinam duas consciências (a do eu e a do outro); aqui eu existo para o outro com o auxílio do outro”. As expressões envolvem sujeitos ativos na produção constante de sentidos, em que o conhecimento acerca deles só pode ser dialógico, na relação espaço temporal e sob a contemplação estética. O dialogismo, nessa perspectiva, constitui o modo de funcionamento real da linguagem e o princípio constitutivo do enunciado, e todo enunciado constitui-se a partir de outro, é uma réplica deste.

Seja em sua dimensão escrita – a tradução, propriamente dita, seja em sua dimensão oral – a interpretação, a atividade tradutória (cada uma em suas condições de realização) concretiza a pluralidade de visões de mundo porque permite a quebra de fronteiras e o fluir de diferentes formas de existir do humano em suas culturas locais. Com esse movimento, a tradução faz surgir a diferença. É uma atividade que permite a aparição da alteridade porque faz aparecer o outro em sua heterodiscursividade e pluralidade cultural. Na história da humanidade, a tradução e a interpretação foram atividades que promoveram intercâmbios culturais e fizeram transitar, do sagrado ao profano, a diversidade religiosa, literária, científica, popular de diferentes épocas e lugares (NASCIMENTO, 2018, p. 7).

Seja na atividade de interpretação ou de tradução de e para língua de sinais, seja na atividade de pesquisa como teorização dessa prática, o movimento dialógico de interpretação dos sentidos postos em funcionamento pela linguagem permite-nos existir-agir no mundo, e é sob essa perspectiva que propomos olhar o campo temático da atividade do TILS e GI na próxima sessão.

## **2.2 Interpretação, tradução e guia-interpretação como atividades distintas**

Nesta pesquisa, tratamos das atividades de tradução, de interpretação e de guia-interpretação como atividades distintas dentro de um mesmo campo de trabalho, compreendendo que as condições de produção, circulação e recepção dos enunciados, dos discursos, ora traduzidos, ora interpretados, ora guia-interpretados, implicam diferentes produtos, situados em diferentes esferas da atividade humana, e nessas, em diferentes gêneros do discurso específico.

O texto da língua de partida a ser interpretado não é um mero texto falado ou escrito, mas um enunciado, um todo orgânico, que dialoga com as diversas vozes sociais que se inserem numa cadeia discursiva, refletindo e refratando-as em uma atitude responsiva (FOMIN, 2018, p. 100).

A partir desse pressuposto, vamos nesse tópico discorrer sobre essas atividades, de tradução, de interpretação e de guia-interpretação, estudos, constituição, concepções, modalidades, movimentos, descrição e especificidades.

Os “estudos da tradução”, de um modo geral, já contam com uma história de registro e pesquisa bastante importante, que antecede os “estudos da interpretação”, disciplina mais contemporânea, no que se refere às línguas vocais<sup>10</sup>. Observamos que a maior parte das línguas vocais são facilmente registradas pelo texto escrito desde tempos remotos. Por consequência disso, a tradução literária, por exemplo, tem uma grande tradição, tanto na sua produção como no seu estudo como campo disciplinar.

Em contraponto, uma conferência ou tipo de interação que envolva a interpretação simultânea entre duas ou mais línguas vocais, disponibilizadas ao público oralmente e concomitantemente, exige um aparato técnico e tecnológico para seu registro, mais específico para evitar a interferência de sons entre as línguas no que diz respeito à percepção auditiva e à compreensão propriamente dita. O registro da atividade, e conseqüentemente seu estudo, exige também diferentes métodos e recursos tecnológicos específicos mais complexos que os estudos clássicos da tradução. No entanto, não podemos deixar de dizer que o avanço relacionado às mídias e tecnologias tem sido enorme nessa última década, e de forma extraordinária, nesses últimos anos, a partir da situação da pandemia do Covid 19.

Em se tratando da atividade que envolve pelo menos uma língua de sinais, observamos que os “estudos da interpretação de línguas de sinais” foram pioneiros, e mais recentemente vemos especificamente a “tradução de/para língua de sinais” como uma jovem disciplina a depender de recursos tecnológicos e midiáticos para seu desenvolvimento. Quiçá essa questão tenha relação com história da atuação do

---

<sup>10</sup> Estudos mais recentes também problematizam o uso da nomenclatura utilizada para definir a modalidade de língua cuja produção é através dos sons da fala e a percepção é auditiva. Comumente usa-se o termo oral-auditiva, porém, esse termo hoje é questionado porque reivindica-se que a língua de sinais também possui tradição oral, no sentido de ser produzida e perpetuada pelos falantes da língua de geração em geração, em contraponto à produção de enunciados por meio de registros escritos. Defende-se, portanto, que as línguas ditas orais (faladas por meio da articulação do som – voz) são produzidas por meio de um sistema de articulação vocal (RODRIGUES, 2018b).

TILS primordialmente na mediação face a face em especial na esfera educacional e comunitária.

Durante a maior parte do século XX, evidentemente, a profissionalização da interpretação aconteceu na esfera das conferências e organizações internacionais. A interpretação de língua de sinais nos Estados Unidos e a interpretação de língua oral em contextos comunitários em países de imigração, tais como a Austrália, a Suécia e o Reino Unido, deram grandes passos nos anos 70, mas os vários domínios estavam visivelmente tomando diferentes trajetórias, praticamente sem nenhuma intersecção. [...]. Foi apenas no decorrer dos anos 80 que intérpretes em diferentes campos começaram a tomar um maior conhecimento uns dos outros. Várias reuniões e publicações (Longley, 1984; McIntire, 1984) refletem o envolvimento considerável da comunidade de intérpretes de conferência em iniciativas em prol da profissionalização e, especialmente, da formação, de intérpretes para cenários comunitários (POCHHACKER, 2010, p. 64).

Nas línguas de sinais, as situações sociais que demandam a interpretação simultânea face a face ainda são infinitas e cotidianas em maior incidência comparação às demandas pelo trabalho tradução, mas esse cenário tende ao equilíbrio a partir do uso de tecnologias e mídias de registro. Podemos dizer que isso acontece devido à necessidade de mediação linguística entre surdos e ouvintes que não sabem língua de sinais em diferentes esferas sociais. Albres (2005, p.36) expõe que “as primeiras experiências, com a presença do intérprete de Língua de Sinais em sala de aula inclusiva, estão marcadas na década de 1990”. Sabemos da necessidade de atuação do TILS cotidianamente na educação, também em serviços públicos e essenciais, no mercado de trabalho, na esfera cultural e artística, e, por esse motivo, essas situações têm sido mais estudadas, tomadas como objeto pelas pesquisas acadêmicas, como exposto no tópico anterior.

Conforme explica Nascimento, os efeitos de modalidade de língua implicam, para além dos controles cognitivos do processo interpretativo, em uma demanda externa que influencia e interfere na produção enunciativa do intérprete, de um ponto de vista enunciativo-discursivo (NASCIMENTO, 2016).

Sobre esse aspecto, McBurney *apud* Rodrigues (2018a) define *modalidade* como os meios biofisiológicos pelos quais uma língua é realizada. De modo geral, podemos explicar que línguas de *modalidade vocal-auditiva (oral-auditiva)*, contam

com um sistema de articulação vocal na produção linear de fonemas e um sistema prioritariamente auditivo de recepção e compreensão, contrastando-se às línguas de sinais, de *modalidade gestual-visual (manual-visual, espaço-visual)*, que contam com um sistema gestual de produção e sua recepção por meio da percepção visual. Por essa razão, a produção articulatória das línguas de sinais envolve parâmetros como: configuração de mão, orientação, locação, movimentos e expressões não manuais – faciais e corporais (QUADROS, 2004; XAVIER, 2006; RODRIGUES, 2018a, 2018b).

Não obstante, a atividade de guia-interpretação para pessoas surdocegas também se organiza como disciplina, ora como especialização da atividade de interpretação considerando o uso da *língua de sinais tátil e língua de sinais em campo reduzido*, ora como disciplina independente, a depender das diferentes formas de comunicação<sup>11</sup> com a pessoa surdocega. Conforme Almeida (2015, p. 54), “o guia-intérprete é o profissional que domina diversas formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira, podendo fazer interpretação ou transliteração”.

Considerando a vasta literatura internacional sobre a temática a partir de estudos no campo da linguística e da sociolinguística, Gabarró-López e Mesch (2020, p. 157), que pesquisam sobre interpretação para a Língua de Sinais Tátil Sueca, concordam com autores norte-americanos e europeus, e descrevem que as línguas de sinais táteis são uma adaptação das línguas de sinais visuais usadas pelas diferentes comunidades surdas, e que o grau e o tipo de adaptação vão depender do interlocutor surdocego e da língua de sinais da comunidade em que ele vive.

Propomos, portanto, uma leitura diferente das condições de produção, registro e circulação dessa atividade em três principais formas de atuar, que se

---

<sup>11</sup> Escrita Braille; Finger Braille; Braille manual; Máquina de datilografar Braille; Teclado/ linha Braille; Alfabeto na palma da mão (costas ou antebraço); Alfabeto tátil duas mãos; Escrita alfabética ampliada; Sistema Lorm; Sistema Malossi; Sistema Pró-tátil; Comunicação Háptica; Tadoma; Fala ampliada; Placas alfabéticas; língua de sinais tátil e língua de sinais campo reduzido (ARAÚJO *et al.*, 2019; SANTIAGO, 2021).

distancia da leitura das descrições comuns entre as atividades de *traduzir*, de *interpretar* e de *guia-interpretar* nos estudos gerais.

Salientamos que, em todas as esferas de atividade humana que possuem falantes de comunidades linguísticas e culturais diferentes, são necessárias e demandadas tanto a atividade de tradução de conteúdos e de discursos (registrados em textos escritos, em áudio ou audiovisuais), quanto a interpretação de interações face a face (de forma presencial ou remota), e que neste trabalho de pesquisa não temos o intuito de hierarquizar ou definir grau de importância ou de complexidade entre as atividades, apenas compreender diferenças e similaridades.

Aclaremos ainda que a descrição das atividades de interpretar e de traduzir como distintas é essencial para compreender as condições de atuação do TILS e, conseqüentemente, as relações dialógicas a partir das formas de operacionalização de cada atividade. Ressaltamos, também, que importa inserir nessa discussão a atividade de guia-interpretação, que existe em todas as esferas nas quais a tradução e a interpretação acontecem, porém com estudos ainda incipientes no Brasil.

Sobre a atividade de tradução de e para línguas de sinais, esclarecemos que requer um aparato tecnológico midiático e de audiovisual, e que atualmente existem estudos e desenvolvimentos para atender à necessidade de registro da língua de sinais em vídeo, o que não era comum nas atividades de interpretação simultânea cotidianas. Existem também estudos sobre o registro em escrita de sinais, outro campo de investigação também recente.

Com a nova situação estabelecida pela pandemia da Covid 19 a partir de março de 2020, multiplicou-se a produção de conteúdo traduzido e a transmissão de videoconferências e de vídeos de conteúdos informativos, acadêmicos e de entretenimento cultural e artístico, as chamadas *Lives*, com interpretação simultânea gravadas e ao vivo. Observamos, assim, na atividade de tradução o *processo sistematizado de vídeo-registro* e também o *registro automático em vídeo* da interpretação simultânea. Nesse sentido, a possibilidade de registro passa a não ser mais um ponto de distinção, e sim de hibridização entre tradução e interpretação de e para línguas de sinais, sendo comum às duas atividades, e submetendo o tradutor e o intérprete ao direcionamento à câmera e ao espaço do enquadramento do vídeo.

Em certa medida, o uso de aparato tecnológico e midiático para a guia- interpretação para surdocegos também é possível, isso no caso de interlocutores com resíduo visual, e nesse caso as adaptações de enquadramento no vídeo, cores e contrastes, posicionamento da janela e manuseio do equipamento por parte do interlocutor exigem um caráter de personalização do serviço de interpretação para cada pessoa surdocega.

A partir do exposto, a descrição sistematizada e a distinção das atividades colaboram para a compreensão do fazer do TILS, como conhecimento teórico-prático, no âmbito linguístico, enunciativo e discursivo, e demonstram a necessidade de considerar cada uma das atividades de trabalho como disciplinas em diferentes campos de estudo, como, por exemplo, nos campos da linguística e da filosofia. A compreensão desse fazer a partir dessa descrição e distinção das atividades contribui, embora as reflexões sobre aspectos éticos prescindam da compreensão da atividade nos específicos contextos e situações de atuação.

Dessa forma, além do já mencionado, tentamos circunscrever elementos característicos e distintivos entre as atividades:

A *atividade de interpretação*, seja simultânea, intermitente ou consecutiva, exige do profissional atuar esteticamente e eticamente no limite do tempo da enunciação na língua de fonte, no limite de alguns segundos ou minutos, e no limite da sua própria compreensão do processo de mediação entre línguas e sujeitos, entre sujeitos e suas vidas. Na interpretação, o discurso a ser interpretado se realiza concomitantemente à atividade de mediação linguística, que é discursiva. Nesse sentido, o gênero do discurso se realiza durante a atuação do intérprete; portanto, as decisões durante a atuação são tomadas de forma instantânea e a partir de uma certa imprevisibilidade. Depois da palavra pensada, da palavra dada, o ato já é ato, visto que a interpretação acontece geralmente na mediação imediata, situação em que os sujeitos se encontram visual e fisicamente, e mais recentemente, também virtual e remotamente.

Para Nascimento (2016), a interpretação, enquanto atividade mediadora de interações face a face arbitra no plano do imprevisível, na concepção de que a linguagem é concreta e condicionada ao seu contexto. Nessa mesma direção, Dean

e Polard (2020), que estudam as demandas específicas da atividade de interpretação e questões éticas de nível teleológico e deontológico, afirmam que “a prática profissional *in vivo* apresenta múltiplas demandas, competindo continuamente por nossa atenção e, mais importante, interagindo umas com as outras para apresentar um conjunto complexo de dinâmicas” (p. 279).

Além das demandas linguísticas e extralinguísticas, das relações dialógicas que permeiam o contexto da interpretação – mediação das interações discursivas no momento em que os encontros acontecem, seja de forma presencial ou remota – , a interpretação pode ser operacionalizada principalmente por meio das modalidades simultânea, intermitente e consecutiva, no que diz respeito à concomitância e ao tempo de produção do discurso pelo orador e, por conseguinte, da produção do discurso pelo intérprete.

Na *Interpretação Simultânea*, muito comum em diferentes situações, orador produz seu discurso em um fluxo contínuo, enquanto a interpretação está acontecendo concomitantemente também em fluxo contínuo; a simultaneidade é relativa, porque o intérprete sempre produz o texto equivalente com alguns segundos de atraso em relação ao orador, recurso que chamamos de *lag time*. A *Interpretação intermitente* é modalidade menos comum em conferências e mais recorrente na esfera comunitária em diferentes âmbitos, como jurídico e de saúde, também chamada de interpretação *sentence-by-sentence*. Como característica principal dessa modalidade, temos a alternância de blocos extremamente breves entre a expressão do orador na língua fonte e a expressão do intérprete na língua alvo; nela, não há concomitância e não há tomada de notas. Na *Interpretação consecutiva*, comum na esfera de conferências internacionais, o intérprete se posiciona lado a lado com o orador/conferencista. Enquanto o orador se expressa na língua fonte, o intérprete toma notas para, a intervalos de em torno de cinco a dez minutos, para depois fazer a interpretação de forma não concomitante para a língua alvo. Por esse motivo, essa modalidade faz com que a duração do evento necessite de dobro de tempo (RUSSELL, 2002; ROSA, 2008, PAGURA, 2003 e 2015; POCHHACKER, 2010; NOGUEIRA, 2016; SANTOS, 2016; SANTIAGO, 2016).

Dessas três modalidades de interpretação – simultânea, intermitente e consecutiva – derivam tantas outras que envolvam pelo menos uma língua de sinais, que se diferem não pela questão tempo, mas por outras características, como contexto ideológico, posicionamento, recursos e equipe. Podemos citar Interpretação simultânea sussurrada; Interpretação de Cabine; Interpretação simultânea com texto; Tradução oral a *prima vista*; Interpretação simultânea com superposição visual; Interpretação oral – *voice over* (fala ampliada para surdocegos); Guia- interpretação com comunicação háptica; Interpretação simultânea com dublagem em equipe; Interpretação relay/multitarefa; Interpretação feeder de línguas de sinais; Interpretação intermitente com performance; Interpretação intermitente em juízo com revisão etc. (RODRIGUES 2010; NOGUEIRA 2016 e 2018; SANTOS, 2016; SANTIAGO, 2017 e 2019; CANUTO *et al.*, 2019; SANTIAGO e LOURENÇO, 2019).

Agora, passamos a descrever a *atividade de traduzir*, que também é discursiva, também influenciada pelo contexto histórico e social, porém, tem como principal característica a produção do texto traduzido apartada do momento enunciativo de produção na língua fonte. Essa condição permite ao tradutor um tempo maior de reflexão para estudo, controle na produção e no registro, com a possibilidade de pesquisas, consultas e refação do trabalho. A atividade de tradução também proporciona um distanciamento do texto, se comparada com situações de interpretação, de mediação imediata, considerando que o tradutor tem em mãos o texto (escrito, em áudio ou videogravado) finalizado, diferentemente da interpretação simultânea, em que o discurso a ser interpretado acontece durante a sua atuação.

Nesse sentido, receber um material finalizado para a tradução possibilita uma contemplação ética e estética do texto a ser traduzido e, conseqüentemente, do produto final da sua atividade. Essa contemplação é inerente às condições de produção e registro e também à possibilidade de informações sobre as formas de circulação e sobre os destinatários presumidos do produto da tradução, produto que é planejado e organizado a partir desse conhecimento.

Sobre a atuação do tradutor, Peluso (2015) cunhou o conceito de “*textualidad diferida*” ao se referir ao processo de registro ou de representação de uma língua oral [vocal] ou de sinais, em especial na atividade de tradução que envolve línguas

de sinais, tendo o texto *diferido* como um texto planejado e controlado, que chamaremos provisoriamente de textualidade transferida. Para o autor, “por um lado as tecnologias se aplicam as línguas, e, por outro lado, as línguas se aplicam a tais tecnologias” [...] “Prefiro chamar de textualidade transferida (e não escrita) a todos os textos que são apartados do momento de enunciação por meio de alguma tecnologia da língua, seja um sistema de escrita ou uma ferramenta de registro (áudio ou videogravações)” (PELUSO, 2015, p. 481, tradução nossa<sup>12</sup>). Peluso explica ainda que o uso de tecnologia para produção e registro exerce sobre o texto uma operação física que o transforma em objeto material, assim como a textualidade transferida se reflete em uma mudança na relação de poder entre as línguas envolvidas na tradução. Ele afirma que, na tradução, pelo fato de os textos serem construídos para serem lidos fora do momento de enunciação existe uma objetificação:

As gravações de vídeo partilham com a escrita esta propriedade de permanência, uma vez que o texto gravado em vídeo é também fixo; e partilham também a propriedade da objetificação, uma vez que materializam o texto e o transformam num objeto manipulável externo ao falante (PELUSO, 2015, p. 483, tradução nossa).

Por fim, podemos inferir que, nos tempos atuais, é a situação concreta de produção da interpretação ou da tradução e suas condições de construção do texto na língua fonte que diferencia as atividades. Na *atividade de interpretação*, a produção do texto na língua/cultura de alvo é síncrona à apresentação do texto na língua/cultura fonte, condicionada às relações dialógicas e ideologias subjacentes a esse dado momento concreto. Na *atividade de tradução*, a produção/construção do texto na língua/cultura alvo está apartada em condições de tempo e de lugar da situação de produção na língua/cultura fonte, a construção do texto da tradução também é influenciada pelas relações dialógicas, contudo o acesso ao texto finalizado muda completamente as condições de reflexão e a produção da tradução.

---

<sup>12</sup> ‘Por un lado, a las tecnologías que se aplican a las lenguas y, por otro lado, a las propias lenguas a las que se aplican dichas tecnologías’ [...] prefiero llamar *textualidad diferida* (y no *escritura*) a todos aquellos textos que son apartados del momento de enunciación por medio de alguna tecnología de la lengua, sea esta tecnología un sistema, de escritura o una herramienta de registro (áudio o video grabaciones) (PELUSO, 2015, p. 481).

Ainda assim, essa distinção não é tranquila, tampouco estanque, posto que na operacionalização da atividade de tradução existe a condição de interpretação, ainda que mais controlada; e que na atividade de interpretação residem características da atividade de tradução; e esclarecemos ainda que, exceto à situação concreta enunciativa de produção em relação ao tempo e ao espaço, podemos dizer que há um certo hibridismo, marcado pela materialidade da língua e condicionada a sua forma de produção e de registro.

Poderíamos dizer então, que é a situação de encontro com o texto a ser traduzido, interpretado ou guia-interpretado que diferencia e organiza cada atividade, é esse encontro com o texto, com o discurso, e, portanto, o encontro com o outro que instaura o procedimento, a atividade, sempre em relação ao tempo/espaço, constituída também pelo destinatário e pela realidade material das línguas envolvidas na atividade de tradução e interpretação.

Assim, a terceira atividade que compõe o campo é a *guia-interpretação* para pessoas surdocegas. Essa atividade, além de agrupar as características da atividade de interpretação já descritas, concebe um contato corporal mais próximo com seu interlocutor, por motivo de a modalidade de língua ter como base de um sistema de percepção tátil e sinestésico ou por trabalhar com adaptações da língua de sinais para um campo reduzido, de tal modo que se operacionaliza como trabalho individualizado e específico para a forma de comunicação e interação da pessoa surdocega, hoje muitos surdos também exercem essa atividade, versando da Libras para a Libras Tátil, ou do português escrito para a Libras Tátil. A guia-interpretação também é responsável pela orientação e mobilidade do surdocego; portanto, exerce alto grau de valoração da situação de interação e do contexto pelo guia-intérprete, responsável pelo desenvolvimento de interações por meio da interpretação de ligação e também pela integridade física do surdocego (SANTIAGO, 2016, 2021). Em consonância, Lourenço (2012) indica que qualquer proposta de formação de guia-intérprete só tem sentido se pensada no contexto maior da formação de intérpretes.

Na guia-interpretação, para além da atividade de verter de uma língua para outra, a atividade de guia-interpretação reside em uma linha tênue entre favorecer a autonomia da pessoa surdocega e induzir consciente ou inconscientemente suas

impressões e decisões a partir da atividade valorativa e de questões ideológicas que permeiam as vivências do guia-intérprete. A atuação ética a partir desses aspectos ganha outras camadas e, por si só, mereceria uma investigação específica.

Adicionalmente, nos estudos da tradução e da interpretação de língua de sinais (ETILS), no Brasil, para além dos efeitos de modalidade de língua no que se refere ao seu sistema de produção e percepção, faz-se necessário olhar para a questão da modalidade e seus efeitos e pensar nas influências e relações entre a Libras e o português por exemplo, entre as línguas de sinais e como essas materialidades distintas se organizam no fazer do tradutor e intérprete no que diz respeito às interferências, predominâncias, relações de poder entre línguas em contato e seus sujeitos.

Não somente a modalidade de língua tem efeitos sobre a tradução e a interpretação de/para línguas de sinais, já que outros aspectos sociais e históricos envolvendo as línguas de sinais e as comunidades surdas, minoria linguística e cultural, também marcam esses processos interlinguísticos e interculturais. Os intérpretes e os tradutores de línguas de sinais têm sido responsáveis por um duplo movimento que, se por um lado, possibilita que informações e conhecimentos cheguem às comunidades surdas, por outro, transporta os saberes produzidos por essas comunidades da margem ao centro do debate atual (RODRIGUES, 2018b, p. 305).

Antes de passar para o próximo tópico, consideramos importante, portanto, apresentar outros aspectos de atuação, que envolvem a relação entre as línguas e direcionalidade, aspectos que não devem ser considerados unicamente do ponto de vista linguístico, mas na dialogicidade desses encontros.

Na tradução e interpretação entre línguas de sinais, atividade intramodal, executada por intérpretes e tradutores surdos, a língua de sinais carrega as vivências que são visuais e culturais do povo surdo. Inicialmente essas atividades aconteciam em reuniões e encontros esporádicos, na esfera acadêmica ou em encontros de federações e associações de surdos e de intérpretes que reuniam participantes surdos de vários países, envolvendo a apresentações na língua de sinais do país e a interpretação para o sistema de Sinais Internacionais

(SI)<sup>13</sup>, ou também a interpretação para língua de sinais de outros países, como por exemplo a *Langue des Signes Française* (LSF), a *American Sign Language* (ASL), a *British Sign Language* (BSL) a *Lengua de Señas Argentina* (LSA), *Lengua de Señas Ecuatoriana* (LSEC), etc.

É importante salientar que cada país tem a sua língua de sinais nacional específica, ainda que utilizem o mesmo idioma falado oralmente em outro país, como por exemplo a maioria dos países da América Latina que são hispanohablantes ou que tem o espanhol como uma de suas línguas oficiais, mas que possuem línguas de sinais totalmente distintas.

É possível observar internacionalmente o crescimento dessas demandas interpretativas intermodal e intramodal, principalmente, em contextos de conferências. Os eventos que reúnem surdos falantes de diferentes línguas de sinais têm requerido, cada vez mais, a atuação de intérpretes surdos, os quais realizam, principalmente, a interpretação interlingual intramodal gestual visual, assim como entre uma língua de sinais e o sistema de Sinais Internacionais (SI) (RODRIGUES e FERREIRA, 2019, p.112).

Esclarecemos também que a interpretação e tradução para Sinais Internacionais é uma prática já consolidada no contexto de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), em que trabalham equipes de intérpretes surdos e não-surdos, também na Federação Mundial de Surdos (WFD) e na Associação Mundial de Intérpretes de Linguagem de Sinais (WASLI). Lugares em que a atividade de mediação e mobilização de discursos tratam também de temas sensíveis, políticos, culturais e demandas específicas de cada nacionalidade, de cada cultura.

Não nos aprofundaremos nessa temática da modalidade e direcionalidade, mas esclarecemos que também merece uma atenção específica na pesquisa e na formação de TILS e GI surdos e não surdos, seja para trabalhar em equipe de

---

<sup>13</sup> SI é um modo de comunicação eficaz para surdos em contextos transnacionais e tem sido utilizado como língua franca em eventos internacionais, incluindo os Jogos Olímpicos para Surdos e desde os Jogos Silenciosos em 1924, nos quais participaram nove países europeus. SI foi também utilizada no movimento político global, a Federação Mundial de Surdos (WFD), em Roma em 1951. SI inicialmente foram descritos como um fenômeno de contato e pidgin situacional e não tem uma forma única e globalmente estabelecida, embora exista algum léxico organizacionalmente estabelecido (Stone & Russell, 2015). Hoje com a facilidade de interação à distância e também de encontros internacionais cada vez mais frequentes, vemos sistema de SI em grande desenvolvimento.

surdos ou equipes mista com a interpretação *relay*, ou seja, a interpretação de alimentação em diferentes direções entre no mínimo três línguas, com pelo menos duas línguas de sinais e uma ou mais línguas vocais, atividade também chamada de interpretação multitarefa.

Outra situação é a interpretação ou guia-interpretação que envolve concomitantemente diferentes combinações linguísticas, como por exemplo duas línguas vocais alternadamente (o português e uma língua estrangeira) e a Libras, em que pode haver ainda a alternância entre modalidade e direcionalidade entre língua A, B e C.

Conforme a Associação internacional de Intérpretes de Conferências (AIIC, 2018), as línguas de trabalho dos intérpretes são classificadas em três categorias, denominadas "A", "B" e "C": Línguas ativas: A: a língua materna do intérprete (ou outra língua estritamente equivalente a uma língua materna), para a qual o intérprete trabalha a partir de todas as suas outras línguas, e como regra geral, em ambos os modos de interpretação, simultânea e consecutiva. B: língua diferente da língua materna do intérprete, da qual ela ou ele tem um domínio perfeito. Línguas passivas: C: Línguas, das quais o intérprete tem um entendimento completo e a partir das quais ele interprete para a língua A ou B.

Assim como na mobilização de discursos entre línguas de sinais e na multitarefa, a interpretação que envolve concomitantemente o processamento de três línguas para um mesmo intérprete pode ser vista em reuniões e conferências em no contexto comunitário e no de conferências e envolve multiculturalidade e pluralidade de interações realizadas em cada encontro, que é linguístico, discursivo e ideológico, e que determinam as relações de alteridade, intrínsecas às condições e contextos de atuação e que indicam outras tantas camadas éticas e estéticas.

A partir do exposto, das diferentes situações e encontros, compreendemos cada uma dessas atividades como atos enunciativo-discursivos; e, para tanto, faz-se necessário compreender as relações que se colocam em funcionamento quando um TILS e GI trabalha mobilizando discursos para e por diferentes sujeitos, de e para diferentes línguas/culturas, em diferentes condições de produção e diferentes situações que permeiam relações dialógicas que interferem nas tomadas de decisão

em qualquer que seja o contexto. Volóchinov explica que “o enunciado como tal é em sua completude um produto da interação social, tanto mais próxima, determinada pela situação da fala, quanto mais distante, definida por todo o conjunto das condições dessa coletividade falante” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 216).

Segundo Silva (2011, p. 84), “todo enunciado é uma tomada de posição, uma vez que, no ato da enunciação, concretiza-se uma postura global em relação à língua, à visão de mundo, aos conhecimentos e a outros discursos”. Para o autor, a tradução na condição de enunciado também compartilha dessas características.

Nascimento (2011, 2016, 2018) define a tradução e a interpretação como atos enunciativo-discursivos de mediação a partir da perspectiva dialógica de estudo da linguagem; isso significa enxergar a materialidade produzida nesses atos como enunciados concretos, concebidos como unidade real da constante cadeia de comunicação discursiva. Silva (2011) explica que essa materialidade, ou seja, essas escolhas de tradução

são orientadas pelas relações dialógicas do tradutor com o já-dito (não apenas o texto de partida, mas todos os discursos que o sujeito que traduz conhece sobre os elementos presentes nesse texto-fonte) e com a resposta ativa de sua audiência (não apenas de seus leitores projetados, mas tudo que eles podem vir a questionar, julgar, objetar) (SILVA, 2011, p. 49).

Por isso, Silva (2011, p. 39) afirma que “a visão de língua na base das concepções essencialistas resultou em construtos teóricos que não abarcam a complexidade da língua e, portanto, da tradução”, e passa a conduzir seus estudos sobre tradução à luz da teoria dialógica da linguagem, assim como Nascimento (2011, 2013, 2016, 2018, 2019, 2020) em relação a seus estudos sobre a tradução e interpretação que envolvem línguas de sinais. É nessa teoria linguístico-enunciativo-discursiva que também concebemos as atividades de tradução, de interpretação e de guia-interpretação como atos discursivos, fazendo deslocamentos teóricos que se distanciam do pensamento tradicional e sistemático sobre a linguagem e sobre a língua.

Devemos ainda acrescentar que a atividade de verter um texto/discurso de uma língua/cultura para outra é endereçada objetivamente a uma terceira pessoa,

que é, para Silva (2011), um leitor projetado numa outra cultura, onde o tradutor lida com a compreensão responsiva ativa dessa nova audiência em uma relação de natureza dialógica. Brait (2005, p. 95) destaca que “o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos”.

Também Nascimento (2013), trata a atividade, seja de tradução, seja de interpretação de Libras, sobre o ponto de vista do dialogismo, como atividade de mediação enunciativo-discursiva, “ato de enunciação que constrói a ponte discursiva entre locutor e interlocutor” (NASCIMENTO, 2013, p. 220). Enunciação que, para o autor, subsiste na dimensão discursiva e ideológica, na passagem da significação linguística para o uso real do discurso, e é sob esse ponto de vista que pretendemos discutir as concepções sobre a ética do TILS e GI, situando nossas análises também a partir dos estudos de Bakhtin e do Círculo sobre gêneros do discurso, em que mesmo uma definição mais simples deve levar em conta prioritariamente como elemento constitutivo os destinatários dos enunciados.

O objeto do trabalho do TILS e GI é o texto e é o discurso, materialidade verbal que mobiliza, e que envolve sujeitos e linguagem. Brait (2012) explica que, para falar de texto e de discurso como realidade dos estudos da linguagem na visão do Círculo de Bakhtin, diferentes elementos situados nas dimensões semióticas e ideológicas são combinados no pensar sobre a linguagem em suas múltiplas manifestações, o que inclui o estudo dos gêneros que veremos no tópico a seguir.

### **2.3 A atuação do TILS – esfera e gênero**

A atividade de interpretação/tradução e guia-interpretação envolve o encontro de diferentes sujeitos, que, ante sua diferença linguística/cultural/histórica, carregam nas palavras um caráter individual ao mesmo tempo que exprimem vozes sociais. Os TILS e GI ideologicamente travam uma batalha com o reconhecimento do diferente, e se colocam subjetivamente perante as diferenças ao traduzir ou

interpretar de/entre/para língua de sinais. No entanto, no dia a dia, quem solicita a presença do TILS nem sempre concebe a complexidade de sua tarefa.

Como dito no capítulo de introdução, ressaltamos aqui que esta pesquisa se constitui no encontro de no mínimo três diferentes esferas da atividade humana, que constituem seu *corpus*: a acadêmica, a social e a política. Consequentemente, ela também se constitui de alguns dos gêneros do discurso situados nessas esferas. São esses enunciados que vão compor o nosso axioma sobre a atuação do TILS.

A Esfera acadêmica é um profícuo campo de produção de discursos sobre a atividade do TILS. Nascimento (2016) explica que, no campo maior dos estudos da interpretação, a interpretação da língua de sinais se constitui como um subcampo temático, que mobiliza discursos de línguas com modalidades diferentes, modalidade gestual-visual e modalidade oral-auditiva. Essa condição exige uma abordagem específica, e, com isso, as contribuições dos estudos da interpretação como disciplina vêm conquistando espaço, possibilitando construções de saberes: “o arcabouço epistemológico bakhtiniano da enunciação, do gênero, da esfera, do discurso pode ser utilizado para a compreensão de todas as atividades humanas que se fundam na linguagem, dentre elas a tradução e a interpretação” (NASCIMENTO, 2016, p. 132).

Além do campo estritamente acadêmico na esfera social e política, as pessoas surdas, que participam das três esferas elencadas e que são os principais interlocutores nos projetos discursivos empreendidos pelas mãos dos TILS e GI, constroem significados sobre esses atores sociais e empreendem novos discursos sobre os TILS e GI em meio aos enunciados, frutos dessa atividade em diferentes esferas sociais e gêneros do discurso. Os discursos dos surdos sobre os TILS e GI carregam as marcas das relações empreendidas na história dessa comunidade, e os textos se estruturam tendo como base o diálogo, que “pode ser compreendido de modo mais amplo não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 219).

Todo enunciado, por mais significativo e acabado que seja, é apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta (cotidiana, literária, científica, política). No entanto, essa comunicação discursiva ininterrupta é, por sua vez, apenas um momento da constituição ininterrupta e multilateral de uma dada coletividade social. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 219-220).

Na atividade de tradução e de interpretação que envolve a língua de sinais, e claro, também na guia-interpretação, muito há que ser discutido e pensado. As relações entre surdos e ouvintes estão longe de serem serenas e há um cenário, há uma historicidade que nos leva a debates imprescindíveis, debates éticos, porém, ainda não abarcados nas pesquisas sobre o fazer dos TILS e GI, e sobre as concepções de língua que permeiam a atividade, valorações intrínsecas às vivências nas línguas, como exposto no tópico anterior. Não obstante, os próprios intérpretes, tradutores e guias também produzem enunciados sobre o seu fazer, enunciados esses que perpassam os conceitos de ética e de responsabilidade. Para Sales, as palavras, ao serem pronunciadas, estão embebidas de emoções, sentimentos. “Elas emergem nos discursos, impregnadas nas contradições, (pré)conceitos, estereótipos, construídos ao longo da história – e elas rememoram isto, ao mesmo tempo que abrem espaço para contestação” (MENEZES, 2014, p. 88).

Sales explica que, para o TILS, em especial no seu estudo sobre os intérpretes educacionais, “é fundamental que desfrutem de oportunidades de distanciamento de suas realidades e se ponham em interlocução com os outros profissionais para que, dentro de uma perspectiva mais coletiva, possam pensar e pensar-se como Tradutores-Intérpretes de língua de Sinais” (MENEZES, 2014, p. 182).

Conforme Santos (2014, p. 37), “o mito de que o tradutor e o intérprete deve apenas realizar a transposição entre línguas, atendo-se somente às questões linguísticas, deve ser explorado e questionado”. A autora, afirma que o profissional não realiza um ato mecânico, e, portanto, o enfoque exacerbado sobre a ética na atuação profissional, no que diz respeito à exatidão e fidelidade, também deve ser questionado, compreendendo essas práticas sob a ótica humana, e embasadas em conceitos de linguagem e de língua que não as restringem a processos linguísticos.

Santos, sobre o TILS, ressalta que esse profissional constrói sentidos diversos a cada palavra enunciada pelo outro, faz escolhas ideológicas e transforma o enunciado do outro em outro enunciado, para um interlocutor presente que vive num dado contexto e que, por meio desse profissional, deve chegar à compreensão daquele primeiro enunciado proferido, o que não acontece de forma neutra. “Um processo tão complexo de relação entre línguas, entre culturas e entre ideologias, não pode ser reduzido à mera transposição” (SANTOS, 2014, p. 41).

O indivíduo como proprietário dos conteúdos da sua consciência, como autor das suas ideias, como uma personalidade responsável por suas ideias e desejos, é um fenômeno puramente socioideológico. Portanto, o conteúdo do psiquismo “individual” é tão social por sua natureza quanto a ideologia, e o próprio grau da consciência da sua individualidade e dos seus direitos interiores é ideológico, histórico e está inteiramente condicionado pelos fatores sociológicos (VOLÓCHINOV, 2017, p. 129).

Nesse sentido, o narrar-se constrói memória e funda identidades, tanto para os TILS, quanto para os surdos. Luz (2013), que estuda narrativas de pessoas surdas, apresenta as questões fundamentais observadas nas vivências surdas, desde os laços parentais até as relações sociais na vida dos surdos, e explica que o surdo também aspira a ter rosto reconhecido e cuidado, ao encontro com o Outro, a significar o mundo a partir de seu psicossoma, a ter gesto criativo no mundo, a habitar singularmente o espaço potencial, a ter comunicadas suas *narrativas comunicantes*, a desenvolver instrumento linguístico rico e sensorialmente acessível para simbolizar criativamente o Outro, o mundo e a si próprio. Segundo o autor, o surdo necessita, dentre tantas especificidades, experiências linguísticas plenas e cotidianas e acolhida ética que o sustente no tempo e no espaço como um alguém em tendência de vir a ser (LUZ, 2013, p. 172).

Depreendemos do estudo de Luz o entendimento de que é pertinente considerarmos que a atividade de trabalho do TILS ideologicamente reflete e refrata essa historicidade e adiciona o conhecimento da condição da surdez, não como conflitante, mas aglutinadora da sua consciência que se empenha na direção da discursivização dialógica, na direção do outro e de si mesmo. “O meio ideológico é a consciência social de uma dada coletividade, realizada, materializada e

exteriormente expressa” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 56). Em consonância com esse pensamento, observamos os espaços de formação de TILS, em especial a esfera acadêmica, como lugar de construção de uma consciência social, espaço de contemplar estes conhecimentos, para além do estudo linguístico, na observância da condição do TILS na relação com seus outros e perante o mundo, e da ciência de significar esse mundo, conforme observamos em Volóchinov:

Nenhum signo cultural permanece isolado se for compreendido e ponderado, pois ele passa a fazer parte da unidade da consciência verbalmente formalizada. A consciência sempre saberá encontrar alguma aproximação verbal com signo cultural. Por isso, em torno de todo signo ideológico se formam como que círculos crescentes de respostas e ressonâncias verbais. Qualquer refração ideológica da palavra como fenômeno obrigatório concomitante. A palavra está presente em todo o ato de compreensão e em todo o ato de interpretação (VOLÓCHINOV, 2017, p. 101).

Bakhtin discute o mundo teórico em relação à verdade do mundo prático. Ele explica que o mundo teórico se coloca como uma abstração, inicialmente a respeito do ser único e seu ato ético, e não pode existir fora disto, fora da comunicação real e singular com o ser, não como ser teórico único, não na direção de ser relativizado, mas possível de ser significado e interpretado como ato ético e responsável (BAJTIN, 1997, tradução nossa). Bakhtin explica também, depois de muitos estudos na direção de construir um pensamento sobre ciências humanas, que

Nosso *pensamento* e nossa *prática*, não técnica, mas *moral* (isto é, nossos atos responsáveis) se realizam entre dois limites: entre as relações com a *coisa* e as relações com a *pessoa*. *Coisificação* e *personificação*. Dentre os nossos atos, uns (os cognitivos e morais) tendem para o limite da coisificação sem nunca o atingir; outros tendem para o limite da personificação sem atingir plenamente (BAKHTIN, 2017, p. 76).

A discursivização do sujeito é essencialmente dialógica na direção de si e do outro. Aqui trazemos os estudos dos gêneros do discurso em que Bakhtin coloca o destinatário como limite constitutivo dos enunciados, assim como elemento constitutivo do gênero, ou seja, a condição de direcionamento ou endereçamento a alguém é indispensável de ser pensada. Esse conceito se faz produtivo ao passo

que colocamos surdos e ouvintes como destinatários recíprocos e construtores de uma memória discursiva, que pretendemos resgatar. O autor explica ainda que as concepções do destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a que tal enunciado se refere: “ao construir meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa; por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado” (BAKHTIN, 2016a, p. 63).

Sobre esse aspecto, Volóchinov explica que “Todo discurso é um discurso *dialógico* orientado para outra pessoa, para sua *compreensão e resposta* real ou possível. Essa orientação para o ‘outro’, para o ouvinte, pressupõe inevitavelmente a consideração da inter-relação *sócio-hierárquica* que existe entre os interlocutores” (VOLÓCHINOV, 2019c, p. 280). Para ele a orientação social estará sempre presente em qualquer enunciado e constitui sua força estilística e até mesmo sua estrutura puramente gramatical.

Nesse mesmo sentido, Medviédev (2016) compreende que, para a compreensão do gênero, é preciso compreender a sua dupla orientação: no direcionamento do enunciado que considera sua audiência em determinadas condições de produção e recepção; e no direcionamento na vida mediante seu conteúdo temático: “cada gênero é um tipo especial de construção e acabamento do todo, sendo que, repetimos, trata-se de um tipo de acabamento temático e essencial, e não convencional e composicional” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 194).

A dupla orientação do gênero considera circunstâncias temporais e ideológicas do e no discurso, assim como os elementos linguísticos, enunciativos e formais que possibilitam sua existência. A primeira orientação é considerada a partir da exterioridade, relacionada à vida; a segunda, também voltada à vida, se dá a partir da interioridade do gênero, marcada pelos aspectos linguísticos, forma, conteúdo temático, e a noção de esfera ideológica que envolve e constitui a produção, circulação e recepção de um gênero e sua relação com a vida (BRAIT; PISTORI, 2012, p. 383).

Para Bakhtin (2017), o primeiro momento da minha atividade estética consiste em identificar-me com o outro, colocar-me em seu lugar, coincidir com ele, e é no

gênero do discurso que os enunciados se organizam, em cada esfera de atividade humana. Esse pensar sobre a atividade nos leva ao entendimento da tradução e interpretação de e para língua de sinais como atividade estética, que parte de um lugar conhecido, com demandas específicas, em especial no que diz respeito a ideologias e seus destinatários específicos e às coerções da atividade essencialmente de linguagem, a serviço de diferentes gêneros do discurso.

Considerando que a tradução e a interpretação de e para língua de sinais é produto da interação discursiva em interlocução com determinado campo de atividade humana, podemos considerar essas atividades como práticas discursivas. E, não obstante, na compreensão de que a atividade de traduzir/interpretar se constitui e se materializa nos enunciados como ato responsável, ético e estético, podemos considerar que, no sentido de um fazer técnico, também se coloca como fazer participativo e representativo, pensado e vivenciado nas diferentes esferas da atividade e gêneros do discurso. É com esse olhar para o fazer do TILS, a partir de discursos situados em diferentes esferas, e do olhar para a interpretação/tradução como gênero/atividade e suas coerções, que nos propomos a pensar essencialmente na ideia de responsabilidade e representatividade, discussão que veremos no próximo tópico.

#### **2.4 A ideia de responsabilidade e representatividade em Bakhtin**

A ideia de responsabilidade, tão cara a Bakhtin, sustenta toda a sua obra e é base para a discussão em torno do conceito de diálogo, o que podemos conferir na obra *Problemas da Poética de Dostoiévski* em que o autor trata da autoconsciência no *Diálogo em Dostoiévski*, afirmando que: “tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência” (BAKHTIN, 2015, p. 293). O autor trata, nesse ponto, do diálogo entre, no mínimo, duas vozes, do outro (o eu interior) e do outro (vozes do diálogo real), o homem para os outros e para si mesmo.

Segundo Bajtin (1997), por parte de cada participante do diálogo há diferentes representações axiológicas do mundo, e isso não representa contradição, sendo simplesmente o posicionamento único pensado por cada participante do diálogo. Estudar os conceitos de representatividade e responsabilidade em Bakhtin contribui para o entendimento mais elaborado da atividade de interpretar e traduzir, com um outro tipo de profundidade que abarca a participatividade do TILS na vida e na consciência das pessoas envolvidas nas situações de interpretação/tradução.

Em uma perspectiva de produção dinâmica de sentidos na materialização da linguagem, compreendemos a atividade de traduzir, interpretar e guia-interpretar como um processo complexo, em que o TILS, ao tomar a palavra, que não é sua, mas do outro, realiza um ato social e ideológico, marcado por conflitos, e, dessa forma, os sentidos dos enunciados também são determinados pela memória discursiva daqueles que os produzem e daqueles que o mobilizam, implicando em relações de tensão e poder.

No curso desse pensamento sobre a consciência participativa e responsável, Bakhtin, quando se refere ao conhecimento teórico humano, à ciência e todo seu contexto de possibilidades, explica que o conhecimento deve ser visto responsabilmente em face da unicidade participativa do sujeito, o que não reduz a ciência ao seu caráter de verdade autônoma [*istina*], como também não a torna necessariamente uma verdade válida [*pravda*] fundamentalmente<sup>14</sup>. Para o filósofo da linguagem, as verdades *pravda* e *istina* não se opõem, de tal modo que são complementares, no curso do conhecimento, como um saber participativo e responsável, como parte da existência, do dever ser, do não álibi do ser (AMORIM, 2016).

Enquanto o meu ato efetivo, baseado no não álibi do ser, assim como o ato-pensamento, o ato-sentimento, ato-ação, parecem realmente deslocados para os limites extremos do evento do ser, da existência, situados neste como um todo único e singular, e por mais que o pensamento possua um conteúdo concreto, e o ato seja concreto e individual, em toda a sua real simplicidade, ato e

---

<sup>14</sup> Em russo, o termo “verdade” pode ser descrito por 2 palavras diferentes: verdade [*pravda*] - verdade ligada aos fatos ou da verdade própria a cada um, o que confere a realidade de um pensamento; verdade [*istina*] – noção de realidade absoluta em oposição ao que é ilusório, uma autenticidade absoluta, que se aplica à verdade teórica, matemática, filosófica (AMORIM, 2016).

pensamento vão se apresentar como participantes reais de uma totalidade infinita. O que não significa, terminantemente, que eu tenha que pensar em mim e no meu ato, e nessa totalidade como um conteúdo determinado do pensamento: isso não é possível, nem mesmo necessário (BAJTIN, 1997, p. 58, tradução nossa<sup>15</sup>).

Neste ponto, Bakhtin vem explicar que, mesmo na legítima consciência do ser e do dever ser, do pensamento responsável, *a dinâmica entre o eu, o ato e a totalidade da condição do pensamento*, essas três categorias não são reconhecidas/pensadas separadamente, e sim na totalidade do acontecimento singular, concreto e real, enquanto consciência participativa. Assim,

A base da unidade da consciência responsável não é um princípio, mas o fato do verdadeiro reconhecimento de sua participação no evento único do ser, um fato que não pode ser adequadamente expresso em termos teóricos, mas apenas descrito e experimentado de forma participativa; esta é a origem do ato e de todas as categorias de um dever ser concreto, único, irrevogável (BAJTIN, 1997, p. 47, tradução nossa<sup>16</sup>).

Bakhtin coloca em discussão a representatividade, nos exemplos de um ato político ou em um ritual religioso, e explica que o argumento subentendido da ritualidade da vida não é em absoluto a humildade, mas a sabedoria, no sentido de aceitar com humildade a participação pessoal e a responsabilidade de tal ato, que se converte na arquitetônica de uma ação especializada: “o fato de representar alguém ou algo não cancela, mas apenas converte minha responsabilidade pessoal em especializada. Um reconhecimento ou afirmação da totalidade a quem devo representar é meu ato pessoalmente responsável” (BAJTIN, 1997, p. 59, tradução nossa<sup>17</sup>).

---

<sup>15</sup> Mientras mi acto efectivo, basado en la no coartada en el ser, así como el acto-pensamiento, el acto-sentimiento, acto-acción, aparezcan realmente desplazados hacia los límites extremos del acontecimiento del ser, ubicados en este, como en un todo unitario y singular, por más que el pensamiento posea un contenido concreto, y el acto sea concreto e individual, en toda su pequeñez real ellos aparecen como partícipes reales de una totalidad infinita. Lo cual no quiere decir, en absoluto, que yo deba pensar en mi mismo y en mi acto, en esta totalidad como un contenido determinado: esto no es posible ni necesario (BAJTIN, 1997, p. 58).

<sup>16</sup> En el fundamento de la unidad de la conciencia responsable no se encuentra un principio, sino el hecho del verdadero reconocimiento de su participación en el unitario acontecimiento de ser, hecho que no puede ser expresado adecuadamente en términos teóricos, sino tan sólo descrito y vivenciado participativamente; este es el origen del acto y de todas las categorías de un deber ser concreto, único, irrevocable (BAJTIN, 1997, p. 47).

<sup>17</sup> El hecho de representar a alguien o a algo no cancela, sino tan sólo convierte mi responsabilidad personal en especializada. Un reconocimiento o afirmación de la totalidad a la que he de representar es mi acto personalmente responsable (BAJTIN, 1997, p. 59).

A arquitetura a que Bakhtin se refere envolve tudo que é objetivamente válido do ato, que participa da cultura, e como produto disso uma complexidade extrema e, ao mesmo tempo, uma simplicidade elementar da motivação do ato, tornando seu fundamento a sua comunhão com a totalidade única da cultura, em que o responsável não se converte em especializado, caso contrário seria esse um fazer técnico, a política. Um ato ético não representa, tampouco se contrapõe à teoria; ele se inclui nela e a alimenta em momentos necessários e responsáveis. Explica Bakhtin que uma filosofia da vida só pode ser uma filosofia moral, do mesmo modo que a vida que deixa a responsabilidade de lado não pode possuir uma filosofia (BAJTIN, 1997).

Nesta consideração da representatividade, em especial na atividade política, o distanciamento da participação particular única direciona para a ação especializada como representação de uma totalidade maior, acarretando o distanciamento da realidade e a imposição de um pensamento em forma de abstração semântica que não abarcam o mundo em que o ato está orientado na participação singular do ser, que é o objeto da filosofia moral (BAJTIN, 1997). Para o autor, essa representatividade, ou gênero que dela provenha, direciona para a separação da situação de contexto único, da participatividade única, que conduz à perda da unidade singular do ser. O ato de representatividade se apresenta como injustificada soberba e confere ao representante uma responsabilidade política, que não abarca um mundo de nomes próprios e objetos únicos de suas determinadas datas cronológicas em uma vida.

A filosofia moral deveria preocupar-se em descrever esse mundo real arquitetônico do ato ético, não na forma de um esquema abstrato, mas como um plano concreto do mundo do ato unitário e singular, dos momentos principais concretos de sua disposição estruturante e recíproca. Esses momentos são: eu-para-mim, outro-para-mim e eu-para-outro; todos os valores da vida real e da cultura estão distribuídos em torno desses principais pontos arquitetônicos do mundo real do ato ético: valores científicos, estéticos, políticos (inclusive éticos e sociais) e, finalmente, religiosos. Todos os valores espaço-temporais e conteúdo semântico são estruturados em torno desses momentos centrais emocionais e volitivos: eu, outro, eu-para-outro (BAJTIN, 1997, p. 60-61, tradução nossa<sup>18</sup>)

---

<sup>18</sup> La filosofía moral debería ocuparse de describir esta arquitectónica del mundo real dela acto ético, no en forma de un esquema abstracto, sino como un plano concreto del mundo del acto unitario y singular, de los momentos principales concretos de su estructuración y su disposición recíproca.

O tema da representatividade é bastante delicado, em especial no tocante à representatividade de uma categoria ou classe profissional e à relação entre seu fazer e a filosofia moral que o orienta. Na atividade de interpretação e tradução, e também na guia-intepretação, produção de materialidade da linguagem, a responsabilidade ética e estética é produto de uma consciência, pensamento enquanto ato, que pondera a si e o mundo. Os enunciados nos grupos de discursos analisados nessa pesquisa de certa forma tratam de representatividade, que reflete e refrata o mundo. Para Medviédev (2016), as concepções de mundo, as crenças e mesmo os instáveis estados de espírito não existem no interior, mas no exterior:

Tornam-se realidade ideológica somente quando realizados nas palavras, nas ações, na roupa, nas maneiras, nas organizações das pessoas e dos objetos, em uma palavra, em algum material em forma de um signo determinado. Por meio desse material, eles tornam-se parte da realidade que circunda o homem (MEDVIÉDEV, 2016, p. 48-49).

Esse mundo em que o ato realmente se realiza, para Bakhtin, se apresenta a partir do lugar singular, concreto e único do ser, que atua participativamente. O mundo para ele se organiza como um todo arquitetônico ao redor do ser, como centro único da irradiação do seu ato, ou seja, a consciência do ser atua eticamente a partir de si mesma, da sua visão, pensamento e ação (BAJTIN, 1997). Para o filósofo, um mesmo objeto, do ponto de vista do conteúdo semântico, ao ser contemplado a partir de diversos outros pontos de vista, por diferentes pessoas, passa a ocupar lugares distintos na totalidade arquitetônica do campo de visualização e dos valores sociais, de uma consciência participativa do ser (BAJTIN, 1997). Essa arquitetônica se coloca como conceito basilar dentro da postura teórico-metodológica de estudo da linguagem do Círculo de Bakhtin. O homem concreto é centro valorativo, ou seja, conteúdo da visão estética, do mesmo modo que a visão estética é arquitetonicamente subordinada ao homem.

---

Estos momentos son: yo-para-mí, otro-para-mí e yo-para-otro; todos los valores de la vida real y de la cultura se distribuyen en torno a estos puntos arquitectónicos principales del mundo real del acto ético: los valores científicos, los estéticos, los políticos (los éticos y los sociales inclusive) y, finalmente, los religiosos. Todos los valores espaciotemporales y de contenido semántico se estructuran en torno a estos momentos centrales emocionales y volitivos: yo, otro, yo-para-otro (BAJTIN, 1997, p. 60-61).

A partir do exposto, propomo-nos a organizar um caminho metodológico com base nos estudos de Bakhtin e do Círculo e, a partir dessa perspectiva, analisar os enunciados sobre a atuação de TILS e GI e a arquitetônica das relações entre esses profissionais e a comunidade surda. Discutiremos, a partir das esferas acadêmica, social-política e jurídico-normativa, as normas morais que se propõem a representar e orientar essas relações e a memória discursiva em torno desse tema. Esperamos desenvolver um posicionamento responsável perante a pesquisa e ao objeto a que nos dedicamos a contemplar, e para tanto, no capítulo seguinte, apresentamos o percurso teórico-metodológico desta pesquisa.

### 3 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o percurso teórico-metodológico, em especial o caminho de constituição do *corpus* desta pesquisa, assim como a organização da análise a partir do objeto criado, com base nos estudos bakhtinianos e do Círculo.

O *objetivo geral da pesquisa* é analisar como a concepção de ética do TILS é apresentada nos discursos da comunidade surda brasileira e como essas concepções influenciam na construção da formação desse profissional.

Para tanto, os objetivos específicos são:

- a) analisar como diferentes sujeitos discursivos emergem nos enunciados sobre a atuação do TILS e no Brasil;
- b) promover o debate sobre alteridade e pertencimento à comunidade surda no que diz respeito aos participantes ouvintes TILS e também GI como mediadores em diferentes contextos;
- c) refletir sobre fundamentos éticos da atividade dos TILS e GI e sua formação profissional.

O *corpus* desta pesquisa é composto de três grupos de discursos: 1) textos de discursos de formatura de TILS em nível superior escritos e proferidos por ouvintes; 2) texto de discurso oficial proferido por uma pessoa surda que reconhecidamente representa a comunidade surda brasileira; e 3) os textos dos principais códigos de ética dessa profissão construídos coletivamente.

O movimento de leitura e análise dos textos/discursos a partir da sua materialidade visa: identificar os gêneros do discurso e situar suas coerções nos enunciados; observar as variantes específicas de linguagem e o estilo (do gênero e do falante); analisar os sujeitos discursivos e o direcionamento/endereçamento dos enunciados; olhar para o universo léxico e a produção de sentido sobre a ética do TILS e GI.

### 3.1 A pesquisa na teoria dialógica da linguagem

Na perspectiva bakhtiniana, a historicidade é ponto importante na análise de um texto, com seu conhecimento e interpretação dentro dos limites entre texto e contexto, de tal modo que cada palavra de um texto nos leva para além desses limites. “Historicidade. Imanência” (BAKHTIN, 2017, p. 66). Também Volóchinov (2017) afirma que a língua vive e se forma historicamente na comunicação discursiva concreta, e não apenas no sistema abstrato das formas da língua. Para o autor, desde a situação de um problema científico até um estilo literário, o discurso verbal é inevitavelmente orientado para discursos anteriores, tanto do próprio autor do discurso quanto de outros, como momento da comunicação discursiva ininterrupta.

Para Bakhtin, não há objeto científico nas ciências humanas que não seja discursivo. Isso significa dizer que o objeto das ciências humanas é o texto no seu sentido mais amplo e mais específico, pronto para ser interpretado (BAKHTIN, 2016b). Nesse sentido, sobre a teoria do discurso proposta por Bakhtin e o Círculo, Brait (2014) afirma que estudar a linguagem leva em conta a historicidade, os sujeitos, o social, provocando mudanças profundas no pensamento filosófico linguístico, simbolizada na ideia de *signo ideológico* e observando a linguagem não apenas no que ela tem de sistemático e abstrato, mas também no que ela tem de individual e absolutamente variável e criativo, assumindo essas duas dimensões na análise da linguagem como uma forma de conhecer o ser humano. Para Bakhtin, o objeto das ciências humanas é o ser expressivo falante, inesgotável em seu sentido e significado (BAKHTIN, 2017).

Nessa perspectiva, para Volóchinov, a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua seria:

- 1) Formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) Formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas linguísticas em sua concepção linguística habitual (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220).

É importante dizer que as formulações dos autores do Círculo indicam um caminho necessário para o fazer dos estudos da linguagem, e as orientações, passos e etapas metodológicas são importantes. No entanto, não se pode perder de vista que é a partir do objeto criado que cada pesquisa vai se delineando. Campos (2018) explica que

O objeto de pesquisa é o sujeito do sujeito pesquisador, com quem ele dialoga a partir dos seus próprios centros de valor. O pesquisador será sempre intimado a tomar decisões – teóricas, metodológicas, fazer recortes – a partir dessa posição que ocupa; uma posição dialógica, de quem não deve emudecer o texto do outro mas deve, ao mesmo tempo, cobri-lo de sentido, de modo a garantir volume à voz do pesquisador, registrar sua assinatura na objetivação de sua investigação (CAMPOS, 2018, p. 40).

### **3.2 A análise situada na leitura do gênero do discurso**

A partir da teoria dialógica adotamos uma postura teórico-metodológica que observa os enunciados como campo de encontro de, no mínimo, duas consciências: a consciência do outro e do seu mundo. Entretanto, estamos de acordo em compreender que “quando o enunciado é tomado para fins de análise linguística, sua natureza dialógica é repensada, é tomada no sistema da língua (como sua realização) e não no grande diálogo da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2016b, p. 92). Para o autor, o objeto da linguística é o material, a língua, o que não significa estudar puramente a comunicação discursiva, significa estudar também seus elementos dialógicos (BAKHTIN, 2016b). Nesse fluxo, colocamo-nos a pensar na delimitação do corpus, que na interação discursiva se dá em um movimento que é dialógico com o próprio *corpus* e mobilizado pela consciência do pesquisador que procura respostas ao seu problema científico.

A tarefa de delimitação do objeto real da filosofia da linguagem não é nada fácil. Sempre que tentamos circunscrever o objeto de pesquisa, reduzi-lo a um conjunto objetivo-material definido, visível e compacto, perdemos a própria essência do objeto estudado, ou seja, a sua natureza sígnica e ideológica (VOLÓCHINOV, 2017, p. 144).

Podemos dizer que, em um estudo, a ação de restringir os limites de um objeto é necessária para que seja um objeto discutível, analisável e interpretável, e que essa ação de delimitar é uma ação marcada dialogicamente sobre o objeto, que deixa de ser completo, mas que ainda assim é possível de ser analisado.

Para Volóchinov, “apenas o estudo das formas da comunicação discursiva e das formas correspondentes dos enunciados integrais pode elucidar o sistema de parágrafos e todos os problemas análogos” (2017, p. 245). Portanto, é produtivo adotar a análise do discurso em uma orientação sociológica, que significa abraçar um estudo fecundo do diálogo, tomando os enunciados como unidades reais do fluxo discursivo e, como citado, com o olhar nos estudos do gênero do discurso.

Na perspectiva bakhtiniana, o olhar para o gênero do discurso está diretamente ligado à compreensão do conceito de enunciado, tanto no que diz respeito ao ato de produção do discurso oral, quanto para o discurso escrito. Os enunciados têm como unidades da comunicação discursiva peculiaridades estruturais comuns e limites; assim, para a caracterização de um gênero, faz-se necessária a compreensão desses limites, assim como para Bakhtin (2016a) compreender o estilo é especialmente determinante para se compreender o gênero do discurso.

Conforme a perspectiva bakhtiniana e do Círculo, nos estudos dos gêneros do discurso, a estética do texto é resultado das diversas confluências, imbricações discursivas e ideologias envolvidas, em que nos constituímos como seres humanos, pensantes e produtivos: “no início da pesquisa não se pode construir uma definição, apenas indicações metodológicas: É preciso, antes de mais nada, apalpar o objeto real da pesquisa, destacá-lo da realidade circundante e apontar previamente seus limites” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 143).

No estudo de gênero na perspectiva bakhtiniana, para sua caracterização e, portanto, leitura do gênero do discurso, há que se considerar a conclusibilidade dos enunciados que compõem o gênero, o que, para Bakhtin, “é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2016a, p. 35). Ainda sobre a conclusibilidade, discorreremos sobre a possibilidade de resposta ao

enunciado em um dado momento e em determinadas condições. Observamos nos conjuntos de textos que compõem o *corpus* desta pesquisa um discurso respondente ao outro, todos inseridos na mesma rede discursiva. Essa conclusibilidade, aspecto interno, plenitude acabada do enunciado que assegura a possibilidade de resposta, é necessária para que possamos pensar uma rede discursiva, e é também ela que nos permite incluir os discursos no *corpus*.

Outro aspecto que nos interessa no pensamento de Bakhtin, considerado por ele como constitutivo do enunciado, é a possibilidade de seu direcionamento a alguém, de seu endereçamento. Segundo o autor, “todas essas modalidades e concepções do destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a qual tal enunciado se refere” (BAKHTIN, 2016a, p. 63).

Nesta pesquisa, esses elementos constituintes do gênero do discurso são ponto de partida para a análise do conjunto de textos. Portanto, a tarefa de descrição dos gêneros do discurso nos traz elementos para uma espécie de reconhecimento/estranhamento que dá pistas para compreender o dentro e o fora que constituem os discursos, as coerções do próprio gênero e as coerções da situação dada. Segundo Bakhtin (2016b, p. 87), “o texto é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina das ciências humanas”.

O texto é tomado como enunciado incluído na comunicação discursiva de dado campo do sentido. Assim, criam-se dois polos: o primeiro polo pressupõe um sistema universalmente aceito de signos, uma linguagem, ou seja, tudo que é repetível e reproduzível. Já o segundo polo refere-se ao texto como enunciado, como algo individual, único e singular, que lhe confere sentido, que só pode se revelar na comunicação discursiva de dado campo (BAKHTIN, 2016b).

Brait esclarece que “a abordagem do discurso não pode se dar somente a partir de um ponto de vista interno ou, ao contrário, de uma perspectiva exclusivamente externa” (BRAIT, 2012, p. 23). A autora ainda explica que excluir um desses polos é destruir o ponto de vista dialógico, elemento constitutivo da linguagem, pois é a bivocalidade do objeto e a maneira de enfrentá-lo que caracteriza a abordagem dialógica.

Os estudos de Mikhail Bakhtin, Pável Medviédev e Valentin Volóchinov se complementam essencialmente para a constituição de uma ciência da linguagem que compreendesse uma análise do discurso orientada para o diálogo, para o eu na inter-relação com o outro. Os autores do Círculo de Bakhtin assumem a palavra, ou seja, o enunciado, como ato enunciativo-discursivo e diálogo na cadeia histórica de comunicação discursiva (AMORIM, 2016).

Não obstante, em uma aproximação com questões teóricas e metodológicas de estudo do gênero, retomamos a noção de dupla orientação do gênero na realidade, apresentada por Bakhtin e também por Medviédev, e já discutida no capítulo anterior, e nos colocamos a pensar nas relações dialógicas entre parceiros de qualquer comunicação discursiva, as questões éticas e estéticas que inevitavelmente apontam para dentro e para fora, a relação do sujeito consigo mesmo e com os outros, entre subjetividades e alteridades que, portanto, apontam para o social.

Sobre um método de análise de um objeto tomado cientificamente, Bakhtin (2017) em *Por uma filosofia das ciências humanas*, discorre sobre o problema da interpretação a explica como o correlacionamento com outros textos e a reapreciação em um novo contexto significando um “pensamento sobre o mundo e pensamento no mundo”. Apresenta ainda as etapas do movimento dialógico da *interpretação de um objeto científico*: “o ponto de partida – um dado texto, o movimento retrospectivo – contextos do passado, movimento prospectivo – antecipação (e início) do futuro contexto” (BAKHTIN 2017, p. 67).

No caso deste estudo, localizado no Programa de Estudos Pós-graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, contexto esse que por si só já entranha-se na infinitude de sentidos simbólicos sem a mesma acepção das ciências exatas, e que, portanto, nos revela a interpretação do objeto a partir da situação que circunda o pesquisador e da cadeia discursiva do objeto, entremeado pela atividade dialógica cognoscente do sujeito pesquisador, que analisa e interpreta o corpus e faz formulações para o futuro. Entretanto, salientamos que esta pesquisa deste lugar dialoga com um contexto muito maior, uma rede discursiva que congrega concepções, perspectivas e diferentes linhas de pesquisa e estudos sobre o fazer do

TILS e do GI e que imprime o caráter de interdisciplinaridade já apresentado no capítulo anterior.

### **3.3 O *corpus*: atos e discursos**

Na perspectiva da análise dialógica do discurso, descrevemos a experiência de compreender e delimitar o *corpus* da pesquisa, com a consciência da impossibilidade de dar conta da cadeia discursiva que o abarca. Observamos que são muitos os discursos que poderiam compor a rede discursiva sobre o tema abordado, e inevitavelmente inúmeros foram preteridos para que o objeto da pesquisa se configure de forma que a análise seja possível, e também para que o texto possa ter acabamento, atendendo às coerções do gênero *tese* que é o produto final do doutorado.

Assim, a partir dos pressupostos bakhtinianos e do Círculo, circunscrevemos como objeto desta pesquisa discursos de integrantes da comunidade surda sobre a atuação e formação do TILS, no que se refere às relações de pertencimento, responsabilidade, consciência participativa e conduta ética, e também no que se refere a sua condição de produção, circulação e recepção, com base nos estudos dos gêneros do discurso. Salientamos ainda que os discursos que compõem o *corpus* deste estudo não serão apresentados necessariamente de forma cronológica, tampouco segundo o grau de importância, pois esses discursos se relacionam e compõem a mesma rede discursiva.

Amorim (2004) explica que, nas Ciências Humanas, o texto deve poder revelar a instabilidade do objeto, “pois a explicitação do olhar e do percurso que se organiza no lugar do locutor só pode se fazer trazendo à cena as diferentes enunciações através das quais se estabelece a relação do locutor com o objeto” (AMORIM, 2004, p. 253). É também por esse motivo que se torna tão difícil eleger, de forma ética e responsável, os aspectos para situar os discursos nessa rede discursiva.

Dito isso, apresentamos os três grupos de discursos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Quadro 1 – Composição do *corpus*

<b>1º grupo</b> Esfera Acadêmica	Discursos de formatura – primeiras turmas Letras-Libras Bacharelado	Discurso de formatura - Polo Universidade Federal do Ceará (UFC), proferido por Mariana Farias Lima em língua de sinais (2012).
		Discurso de formatura - Polo Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), proferido por Juliana Fernandes em língua portuguesa (2012).
<b>2º grupo</b> Esfera social-política	Discurso de pessoa surda representante da comunidade surda	Mensagem de abertura do 1º fórum regional de discussões políticas: desafios do tradutor-intérprete de Libras português – TILS – AGILS Caxias do Sul - RS, apresentado pela então presidente da FENEIS, professora Dra. Ana Regina Campello (2014).
<b>3º grupo</b> Esfera jurídico-normativa	Códigos de ética	Federação Nacional de Educação e Integração  Código de Ética da Feneis, parte integrante do regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Feneis (1992).
		Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais  O Código de Conduta Ética e Profissional da Febrapils (2011).  Código de Conduta Ética da Febrapils, documento atualizado e aprovado em assembleia (2014).

Fonte: Própria autora.

## 1º grupo - Discursos de formatura primeiras turmas Letras-Libras Bacharelado

A formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Brasileira de Sinais – hoje segue em discussão, na conversa entre instituições associativas, políticas e acadêmicas, no que diz respeito à regulamentação da profissão para exercício da atividade, assim como no que se refere ao desenho de uma formação que contemple os saberes e habilidades que demandam tal atividade. Vivemos agora este momento na história, de construção de diretrizes que orientem a habilitação desse profissional em todas as matérias: filosóficas, instrumentais e de levantamento de competências e saberes para atuação em diferentes esferas.

Qualquer pensamento meu, com seu conteúdo, é meu ato ético [POSTUPOK] individual e responsável, é um dos atos éticos que compõem minha vida única, concebido como um ato ético permanente, porque a vida em sua totalidade pode ser examinada como espécie de ato ético complexo (Bajtin, 1997, p. 9, tradução nossa<sup>19</sup>).

Foram escolhidos para análise no grupo dos discursos dos profissionais TILS dois textos, dois discursos de formatura, com o intuito de recordar e interpretar um momento histórico, a colação de grau das primeiras turmas de Bacharelado em Tradução e Interpretação de Libras-Português no Brasil, no ano de 2012 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Formaram-se dezesseis turmas, uma em cada região do país.

A UFSC teve como projeto especial o curso de Graduação *Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais Libras EaD (Letras-Libras)*, com aporte financeiro da SEAD/MEC e da CAPES. O Curso de Graduação em Letras-Libras (Licenciatura) teve seu início em 2006 e o Curso de Graduação em Letras-Libras (Bacharelado) em 2008. Estes cursos, a licenciatura e o bacharelado, acontecem em parceria com diversas instituições de ensino superior de todo o Brasil. Eles já formaram mais de mil profissionais em todo território nacional, tanto professores de Libras quanto tradutores e intérpretes de Libras-Português (UFSC, 2018).

---

<sup>19</sup> Cualquier pensamiento mío, con su contenido, es mi acto ético [POSTUPOK] individual e responsable, es uno de los actos éticos de los cuales se compone mi vida única, concebida como un actuar ético permanente, porque la vida en su totalidad puede ser examinada como una especie de acto ético complejo (BATJIN, 1997, p. 9).

Em 2006, a UFSC inaugurou o curso de graduação em Letras-Libras Licenciatura, destinados aos surdos. Alguns candidatos ouvintes que tentaram e foram impedidos de se inscrever na Licenciatura acionaram legalmente a universidade para garantir sua inscrição. Essa situação se desdobrou na abertura da turma de Bacharelado, indicada para os ouvintes como formação para tradução e interpretação. Somente essa situação já dá notícias do ambiente cheio de contradições, das coerções e tensões desse grupo social nessa época e do momento histórico vivenciado por esses alunos formandos.

Em 2007, a UFSC sofreu uma ação por parte de alguns candidatos ouvintes reivindicando a formação também para os profissionais tradutores e intérpretes, uma vez que a Licenciatura dava prioridade aos candidatos surdos, observando o previsto no Decreto nº 5.626/2005 que estabelece que a formação de professores de Libras deve ser dada aos surdos. Com esse processo, a UFSC abre em 2008 o Curso de Letras-Libras Bacharelado, atendendo à demanda da formação dos tradutores e intérpretes, que contou em sua grande maioria com alunos ouvintes. As primeiras turmas deste curso formaram-se em 16 estados brasileiros, totalizando 767 licenciados e 312 bacharéis em Letras-Libras (QUADROS; STUMPF, 2014, p. 11).

Para este estudo foram escolhidos dois discursos de formatura, do polo UFC – Universidade Federal do Ceará e do polo Unicamp – Universidade Estadual de Campinas. Interpretar esse momento significa tomá-lo de um determinado ponto de vista, a partir de um determinado texto, porém não a partir de uma única voz, pois, nos enunciados de um texto, diferentes sujeitos discursivos dialogam.

Para Bakhtin (2016b), o homem, nas ciências humanas, não pode ser estudado fora do texto. Segundo o autor, a atividade humana é um texto em potencial, e pode ser compreendida unicamente no contexto dialógico da própria época:

O acontecimento da vida do texto, isto é, sua verdadeira essência, sempre se desenvolve na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos. [...] a complexa inter-relação do texto (objeto de estudo e reflexão) e do contexto emoldurador a ser criado (que interroga, faz objeções, etc.), no qual se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do cientista. É um encontro de dois textos - do texto pronto

e do texto a ser criado, que reage; conseqüentemente, é o encontro de dois sujeitos, de dois autores (BAKHTIN, 2016b, p. 76).

Ressalto que, na delimitação deste objeto de análise, tentamos resgatar uma memória coletiva, as relações dialógicas que permeiam a comunidade surda na comunicação discursiva, entre o eu – tradutor/intérprete – que existe na interação discursiva com o outro – o surdo – e significa através desse outro para si mesmo.

A atuação de TILS ouvintes envolve busca do desenvolvimento de competências que seu fazer exige, sobretudo tendo língua e cultura como seu objeto de trabalho e estudo permanentemente, atividade ética e estética. Conforme Nascimento (2016, p. 79):

Há que se considerar, no entanto, que a instituição de uma política (quase) linguística, educacional, inclusiva e de acessibilidade para pessoas surdas usuárias da Libras surgiu antes mesmo que houvesse profissionais habilitados para atuar nessas diferentes esferas ou, no mínimo, surgiu ao mesmo tempo em que a formação por meio de cursos formais em nível superior, seja em graduação ou em pós-graduação, foram surgindo (NASCIMENTO, 2016, p. 79).

É nesse contexto que esses discursos sobre a atuação de TILS são instaurados, no diálogo do individual, que por natureza já é duplo, com o social, no discurso interior e exterior, não ordenado nem fixado. Santiago (2018) explica que, para o TILS, tomar consciência dos sistemas ideológicos, dos discursos, significa atuar neles por meio de enunciados que produzem, na cadeia discursiva, diferentes sentidos outros sobre a surdez, sobre o surdo e sobre sua própria atuação.

Fizemos o levantamento inicial dos polos onde se formaram as primeiras turmas de Letras-Libras Bacharelado no Brasil, graduação que tem como função a formação de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português para atuar em diferentes contextos sociais. O intuito desta etapa foi levantar o discurso de formatura proferido no evento solene de colação de grau de pelo menos dois polos do referido curso. Para este *corpus* selecionamos dois discursos de formatura da colação de grau do Letras-Libras Bacharelado UFSC:

1- Discurso de formatura do Polo Universidade Federal do Ceará (UFC), proferido por Mariana Farias Lima em língua de sinais (ANEXO 1).

Ressaltamos que das 16 turmas que se formaram nesse curso nessa mesma época, além da informação de uma turma muito atuante na comunidade surda cearense, esse foi o único discurso proferido em língua de sinais que conseguimos ter acesso, e, portanto, motivo da escolha deste texto para análise. Além disso, a oradora é Coda (*Child of Deaf Adults*). O acrônimo Coda resume o conceito de filhos ouvintes de pais surdos que têm a língua de sinais como primeira língua e cujos modos de se relacionar pela língua de sinais são igualmente internalizados no convívio familiar (QUADROS, 2017).

2- Discurso de formatura do Polo Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), proferido por Juliana Fernandes em língua portuguesa (ANEXO 2).

Esclarecemos também a escolha desse discurso dentre os dezesseis polos: esse foi o primeiro discurso a que tivemos acesso e que, portanto, atravessou consideravelmente a construção do *corpus*.

Outra questão importante é que foram integrantes dessa turma, pessoas que já atuavam como intérpretes na região metropolitana de São Paulo e outras cidades do estado de São Paulo, que moveram a ação contra a universidade, ação que resultou na criação do curso na modalidade bacharelado para receber os ouvintes como alunos (QUADROS; SUMPFF, 2014).

2º grupo – Discurso de pessoa surda representante da comunidade surda

Neste grupo, a busca foi por discursos de surdos adultos que exercem representatividade na comunidade surda. Os critérios para busca e seleção dos discursos dos surdos na internet foram:

- Serem proferidos em língua de sinais,
- Terem no seu conteúdo assuntos relacionados à língua de sinais, à cultura surda, ao profissional TILS, e
- Serem discursos oficiais em algum evento ou acontecimento na comunidade surda.

Nesse grupo, foram encontrados alguns discursos sobre a atuação do TILS e sobre relação entre surdos e ouvintes na comunidade surda, tocando em temas como pertencimento, responsabilidade, consciência participativa e conduta ética.

O discurso selecionado foi a mensagem de abertura do 1º fórum regional de discussões políticas: desafios do tradutor-intérprete de Libras português – TILS, apresentado pela então presidente da FENEIS, professora Dra. Ana Regina Campello no dia 05 de julho de 2014, evento organizado pela FENEIS – RS e AGILS – Associação Gaúcha de Intérpretes de Libras em Caxias Do Sul/RS, vídeo disponível no canal da AGILS no YouTube (ANEXO 3).

O discurso da professora Dra. Ana Regina se encaixa nos critérios estabelecidos de representatividade da comunidade surda, porque dentre as inúmeras atividades desenvolvidas no seu histórico acadêmico, profissional e de vínculo associativo, Ana Regina, a partir de seu primeiro exercício como Presidente da Feneis (1986-1991), foi uma das primeiras professoras surdas a organizar a formação de intérpretes não surdos e também de intérpretes surdos, além de também organizar a primeira formação para guia-intérpretes para o atendimento de pessoas surdocegas (CNPq – Lattes, 2021).

Na época do referido discurso, a professora ocupava o cargo de presidente da Feneis (período 2012–2016) e representava a comunidade surda junto ao Governo Federal no que diz respeito à educação de surdos e acessibilidade. A professora Dra. Passou a participar ativamente no assessoramento à Febrapils desde o ano de 2015 até o momento atual.

Além da importância da pessoa empírica autora do discurso, outro motivo da inclusão do referido discurso na composição do corpus da tese é o fato de que o discurso proferido fora direcionado especificamente para intérpretes em formação, na mesma época em que se discutia a revisão do código de ética da Febrapils.

Questões metodológicas também levaram a decisão pela inclusão desse discurso no corpus, o motivo de ser o único discurso disponível na íntegra na plataforma do YouTube e com informações que pudessem esclarecer o seu contexto de produção, de circulação e de recepção. Quanto a recepção, os destinatários do

discurso foram intérpretes em formação que residiam em uma região do país ainda não atendida pela graduação em Letras-Libras, região de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

### 3º grupo – Códigos de ética

Selecionamos os códigos de ética publicados e divulgados pelas duas principais entidades representativas da comunidade surda, justificativa para considerar esses três documentos na constituição do corpus. Salientamos que muitos profissionais que atuam hoje, foram formados com base no documento da Feneis, não mais em vigor, no entanto, que pertence a um passado recente da história da profissionalização dos TILS no Brasil.

1- O Código de Ética, parte integrante do regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, documento de 1992 (ANEXO 4);

2- O Código de Conduta Ética e profissional da Febrapils – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, documento criado em 2011 e documento atualizado - Código de Conduta Ética 2014 (ANEXO 5 e 6).

Ressaltamos que a constituição do *corpus* se deu a partir do entrelaçamento de diferentes dizeres sobre a atividade do TILS. O primeiro grupo a compor o *corpus* foi o dos discursos de formatura, pois, desde o princípio, o olhar para a formação tem sido a mola propulsora para a investigação. O segundo grupo fora estabelecido pela necessidade de pôr em diálogo surdos e ouvintes, estabelecendo um horizonte que forneça a possibilidade de compreender diferentes conceitos sobre o mesmo objeto. Esclarecemos que, a princípio, o terceiro grupo não necessariamente faria parte do *corpus*. Porém, ao analisar o primeiro grupo, dos discursos de formatura, e depois o segundo grupo, o discurso oficial de representante surda, alguns enunciados reclamaram as normas e princípios da atividade/profissão do TILS e GI, apontando para o discurso que estabelece o acordo de conduta para esta atividade de trabalho, o Código de Ética.

Observamos os textos dos “códigos de ética”, de acordo com a tradição do gênero, trazem uma linguagem prescritiva e orientativa para as pessoas que atuam na determinada atividade a que se referem os documentos, o que podemos verificar nos textos que compõem o grupo 3, a norma moral estabelecida e vigente para atividade de trabalho do TILS e GI.

Nascimento (2016, p. 139) explica que o “vazio de normas” é um risco. “Sem uma normativa orientadora, a atividade pode ficar obtusa, confusa, causando aquilo que Schwartz (apud Nascimento 2016) denomina de *dramática de uso do corpo-sí*”. Esse conceito considera todos os percalços e conflitos inerentes à atividade de trabalho, e nos oferece possibilidades de observar, analisar e compreender os diferentes atravessamentos que ocorrem durante essa atividade na gestão entre as normas, a ausência delas e a necessidade de renormalização (NASCIMENTO, 2016).

Com diferentes textos em mãos, essa delimitação foi necessária e, portanto, alguns discursos foram preteridos no início da descrição e análise. Momento em que alguns critérios foram melhor definidos, como a escolha de discursos gravados apenas para registro e não para fins de pesquisa e a decisão por textos/discursos disponibilizados na internet. Outro critério de seleção foi o de que os textos/discursos necessariamente e claramente teriam como destinatários surdos e ouvintes TILS, podendo fazer parte do *corpus* discursos em português ou em Libras, de surdos ou ouvintes.

Como critério de exclusão, foram preteridos discursos incompletos, ou seja, textos orais (em Libras ou em português) que estivessem disponibilizados parcialmente, ou dos quais não fosse possível compreender a natureza, a situação da comunicação discursiva, e, portanto, a contextualização.

Explicamos que, os discursos em língua de sinais da formanda Mariana e o discurso da professora Dra. Ana Regina foram traduzido pela pesquisadora autora da tese e também pelo tradutor Ricardo Ferreira dos Santos, doutorando, que participa do mesmo grupo de pesquisa, as traduções foram comparadas e unificadas. A segunda etapa da tradução foi submeter o texto traduzido a verificação do tradutor experto Tiago Coimbra Nogueira, nessa etapa, houve a decisão de adequar a tradução utilizando escolhas mais literais no que diz respeito ao léxico e à

estrutura sintática da tradução, evitando reconstruções de períodos e complementações por meio de explicitações na tradução, a fim de facilitar a apresentação dos trechos traduzidos em português juntamente com os recortes em Libras, organizados em quadros com as imagens dos frames dos sinais, que chamamos de *decupagem* mais a glosa<sup>20</sup>).

Sabemos que a tarefa de apresentar um texto em Libras em um material escrito no Word não é uma tarefa tranquila e que para ter acesso de fato ao texto em Libras de fato, apesar da manipulação por meio de recortes e da transcrição, a sugestão é oferecer acesso ao link do vídeo indicando a minutagem indicada em cada recorte, opção adotada nesta tese. Santiago (2014), em artigo sobre a produção acadêmica com a apresentação de *corpus* em Libras explica que:

A apresentação das enunciações em Libras no corpo do texto escrito de trabalhos acadêmicos sobre tradução/ interpretação ocorre de diferentes formas e que estas escolhas estão vinculadas ao o objetivo do trabalho e ao aspecto da língua elencado nas questões de pesquisa de cada publicação. Nesse sentido, destaca-se que a materialidade estética do texto apresentado em nestes trabalhos acadêmicos se dá na relação entre o conteúdo, a forma e os sujeitos cognoscentes, sendo que a materialidade dos textos pesquisados [analisados no artigo] expressam intenções e sentidos pretendidos pelos autores, denunciando a impossibilidade de uma pretensa neutralidade na produção de ciências humanas, no entanto, nos parece interessante pensar na disponibilização do vídeo base de dados e citação do tempo do trecho do vídeo, com o objetivo de possibilita ao leitor, sujeito cognoscente, ter acesso ao texto registrado na sua integralidade e desfrutar da possibilidade de colaborar valorativamente com a análise apresentada nas publicações de trabalhos escritos sobre a interpretação de/para língua de sinais (SANTIAGO, 2014).

Também o fato de a primeira tradução dos textos ser feita pela autora pesquisadora, proficiente em Libras e também TILS, não pode ser ignorado, assim como a construção do *corpus* exige um movimento exotópico, também a sua leitura comprometida reclama um lugar exotópico. Ao mesmo tempo que a leitura se

---

<sup>20</sup> Segundo Mccleary, Viotti e Leite (2010) tem sido adotada uma variação de um sistema de glosas, sistema em que uma palavra é grafada em maiúsculo como representação do sinal manual com sentido equivalente, e os sinais não manuais podem ser representados por códigos sobrescritos, e usos do espaço de sinalização podem ser indicados por letras ou números subscritos.

preocupa em dar voz a cada texto do *corpus*, os atravessa e altera a sua existência, a partir do mundo do pesquisador.

Conforme Amorim (2004), sobre a alteridade do texto científico, na formulação de proposições que pretendem ser verdadeiras, se organiza como representação e como presentificação:

Independentemente da vontade do autor, o seu texto é um dispositivo que coloca em cena outros contextos de enunciação, que faz ouvir outras vozes além da sua. O efeito de presentificação produz-se por uma espécie de materialidade viva da coisa cultural que traz em si mesma uma presença plural (AMORIM, 2004, p. 180).

Assim, além do movimento da tradução, outro movimento de leitura e análise foi o agrupamento e comparação que chegou na organização dos três grupos de discursos: nesse ponto consideramos a caracterização do gênero a partir da observação do conteúdo, do estilo e linguagem, a conclusibilidade (ou seja, a possibilidade de resposta aos enunciados) e a alternância dos sujeitos do discurso que inserem esses enunciados como unidades da comunicação discursiva, com base nos estudos dos gêneros do discurso de Bakhtin e do Círculo.

A seguir, apresentamos de forma sistematizada o movimento de leitura e análise dos textos/discursos a partir da sua materialidade:

- 1) Identificar os gêneros do discurso e situar suas coerções nos enunciados.
- 2) Observar as variantes específicas de linguagem e o estilo (do gênero e do falante).
- 3) Analisar os sujeitos discursivos e o direcionamento/endereçamento dos enunciados, tensões e concepções.
- 4) Olhar para o universo léxico e a produção de sentido sobre a ética do TILS e GI.

Assim, a partir da materialidade linguística, tivemos como um dos eixos de análise o universo léxico na construção dos enunciados, forma possível de adentrar o texto na relação entre o gênero do discurso identificado e também as rupturas do gênero, ou seja, as estranhezas, “inadequações” identificadas a partir da sua leitura dos enunciados na rede discursiva criada pelo *corpus* e na historicidade da comunidade surda.

## 4 O DISCURSO ÉTICO EMOLDURADO

Esta seção se dedica à análise do conjunto de textos, a materialidade verbal, que compõe o olhar para o objeto deste estudo. Na análise, a princípio linguística, estão ancorados possíveis sentidos e efeitos de sentido que em seus elementos apontam para outros textos, para o contexto, para diferentes sujeitos enunciativos. Esses sujeitos enunciativo-discursivos ocupam lugar em cada grupo social de que participam, e desses grupos sociais constroem e carregam a memória coletiva que dá vida aos textos, configurando “o texto como enunciado incluído na comunicação discursiva (na cadeia textológica) de dado campo” (BAKHTIN, 2016b, p. 73).

Figura 1 - Esferas discursivas e gêneros do discurso na pesquisa



Fonte: a autora

Apresentamos na figura 1 uma ilustração da cadeia discursiva que envolve pelo menos três diferentes campos da atividade humana, a esfera social-política, a esfera acadêmica e a esfera jurídico-normativa, campos esses em que estão situados os discursos que serão analisados nos próximos tópicos.

#### 4.1 Discursos de formaturas dos TILS no Letras-Libras

Apresentaremos a seguir a análise dos discursos de formatura que pertencem ao primeiro grupo do *corpus* da pesquisa.

##### 4.1.1 Discurso de formatura – Polo Região Nordeste – UFC

O curso de *Letras-Libras Bacharelado* e também o *Letras-Libras Licenciatura* na modalidade a distância da UFSC - Polo Região Nordeste - Universidade Federal do Ceará formou sua turma no dia 09 de novembro de 2012. A Universidade Federal de Santa Catarina registrou a cerimônia de colação de grau dos alunos em vídeo. O discurso de formatura foi organizado e proferido em Libras por Mariana Farias Lima (APÊNDICE B).

Figura 2 - Discurso de Formatura Mariana Farias Lima – Polo UFC



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1sROTAU-oPrhA2-Zec84cOPEq5H8QPfWY/view?usp=sharing>

Mariana é ouvinte, e é Coda (*Child of Deaf Adults*). Existem estudos<sup>21</sup> sobre Codas que vêm desmistificando o conceito de que todo filho de surdo vai ser intérprete de Libras, mas que analisam a condição de os Codas serem naturalmente bilíngues na fase de aquisição de língua e de linguagem e de como sua condição bilíngue influencia na sua formação pessoal e profissional.

Quadros (2017), em seu estudo sobre língua de herança e sobre Codas, explica que desde muito cedo os filhos ouvintes de pais surdos se localizam em um terceiro espaço, o interstício entre a cultura surda e a cultura ouvinte, uma terceira cultura que compartilha os modos de vida e as línguas. A autora explica também que esse terceiro lugar não é um espaço de conforto, e que a mediação de relações, “interpretações”, fazem parte da vida cotidiana dos Codas (QUADROS, 2017).

No dia da cerimônia, o discurso proferido em Libras foi interpretado simultaneamente para o português no microfone aberto, sendo, desta forma, visto e ouvido. O texto da interpretação simultânea não foi considerado nesta análise, pois aconteceram problemas na interpretação que inclusive motivaram a substituição do intérprete que iniciou. Dessa forma, seguimos a análise considerando o texto de Mariana, tanto em Libras, quanto em português, traduzido para a pesquisa. Contudo, não ignoramos o fato de que, para os ouvintes não fluentes em Libras, pequena minoria, o único contato com o discurso de Mariana fora pela interpretação simultânea no dia do evento.

O discurso de formatura de Mariana, oradora da turma, iniciou-se logo após a outorga de grau da turma de Bacharelado em Letras-Libras, discurso proferido com cordialidade e cerimônia, respeitando a arquitetônica do gênero “discurso de formatura” que também apresenta suas coerções. Assim, a oradora nomeia pessoas importantes para o curso e na cerimônia, autoridades, formandos e convidados.

---

<sup>21</sup> Existem estudos sobre o desenvolvimento psíquico-linguístico e afetivo de crianças ouvintes que têm como seus responsáveis (pais mães, avós, ou outro familiar) pessoas surdas, que pensam essa relação a partir da língua. Nas publicações internacionais encontramos as pesquisas sobre: Heritage language development; Heritage signers; Bilingual children from deaf families. No Brasil, o principal estudo que trata do tema da língua de herança e de pesquisas com filhos ouvintes de pais surdos é o trabalho de pós-doutoramento (2016) da professora Ronice Müller de Quadros, publicado em 2017.

*Boa tarde, boa noite, a todos aqui presentes, em especial, à mesa de autoridades na pessoa da professora Karin Strobel [somente sinal pessoal], coordenadora geral do curso Letras-Libras que hoje está representando a magnífica reitora professora Roselane [Nekel] [sinal e primeiro nome] e também a todos familiares, pais, amigos cônjuguês presentes aqui. Também em especial aos colegas da turma de bacharelado.*

(LIMA, 2012) – Trecho 1

O início do discurso nomeia unicamente a professora Karin Strobel, professora surda e coordenadora geral do curso Letras Libras na UFSC, que neste ato representou a reitora professora Roselaine Merkel. Após essa formalidade, continua o discurso, proferido em Libras de forma direta e objetiva, porém com a formalidade característica do gênero.

Nas palavras de Bakhtin, onde há estilo há gênero, e a passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o caráter do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio, como também destrói ou renova tal gênero. Da mesma forma, para o autor, os enunciados e seus tipos são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem (BAKHTIN, 2016a, p. 21).

No discurso, que é de Mariana, mas também da turma, e que representa memória coletiva desse grupo, ela explica que, na colação de grau, na formatura, para projetar um futuro antes devemos resgatar a nossa história. Faz uma introdução apresentando a relação espaço-tempo.

*Hoje, o que eu posso dizer? Refletindo que é a formação da primeira turma de Letras-Libras bacharelado. Para eu falar sobre o que vem a diante, no futuro, precisamos lembrar, olhar para o passado entender como foi a nossa história, como começou a prática de interpretação.*  
*Na realidade, nós não éramos profissionais tradutores intérpretes, éramos ouvintes que sabíamos língua de sinais, e por necessidade começamos a atuar interpretando em diferentes situações, em alguns momentos errando e também aprendendo com os nossos erros, as vezes com êxito, às vezes alguns eqívocos e se desenvolvendo neste campo de trabalho principalmente a partir de nossas experiências.*

(LIMA, 2012) – Trecho 2

Quadro 2: Recorte “Passado-Futuro” - frames do texto em Libras destaque do trecho 2 (38:04 a 38:22)

---



HOJE

EXPLICAR/FALAR



COMO?



PENSANDO/ REFLETINDO



QUE/POR-QUE



POR-QUE



ESSA



LETRAS-LIBRAS-BACHARELADO



PRIMEIRA-TURMA



PARA EU



EXPLICAR/FALAR



COMO



HISTÓRIA



DAQUI



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1sROTAU-oPrhA2-Zec84cOPEq5H8QPfWY/view?usp=sharing>

Nesse segundo excerto, a oradora traça um paradoxo entre passado concretizado e futuro, escolhe as palavras “passado” e “história”, e a partir desses dois termos produz efeitos de sentidos que interpelam a consciência e recobram a memória dos colegas que participam da solenidade – momento material, projeto discursivo que se elabora em forma de justificativa quando esclarece que “por necessidade” atuavam interpretando; assim, marca um tempo-espço que explica a ainda não formação acadêmica, a formação na prática.

A oradora arranja semanticamente o texto enunciando na terceira pessoa, coloca-se com os colegas e rememora as experiências exitosas e equivocadas ainda na justificativa de, nesse passado, não serem profissionais, como quem pede desculpas e toma posição diante da vida; em movimento exotópico, organiza do ponto de vista axiológico seu centro valorativo. Para Bakhtin, os momentos abstratos

da forma se tornam momentos concretos da arquitetura em relação com o valor concreto do homem mortal, são relações espaciotemporais que se combinam e cobram um sentido valorativo [emocional e volitivo] (BATJIN, 1997<sup>22</sup>).

Vemos que, em seguida, a oradora chama a atenção para a necessidade de “formação”; todavia complementa com o termo “orientação”, que indica mais que um ensinamento profissional, podendo conotar a formação pessoal e identitária.

*Esse é um grupo que já percorreu um caminho e algumas pessoas pelas experiências que já tiveram sabem realmente a necessidade de formação, sabem que falta faz uma orientação. Essa formação, orientação que me dá um norte para seguir adiante no desenvolvimento da profissão, que inicialmente se deu empiricamente. Dentre essas pessoas que foram aprendendo na prática o seu fazer, muitos presentes aqui hoje, participam os alunos, alguns professores, alguns tutores, e também as pessoas que acompanham esse nosso momento, mas que não estão se formando hoje, reconhecemos que essas pessoas têm uma importância muito grande na nossa formação, e portanto, merecem o nosso respeito.*

(LIMA, 2012) – Trecho 3

Esse terceiro excerto retoma a experiência e reconhece a partir das dificuldades a necessidade de formação, fazendo relação entre prática e teoria, atuação e pesquisa, conhecimento empírico e científico. Conforme Bakhtin (2017), não se pode mudar o aspecto efetivamente material do passado; no entanto, o aspecto de sentido, o aspecto expressivo, pode ser modificado como aspecto da memória na eterna transfiguração do passado.

Nesse sentido, o projeto discursivo trata de ressignificar o enunciado sobre o passado e de renovar seus efeitos de sentido no paradoxo temporal. Deve-se ainda acrescentar que, segundo Volóchinov (2017, p. 204), “não é a vivência que organiza a expressão, mas, ao contrário, a expressão organiza a vivência, dando-lhe sua

---

<sup>22</sup> Todos los momentos abstractos de la forma se convierten en momentos concretos de la arquitectura en correlación con el valor concreto del hombre mortal. Todas las relaciones espaciotemporales concurren en él y sólo en relación con él cobran un sentido valorativo (BAJTIN, 1997, p. 71).

primeira forma e definindo sua direção”. Nota-se que, no discurso de formatura, é recorrente o termo “necessidade”: essas necessidades se encontram na relação passado-futuro e interatuam na arquitetônica do discurso.

No quarto trecho, após a relação entre passado e futuro, e entre teoria e prática, apresenta no seu discurso um elemento que diz ser fundamental, o tema da ética. Em parte desse trecho, após pergunta retórica e em seguida breve hesitação, a autora ajusta o discurso para primeira pessoa do singular e enuncia como consciência que atua participativa e eticamente a partir de si mesma.

*A reflexão a partir disso é a necessidade dessa busca por transformar a prática em atuação profissional, a preocupação com o estudo, com as pesquisas e com o desenvolvimento.*

*Mas, falta mencionar um elemento, a ética.*

*A ética é primordial e necessária, a ética é... [hesitação]*

*Por exemplo, eu posso ter pleno desenvolvimento linguístico, ótima competência tradutória, e outros requisitos. Mas é necessário que a atuação seja conduzida pela ética, lado a lado, vinculada com a ética, que deve acompanhar a nossa atuação sempre.*

*Se me desvinculo da ética, nunca terei um desempenho excelente. É necessário o desenvolvimento contínuo de uma prática profissional vinculada à ética. É por isso que o Letras-Libras tem grande valor.*

*(LIMA, 2012) – Trecho 4*

Quadro 3 - Recorte “Ética” - frames do texto em Libras destaque do trecho 4 (38:04 a 38:22)



ÉTICA

PRECISA

PRIMORDIAL



ESSA

ÉTICA

É



O-QUE?



POR-EXEMPLO

EU-SUJEITO-SER

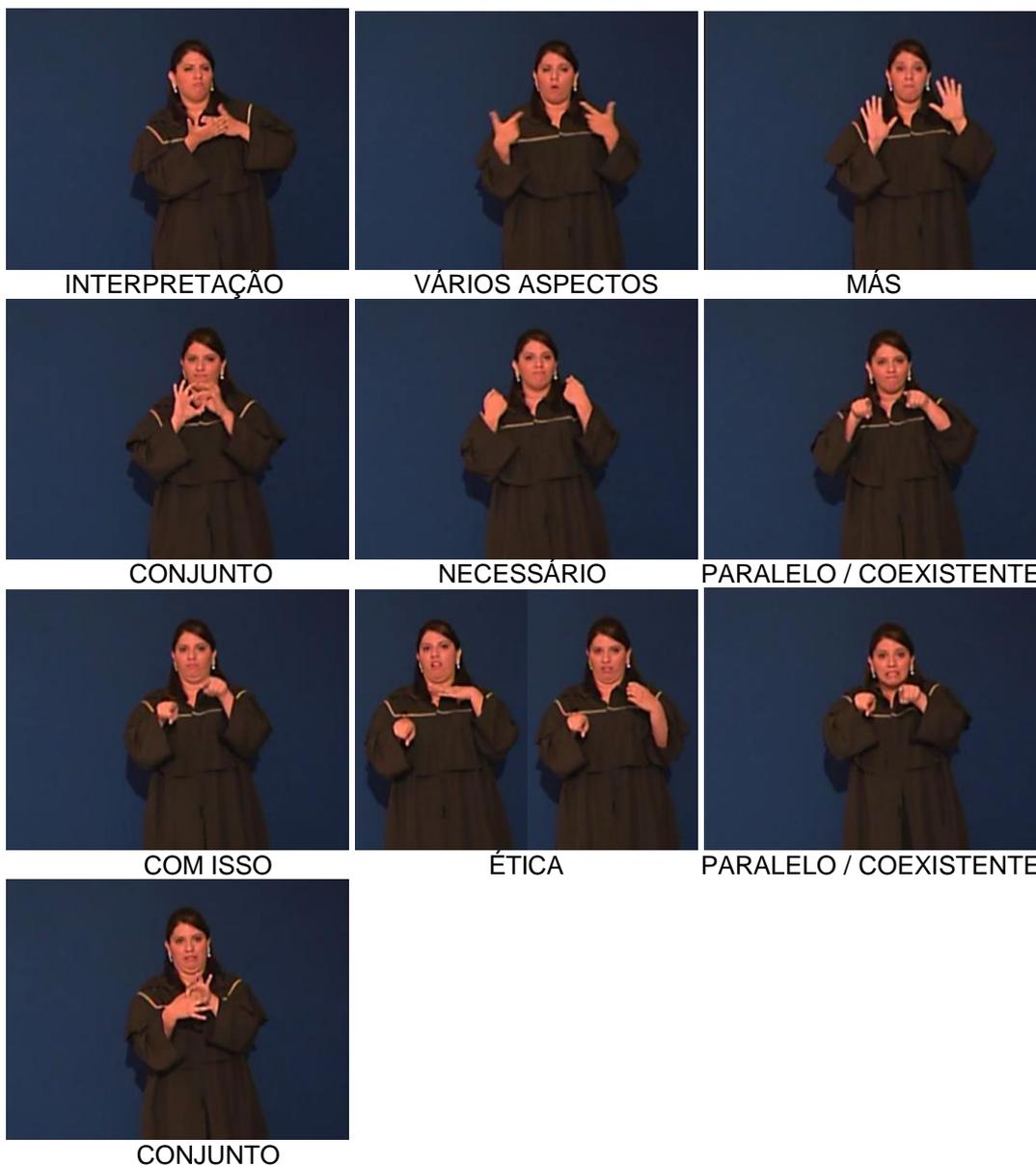
PRÁTICA



DESENVOLVIMENTO

LÍNGUA-DE-SINAIS

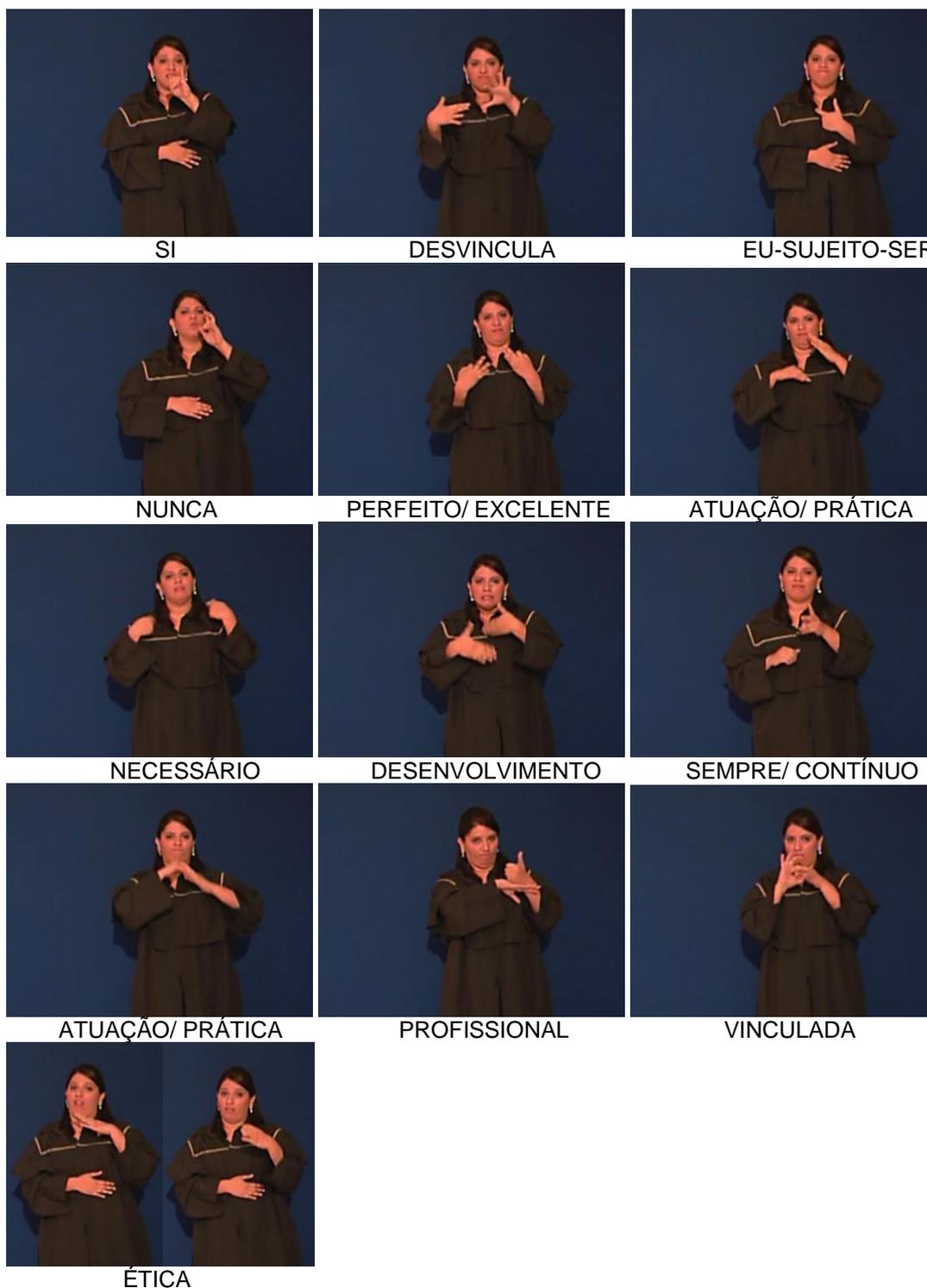
BOM (COMPETÊNCIA)



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1sROTAU-oPrhA2-Zec84cOPEq5H8QPfWY/view?usp=sharing>

A autora repete, enuncia e reelabora o discurso direcionada para seu auditório social, neste caso a comunidade surda, usando expressões como “ética”, “atuação excelente”, “prática profissional”. Ela modifica a relação sintática e semântica dos enunciados (“nunca serei boa profissional...”), trazendo a ética como condicionante para a atuação do TILS, como inerente à atividade profissional.

Quadro 4 - Recorte “Ética” – frames do texto em Libras destaque do trecho 4 (40:01 a 40:11)



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1sROTAU-oPrhA2-Zec84cOPEq5H8QPfWY/view?usp=sharing>

Brait (2016, p. 98) explica que, para além da expressividade de um indivíduo, “sujeitos instauram discursos a partir de seus enunciados concretos, de suas formas de enunciação, que fazem história e são a ela submetidos”. Também conforme a autora, a singularidade está necessariamente em diálogo com o coletivo. Nesse trecho, o tema ética e profissionalismo faz com que os enunciados se organizem de forma diferente a partir da formação; no tempo presente, o texto se torna, de certa forma, prescritivo.

Quando Mariana diz “*mesmo tendo um pleno desenvolvimento linguístico, ótima competência tradutória, a conduta ética precisa estar lado a lado a esses predicados, deve acompanhar a nossa atuação sempre*”, ela enfatiza que, para seguir nesta atividade, a ética perpassa a atuação, independentemente da formação concluída.

Sua palavra se orienta e reorienta, reflete e refrata a realidade que, para Volóchinov (2017), é produto das inter-relações do falante com o ouvinte; para o autor, a palavra é um ato bilateral. Nessa mesma direção, Bakhtin (2017) discorre sobre a complexidade do ato bilateral, ativismo do que se abre à dialogicidade, a complexa dialética do mundo interior e do mundo exterior, o reflexo de si mesmo no outro.

O mundo em que o ato se realiza é um mundo unitário e singular vivido de forma concreta: é visto, ouvido, sentido e pensado, completamente impregnado de tons emocionais e volitivos de validade axiológica positivamente afirmada. A singularidade unitária deste mundo, unidade cuja origem não é o conteúdo semântico, mas de ordem emocional e volitiva, é garantida para a realidade através do reconhecimento da minha participação singular, do meu não álubi em ser (BAJTIN, 1997, p. 63<sup>23</sup>).

Em seguida, Mariana chama para colaborar no seu projeto discursivo a Professora Gladis Perlin, primeira surda a obter o título de doutora no Brasil, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

---

<sup>23</sup> El mundo en el cual el acto transcurre e se lleva a cabo, es un mundo unitário e singular vivenciado en forma concreta: es visto, oído, palpado y pensado, impregnado por completo de tonos emocionales e volitivos de una validez axiológica positivamente afirmada. La singularidad unitaria de este mundo, unidad cuyo origen no es el contenido semántico, sino que es de orden emocional y volitivo, es garantizada para la realidad mediante el reconocimiento de mi participación singular, de mi no coartada en el ser.

*E é por isso que o Letras-Libras tem grande valor como o processo de formação que nos ensinou como caminhar e se desenvolver.*

*Cito agora a professora Gladis [Perlin], a autora mostra em seu estudo como o intérprete trabalha, explica que “sua atuação envolve uma série de aspectos e inúmeras características, mas, que não se pode esquecer que o intérprete sempre vai interpretar aspectos da cultura, e com língua, também no movimento político, que envolve identidade e subjetividade da pessoa surda, e por isso a atuação do intérprete envolve prática e ética, inseparavelmente”.*

(LIMA, 2012) – Trecho 5

Quadro 5 - Recorte “Ética” – frames do texto em Libras destaque do trecho 5 (40:20 a 41:08)



MULHER

PROFESSORA



Sinal pessoal Gladis Perlin

G

L



A

D

I



S



ELA



EXPLICA



TER



CITAÇÃO



CITAÇÃO-ESSA

Início da citação.



COMO



SER/SUJEITO



ELA



MOSTRA



O-QUE



FILOSOFIA



COMO



EL@-SUJEITO-SER



INTERPRETA



COMO



EL@-SUJEITO-SER



INTERPRETA

[...]



O INTÉRPRETE



PRECISA



SEMPRE



INTERPRETAR



CULTURA



LÍNGUA



MOVIMENTO



POLÍTICO



IDENTIDADE



SUBJETIVIDADE



PRÓPRIA



DO-SURDO

Fim da citação.



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1sROTAU-oPrhA2-Zec84cOPEq5H8QPfWY/view?usp=sharing>

O quinto trecho do discurso se apoia nas palavras de Gladis Perlin e relaciona língua, cultura e movimento político, considerando a identidade e subjetividade da pessoa surda e, em consequência, a necessidade de uma atuação ética. Volóchinov (2017) considera que, na comunicação discursiva viva, não é comum citar as palavras do outro a quem respondemos, mas isso pode acontecer em casos específicos, como na situação de confirmar a compreensão, ou para chamar a atenção sobre suas afirmações, uma forma de atualizar o que já é tendência.

No estudo dos gêneros do discurso, Bakhtin (2016a) observa que a sua diversidade do gênero é determinada pela situação da posição social e das relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação discursiva, em que as formas mais elevadas dos gêneros assumem uma padronização no que diz respeito às formas da língua e da sua entonação expressiva. Podemos considerar que a citação de Gladis Perlin realiza o gênero do discurso, confere sua estabilidade e atende às coerções do momento concreto da comunicação discursiva, porém, atenderia à normatividade do gênero não de uma forma ingênua.

O discurso alheio é concebido pelo falante como um enunciado de outro sujeito, em princípio, totalmente autônomo, finalizado do ponto de vista da construção e fora do contexto em questão. É justamente dessa existência independente que o discurso alheio é transferido para o contexto autoral, mantendo ao mesmo tempo o seu conteúdo objetivo e ao menos rudimentos da sua integridade e da independência construtiva inicial (VOLÓCHINOV, 2017, p. 250).

Podemos compreender que a transmissão do discurso alheio expressa a relação ativa de um enunciado com outro, reação da palavra à palavra. E no caso da citação de Gladis Perlin, não significa o diálogo simples e puro, mas a incorporação do tema do discurso alheio no projeto discursivo. O que significa ser profissional, se desenvolver profissionalmente? No discurso citado significa, para além da mediação linguística e cultural, atender ao movimento político dos surdos que envolve identidade e subjetividade da pessoa surda. Em busca de compreender esse conceito é importante salientar que, para Gladis Perlin, a língua de sinais e a defesa da língua de sinais são inerentes a sua cultura e identidade; portanto, no final da citação podemos apreender que prática e ética estão relacionadas a uma atuação de mediação e de defesa da língua de sinais e da cultura surda. Pela dupla orientação do gênero foi preciso olhar para fora, o discurso citado nos conduziu a um lugar fora do discurso de formatura, para fora da cerimônia de colação de grau. Perlin, em sua tese de doutorado (2003), coloca o sujeito surdo como ator político e o intérprete de Libras como esse que colabora no movimento político.

O fio cortante da tradução e da negociação cultural oscila entre a diversidade e a diferença. A atuação política do ILS [Intérprete de Língua de sinais] acontece também no momento da tradução. Na diferença a qualificação do intérprete assume sua importância no momento político. O momento político é atuante no momento das relações de reconhecimento, no momento do afastamento de posições de poder colonizador, de forma a que o intérprete se constitua no sujeito mediador entre culturas (PERLIN, 2006, p. 7).

Dialogar com Gladis Perlin no discurso de formatura representa assumir-se como outro ouvinte para o surdo, como a própria autora diz: “assumir a diferença”. Perlin em várias de suas publicações coloca o ouvinte como colonizador que pensa fazer caridade, como autoritário, ou até mesmo como indiferente. Por outro lado, trata alguns ouvintes como simpatizantes, dentre estes alguns intérpretes de língua de sinais que, ao se relacionarem na alteridade com os surdos, admitem a diferença e produção simbólica da cultura surda. Para a autora, “além de narrar e defender a alteridade surda, esses ouvintes também entram na causa social surda, incentivando os surdos para a política da diferença e a conquista do seu espaço cultural” (PERLIN; QUADROS, 2006, p. 182).

Após essa citação, da produção das professoras Gladis Perlin (surda) e Ronice Quadros (ouvinte e Coda como Mariana), o discurso de formatura aponta para o futuro.

*Então, eu quero que essa turma de bacharelado Letras-Libras, eu torço para que agora siga um caminho diferente, um caminho bom, sempre se desenvolvendo. Mas que nunca esqueçam da ética vinculada à sua prática, é necessário que a língua de sinais esteja vinculada sua subjetividade, da mesma forma que surdos e ouvintes caminhem unidos.*

*Eu faço votos para que todos nós desse grupo consigamos evoluir e sigamos nesse caminho, nós já fazemos parte desse marco importante da história, da formação que deixamos para as normas gerações, para o futuro das novas turmas de intérpretes, vão lembrar da nossa primeira turma de uma maneira especial. Obrigada! Boa noite a todos aqui presentes.*

(LIMA, 2012) – Trecho 6

Mariana retoma o tema da citação agora como palavra alheia-própria e adverte a turma para que a ética seja balizadora da sua atuação profissional. Reconhece os desafios e deseja que a turma siga no caminho bom como pessoas que fizeram história. Nesse trecho diz: “*desejo que essa turma de bacharelado Letras Libras siga um caminho diferente*”, e fica a pergunta, diferente de que? Completa a frase com “*um caminho novo, um caminho bom*”, revelando a necessidade de mudança, de ética e união. Conforme o discurso vai tomando acabamento, solicita à turma não perder o senso ético agora que formados, além de outros aprendizados, e diz: “*nunca esqueçam da ética como balizadora da sua prática*”. De certa forma, desvincula a ética da competência tradutória e linguística, talvez com intuito de não a deixar esquecida ou em segundo plano.

Durante todo o discurso, observamos que a oradora nomeia apenas duas pessoas, duas professoras surdas. Esse feito nos dá pistas das suas concepções e valores perante a comunidade surda; seu ato-pensamento, ato-sentimento e ato-ação estão localizados no acontecimento do ser, um todo unitário e singular, que para Bajtin (1997) é a consciência participativa e seu contexto axiológico.

De fato, um certo grau de consciência e autoria reside no discurso, porém os enunciados, ainda que individuais e singulares, são a vivência do nós. Nas palavras de Volóchinov (2017, p. 207), “se tomarmos o enunciado no processo da sua constituição ‘ainda dentro da alma’, a essência da questão não será alterada, pois a estrutura da vivência é tão social quanto a estrutura da sua objetivação exterior”.

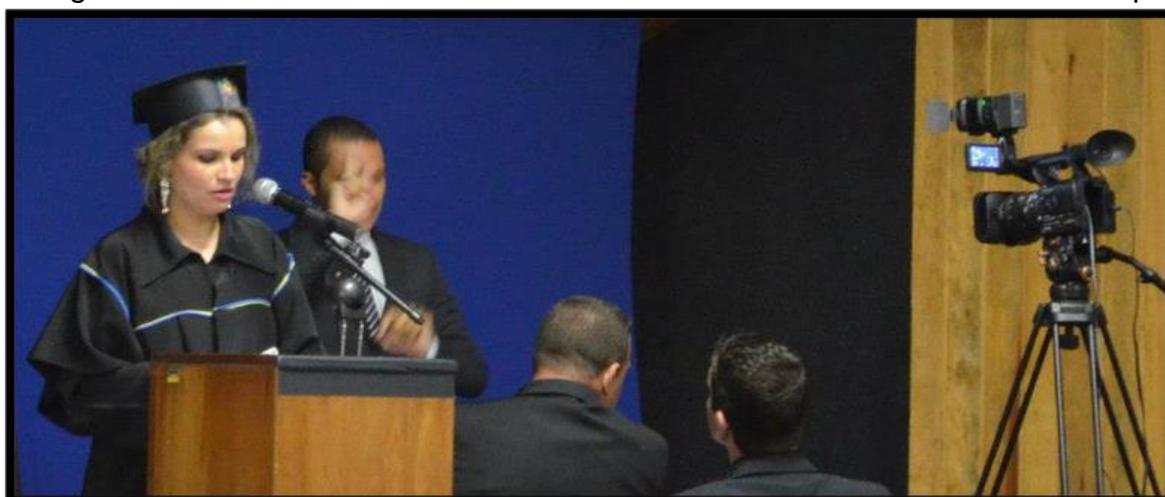
#### 4.1.2 Discurso de formatura – Polo Região Sudeste – Unicamp

A UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, formou a turma do curso de Licenciatura e Bacharelado em Língua Brasileira de Sinais - modalidade a distância Polo Região Sudeste, no dia 30 de novembro de 2012. O discurso de formatura foi escrito e proferido em português pela oradora Juliana Fernandes.

Apresentaremos a análise do texto escrito para o discurso de formatura proferido na colação de grau da 1ª turma de Letras-Libras Bacharelado do Brasil 2008-2012 – Polo Unicamp (APÊNDICE C). O discurso foi interpretado de forma simultânea para a Libras. Nesse mesmo dia e evento, colaram grau os alunos surdos do curso de Letras-Libras Licenciatura 2008-2012. Toda a cerimônia foi videogravada, porém o áudio no momento do discurso não foi captado.

Juliana Fernandes iniciou sua trajetória como TILS na esfera religiosa, onde atua até hoje. Foi líder de turma no Letras-Libras Bacharelado, mas antes disso, profissionalmente, já havia atuado como intérprete na primeira turma de Letras-Libras Licenciatura no Polo USP (2006-2010).

Figura 3: Discurso de formatura – oradora Juliana Fernandes – Polo Unicamp



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=397723670303735&set=t.100000727977647&type=3&theater>

Seguimos nossa análise apresentando trechos desse segundo discurso que, da mesma forma que o anteriormente analisado, pode ser observado em uma dimensão verbo-axiológica, o que, na perspectiva do círculo de Bakhtin, significa compreender o discurso como valorativo, uma valoração intrínseca à linguagem. A interpretação e análise, assim, pouco a pouco vai compreender ativa e ideologicamente o texto, materialidade do discurso de formatura.

*Saúdo e felicito todas as autoridades presentes, os professores, os tutores, nossa querida equipe técnica do polo Unicamp, bem como todos os responsáveis direta e indiretamente pela viabilização, concretização e conclusão do convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina. Cumprimento ainda nossas amadas famílias, familiares e os preciosos amigos aqui reunidos.*

*Grande noite, né turma???*

*Turma esta que cordialmente agradeço pela confiança de me conferir o privilégio de representá-los no nosso discurso de formatura.*

*Ah, quanta responsabilidade ser voz do André, Andréa, Andrey, Camilla, Cláudia, Desirée, Eduardo, Ivanete, Joana, Joel, José Alcélío, Juliano, Lívia, Luciana, Germano, Rosana, Mirian, Naiane, Rafael, Regina, Renata, Roberta, Selma, Silvana, Victor e Rafaella neste momento. Difícil missão, mas espero de todo coração que cada sonho e anseio de expressão sejam aqui contemplados!*

*Finalmente! Hoje é o dia da nossa colação de grau... Momento tão esperado por nós!!!*

*(FERNANDES, 2012) – Trecho 1*

Neste início do discurso, Juliana cumprimenta os presentes e em primeira ordem lembra a importância da parceria institucional Unicamp – UFSC, assim como das pessoas que fizeram o curso se realizar. Como é de praxe nesse gênero do discurso, cumprimenta os convidados. A autora do discurso, como quem pede licença para falar, agradece e reconhece a responsabilidade de representar os colegas e os nomeia um a um, consideração que convida para a arquitetura do seu discurso os mundos axiológicos deles.

Bakhtin explica que, para empregar livremente os gêneros, cabe antes dominá-los. Quanto mais os dominamos, maior é a desenvoltura com que os empregamos e mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade, e assim refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular de comunicação no nosso livre projeto de discurso (BAKHTIN, 2016a). Cabe explicar que Juliana, nessa solenidade de colação, está se formando na sua segunda graduação, e além disso atuou como intérprete em outros diferentes cursos de graduação e de pós-

graduação, e é também por isso que seu discurso, para além de atender as coerções do gênero, se dedica minuciosamente aos detalhes no seu projeto discursivo.

*Ainda hoje me lembro do dia 28 de junho de 2008, era um ensolarado sábado, nossa aula inaugural do curso. Tanta expectativa e ansiedade pra saber o que nos aguardava, tanta curiosidade e surpresa pra conhecer nossos novos colegas de facul! Lá estava nossa querida coordenadora do polo, a professora Regina nos recebendo de braços abertos e com um orgulhoso sorriso no rosto.*

*Após a aula, no primeiro momento coletivo de nossa turma, durante o tutorial fomos convidados a nos apresentar e desafiados a falar sobre nós mesmos. Acredito que aquela tenha sido uma das melhores oportunidades de compreendermos quem seria a nossa tão querida e inesquecível professora Audrei. Qual era seu tom e a forma como conduziria intensa e sensivelmente a turma durante o tempo que permaneceu conosco.*

*Aulas, atividades iniciadas e quanta novidade: aveá, fóruns, postagens, chats, wikis, vídeos-conferências, apostilas, vídeos-aulas e tantas outras coisas... Ah que volume de informações para lidarmos... Mas nada se comparava aos nossos encontros e aulas presenciais. Quanta terapia em grupo, quantas discussões, quantas desconstruções, quantos desabafos, mas quanta cumplicidade e laços ali foram minuciosamente construídos.*

(FERNANDES, 2012) – Trecho 2

O discurso apresentado transita entre o presente, o passado e o futuro. Assim como no primeiro discurso analisado, podemos compreender que o discurso de colação de grau, de formatura, apresenta essa forte relação no tempo, relação de transformação, de transição, podemos ver nos trechos retirados de todo o texto do discurso: *“Finalmente! Hoje é o dia da nossa colação de grau... Momento tão esperado por nós!!!”*; *“Ainda hoje me lembro do dia 28 de junho de 2008, era um ensolarado sábado, nossa aula “inaugural do curso.”*; *“A história da interpretação da*

*Libras (e dos intérpretes) [...]”; “[...] um novo olhar sobre antigas práticas [...]”; Quatro anos se passaram [...]”; “Mesmo antes de iniciarmos o curso, quanta história [...]”; “Passado algum tempo do curso [...]”, “Quais são os próximos passos? O que esperar de um futuro que parece começar hoje?”; “[...]o caminho pela frente é longo [...]”; Que este mesmo futuro que se inicia hoje nos receba e nos brinde com as melhores oportunidades possíveis [...]”; “[...] compromisso de continuar a construir a sua história!!!”*

Uma graduação representa no tempo e espaço um processo de aprendizado, crescimento, desenvolvimento pessoal e profissional; logo, a menção estética e poética de referência ao nos apresenta o gênero do discurso. Conforme Bakhtin, “escolhemos um tipo de oração do ponto de vista do enunciado inteiro que se apresenta à nossa imaginação discursiva e determina nossa escolha” (BAKHTIN, 2016a, p. 43).

Nesse trecho, em que Juliana relembra os primeiros e importantes momentos do curso, evidencia-se o grupo, o coletivo. Valoriza-se a memória que é dela e também do grupo. A oradora fala de aprendizados técnicos, mas também rememora as relações interpessoais: *“nossa aula inaugural”, primeiro “momento coletivo em nossa turma”, “nossos encontros”, “terapia em grupo”, “cumplicidade e laços ali foram minuciosamente construídos”*. Medviédev (2016, p. 56), no que se refere à forma e tipos de comunicação ideológica em relação aos gêneros, explica que “cada ato de reflexão cognitiva é determinado pela orientação mútua entre as pessoas, e quanto mais complexa, diferenciada e organizada for essa orientação, tanto mais essencial e profundo será o conhecimento.

Nessa perspectiva, observamos que, em seguida, o tom do discurso muda, e a oradora segue seu projeto discursivo.

*Há um fato que não podemos deixar de constatar na nossa turma: a maioria dos colegas eram conhecidos de longa data por serem “profissionais” já atuantes há algum tempo. A história da interpretação da Libras (e dos intérpretes) em nosso país revela que até poucos anos, a formação na prática em serviço e empírica era praticamente única opção e possibilidade. Muitos de nós iniciamos uma carreira na área da tradução e interpretação sem saber que um*

*dia isso seria profissão, de fato. Por motivos pessoais, religiosos, familiares, educacionais, sociais, dentre muitos outros, cada um começou a trabalhar com surdos... E chegamos até aqui.*

(FERNANDES, 2012) – Trecho 3

No excerto citado acima, a oradora dialoga com a turma, ao mesmo tempo que conta uma história que é dela e também dos colegas, já que “nenhuma língua pode ser percebida como unitária; toda realidade linguística é sempre *heteroglótica* (plurilíngue, pluridiscursiva, pluriestilística). E todo falante é igualmente percebido como uma realidade heteroglótica” (FARACO; NEGRI, 1998, p. 165).

Como explica Volóchinov (2017), o diálogo, não no sentido estrito da palavra, pode ser compreendido de modo mais amplo, “não apenas como comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva” (2017, p. 219). E, segundo o autor, todo enunciado, por mais significativo e acabado que seja, é apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta, que nunca poderá ser compreendida fora da ligação com a situação concreta.

É possível observar nesse trecho a alternância da flexão verbal. A autora enuncia com diferentes contornos, e, dada a situação concreta, posiciona-se axiologicamente: em um momento, no início do discurso, não se coloca como experiente quando diz “*a maioria dos colegas eram conhecidos de longa data por serem ‘profissionais’*”. Nesse trecho, ela parece não querer se comprometer quando enuncia em terceira pessoa, e também se coloca perante a turma em um posicionamento ético. Em outro momento, se coloca no grupo dizendo: “*iniciamos*”, “*chegamos*”, enunciando em 1ª pessoa, e segue da mesma forma: “*acredito que*”, com o intuito de dar o seu tom como falante, assumindo o posto para que fora escolhida, o de oradora da turma, de autora. Segundo Áran, “aquilo que na vida se dá como fato isolado, na obra deve adquirir uma totalidade de sentido, e uma posição valorativa, ética e cognitiva” (ÁRAN, 2014, p. 12).

Na dinâmica de múltiplas inter-relações responsivas, o discurso proferido se apresenta com escolhas composicionais e de linguagem, tomando um posicionamento axiológico perante os receptores permanentes. O discurso é dirigido para si e para outros, reflete e refrata posições valorativas sociais que determinam o

objeto estético. No discurso de formatura analisado observamos a transferência do conflito (atuar profissionalmente antes mesmo de ter uma formação profissional para tal atividade) para as formas linguísticas na aparente, porém não inocente, confusão das pessoas do discurso e flexão verbal.

*Acredito que por este fato nossa formação acadêmica durante os quatro anos que passamos juntos ocorreu de modo tão especial, instigante, diferente, intenso e único; afinal articular experiências acumuladas com novas teorias e propostas, requisitou de nós uma auto-reconstrução, um novo olhar sobre antigas práticas, mais sensibilidade para outras percepções e negociações, além do desprendimento e humildade necessários para começarmos a trilhar caminhos diferentes. Vivenciamos e vivemos o desafio e o privilégio de reelaborar e reestruturar nossos conhecimentos e habilidades. Crescemos MUITO!!!*

*Momentos alegres, festivos, divertidos, de comemorações e bagunças! Momentos difíceis, de dor, enfermidade, exaustão e da inevitável lágrima! Alguns desistiram logo no começo, outros quase... Alguns chegaram depois, mas nossa turma sempre manteve a curiosa característica de se completar na sua diversidade.*

*Quatro anos se passaram e neles, quantas histórias temos aqui pra contar!!! Mesmo antes de iniciarmos o curso, quanta história cada um de nós já trazia na bagagem da vida... Desde grandes conquistas e realizações às mais duras perdas e frustrações!!! Ah... Não temos dúvidas que o dia de hoje e esta solenidade é a data da consagração de uma árdua, merecida e belíssima vitória!*

*(FERNANDES, 2012) – Trecho 4*

Observamos no trecho 4 a escolha destes 5 adjetivos, “*especial, instigante, diferente, intenso, e único*”, para designar o modo como ocorreu o curso. A materialidade do discurso representa deslocamentos no plano da linguagem que, pela refração, transpõe as ideias sobre o percurso da formação em objeto estético, em imagem das ideias, ao representar a turma nesse momento histórico, e ao

contemplá-la com seu discurso. Nos estudos do gênero do discurso, o estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas, que são “determinados tipos de construção do conjunto, do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro etc.” (BAKHTIN, 2016a, p. 18).

De fato, a personagem vive de modo cognitivo e ético, seu ato se orienta em um acontecimento aberto e ético da vida ou no mundo dado do conhecimento; o autor guia a personagem e sua orientação ético-cognitiva no mundo essencialmente acabado da existência, a qual, descartando o sentido imediatamente seguinte do acontecimento, é de índole axiológica pela diversidade mais concreta de sua presença (BAKHTIN, 2010, p. 11).

No mesmo trecho, a oradora diz: “*articular experiências acumuladas com novas teorias e propostas, requisitou de nós uma autorreconstrução, um novo olhar sobre antigas práticas, mais sensibilidade para outras percepções e negociações, além do desprendimento e humildade necessários para começarmos a trilhar caminhos diferentes*”. Observamos como pano de fundo o conceito de alteridade, a propósito de aproximar o discurso de uma materialidade que reflete a autocontemplação, no que tange posicionar-se axiologicamente frente à própria vida.

Nesse ponto, observamos também que a relação do discurso com o tempo, considerada aqui como um dos vínculos composicionais com o gênero do discurso, permite o uso excessivo de adjetivos e de locuções adjetivas. Além dos já apresentados anteriormente, cito: “*Momentos alegres, festivos, divertidos, de comemorações e bagunças!; Momentos difíceis, de dor, enfermidade, exaustão e da inevitável lágrima!; árdua, merecida e belíssima vitória*”. Essa quantidade e variedade de adjetivação também dá notícia do tempo passado e se transforma em recurso estilístico de marcação de tempo: o discurso de formatura segue uma espécie de ritual, o que observaremos novamente mais adiante.

*Passado algum tempo do curso, Audrei precisou nos deixar, era um novo tempo para sua vida profissional e quanto orgulho por isso... Mas quanta preocupação, quem a substituiria?*

*E foi então que novamente compreendemos que não haveria de existir substituição, pois cada professora cumpriu conosco seu tempo e sua missão.*

*Lilian chegou tímida, mais fechada, como quando recebemos uma visita mais silenciosa. Um início tenso, confessemos! Porém pouco tempo foi necessário para ganhar nossos corações e por nocaute! Foi com uma mulher guerreira e profissional exemplar que continuamos e finalizamos nosso curso. Mãezona, amiga, companheira e sábia mestra que tão docemente nos conduziu e orientou a trilharmos nossos próprios caminhos!*

*A vocês, queridas Audrei e Lilian, nosso amor, nossa admiração, nosso respeito, nosso carinho inesgotável e principalmente o louvável mérito da contribuição de vocês (suas mãos e vidas) na construção da nossa excelência profissional, o melhor de cada um de nós! Muito obrigada por tudo!!!*

(FERNANDES, 2012) – Trecho 5

Seguindo a ideia de tempo, o trecho adiante cita a saída de uma e a chegada de outra nova comandante para o barco, e o uso de adjetivos segue apresentando-as. Na representação em um ato político ou em um ritual, conforme Bajtin (1997), acontece uma interpretação simbólica que transforma o momento da ritualidade em ato concreto e real<sup>24</sup>:

Orientar o ato na totalidade do evento singular do ser não significa, de modo algum, traduzi-lo para a linguagem de valores sublimes cuja reflexão ou representação é o evento participativo concreto e real em que o ato aparece diretamente orientado. Eu pessoalmente participo do evento, assim como qualquer objeto ou pessoa com quem eu tenha que ver em uma única vida pareça pessoalmente envolvido (BAJTIN, 1997, p. 59).

O ato estético como proceder ético é a responsabilidade do autor que, a partir do seu produto, do seu texto, se coloca como participante e responsável, que

---

<sup>24</sup> Orientar el acto en la totalidad del singular acontecimiento del ser no quiere decir, en absoluto, traducirlo al lenguaje de los valores sublimes cuyo reflejo o representación es el suceso participativo concret y real en el cual el acto aparece orientado directamente. Yo participo personalmente en el acontecer, lo mismo que todo objeto o persona con los cuales tendo que ver en vida única aparecen como personalmente implicados (BATJIN, 1997, p. 59).

reconhece a potencialidade semântica abstrata na representação de momentos singulares e únicos.

*Também há uma pessoa que não podemos esquecer e que certamente jamais esqueceremos: Gel!!! Sua alegria, sua sabedoria, seu cuidado, sua constante presença nestes anos nos ensinou que a vida e as oportunidades que nos oferece, são dádivas. Muito obrigada por compartilhar conosco a sua vida e nos permitir aprender tanto a partir do seu próprio exemplo, assim... Sendo quem você é!*

*E aos tutores de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso: Mônica, Tiago e Elisa, nossa profunda e sincera expressão de gratidão pela coragem, desafio e acima de tudo, por nos segurar nas mãos, seguir ao lado incentivando e acreditando que chegaríamos ao final destas peculiares disciplinas com todas as responsabilidades devidamente cumpridas. Muito obrigada pela disposição e energia, vocês foram dez!*

(FERNANDES, 2012) – Trecho 6

Por meio do excerto destacado percebemos na preocupação de nomear quase que uma obsessão por não deixar de citar nenhuma pessoa ou instituição. Essa característica nos coloca em contato com a arquitetônica do mundo do discurso. Aponta para fora, para as pessoas reais e os acontecimentos, e aponta para dentro, a organização do texto e como se relaciona com o entorno axiológico. Nesse ponto, podemos depreender algumas particularidades da arquitetônica desse discurso de formatura: a realidade material, as relações, as vivências fazem parte da consciência valorativa e seu tom emocional e volitivo, que se materializa na linguagem. Segundo Bakhtin (2016b, p. 80), “o enunciado em sua plenitude é enformado como tal pelos elementos extralinguísticos (dialógicos), está ligado a outros enunciados. Esses elementos extralinguísticos (dialógicos) penetram o enunciado também por dentro”.

Em seguida o discurso vai assinalar o futuro, seguindo o mesmo plano do discurso anterior de Mariana. Observamos a arquitetônica do texto que se reelabora no contexto, na formalidade do ato de representação em uma cerimônia de

formatura. É ato ético citar o futuro, ao menos dizer que há um futuro, após narrar o processo acabado, a formação, e apontar o objeto, a atividade, ou o campo de atividade, pois mesmo cumprindo a forma estilística do gênero, a consciência individual e coletiva não nos dá alibi para não formular pensamentos para o futuro.

***Turma, e agora?*** *Quais são os próximos passos?*

*O que esperar de um futuro que parece começar hoje?*

*Questionamentos complexos, não é mesmo? E as respostas bastante pessoais, todavia algumas relevantes questões devem ser constantemente lembradas...*

*Hoje, apesar de sermos profissionais formados academicamente, nossa história está intimamente ligada à causa surda. Causa esta ainda permeada por necessidade de lutas e militância num movimento de legitimação linguística e cultural! Assim como nossos colegas surdos, nós tradutores intérpretes da Libras e português também precisamos lutar por reconhecimento, respeito e espaços. Mesmo profissionais, a demanda por militância é requerida de nós, de uma ainda frágil e recente categoria que tem despontado na sociedade.*

*Sabemos que o caminho pela frente é longo, mas que jamais percamos o senso de valores éticos e morais para balizarem nossas posturas, escolhas e práticas!*

(FERNANDES, 2012) – Trecho 7

Observamos que o discurso carrega consigo também os dizeres da comunidade surda, internalizando subentendido acordo: “apesar de sermos profissionais formados academicamente, nossa história está intimamente ligada à causa surda”. Da forma como é redigido esse trecho, ele deixa a impressão de que “apesar de” serem profissionais por esforço e mérito próprio, permanecem em dívida com a comunidade surda. E repete ao final deste mesmo excerto: “mesmo profissionais, a demanda de militância é requerida por nós”, como um dever que parte da historicidade concreta do ser.

Não há o dever de ser estético, científico, nem somente o dever de ser ético, mas eles existem na estética, teórica, socialmente significativa, o dever ser, para o qual todas as significações são de caráter técnico, e a elas outras significações podem ser adicionadas. Esses postulados adquirem seu significado na unidade estética, científica e sociológica: o dever ser na unidade da minha vida singular e responsável (BAJTIN, 1997, p. 11, tradução nossa<sup>25</sup>).

Faraco e Negri (1998, p. 165) explicam que “a dinâmica sócio-histórica das comunidades humanas cria múltiplos horizontes interpretativos da realidade, cada um constituindo uma certa posição avaliativa dessa realidade”.

Resulta do exposto que o uso das conjunções subordinativas concessivas “apesar de” e “mesmo [que]” aparecem quando o assunto envolve a relação entre o profissional TILS e os surdos. Fica um aparente desconforto sobre o sentido consciente ou inconscientemente pretendido, pois o uso destes termos torna a sentença contraditória, talvez de não conformidade à provável expectativa com a formação, observando que a militância por reconhecimento da categoria profissional, respeito e espaço continua fazendo parte do dia a dia, tanto da comunidade surda, quanto dos profissionais agora graduados. Observamos que a realidade linguística nunca é estática, e se apresenta em contínua tensão dialógica. De tal modo que, para Volóchinov (2017):

Na palavra se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social. É bastante óbvio que a palavra será o indicador mais sensível das mudanças sociais, sendo que isso ocorre lá onde essas mudanças ainda estão se formando, onde elas ainda não se constituíram em sistemas ideológicos organizados. A palavra é o meio em que ocorrem as lentas acumulações quantitativas daquelas mudanças que ainda não tiveram tempo de alcançar uma nova qualidade ideológica nem de gerar uma nova forma ideológica acabada. A palavra é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam (VOLÓCHINOV, 2017, p. 106).

---

<sup>25</sup> No existe un deber ser estético, científico, ni un deber ser ético, sino que existen lo estética, teórica, socialmente significativo, y el deber ser, para el cual todas estas significaciones son de carácter técnico se lo puede agregar. Estos postulados adquieren su significancia en la unidad estética, científica, sociológica: el deber ser en la unidad de mi singular y responsable vida (BAJTIN, 1997, p. 11)

O discurso segue, e como é de praxe nessa esfera e plano de expressão, sua finalidade é suscitar reflexão nos seus momentos derradeiros: “*jamais percamos o senso de valores éticos e morais para balizarem nossas posturas, escolhas e práticas!*”. Quando o discurso traz “jamais percamos”, denota que os valores éticos e morais já estão colocados para este grupo, e que o cuidado é de não serem engodados para longe das necessidades da comunidade surda; o texto repete, mais ao final, “*jamais nos esqueçamos da responsabilidade e (talvez) da missão*”.

Nesse ponto é necessário lembrar a origem do contato da oradora com a comunidade surda. Juliana inicia sua atuação como intérprete na esfera religiosa, Esse enunciado “missão” reflete e refrata a realidade e se torna produtivo na cadeia discursiva. Ele engoma o tecido em que se entrelaçam palavras e valores, que segundo Faraco e Negri (1998), são as vozes sociais.

*Então, pra finalizar, o que dizer?*

*Tantas coisas se passaram na minha mente, como se fosse um longametragem do curso... Mas dizer que já estamos com saudades de mexer o doce, é pouco; dizer que já estamos com saudades de bater papo, comer pão na chapa de manhã, almoçar e jogar uno na cantina das queridas tias portuguesas, é pouco; dizer do orgulho de ter uma super sala de vídeo-conferência com o sempre tão gentil Gilberto Oliani no comando, é pouco; dizer da alegria de sermos recebidos aos finais de semana com um largo sorriso no rosto pelo Mike e com tanto carinho (e sempre um papel na mão) pela Maria José – nossa melhor secretária, é pouco; dizer como foi gostoso e tão proveitoso o intercâmbio nas aulas promovido entre surdos e ouvintes tantas vezes, é pouco... Dizer, dizer e dizer tantas coisas, ainda pode parecer pouco... Mas dizer que foram quatro anos de vida, de tantas histórias, de grandes esforços, de lutas, de superação e vitória que somente cada um de nós sabe o que realmente significou, pode já não ser tão pouco assim!!!*

*(FERNANDES, 2012) – Trecho 8*

Podemos assim compreender que os enunciados se orientam, colocando em circulação diversas vozes sociais, apresentando-se de tal modo como discurso citado. Nas palavras de Bakhtin (2016b), todo texto tem um autor, um sujeito que fala ou que escreve; em certa medida, na análise de um texto, pode-se abstrair a autoria, mas também é possível compreender os sujeitos discursivos que o interpenetram.

Na prática discursiva, ao assumir posição axiológica, criativa e estratégica nos diálogos sociais, os enunciados se materializam e circulam em forma de textos, que têm como objeto real o homem social, que fala e exprime a si mesmo, a partir da relação com o outro e das coerções de determinado campo da atividade humana e determinado gênero do discurso.

*É, meus colegas, terminamos! Pra valer e apesar de todos os enfrentamentos de dificuldades e incertezas que o curso nos trouxe algumas dolorosas vezes...*

*Recorro agora ao livro mais traduzido no mundo, meus caros tradutores intérpretes, para compartilhar com todos algumas breves palavras, antes, porém ressalto e registro o meu respeito a toda e qualquer forma e doutrina de fé aqui professada pelos presentes.*

*O livro de Salmos, no capítulo 126 e verso três declara que “Sim, coisas grandiosas fez o Senhor por nós, por isso estamos alegres.” Nosso Pai nos permitiu chegarmos hoje até aqui, amém por isso!!!*

*Definitivamente hoje pode ser considerado um dos dias mais felizes de nossas vidas, dia merecedor desta linda festa, dia de celebrarmos a grande vitória!*

*Saúde, paz, bênçãos e um lindo e promissor futuro é o meu sincero desejo e a minha torcida por todos vocês. Que Deus os acompanhe, ilumine-os, capacite e dê muita sabedoria para a atuação profissional.*

*(FERNANDES, 2012) – Trecho 9*

A oradora se encaminha para o final do seu discurso, mas ainda tem algo a ser dito. *Terminamos [...] apesar de todos os enfrentamentos [...].* Quer dizer que há vitória, porém há esforço e sofrimento para chegar a ela. Pede licença: *“ressalto e registro o meu respeito a toda e qualquer forma e doutrina de fé aqui professada pelos presentes”* e, pedindo licença, faz uma citação da Bíblia, segundo ela “o livro mais traduzido no mundo”, nada mais original para a ocasião: *“O livro de Salmos, no capítulo 126 e verso três declara que ‘Sim, coisas grandiosas fez o Senhor por nós, por isso estamos alegres’. E completa dizendo ‘Nosso Pai nos permitiu chegarmos hoje até aqui, amém por isso!!!’.*

Para Bakhtin (2016a), a escolha do recurso linguístico, que inclui a inserção explícita do texto de outrem, é feita pelo falante e está relacionada a maior ou menor influência do destinatário e de sua resposta antecipada. Falar de fé e crença em um âmbito formal como esse exige, sim, pedir licença. Nesse sentido, os enunciados são arquitetados no conjunto do todo, pois “cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário” que, segundo o autor, o determina como gênero e se encarrega de organizar seus traços essenciais e constitutivos. Em especial nesse discurso, a oradora se arrisca ao dizer que “o senhor fez para nós” e ao dizer que o “nosso pai permitiu”, a interpretação da sua fala pode criar efeitos de sentidos contraditórios ao projeto discursivo que cita “dedicação”, “conhecimentos”, “habilidades”, “construção”, “árdua e merecida vitória”, entre outros trechos que indicam esforço humano durante o caminho. Porém, ao anunciar seu respeito às demais crenças, toma em suas mãos a liberdade de exprimir o pensamento de suas crenças.

*Agora formados, que realmente venham os próximos passos e desafios. Que este mesmo futuro que se inicia hoje nos receba e nos brinde com as melhores oportunidades possíveis, todavia que jamais nos esqueçamos da responsabilidade e (talvez) da missão que a primeira graduação de tradutores intérpretes de Libras no Brasil já tem nos trazido e ainda poderá nos trazer. Fomos bastante privilegiados, não nos acomodemos, portanto!*

*Sendo assim, pra finalizar de verdade...*

*Será que há a necessidade?*

*Não sei se eu saberia e se conseguiria terminar de falar do jeito que deve ser...*

*Então, vamos combinar assim: que cada um de nós, prezados colegas, aceite a missão de continuar a escrever o seu discurso e assumo o belo compromisso de continuar a construir a sua história!!!*

*MUITO OBRIGADA POR TUDO, FELICIDADES E P A R A B É N S S S!!!!*

*(FERNANDES, 2012) – Trecho 10*

A oradora finaliza retomando os termos “*responsabilidade, compromisso e missão*”, no plano da consciência participativa do ser, da vida como um todo, mundo infinito em sua totalidade, que, segundo Bajtin (1997), só pode ser conhecido objetivamente a partir da vida pessoal, em cada ato singular, de um lugar único e real.

Ao analisar o “discurso de formatura” observamos um gênero bem definido com suas características constitutivas a partir da concepção do enunciado como unidade da comunicação discursiva. Esse tipo de discurso tem como característica principal a conclusibilidade a partir da possibilidade de resposta, da apresentação de um texto que tem intenção discursiva e que suscita uma compreensão responsiva, dentro das especificidades desse campo da comunicação. Essa característica se apresenta nos enunciados dos dois textos, em que os discursos se organizam da mesma forma no que diz respeito ao tempo (passado, presente e futuro) e na organização gramatical e funções da linguagem, ainda que com certa flexibilidade, com certa previsibilidade da sua construção composicional e de seu desfecho.

Ao longo da análise apresentamos a articulação entre passado, presente e futuro como uma peculiaridade deste gênero do discurso, que o organiza composicionalmente, e a partir da linguagem empregada para cada um desses tempos conseguimos depreender sua entonação expressiva por meio dessas relações espaço-temporais. Parece-nos que essa relação com o tempo se coloca como traço constitutivo desse gênero do discurso.

No que diz respeito ao elemento expressivo, à composição e ao estilo, observamos a aparente desorganização no uso das pessoas do discurso durante o diálogo com o interlocutor, na relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o seu enunciado. Constatamos no discurso a alternância entre primeira pessoa do singular e terceira pessoa do plural, arranjo gramatical passível de crítica em outros gêneros do discurso, que, entretanto, no discurso de formatura, dá o tom entre o ato de representatividade e a visão estética do homem em sua realidade única e particular.

Discursos como esses, de formatura, nessa esfera e plano de expressão, se estruturam em torno de uma centralidade valorativa e arquitetônica do “dever ser” ligado à uma determinada profissão, e apresenta concepções distintas sobre a ética do TILS. Ainda que tendo cada um seu autor empírico declarado e mundos axiológicos distintos, os enunciados em seu sentido mais amplo carregam consigo o diálogo social, sendo respondentes, e pedindo e antecipando respostas.

O fazer da atividade do TILS aponta para a necessidade de uma formação que não ignore a história da relação entre surdos e ouvintes, mas que reflita sobre essa história. Por meio da análise dialógica do discurso empreendida fica evidente que a formação não passa somente pela questão do que é ensinado no curso, do que é currículo e conteúdo, mas do que é vivenciado, elaborado e ressignificado durante a formação.

#### **4.2 Discurso oficial de representante surda – Presidente da Feneis**

Esse texto consiste na *Mensagem de abertura do 1º fórum regional de discussões políticas: desafios do tradutor-intérprete de Libras português – TILS*, apresentado pela então presidente da FENEIS, professora Dra. Ana Regina Campello no dia 05 de julho de 2014, evento organizado pela FENEIS – RS e AGILS – Associação Gaúcha de Intérpretes de Libras em Caxias Do Sul/RS, vídeo disponível no canal da AGILS no YouTube (APÊNDICE D).

Figura 4 - Mensagem de apoio para o 1º Fórum de Discussões Políticas: Desafios do TILS



Fonte: <https://youtu.be/wFZ8MPOiqWA>

A professora Dra. Ana Regina, então presidente da Feneis, não participou presencialmente do encontro, e, portanto, gravou esse vídeo antes do Fórum acontecer para mensagem de abertura. Nesse sentido, o destinatário do discurso é um interlocutor projetado, ainda não realizado no momento em que o discurso é proferido e realizado/gravado. Somente essa condição já diferencia o discurso e a sua condição de produção, circulação e recepção. Dessa forma, essa separação “nós aqui” e “vocês aí” também se refere a noção espaço-tempo, que produz sentido juntamente com a nomeação real dos sujeitos do discurso, surdos, ouvintes, tradutores e intérpretes. Apresentamos a seguir a tradução do trecho inicial do discurso, em que a presidente, agradece nominalmente o convite e situa o evento.

*Vocês estão bem? Eu quero agradecer o convite da Flávia Machado, coordenadora e proponente desse encontro na região de Porto Alegre, e no Rio Grande do Sul- RS.*

*Sobre o Encontro de Intérpretes e Tradutores, eu penso que para nós da comunidade surda, e principalmente o grupo que integra essa comunidade, o povo surdo... O encontro tem como objetivo discutir e elencar novas propostas. Eu acredito que é o movimento de luta dos surdos que deseja melhorar a qualidade na educação e também na*

tradução e interpretação. Essa área, da tradução e interpretação, ainda precisa de maiores discussões.

(Campelo, 2014, Trecho 1)

A seguir apresentamos o recorte em Libras dos conceitos importantes que aparecem bem no início do discurso, “comunidade surda” e “povo surdo”, essa introdução tem a função de situar o contexto e de demarcar os sujeitos, apresentando com prioridade os surdos na constituição dessa comunidade.

Quadro 6 - Recorte “Comunidade surda” - frames do texto em Libras destaque do trecho 1 (0:30 a 0:36)



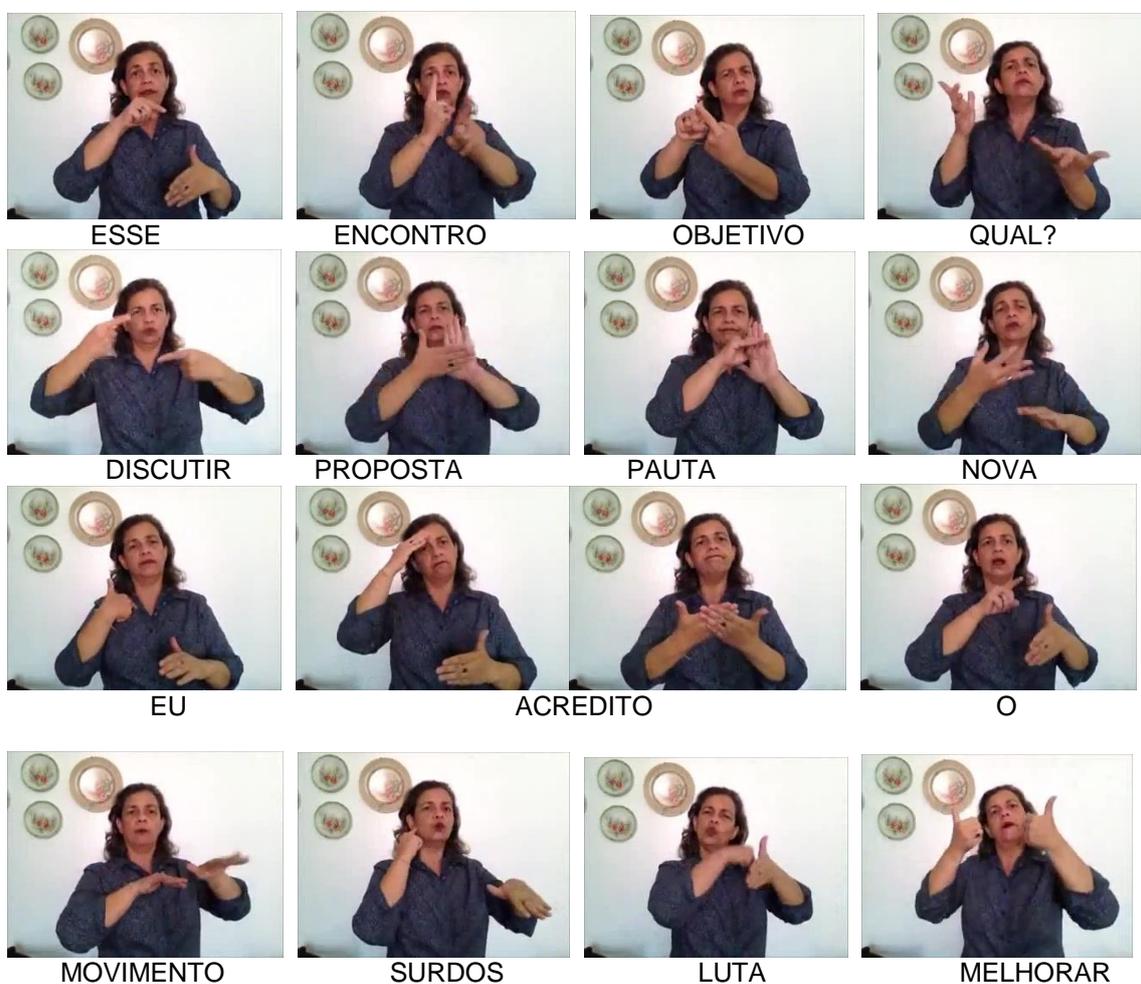
Fonte: <https://youtu.be/wFZ8MPOiqWA>

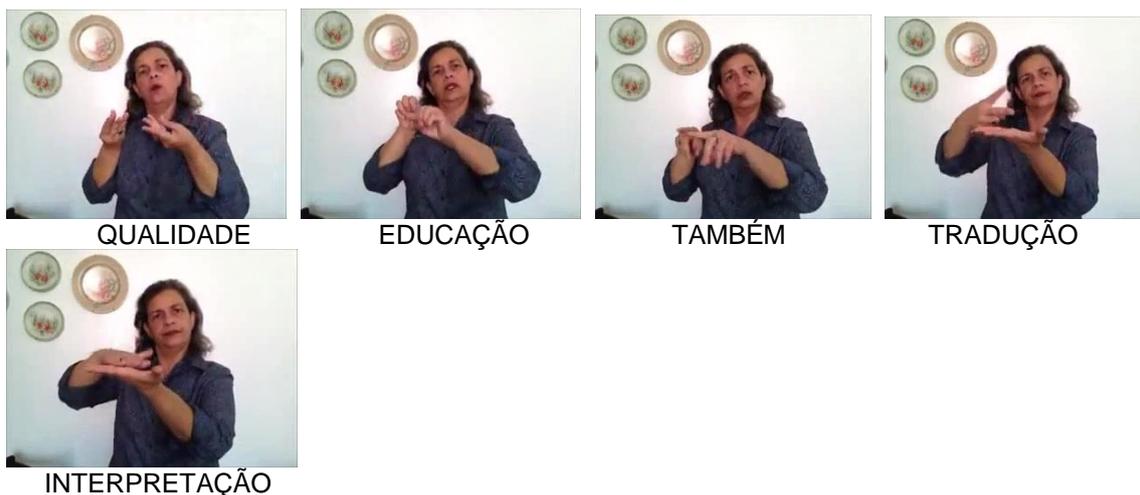
Ana Regina é representante da “comunidade surda” e é representante do “povo surdo”. O termo “povo”, nos estudos surdos e estudos culturais, remete aos

diversos modos de existência dos surdos em todo o mundo. Esse termo transcende questões geográficas e linguísticas na discussão sobre identidade surda, e exalta a língua gestual-visual no encontro entre surdos de diferentes nacionalidades (PERLIN; QUADROS, 2006; STROBEL, 2008).

Assim, o projeto discursivo vai se organizando e ganhando forma, engendra situar a existência da comunidade surda a partir da existência do povo surdo, se refere ao cerne da questão que vem em seguida, ainda dentro do primeiro trecho quando enuncia que para a comunidade surda o objetivo do encontro, que é trazer propostas e novas pautas com base na luta do movimento surdo que se organiza em primeiro lugar por uma educação de qualidade e também pela qualidade na atuação dos tradutores e intérpretes, demarcando e sugerindo pautas para discussão.

Quadro 7 - Recorte “Objetivo do encontro” - frames do texto em Libras destaque do trecho 1 (0:38 a 1:03)





Fonte: <https://youtu.be/wFZ8MPOiqWA>

Observando a sintaxe espacial da construção em Libras, podemos perceber que termo “COMUNIDADE SURDA” está referenciado no centro do espaço de sinalização e corresponde a todos envolvidos na vida dessa comunidade, o “POVO SURDO” e “LUTA DOS SURDOS” referenciado no lado esquerdo e “EDUCAÇÃO” e “INTÉRPRETAÇÃO TRADUÇÃO” referenciados no lado direito. A partir da observação do uso dos dêiticos no espaço de sinalização em Libras podemos inferir que essa construção sintático-semântica realiza materialmente o os dois polos que constituem a comunidade surda e as relações de alteridade entre surdos e ouvintes.

Observamos que quando enuncia, a presidente da Feneis marca em sua sinalização que o movimento é dos surdos, a luta é dos surdos, compreendemos que, por mais que familiares de surdos, professores de surdos, tradutores e intérpretes para surdos, ou guias-intérpretes para surdocegos sejam parceiros nas pautas dos surdos e nas atividades que reivindicam seu direito de ser surdos e de comunicar-se em Libras, esses parceiros não-surdos não padecem com as dificuldades cotidianas de falta de comunicação, de acesso e de desrespeito aos seus direitos. Notamos que esse é um tema recorrente na comunidade surda, a recorrência está baseada na vivência, pois os enunciados são ao mesmo tempo palavra e vida.

Conforme Bakhtin, a experiência discursiva individual se forma e se desenvolve na interação constante com os enunciados dos outros e seus tons

valorativos, e é na experiência da linguagem que acontecem diferentes graus de assimilabilidade das palavras dos outros às nossas palavras (BAKHTIN, 2016a).

Desta forma, a partir do uso do espaço de referência, povo surdo e tradutores e intérpretes são colocados lado a lado, ora em relação, ora cada um no seu papel. Recordamos que o discurso tem como interlocutores intérpretes em formação, assim, ela chama a atenção para que eles compreendam o seu papel, e parece afirmar que a luta dos surdos e o movimento dos surdos é que fomenta a qualidade da educação (de surdos), pauta do movimento dos surdos mundialmente, e também subsidia e fomenta o desenvolvimento dos tradutores e intérpretes de Libras.

A partir desse entendimento, apresentamos a tradução do segundo trecho do discurso

*Eu gostaria que vocês participantes desse encontro pensem sobre a importância de olhar para si mesmo, o que você vê? Sobre o papel enquanto tradutor e intérprete e pensem juntamente do trabalho vem o que? Ética [soletração e mais três sinais] em suas diferentes formas, atrelado a isso, a construção profissional. Essa construção enquanto tradutores e intérpretes geram dois aspectos que precisam andar juntos. O primeiro deles é o estudo constante e a formação continuada, formação em cursos, formação em Letras Libras e demais formações, respeitando à legislação da Libras e o Decreto 5626.*

*(Campelo, 2014, Trecho 2)*

Nesse segundo trecho do discurso a entonação muda, os enunciados passam de informações gerais conceituais para uma mensagem explicitamente direcionada para os interlocutores que começa da seguinte forma em Libras “VOCÊ PRECISA OLHAR-PARA-SI SUJEITO-SER [...]” como podemos ver no recorte apresentado na sequência em Libras (quadro 8).

Quadro 8 - Recorte “Sujeito/ser Ética” - frames do texto em Libras destaque do trecho 2 (1:14 – 2:05)



Fonte: <https://youtu.be/wFZ8MPOjqWA>

A mensagem é direta e explícita para os tradutores e intérpretes, participantes do evento, de que precisam fazer uma autoanálise, o discurso caminha para a necessidade do debate em torno da compreensão sobre o papel do tradutor e intérprete e da ética intrínseca ao trabalho do tradutor e intérprete, e atrelado a isso também os outros aspectos que atuação profissional em relação à formação, debate que não deixa de fora o tema da formação.

Passando para uma análise mais centrada no léxico, sinais da Libras, e sintagmas, observamos que para além de como o texto vai se construindo, especificamente a escolhas dos termos também tem a função de organizar o discurso, atividade ideológica por natureza, assim, olhando para os sinais nesse recorte do trecho 1, com atenção ao recurso de linguagem que é a repetição. Neste recorte a repetição acontece de duas formas:

- a) Repetição do sinal SUJEITO/SER que forma diferentes sintagmas (quadro 9).

Quadro 9 - Recorte “Sintagmas Sujeito/ser”



Fonte: <https://youtu.be/wFZ8MPOiqWA>

Explicamos que esse sinal SUJEITO-SER é um sinal classificador de pessoa, possível de concordância com pessoa do discurso e número, mas que no discurso é apresentado no discurso sempre da mesma forma, ancorado no corpo, observamos também que em Libras é um sinal altamente polissêmico que pode significar PESSOA, SER, SUJEITO, AUTO (*self*), COMPORTAMENTO, CONDUTA, CIDADÃO, entre outras significações dentro desse campo semântico. Chama atenção a repetição, porque justamente no tema formação/profissão e ética a ambiguidade se instala, e, assim, a repetição reforça a imprecisão e abarca o campo semântico como um todo, assim, SUJEITO-SER permite muitos efeitos de sentido nesse contexto.

#### b) Pela repetição do signo ÉTICA

Essa repetição apresentada no recorte consiste no uso de diferentes significantes para o termo ÉTICA, que podemos, de certa forma identificar como um recurso estilístico na construção do projeto discursivo. A presidente faz uma pergunta retórica: “PENSAR JUNTO TRABALHO O-QUE?”. E responde em seguida, com a soletração manual da palavra ética, e a sinalização de mais três diferentes significantes em Libras para o termo ÉTICA, ainda finaliza com o sinal vários que coloca a reticências no enunciado (quadro 8), no sentido de que qualquer variação lexical poderia ser válida, mas o significado é o que importa. Vale ressaltar que ela vive no Rio de Janeiro e que o encontro foi no Estado do Rio Grande do Sul, e que considerar a variação linguística é comum nesse contexto. No entanto, ela poderia apenas soletrar e eleger um único significante (um sinal na Libras comumente utilizado por ela), ou seja, sinalizar ÉTICA apenas uma vez, mas optou pela repetição. Consideramos então que o recurso da repetição esteticamente coloca em evidência o termo, o conceito e a mensagem.

No caso da repetição do sinal ÉTICA, abrimos uns parênteses para reclamar a padronização deste termo em Libras, curiosamente, a variação no termo ética existe ainda hoje, e mesmo depois do curso Letras-Libras, formação que percorreu 16 polos em diferentes Estados brasileiros, o sinal em Libras para ética não está padronizado. Essa questão evidencia, ou a escassez de discussões sobre o tema pela comunidade surda, ou mesmo a discussão não unificada ou não centralizada

nas entidades representativas da comunidade como um tema de interesse geral e nacional.

A palavra (em geral qualquer signo) é interindividual. Tudo o que é dito, o que é expresso se encontra fora da “alma” do falante, não pertence só a ele. A palavra não pode ser entregue apenas ao falante. O autor (falante) tem seus direitos inalienáveis sobre a palavra, mas o ouvinte também tem os seus direitos aqueles cujas vozes estão na palavra encontrada de antemão pelo autor (porque não há palavra sem dono) (BAKHTIN, 2016b, p. 98).

A partir dessa constatação, a respeito da unificação da discussão em torno do tema, advertimos ainda que o código de ética vigente disponibilizado pela Febrapils não apresenta tradução para a Libras, ou seja, a própria entidade responsável por orientar a comunidade surda sobre as normas morais relacionadas ao exercício da profissão, não oferece essas informações em Libras para os surdos beneficiários dos serviços do TILS e GI. Conseqüentemente, o fato de essas informações não estarem disponíveis em Libras acaba por não colaborar para a padronização do termo e dos sintagmas, sinais-termo, relacionados ao tema ao campo semântico. Essa questão também adverte a necessidade de debate sobre o código de ética que veremos no próximo tópico.

Apresentamos a seguir a sequência do discurso com a tradução do trecho 3 que diz respeito especificamente à formação.

*O decreto, expande diferentes pontos que precisam ser focalizados, e o prazo estabelecido de 10 anos obriga a criação de Letras Libras. É preciso mobilização nacional e também no Rio Grande do Sul sobre a ausência de formação. Existem os cursos a distância, como em Santa Rosa, mas não podemos parar por aí, é um trabalho contínuo.*

*Esse encontro de tradutores e intérpretes precisa pensar em discussões que levem a uma reflexão pessoal sobre o papel profissional e a formação. Ademais, não são cursos de curta duração que formam um tradutor intérprete, é algo muito mais aprofundado. Porque, a temática da tradução e interpretação há influências e estão envoltas a terminologia que explica e apresenta detalhamento de forma adequada. Na tradução e a interpretação isso é importante e*

*pode oferecer um suporte ao papel do tradutor e intérprete para uma área de conhecimento e para a aprendizagem.*

*Não é somente ter uma formação em qualquer área como pedagogia, biologia ou química e saber Libras para então atuar como tradutor e intérprete. Não é assim. Essa atividade que estamos falando exige muito mais, mais, uma dedicação na área do conhecimento, total foco na tradução e interpretação.*

*(Campelo, 2014 - Trecho 3)*

Nesse trecho, o discurso passa a tratar do tema da formação. A professora Dra. relata que a política para TILS passa pela necessidade de formação em cursos de graduação que não sejam exclusivamente à distância, cursos de formação continuada, formação específica para atuação como tradutor/intérprete de Libras, formação com estudo de campo terminológico específico para determinadas esferas de atuação. Como ato responsável, ela segue o projeto discursivo e se coloca na função representativa de uma comunidade, e pede a reflexão pessoal sobre o papel profissional e a formação, reflexão que é pessoal e que é também coletiva. Ana Regina é autora empírica do discursos e voz do coletivo a partir de uma representatividade especializada e consciência participativa nesse contexto, e de um posicionamento axiológico enquanto sujeito enunciativo. Para Bajtin, “do meu lugar único há acesso a um mundo singular, e que para mim só pode partir deste lugar” (1997, p. 54, tradução nossa<sup>26</sup>).

Em seguida há a problematização do Prolibras<sup>27</sup> e apresenta a sua insatisfação com o exame (quadro 10). O discurso se coloca na comunicação discursiva e, mesmo antes de o evento começar, o discurso já é respondente, já carrega as vozes das “discussões políticas” que eram também a proposta do fórum.

---

<sup>26</sup> “Desde mi único lugar existe un acceso hacia todo um mundo singular, y para mi esto solo puede ser desde este lugar” (BAJTIN, 1997, p. 54).

<sup>27</sup> Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa-Libras – Prolibras, é uma ação do MEC em parceria com a COPERVE/ UFSC, destinado a normatizar a realização do Exame Nacional de Certificação em Libras, denominado PROLIBRAS (SANTIAGO, 2016).

*Existem algumas falhas no decreto apresentado, por exemplo, sobre o ProLibras, há um prazo de 10 anos, valido até 2015. Esse tema sobre o ProLibras é um tema polêmico, muitos surdos foram muito prejudicados, porquê muitos tradutores e intérpretes ocuparam o espaço do ensino de Libras, onde não é o lugar deles, esse é um espaço dos surdos. Infelizmente!*

*Nós, povo surdo somos bem compressivos em saber que muitos querem, deixa, se querem melhorar a qualidade da sinalização, ok. Porém, querem transitar de área da tradução e interpretação para a de ensino. Então esse é um tema polêmico.*

*(Campelo, 2014, Trecho 4)*

Quadro 10 - Recorte “Prolibras” - frames do texto em Libras destaque do trecho 4 (4:05 – 4:13)



Fonte: <https://youtu.be/wFZ8MPOjqWA>

Hoje o Prolibras não tem mais o mesmo valor, a discussão hoje gira em torno da regulamentação para o exercício da profissão e da formação em nível superior. No entanto, a afirmação de que brechas na legislação e nos editais do Prolibras acarretaram dois importantes problemas é contundente: permitiu que pessoas sem formação para tradução e

interpretação forem contratadas para esta função e abriu espaço para que pessoas ouvintes fizessem o exame de proficiência para o ensino da Libras e que assumissem vagas para o ensino da Libras em escolas de surdos e em outros espaços, ainda hoje vemos esses problemas em pauta em diferentes contextos e esferas sociais e na comunidade surda e que reverberam nas relações nessa comunidade.

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época, e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em roupagens verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes “dos senhores do pensamento de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2016a, p. 54).

Essa questão da delimitação de lugar e de não lugar é um terreno bastante árido e existe em diferentes esferas sociais e em muitas profissões, a atuação do TILS e GI na comunidade surda compõe esse cenário e representa mais uma camada nas relações. Na sequência do discurso, outro ponto de embate, que coloca a língua, a Libras no tópico.

*E essa discussão e reflexão não pode ficar restrita a apenas ao grupo de tradutores e intérpretes, não mesmo. Porque, a Libras não é do ouvinte, a Libras é a segunda língua dos ouvintes. Sendo, a primeira língua dos surdos, os tradutores e intérpretes devem respeitar a primeira língua dos surdos e consultar os sobre métodos, ter auxílio, explicações e orientações dos surdos para evoluir profissionalmente. Ao mesmo tempo, oferecendo suporte e apoio para que os surdos com a tradução e interpretação que aprendam nas esferas sociais, na educação e outros espaços, até porque o trabalho do tradutor e intérprete é isso.*

*(Campelo, 2014, Trecho 5)*

Quadro 11 - Recorte “Relação” frames do texto em Libras destaque do trecho 5 (4:05 – 4:13)



TRADUTORES

INTÉRPRETES

RESPEITAR

L



1



SURDOS



TILS perguntar COMO?



MÉTODO?



Surdos- AJUDAR-TILS



Surdos- EXPLICAR-TILS



Surdos-ACONSELHAR-TILS



TILS DESENVOLVER



PRÁTICA



TAMBÉM



TILS-SUPORTE-Surdos



TILS-APOIO-Surdos



para ELES



SURDOS



LÍNGUA DE SINAIS



TRADUÇÃO-para Surdos



INTERPRETAÇÃO-para Surdos



ELES



SURDOS



APRENDER



COMO



FORA



SOCIEDADE



EDUCAÇÃO



Fonte: <https://youtu.be/wFZ8MPOiqWA>

Novamente depois de explicar de forma contundente sobre tema da formação de TILS, o discurso volta com o posicionamento axiológico que evidencia a relação de alteridade entre surdos e TILS: TILS perguntar para surdos COMO? MÉTODO? Surdos-AJUDAR-TILS, Surdos-EXPLICAR-TILS, Surdos-ACONSELHAR-TILS, TILS DESENVOLVER. Ela ressalta que os tradutores e intérpretes precisam respeitar os surdos e isso significa estarem estar aberto para pensar sobre a língua de sinais, perguntar sobre metodologias, e também aceitar as orientações que os ajudem a melhorar sua prática de tradução interpretação. Nesse ponto, chegamos ao cume da interação discursiva posta no texto, a relação entre TILS e surdos. Para Volóchinov, “toda palavra serve de expressão ao ‘um’ em relação ao ‘outro’. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade” (2017, p. 205). A discussão sobre a língua, sobre o respeito com a língua de sinais e com os surdos, sobre a valorização dos conhecimentos do povo surdo é autêntica e nos remete à hipótese desta tese, que coloca a língua de sinais como elemento alicerce na relação entre surdos e TILS. Assim, o discurso que reitera a necessidade de formação, de continuar nesse caminho, se organiza sem figuras de linguagem e sem rodeios e finaliza após o estabelecimento de fronteiras, de laços e de responsabilidades.

*Agora, neste encontro, durante todo o dia, vocês terão discussões. Eu, nós, o povo surdo, principalmente da região de Porto Alegre, esperamos, que as discussões tragam ganhos e elenquem pontos principais para o Rio Grande do Sul. Sendo possível servir, por exemplo, de modelo para todo o Brasil.*

*Ok, muito obrigada a vocês pela participação eu estou esperançosa que as discussões promovam um acordo. Bom trabalho para vocês!  
Tchau!*

*(Campelo, 2014, Trecho 6)*

O diálogo existe e é inexaurível, e cada enunciado aqui apresentado é somente mais um momento da comunicação discursiva que é ampla e viva. Professora Dra. Ana Regina, abre o discurso, nomeia, conceitua, orienta, apresenta as tensões e desafios, insiste veementemente na formação e na ética intrínseca à atividade de tradução e interpretação e finaliza apresentando questões necessárias para a aproximação, estabelecendo lugares, papéis e responsabilidades.

Deste modo, os discursos das formandas do curso bacharelado em Letras – Libras Juliana e Mariana (2012), do primeiro grupo, e o discurso da professora Dra. Surda, então presidente da Feneis (2014), do segundo grupo, se entrelaçam no diálogo vivo dos enunciados que vão tomando acabamento no fluxo rede discursiva criada no *corpus* desta tese, que apontam também para o código de ética, para a norma moral estabelecida para a profissão.

### **4.3 Códigos de ética**

Neste tópico, nos dedicamos à análise do texto dos códigos de ética que são referência como documentos orientadores para atuação de tradutores e intérpretes de Libras no Brasil: o Código de Ética, parte integrante do regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, documento de 1992 (ANEXO A), e o Código de Conduta Ética da Febrapils – Federação Brasileira das Associações dos

Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, primeira versão de 2011 e versão atualizada em 2014 (ANEXOS B e C, respectivamente).

Notamos que entre o texto da FENEIS e os da FEBRAPILS há uma distância espaço-temporal e, portanto, uma distância no que diz respeito à linguagem e às concepções empregadas nos textos, marcada por vários acontecimentos sociais e científicos. Em especial, destacamos, nesse período de tempo, algumas conquistas da comunidade surda: a Lei de reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda brasileira (Lei nº 10.436/2002), o início da formação de TILS em nível superior em 2008, e a regulamentação da profissão (Lei nº 12.319/2010).

Ressaltamos que de acordo com a tradição do gênero, trazem uma linguagem prescritiva e orientativa para as pessoas que atuam na determinada atividade a que se refere o Código de ética/conduita, como podemos observar nos seguintes excertos: “É obrigação de todo Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Guia-intérprete – TILS e GI”, “o intérprete deve...”, “tem como normas delineadoras para a conduta profissional”, “O TILS e GI devem...”, “tem como princípios definidores...”, “Cabe ao TILS e ao GI manter o respeito”, “É vedado ao TILS e ao GI”. O mesmo texto se apresenta para a audiência em geral como informativo e de instrução. Observamos nos excertos que os verbos são apoiados na função denotativa, com o intuito de referenciar e informar, e também os verbos se apresentam na função conativa, que tem o encargo de instruir e orientar a ação, dar conselhos ou ordem. Para Volóchinov (2019c), o enunciado se organiza a partir de uma situação, da realização efetiva da comunicação social.

Esse enunciado, como unidade da comunicação discursiva e como um *todo* semântico, constitui-se e torna uma forma estável precisamente no processo de uma determinada interação discursiva gerada por um tipo de comunicação social. Cada um dos tipos dessa comunicação se faz por nós organiza, constrói e finaliza, *a seu modo*, a forma gramatical e estilística do enunciado, sua *estrutura típica*, que chamaremos adiante de *gênero* (VOLÓCHINOV, 2019c, p. 269).

Visto que a linguagem, apesar do espaço de tempo entre o documento de 1992 e o de 2011-2014, mantém seu caráter cada vez mais prescritivo, um modo de

olhar os documentos será o cotejamento de termos, pois a escolha de cada palavra nesses textos pode revelar as concepções sobre a atuação do TILS.

Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes, mas o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é de índole individual-contextual. Por isso pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em 3 aspectos: como a palavra da língua neutra e não pertence a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão (BAKHTIN, 2016a, 53).

Apresentamos a seguir a contextualização das instituições e do momento histórico e a análise dos códigos de ética. Para início da descrição dos documentos, apresentamos abaixo um quadro com a organização dos tópicos dos códigos de ética, já dando notícias da sua organização, e posteriormente passamos para a análise das palavras e conteúdo.

Ao olhar para o gênero, observamos a formatação em capítulos e seus respectivos títulos, e a organização dos tópicos em artigos de forma similar para os três documentos. Observamos, ainda, a linguagem técnica e prescritiva em diferentes níveis, com tom jurídico mais ou menos restritivo, característico desse gênero “código de ética”.

O Código de Ética da Feneis (CE-1992), foi organizado em quatro capítulos No Código de Conduta Ética e Profissional, documento da Febrapils (CCPE-2011), organizado em textos iniciais (Apresentação; Aprovação do código; e Princípios norteadores) e mais 06 capítulos, observamos que o texto tenta abarcar várias situações desse novo tempo em vários capítulos, talvez com a finalidade também de nomear a atividade, referenciar as práticas e prescrever modos de agir. Já no Código de Conduta Ética, documento da Febrapils (CCE-2014), observamos a reorganização do conteúdo com mais simplicidade e clareza a iniciar pela organização do texto em Preâmbulo e capítulos.

A análise se organiza a partir do movimento de leitura e descrição, movimento esse que é dialógico, que já é diálogo com os textos, enunciados concretos, que

apontam para questões que só podem ser tomadas desde um ponto particular e único, a partir do olhar do pesquisador, que é criador desde o primeiro contato com o seu objeto ainda amorfo. Os dados são os dados, mas o corpus é criado pela relação dialógica, pela feitura da pesquisa e pelos encontros nos textos, no vivenciamento do outro-para-mim em relação com o eu-para-mim e eu-para-o-outro.

O excedente de minha visão em relação ao outro indivíduo condiciona certa esfera do meu ativismo exclusivo, isto é, um conjunto daquelas ações internas ou externas que só eu posso praticar em relação ao outro, a quem elas são inacessíveis no lugar que ele ocupa fora de mim; tais ações completam o outro justamente naqueles elementos em que ele não pode completar-se. Essas ações podem ser infinitamente variadas em função da infinita diversidade de situações da vida em que eu e o outro nos encontramos num dado momento, mas em toda parte e em quaisquer circunstâncias esse excedente do meu ativismo existe e sua composição tende a uma constância estável (BAKHTIN, 2010, p. 22).

Esse ativismo, pressupõe participação ativa, axiológica, esforço, iniciativa, que vê, reúne e unifica uma imagem, uma materialidade, sob um ponto de vista estético e produtivo em um novo plano de existência, condicionado pela singularidade do pesquisador e seu lugar no mundo. Assim sendo, apresentamos a contextualização dos códigos de ética e cotejamento das palavras, análise que é semiótico ideológica.

Assim, análise dos códigos de ética, exclusivamente ficou organizada em duas partes: a primeira parte apresentação do contexto de produção, circulação e recepção desses códigos de ética, a partir da descrição das instituições responsáveis nos itens 4.3.1 e 4.3.2, Feneis e Febrapils separadamente, e a segunda parte o cotejamento de palavras ou termos, recorrentes e ligadas à temática da tese, para iniciar o caminho de análise e interpretação do texto em sua materialidade nos itens 4.3.3, 4.4.4 e 4.4.5, a atividade de cotejamento gerou uma extensa tabela de aproximadamente 30 páginas, com marcações em cores e sublinhados comparando os três textos na íntegra, quadro que não será apresentado aqui, mas que faz parte do início de descrição e análise que compara e entrelaça os textos dos códigos.

#### 4.3.1 Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

Em 1977, profissionais ouvintes ligados à área da surdez fundaram a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (Feneida), com sede no Rio de Janeiro. Um grupo de surdos participantes desta Federação, em assembleia geral, decidiu encerrar a Feneida e no dia 16 de maio de 1987, a partir da proposta da criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), que teve como sua primeira presidente Ana Regina e Souza Campelo. Uma das premissas dessa nova instituição era ter na presidência e principais diretorias pessoas surdas.

A Instituição, na sua fundação, tinha como princípio fundamental a luta pelo direito de autodeterminação dos surdos. Hoje, tem por finalidade a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos.

No ano de 1988, a Feneis criou o departamento de Intérpretes, ano em que foi realizado o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS (RAMOS, 2003). Por muito tempo, a Feneis manteve o Departamento Nacional de Intérpretes, pois na década de 1990 não existia ainda a FEBRAPILS, e a Feneis fazia a função de orientar, regulamentar e certificar os tradutores e intérpretes de Libras. O primeiro código de ética dos intérpretes de Libras difundido no Brasil, foi organizado pela Feneis em 1992, durante o II Encontro Nacional de Intérpretes de Línguas de Sinais, o documento foi uma tradução (adaptação) do Código de ética do RID - *Registry of Interpreters for the Deaf* (Estados Unidos da América) de 1965, portanto, esse primeiro texto, que foi amplamente divulgado no Brasil, não foi um texto produzido para a nossa cultura, e, ainda, não temos nesse momento condições de resgatar e analisar o nível de adaptação feita na tradução da década de 1990.

Conforme explica Tuxi (2009), o RID tem como função selecionar os intérpretes, certificar os intérpretes qualificados; manter um registro e promover o código de ética; e oferecer informações sobre formação e aperfeiçoamento de intérpretes de língua de sinais.

No Brasil, conforme Albres (2005) “as primeiras experiências, com a presença do intérprete de Língua de Sinais em sala de aula inclusiva, estão marcadas na década de 1990” (p,36). Segundo a autora, no início do movimento de inclusão, é lançado em 1997 o Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura - MEC (1997), na publicação *A Educação de Surdos – Série atualidades pedagógicas* do Ministério da Educação e da Cultura de 1997, em que podemos observar uma breve citação da contratação de instrutores (professores surdos) e da funções do intérprete de língua de sinais na sala de aula, como por exemplo os requisitos de fluência na língua brasileira de sinais e no português, além da constatação da necessidade de formação específica, porém ainda com discussão muito incipiente. Outra problemática citada no documento foi a escassez do número de intérpretes para atendimento da demanda de alunos surdos no ensino fundamental (2005, p,36).

Em meados da década de 1990 começaram a ser lançados cursos livres de formação de TILS promovidos pela Feneis, em alguns Estados brasileiros, devido a expansão da instituição e a inauguração de filiais (NASCIMENTO, 2011).

A partir dos anos 2000, com a discussão e promulgação do Plano Nacional de Educação LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001 e do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade de pessoas surdas do Brasil com a LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002, uma série de publicações e formações foram criadas e organizadas pelo MEC para atender todos os Estados no que diz respeito à educação de surdos.

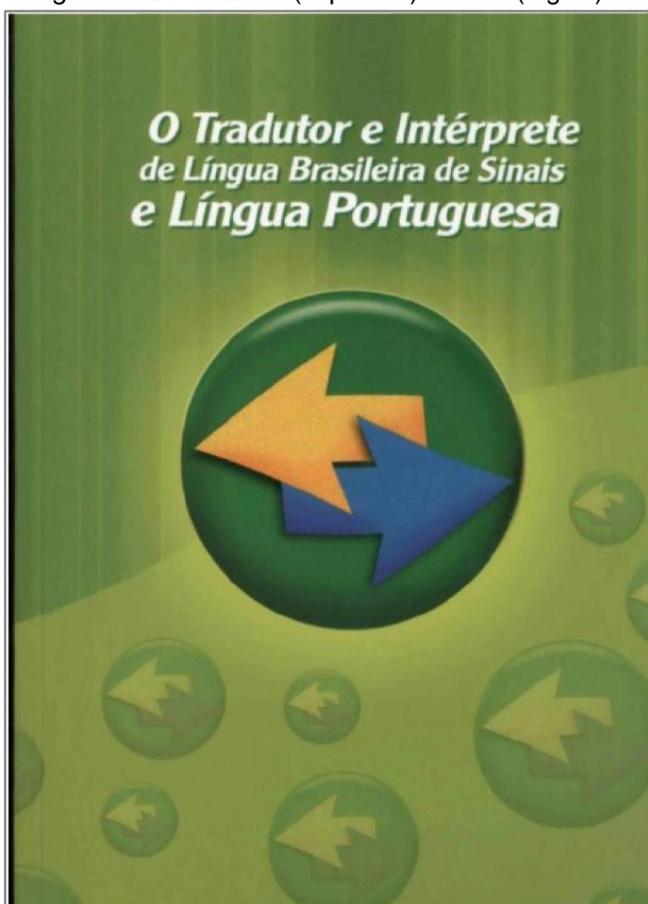
Nesse período, início dos anos 2000, diferentes documentos trataram do tema e de mencionar e ou incluir a atuação do intérprete de Libras em suas propostas.

- *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica* em 2001.
- A instituição dos *Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS*, 2001 em 2001.
- *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica* Volumes I e II em 2002.

- *Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez* em 2002.
- *Adaptações curriculares em ação: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos* em 2002.
- *Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa* em 2003-2004.

Nesse último documento, o Código de Ética da Feneis foi amplamente divulgado e também disponibilizado na publicação do ano de 2003-2004, *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*, publicação da Secretaria de Educação Especial do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC (QUADROS, 2004).

Figura 5 - Livro *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua* - MEC de 2004 (impresso) e 2007 (digital)



Fonte:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>

Nessa publicação, O Código de ética da Feneis teve espaço no capítulo 4 do livro. Nesse mesmo capítulo, foram apresentadas 75 situações problemáticas que exigiam do intérprete um posicionamento ético.

1. Você está interpretando para um cliente surdo e o entrevistador continua dirigindo as perguntas a você ao invés de fazê-lo ao cliente. Como você resolve esta questão? 2. Durante uma missa, a única pessoa surda cai no sono. O que você deveria fazer? 3. No contexto da interpretação, a pessoa ouvinte diz: "Por favor não traduza isto..." Qual é a atitude mais apropriada nesta situação? 4. Quando perguntado sobre um trabalho de interpretação ocorrido, como você deveria proceder? [...] (MEC, 2007, p. 34).

A seção seguinte dessa mesma publicação trouxe o regulamento dos intérpretes da FENEIS, e, em sequência, o capítulo com a Resolução do encontro de Montevideu com recomendações para a formação de intérpretes na América Latina.

Figura 6 - Sumário do livro *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua - MEC de 2004 (impresso) e 2007 (digital)*

<b>Sumário</b>	
Mini-dicionário dos intérpretes de língua de sinais .....	7
1. História do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais .....	13
2. Língua de sinais brasileira .....	19
3. O intérprete de língua de sinais .....	27
4. O código de ética .....	31
5. Regulamento para atuação como tradutor e intérprete de língua de sinais .....	41
6. Resoluções do encontro de Montevideu .....	47
7. A formação de intérpretes no mundo e no Brasil .....	51
8. O intérprete educacional .....	59
9. Modelos de tradução de interpretação .....	73
10. O intérprete e os discursos a interpretar .....	79
11. Contrastes entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa .....	83
12. O futuro profissional tradutor e intérprete de língua de sinais .....	87
Referencial bibliográfico .....	89

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>

É importante ressaltar que essa publicação foi utilizada na formação de intérpretes de Libras em grande parte das instituições ligadas à educação de surdos, instituições de diferentes matrizes religiosas – historicamente envolvidas no atendimento assistencialista e no processo educacional de surdos – e associações de surdos no país.

Esse mesmo texto do código de ética publicado pela Feneis e MEC, disponibilizado gratuitamente de forma impressa em 2004 e em formato digital em 2007, foi disponibilizado de várias outras formas, por diferentes órgãos oficiais do governo, e também ficou disponível por bastante tempo na página da FENEIS nacional. Isso significa dizer que sua circulação atingiu muitas regiões do país e diversos setores da sociedade, e mesmo antes da profissão do tradutor intérprete de língua de sinais ser reconhecida por lei, ele já fazia parte da formação de TILS, nacionalmente. Um dos exemplos foi a sua inclusão como capítulo em uma cartilha sobre a inserção de janela de Libras e de classificação indicativa de conteúdo dos programas de televisão, obrigatoriamente apresentada em Libras, prevista na Portaria nº 1220, de 11 de julho de 2007.

Figura 7 - Imagens da publicação *A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais – Produção da Secretaria Nacional da Justiça – 2009*

## A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais



Departamento de  
Justiça, Classificação  
Títulos e Qualificação

Secretaria  
Nacional de Justiça

Ministério  
da Justiça



### Código de Ética do Intérprete de LIBRAS

A seguir, é descrito o Código de Ética que é parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

(RID - Registro dos Intérpretes para Surdos - em 28-29 de janeiro de 1965, Washington, EUA) Tradução do original Interpreting for Deaf People, Stephen (ed.) USA por Ricardo Sander. Adaptação dos Representantes dos Estados Brasileiros - Aprovado por ocasião do II (2) Encontro Nacional de Intérpretes - Rio de Janeiro/RJ/Brasil -1992.

**Capítulo 1 - Princípios fundamentais**  
São deveres fundamentais do intérprete:

Art. 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele.

Art. 2º. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo.

Art. 3º. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além da sua responsabilidade.

Art. 4º. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas.

Art. 5º. O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

**Capítulo 2 - Relações com o contratante do serviço**

Art. 6º. O intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis.

Art. 7º. Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela FENEIS.

**Capítulo 3 - Responsabilidade profissional**

Art. 8º. O intérprete jamais deve encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras em seu favor.

Art. 9º. O intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa.

Art. 10. Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida, informando quando a interpretação literal não é possível e o intérprete, então, terá que parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda e o que ela está dizendo à autoridade.

Art. 11. O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas. Ele também deve estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, se isso for necessário para o entendimento.

Art. 12. O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender às suas necessidades particulares.

 13

Fonte: <https://www.novo.justica.gov.br/seus-direitos-2/classificacao/classificacaolinguasinais.pdf>

A Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – hoje é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos. É filiada à Federação Mundial dos Surdos, conta com uma rede de seis Administrações Regionais, e, face à importância, suas atividades foram reconhecidas como de utilidade pública federal, estadual e municipal. Uma de suas principais bandeiras é reconhecimento da cultura surda, através da propagação da Língua de Sinais, especialmente através de sua inserção no mercado de trabalho. Desenvolve ações de educação informal e permanente, com intuito de valorizar o ser humano e estimular a autonomia pessoal, a interação e o contato com expressões e modos diversos de pensar, agir e sentir. Assim como oferece, também, atividades de ação social, programas de saúde, de educação e a da cultura, programas especiais para crianças e para a terceira idade. São atendidos pela Feneis: surdos, pessoas com perda auditiva, professores de Libras, pesquisadores, familiares de surdos, instituições, organizações governamentais e não governamentais, profissionais da área, entre outras. Aliás, suas diferentes manifestações sempre se destinam a todos os públicos, em diversas faixas etárias e estratos sociais (FENEIS, 2018).

Hoje a FENEIS Nacional não tem mais um departamento que trata especificamente da regulamentação e formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais, porém é parceira da FEBRAPILS no que diz respeito a esse assunto.

Observamos que, no documento de 1992 da FENEIS, a linguagem prescritiva já estava presente em quase todo o texto, porém em alguns artigos, apesar do verbo “dever” no imperativo, observamos ainda um caráter mais orientativo, quando apresenta os sintagmas grifados dos exemplos a seguir: no artigo 11º, “*O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas. Ele também deve estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, se isso for necessário para o atendimento*”; e no artigo 12º, “*O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender às suas necessidades particulares*”. Compreendemos que esse tipo de discurso impreciso instaura-se devido à falta de formação, nessa época, para a atuação de

TILS do Brasil. Observamos que a circulação desse tipo de orientação abre precedente para diferentes interpretações do que se refere também aos efeitos de sentidos das *palavras: pureza, atendimento, assistência e necessidades*.

#### 4.3.2 Febrapils – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

A Febrapils, fundada em 22 de setembro de 2008, teve como seu primeiro presidente o intérprete de Libras Ricardo Sander. A entidade nasceu com a função de orientar, apoiar e consolidar as Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (APILS), buscando realizar um trabalho de parceria em defesa dos interesses da categoria de TILS.

O primeiro documento do Código de Ética foi publicado dois anos e meio depois dos inícios da fundação, em 2011 (CCEP-2011), segundo a ex-presidente da federação, Sônia Marta Oliveira, primeira secretária na ocasião. Esse primeiro documento do código fora uma adaptação do código de ética da Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira do Estado do Rio de Janeiro – APILRJ, que em 2014 foi reformulado e atualizado em discussão em assembleia com a participação de ouvintes e surdos. Desde sua primeira publicação, o documento foi disponibilizado digitalmente em formato PDF na página do site na internet da época e enviado por e-mail para as APILS dos Estados filiadas à FEBRAPILS, documento que hoje não está mais disponível.

No ano de 2013, a Febrapils organiza o II Encontro Latinoamericano de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais no Rio de Janeiro, entre os dias 17 e 21 de julho. O encontro teve a participação de representantes de vários países da América Latina, América do Norte, Europa e Oceania, sob a responsabilidade da presidente Gildete da Silva Amorim, por muitos anos responsável pela Associação dos Profissionais Intérpretes de Línguas de Sinais do Rio de Janeiro (APILRJ), e então presidente da Febrapils. O evento teve como tema “O Papel Político das Associações e Instituições de Ensino na Formação de Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais”. Após o evento, uma das ações foi a

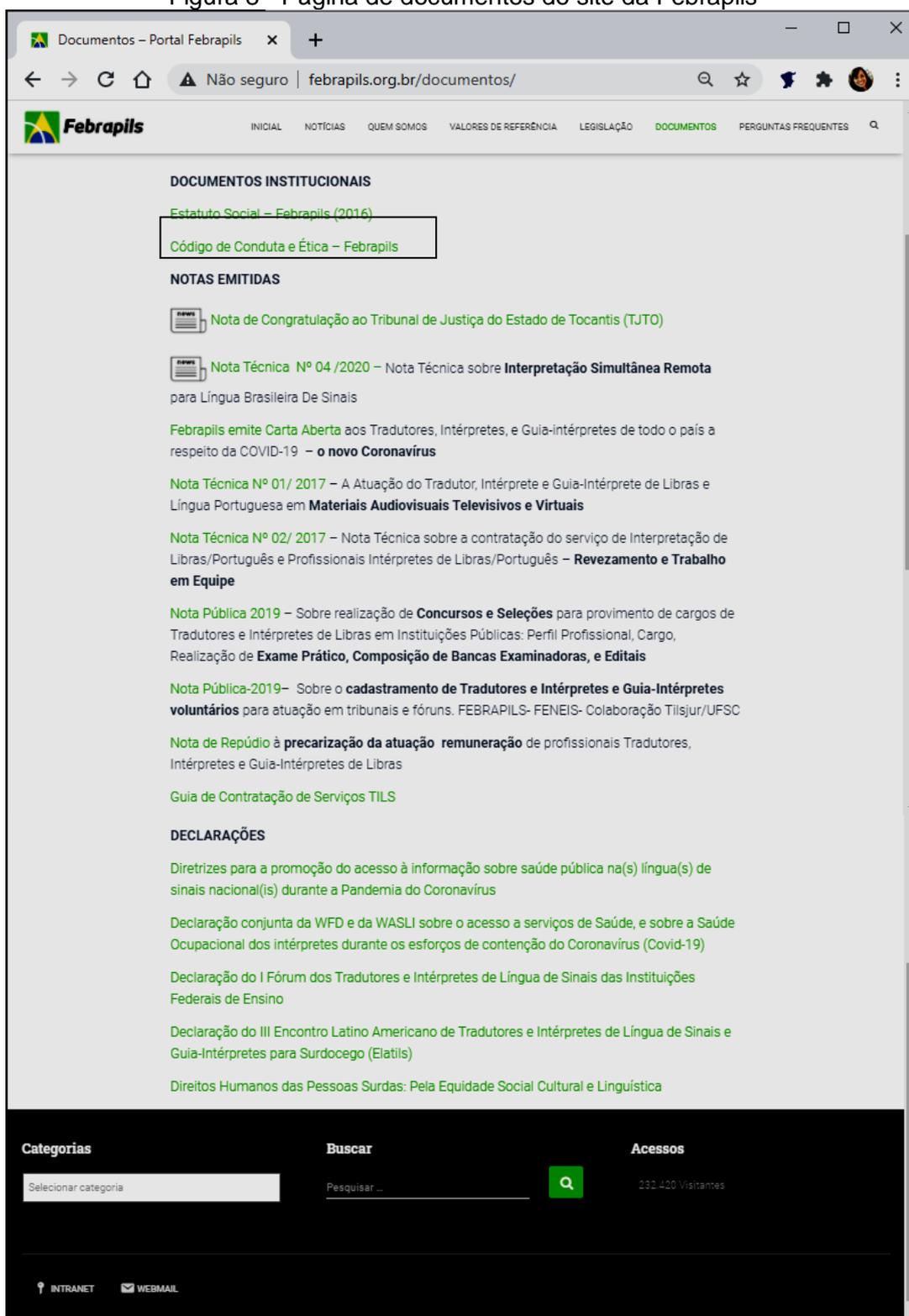
discussão do código de ética, que gerou um novo documento aprovado em assembleia no dia 13 de abril de 2014, o Código de Conduta Ética – 2014 (CCE-2014), ainda nessa gestão.

O Código de ética de 2014, documento vigente está disponível na página do site da Febrapils<sup>28</sup>, suporte que permite a sua consulta e compartilhamento em qualquer lugar e momento, por meio de tablets, smartphones e por computador. Ele é o primeiro da lista nos documentos no site, aparecendo mesmo antes do Estatuto Social da Federação, porém sob o título de documentos gerais. Na mesma página, são apresentados outros documentos, como Notas Técnicas produzidas pela diretoria da instituição, e também declarações de que a instituição participou como deliberadora e signatária. A consulta de um desses documentos leva à visualização dos outros e à possível consulta do seu conteúdo.

---

<sup>28</sup> <https://drive.google.com/file/d/0B7ZΞΧΟΨ00Θ9μTYδτZ2ΞΙΖΗΛΘ1Υ/view>

Figura 8 - Página de documentos do site da Febrapils



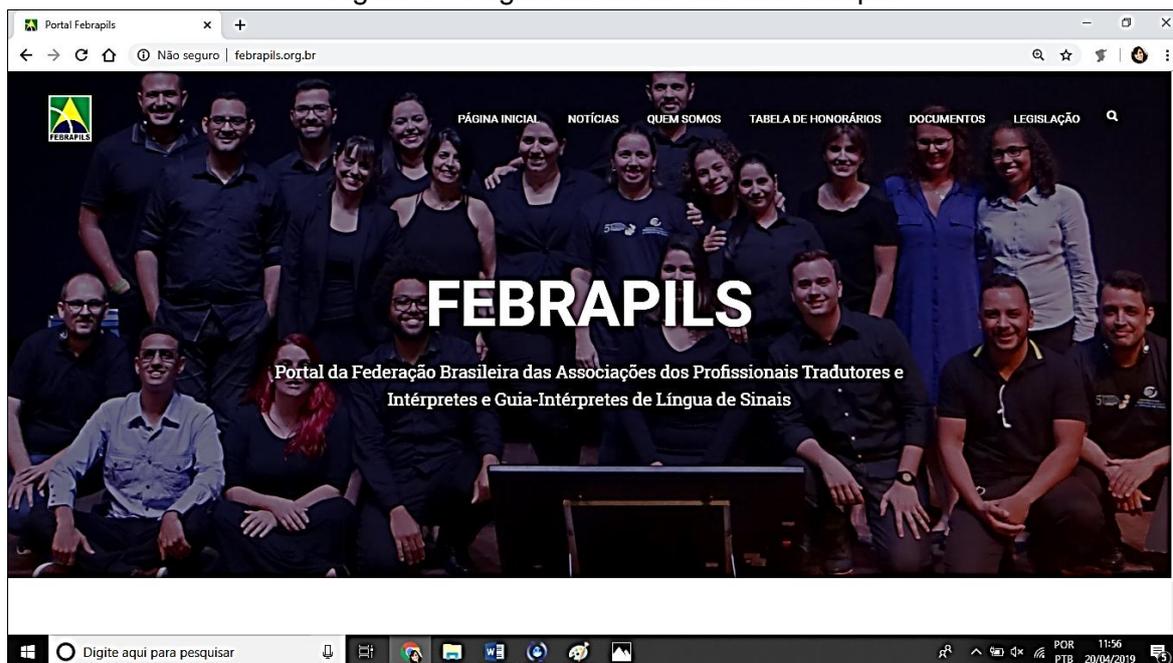
Fonte: <http://febrapils.org.br/documentos/>

A Febrapils hoje é uma entidade profissional autônoma, sem fins lucrativos ou econômicos, de duração indeterminada, com personalidade jurídica de direito privado, qualificável como de interesse público e pertencente ao território brasileiro. Essa entidade atua sob três grandes pilares: a formação inicial e continuada dos TILS; a profissionalização para refletir sobre a atuação dos TILS à luz do código de conduta e ética; e o engajamento político dos TILS para construir uma consciência coletiva. Dessa maneira, a Febrapils compreende que os laços de parceira e proximidade com a comunidade surda são fundamentais, no sentido de garantir um serviço de excelência de tradução e interpretação de língua de sinais às pessoas surdas (FEBRAPILS, 2018).

Em 2017, a Febrapils, em participação no III Encontro Latinoamericano de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Guia-Intérpretes para Surdocegos na Cidade do Panamá, República do Panamá, firmou o compromisso de participar ativamente junto a organizações de pessoas surdas no monitoramento e implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD, assim como criar e atuar em grupos de pesquisa científica e grupos de trabalho sobre as principais temáticas de interesse da região no campo da tradução e da interpretação em pesquisa da Língua de Sinais, seguindo as orientações da WASLI - World Association of Sign Language Interpreters, e WFD - World Federation of the Deaf.

Como signatária e respondente às orientações da WASLI e WFD, hoje a entidade tem um caráter mais unificador, que congrega a participação de comunidade acadêmica, profissionais, surdos, surdocegos, ouvintes, TILS, GI e outros colaboradores. Esta concepção está representada na foto da página inicial do site da federação, capturada em um dos principais eventos acadêmicos na área – Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Línguas de Sinais; VI Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, que nas últimas edições conta com a parceria da Febrapils para sua realização.

Figura 9 - Página inicial do site da Febrapils



Fonte: <http://febrapils.org.br/documentos/>

A Febrapils trabalha com uma importante temática, a regulamentação do exercício da profissão de tradutor e intérprete de língua de sinais. Uma das ações é o pleito da exigência de formação superior para exercício da profissão e, conseqüentemente, a possibilidade de sua regulamentação. O projeto de Lei 9382/2017 (ANEXO E) altera os termos da regulamentação da profissão de tradutores e intérpretes de Libras/Português vigente (Lei 12.319/2010), em especial no que diz respeito às especificações de jornada de trabalho, e também prevê importantes mudanças nos requisitos de formação para o exercício dessa profissão, dando prioridade para a formação em nível superior, artigo vetado na Lei de 2010.

No dia 11 de dezembro de 2020, o PL 9382/2017 foi aprovado na Câmara dos Deputados. Segundo informações na página da Febrapils, esse projeto traz avanços para os profissionais tradutores, intérpretes e guias-intérpretes de Libras-Português, dentre eles a garantia de trabalho com revezamento, a luta pela exigência de formação em nível superior e o pleito de carga horária máxima de trabalho de 30 horas semanais. O projeto deve agora passar pela votação no Senado e, se aprovado, será encaminhado para a sanção presidencial.

Outra frente de atuação da Febrapils diz respeito ao grupo de trabalho (GT) em 2018, com surdos de referência da comunidade surda, inclusive os professores surdos bilíngues de instituições federais com representação nacional, com o objetivo de analisar, discutir e promover propostas que efetivem a equidade social, cultural e linguística dos surdos nas diferentes instâncias, incluindo a participação da entidade no que se refere à atuação dos tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de Libras e Língua Portuguesa.

Cabe neste ponto voltarmos ao exercício de análise do texto, agora percebendo melhor a relação do código de ética com outros documentos e eventos, para compreender as condições de produção, circulação e recepção do documento. Tentaremos compreender como esses documentos – os códigos de ética – estão relacionados com a formação e profissão de TILS e de GI, e para tanto, verificar que concepções de sujeito trazem esses textos.

Constatamos que, infelizmente, nenhuma das versões dos documentos analisados, seja da Feneis ou da Febrapils, está disponibilizada em Libras, informação importante que nos coloca uma série de perguntas: Qual o nível de participação de pessoas surdas na elaboração dos documentos? Quem é o destinatário do código de ética? Retomaremos essas questões ao final da análise.

Na tentativa de aproximar os três textos analisados: o Código de Ética da Feneis (CE-1992) e os dois textos da Febrapils: Código de Conduta Ética e Profissional (CCEP-2011) e reformulação – Código de Conduta e Ética (CCE -2014), para organização e visualização dessas informações, organizamos tabelas sempre em três colunas, para comparar os termos e conteúdo neles expressos.

Quadro 12: Comparação da estrutura dos documentos dos Códigos de Ética

<b>Código de ética</b>	<b>Código de Conduta Ética e Profissional da Febrapils</b>	<b>Código de Conduta e Ética</b>
<b>CE-1992</b>	<b>CCEP-2011</b>	<b>CCE-2014</b>
Tradução e adaptação do RID publicado pela Feneis	1º Código de ética da Febrapils	1ª alteração aprovada em assembleia - Febrapils
455 palavras 3 laudas	1440 palavras 5 laudas	990 palavras 5 laudas

	Apresentação Aprovação do Código Princípios Norteadores	Preâmbulo
Capítulo 1 Princípios fundamentais	Capítulo I Das Normas, Da Aplicabilidade e Definições	Capítulo I Da Definição e Aplicabilidade
Capítulo 2 Relações com o contratante do serviço	Capítulo II Confidencialidade	Capítulo II Dos Princípios Fundamentais
Capítulo 3 Responsabilidade profissional	Capítulo III Do Profissionalismo	Capítulo III Da Responsabilidade Profissional
Capítulo 4 Relações com os colegas	Capítulo IV Integridade Na Prática Profissional	Capítulo IV Das Disposições Gerais
	Capítulo V Do Respeito Aos Colegas	
	Capítulo VI - Das Disposições Gerais	

Fonte: a autora

Passamos agora a observar os textos mais especificamente a partir das unidades mínimas que os compõem: as palavras, enunciados que por si só carregam efeitos de sentidos diversos e entonações específicas orientadas à comunicação social, conforme explica Volóchinov:

Em primeiro lugar devemos lembrar que a língua não é algo imóvel, dado de uma vez por todas e determinado de modo rigoroso em suas “regras” e “exceções” gramaticais. A língua não é, de modo algum, produto morto e petrificado da vida social: ela movimenta-se ininterruptamente, seguindo em seu desenvolvimento a vida social. Esse movimento progressivo da língua realiza-se no processo da comunicação do homem com o homem, comunicação esta que não é só produtiva, mas também discursiva. É na comunicação discursiva (um dos aspectos da comunicação mais ampla: a social) que são elaborados os mais variados tipos de enunciados, correspondentes aos diferentes tipos de comunicação social. (VOLÓCHINOV, 2019c, p. 267).

A análise dos códigos de ética deontológicos se organiza a partir das categorias: conduta ética profissional, questão do profissionalismo e referência à surdez e à língua.

#### 4.3.3 O tema da conduta ética profissional

Uma primeira possibilidade de entrada no texto é por meio das palavras *conduta* e *ética*, ou pelo sintagma *conduta ética*.

A palavra *conduta* é utilizada nos títulos “Código de conduta ética profissional” (CCEP-2011) e “Código de conduta ética” (CE-1992). Ela aparece reiteradas vezes no CCEP-2011, o que não acontece na CCE-2014, tampouco no CE-1992. *Conduta*, nesse gênero, pede complemento, e, portanto, se liga às palavras *ética* e/ou *profissional* como qualificadores, formando os sintagmas destacados no quadro.

Já palavra *ética* não é utilizada tantas vezes, pois é o tema central dos documentos. Dessa forma, aparece principalmente no decalque dos três títulos, e a partir disso, subentende-se que tudo que esteja escrito nos documentos se refere à palavra *ética* ou deriva dela.

Quadro 13 - Conduta Ética Profissional

CE-1992	CCEP-2011	CCE-2014
<p><b>Conduta (1)</b></p> <p>Ética (1)</p>	<p><b>Conduta (12)</b></p> <p>Ética (9)</p>	<p><b>Conduta (4)</b></p> <p>Ética (5)</p>
<p>Título: Código de <u>ética</u></p> <p><b>CAPÍTULO 1</b> <i>Princípios Fundamentais</i></p> <p>5º. O intérprete deve adotar uma <u>conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão</u> e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função (CAPÍTULO 1).</p>	<p><b>CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E PROFISSIONAL DA FEBRAPILS</b></p> <p><b>Apresentação</b></p> <p>A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-intérpretes de Línguas de Sinais – FEBRAPILS mantém alto padrão de <u>profissionalismo</u> e <u>conduta ética</u> entre os intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais.</p> <p>Os pilares deste <u>Código de Conduta Profissional</u> devem ser vistos de maneira holística e como um guia para um bom comportamento e prática profissional. Os princípios norteadores oferecem a base pela qual as normas são articuladas.</p> <p>Caso hajam dúvidas, o leitor, para um melhor esclarecimento, pode encaminhar suas questões o <u>Conselho de Conduta, de Ética e Disciplina da FEBRAPILS</u> ou diretamente à sua Associação local.</p> <p>Este <u>Código de Conduta Profissional</u> é suficiente e engloba todas as regras e as responsabilidades para todo tipo de situação.</p> <p><b>Princípios Norteadores</b></p> <p>É obrigação de todo Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Guia-intérprete – TILS e GI</p>	<p><b>CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA</b></p> <p><b>Preâmbulo</b></p> <p>I. A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) busca alcançar <u>um padrão de profissionalismo e conduta ética</u> entre os tradutores e intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais.</p> <p>II. Os princípios norteadores deste <u>Código de Conduta e Ética</u> (CCE) devem ser observados de maneira holística e como guia para a prática <u>profissional</u> em âmbito nacional.</p> <p>(Preâmbulo)</p> <p><b>APÍTULO II</b></p> <p><b>DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS</b></p> <p>Art. 5º - O CCE da FEBRAPILS tem como <u>princípios definidores</u> para a <u>conduta profissional do TILS e GI</u>:</p> <p>I. Confidencialidade.</p> <p>II. Competência Tradutória.</p> <p>III. Respeito aos envolvidos na profissão.</p> <p>IV. Compromisso pelo desenvolvimento profissional.</p>

---

exercer julgamento, valer-se de pensamento crítico, aplicar os benefícios da experiência prática e refletir sobre as ações passadas na prática de sua profissão. Os princípios norteadores neste documento são a confidencialidade, competência linguística e profissional, imparcialidade, crescimento e desenvolvimento profissional, negociações éticas e os direitos dos participantes nas situações de tradução/interpretação de acordo com sua escolha.

### **CAPÍTULO I – DAS NORMAS, DA APLICABILIDADE E DEFINIÇÕES**

Art. 1º. Para os fins deste Código de Conduta Profissional, considera-se:

- I. TILS – Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais: [...].
- II. GI – Guia-Intérprete para pessoas com surdocegueira: [...].
- III. Conflito de Interesse – [...].
- IV. Cliente – [...].
- V. Beneficiário – [...].

Art. 2º. O Código de Conduta Ética e Profissional da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-intérpretes de Línguas de Sinais – FEBRAPILS tem como normas delimitadoras para a conduta profissional do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais:

- I. Adesão ao modelo de comunicação confidencial.
- II. Habilidades e conhecimento profissionais requeridos para a situação de tradução/ interpretação e/ou guia-interpretação específica.
- III. Comportamento digno e condizente na situação de

### **CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL**

Art. 10 - É de responsabilidade do TILS e do GI:

- I. Manterem-se informados e atualizados sobre quaisquer assuntos concernentes à profissão.
- II. Buscar formação continuada e aperfeiçoamento profissional.
- III. Apresentar-se adequadamente com relação à postura e à aparência.
- IV. Utilizar todos os conhecimentos linguísticos, técnicos, científicos, ou outros a seu alcance, para o melhor desempenho de sua função;
- V. Solidarizar-se com as iniciativas em favor dos interesses de sua categoria, ainda que não lhe tragam benefício direto.

Art. 12 - O TILS e o GI são responsáveis civil e penalmente por atos profissionais lesivos ao interesse do Solicitante e Beneficiário de seus serviços, cometidos por imperícia, imprudência, negligência ou infrações éticas.

### **CAPÍTULO IV**

Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ética da FEBRAPILS.

---

tradução/ interpretação específica.

IV. Respeito aos clientes.

V. Respeito aos colegas, estagiários e estudantes da profissão.

VI. Prática de negociações **éticas**.

VII. Compromisso no desenvolvimento profissional.

§ 1º. Este **Código de Conduta Ética e Profissional** aplica-se a todos os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Guias-intérpretes, estagiários e estudantes da profissão em todo o território nacional.

§ 3º. Este **Código de Conduta Profissional** aplica-se a situações de tradução/interpretação e/ou guia-interpretação realizada tanto presencialmente como à distância.

#### **CAPÍTULO IV – INTEGRIDADE NA PRÁTICA PROFISSIONAL**

Art. 9º. O TILS e GI devem apresentar-se adequadamente com relação à conduta e à aparência.

#### **CAPÍTULO V – DO RESPEITO AOS COLEGAS**

Art. 19º. O TILS e GI que se dispuserem à prestação de serviços voluntários devem observar as normas de conduta e ética dispostas neste código.

#### **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 22º – Os caso omissos deve ser apresentados, discutidos e deliberados pelo Conselho de Conduta, de Ética e Disciplina da FEBRAPILS.

A palavra *conduta*, no seu significado dicionarizado, que se refere a manifestação de comportamento, é substantivo feminino: “Maneira de se portar, modo como alguém se comporta, vive; comportamento, atitude: tinha ótima conduta no trabalho” (AURÉLIO, 2010). Ressaltamos, porém, que, utilizada sem um qualificador específico, torna-se esvaziada de sentido, pois não define explicitamente a profundidade do tema no que tange à relação entre as pessoas. A conduta deve referir-se à uma determinada relação em uma determinada situação, e nesse sentido ela precisa ser qualificada como adequada ou não adequada, apropriada, pertinente, correta, justa, satisfatória, acertada, entre outras possibilidades de adjetivação. Nesse sentido, os sintagmas *conduta ética* e *conduta profissional* não dão conta do detalhamento da ação.

Na perspectiva dialógica, viver compreende linguagem, compreende sensibilidade para os modos de se relacionar com o outro, o que não acontece de forma mecânica, e sim na vivência do ser que, quando enuncia, se posiciona axiologicamente em relação a si mesmo e ao outro. Em um código de ética, a palavra conduta precisa se conectar semanticamente e produzir sentido nessa relação semântica. A palavra como fenômeno ideológico se combina e se diferencia construindo um projeto discursivo coerente com a situação e com a avaliação social.

Toda a realidade da palavra dissolve-se por inteiro em sua finalidade de ser signo. Na palavra não há nada que seja indiferente a essa finalidade e que não tenha sido gerado por ela. [...] a palavra, sendo um fenômeno ideológico, é ao mesmo tempo parte da realidade material (VOLÓCHINOV, 2019d, p. 312).

No código vigente, CCE -2014, essa relação textual que explicita a questão da conduta aparece nos itens do artigo 5º que descrevem os princípios definidores:

“I. Confidencialidade. II. Competência Tradutória. III. Respeito aos envolvidos na profissão. IV. Compromisso pelo desenvolvimento profissional.”; e nos verbos que designam as responsabilidades do profissional “I. Manterem-se informados e atualizados sobre quaisquer assuntos concernentes à profissão. II. Buscar formação continuada e aperfeiçoamento profissional. III. Apresentar-se adequadamente com relação à postura e à aparência. IV. Utilizar todos os conhecimentos linguísticos, técnicos, científicos, ou outros a seu alcance, para o melhor desempenho de sua função; V. Solidarizar-se com as iniciativas em favor dos interesses de sua categoria, ainda que não lhe tragam benefício direto” (CCE-2014).

A conduta desejada, adequada, ganha entonação nesses princípios e responsabilidades.

Bakhtin explica que a palavra não apenas designa o objeto como uma certa presença, mas também a marca por meio de uma entonação. Para ele, uma palavra realmente pronunciada sempre vai ter uma entonação, uma avaliação a partir da sua pronúncia, que é atitude avaliativa em relação ao objeto, “atitude valorativa, tanto desejada, como indesejada, para objeto, colocando-o em movimento na direção do que é proposto, conferindo-lhe vida (BATJIN, 1997, p. 41, tradução nossa)<sup>29</sup>. Sobre a entonação a qual Bakhtin se refere, podemos compreendê-la de, no mínimo, dois pontos de vista: o do autor criador que escreve, reorganiza, traduz o objeto a partir da situação e avaliação social constitutiva da linguagem; e o do pesquisador, que o toma como objeto científico. Sobre esse axioma, diferentes sentidos circulam e compõem a cadeia discursiva na comunicação social viva.

#### 4.3.4 A questão do profissionalismo

Outro movimento de análise realizado pautou-se pelo cotejamento das palavras do campo semântico “profissional”, no exercício não somente de contar as ocorrências, mas de observar semanticamente com quais outros significados elas se relacionam na construção do pensamento sobre a atuação do TILS.

Dando sequência à discussão do primeiro movimento, observamos que, no CE-1992, a palavra “profissional” aparece no título do capítulo três, no artigo 5º, “o intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função”, e no capítulo quatro, Artigo 13º,

---

<sup>29</sup> la palabra no sólo designa el objeto como una cierta presencia, sino que también la marca mediante una entonación (una palabra realmente pronunciada no puede dejar de entonarse, la entonación es consecuencia del mismo hecho de la pronunciación) en cuanto mi actitud valorativa hacia el objeto, tanto deseada como indeseada para él, con lo cual lo pone en movimiento en dirección hacia lo planteado, confiriéndole el momento de acontecer [*sóbytiinosf*] viviente (BATJIN, 1997, p. 41)

“reconhecendo a necessidade para o seu desenvolvimento profissional, o intérprete deve agrupar-se com colegas profissionais”. Vemos no texto de 1992 uma tendência a se apontar para a necessidade de ser profissional, embora ainda sem muitos critérios que embasassem essa condição. É importante ressaltar que, nessa época, ainda não existiam documentos legais de reconhecimento da Libras, como também não existiam os decretos que regulamentam a difusão e uso da língua de sinais, tampouco de regulamentação da profissão. Além disso, a formação em nível superior ainda estava muito distante de se concretizar.

Quadro 14 - Profissão/Profissional

CE-1992	CCEP-2011	CCE-2014
Profissional (3)	<b>Profissional (10)</b>	<b>Profissional (11)</b>
Profissionalismo (0)	<b>Profissionalismo (0)</b>	<b>Profissionalismo (1)</b>
Profissão (1)	<b>Profissão (6)</b>	<b>Profissão (5)</b>
<p><b>CAPÍTULO 3</b></p> <p><b><u>Responsabilidade profissional</u></b></p> <p>5º. O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a <u>dignidade da profissão</u> e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.</p> <p><b>CAPÍTULO 4</b></p> <p><b>Relações com os colegas</b></p> <p>13º. Reconhecendo a necessidade para o seu <u>desenvolvimento profissional</u>, o intérprete deve agrupar-se com <u>colegas profissionais</u>.</p>	<p><b>CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E PROFSSIONAL DA FEBRAPILS</b></p> <p><b>Apresentação</b></p> <p>Os pilares deste <u>Código de Conduta Profissional</u> devem ser vistos de maneira holística e como um guia para um bom comportamento e prática profissional. Os princípios norteadores oferecem a base pela qual as normas são articuladas. [...]</p> <p>Este <u>Código de Conduta Profissional</u> é suficiente e engloba todas as regras e as responsabilidades para todo tipo de situação.</p> <p><b>Princípios Norteadores</b></p> <p><u>É obrigação</u> de todo Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Guia- intérprete – TILS e GI exercer julgamento, valer-se de pensamento</p>	<p><b>Preâmbulo</b></p> <p>A Federação Brasileira das Associações dos <u>Profissionais</u> Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) busca alcançar um <u>padrão de profissionalismo e conduta ética</u> entre os tradutores e intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais.</p> <p>II. Os princípios norteadores deste Código de Conduta e Ética (CCE) devem ser observados de maneira holística e como guia para a <u>prática profissional em âmbito nacional</u>.</p> <p><b>CAPÍTULO I</b></p> <p><b>DA DEFINIÇÃO E APLICABILIDADE</b></p> <p>I. TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais:</p>

---

crítico, aplicar os benefícios da experiência prática e refletir sobre as ações passadas na prática de sua profissão.

## CAPÍTULO I – DAS NORMAS, DA APLICABILIDADE E DEFINIÇÕES

Art. 1º. Para os fins deste Código de Conduta Profissional, considera-se:

VI. TILS – Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais: profissional que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).

VII. GI – Guia-Intérprete para pessoas com surdocegueira: profissional que serve de canal de comunicação (audiovisual) entre o Surdocego e o meio no qual ela está interagindo e tem como papel fundamental compreender a mensagem em uma língua, extraindo o sentido através do conteúdo linguístico e contextualizar o sentido na língua de destino. Também descrever o que ocorre em torno da situação de comunicação e facilitar o deslocamento e a mobilidade do Surdocego no meio.

Art. 2º. O Código de Conduta Ética e Profissional da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-intérpretes de Línguas de Sinais – FEBRAPILS tem como normas delineadoras para a conduta profissional do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais:

Profissional que traduz e/ou interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentar.

II. GI – Guia-Intérprete para pessoas surdocegas: Profissional que interpreta de acordo com as modalidades de comunicação específicas utilizadas pela pessoa surdocega (Língua Oral Amplificada, Escrita na Palma da Mão, Alfabeto Manual Tátil, Língua de Sinais Tátil, Sistema Braile Tátil ou Manual, Língua de Sinais em Campo Reduzido, dentre outras); que facilita sua mobilidade; e que descreve o que ocorre nas situações de comunicação em que está atuando.

[...]

Respeito aos envolvidos na profissão.

## (CAPÍTULO II)

Art. 5º - O CCE da FEBRAPILS tem como princípios definidores para a conduta profissional do TILS e GI:

- I. Confidencialidade.
- II. Competência Tradutória.
- III. Respeito aos envolvidos na profissão.
- IV. Compromisso pelo desenvolvimento profissional.

## CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Art. 7º - Cabe ao TILS e ao GI manter o respeito com todos os envolvidos no serviço de

---

V . Respeito aos colegas, estagiários e estudantes da profissão.

§ 1º. Este Código de Conduta Ética e Profissional aplica-se a todos os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Guias-intérpretes, estagiários e estudantes da profissão em todo o território nacional.

§ 3º. Este Código de Conduta Profissional aplica-se a situações de tradução/interpretação e/ou guia-interpretação realizada tanto presencialmente como à distância.

### CAPÍTULO III – DO PROFISSIONALISMO

Art. 6º. É dever dos TILS/GI:

VII . Prover informações, ao cliente e beneficiário, sobre a profissão e atuação do TILS e GI e suas implicações linguísticas e extralinguísticas no resultado do seu trabalho.

IX . O TILS e GI devem manter-se atualizados das leis, políticas, regras e regulamentos que afetem a profissão.

### CAPÍTULO IV – INTEGRIDADE NA PRÁTICA PROFISSIONAL

Art. 15º. Tratar educadamente, no exercício da profissão, colegas, estagiários e estudantes da área, devendo entender que a maneira pela qual se relacionam entre si reflete sobre a classe profissional de maneira geral.

tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação, devendo:

I. Solicitar, sempre que necessário, colaboração aos colegas de profissão.

II. Manter cooperação mútua com os colegas de profissão.

III. Prestar apoio moral e solidariedade aos colegas de profissão.

Art. 10 - É de responsabilidade do TILS e do GI:

I. Manterem-se informados e atualizados sobre quaisquer assuntos concernentes à profissão.

Já no CCEP-2011, vemos uma transformação no uso das palavras relacionadas ao lexema “profissão”. Elas aparecem repetidamente nos títulos do código e dos capítulos. Por dezesseis (16) vezes, a palavra profissionalismo vem atrelada a reflexões sobre a prática, normas delineadoras para conduta profissional, e regras e deveres, como prestar informações aos colegas sobre atuação, educação e respeito, relacionamento e classe profissional (CCEP, 2011).

No documento CCE-2014, que passou por reavaliação em assembleia e que mantém parte do texto apresentado em 2011, o número total é o mesmo, porém apaga-se do título do código a palavra “profissional”. Somente essa alteração no título nos permitiria abstrair diferentes entonações; no entanto, o campo semântico profissão aparece reiteradas vezes, e se mantém no corpo do texto do código de ética.

O enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento (BAKHTIN, 2016a, p. 59).

A revisão apresenta reformulações. Observamos que o documento atualizado coloca de forma clara no artigo 5º os princípios definidores para a conduta profissional: *“I. Confidencialidade; II. Competência Tradutória; III. Respeito aos envolvidos na profissão; IV. Compromisso pelo desenvolvimento profissional”* (CCE-2014). Essas informações estavam diluídas no documento anterior, CCEP-2011, porém não de forma sistematizadamente prescritiva.

Observamos no texto do artigo 5º a necessidade de conceituar o que é ser profissional, de apresentar critérios basilares para reconhecer uma pessoa como profissional, de explicitar atributos e atitudes. Não obstante, ainda não observamos no documento a questão do profissionalismo relacionado com a formação profissional. Essa situação se dá pelo impasse na regulamentação da profissão de 2010, com artigo sobre exigência de ensino superior vetado, e pela problemática do projeto de lei de nova regulamentação ainda em tramitação. O fato da não exigência hoje de formação em nível superior para atuação como TILS implica a

impossibilidade de criação de conselho de classe e outras demandas que incidem diretamente na concepção da palavra profissional nesse tipo de documento, que se refere justamente a uma classe profissional. Hoje, portanto, não existe conselho de classe, ou conselho profissional, e o código de ética tem caráter orientador, não sendo possível usá-lo para fiscalizar a atuação do TILS e GI, tampouco avaliar, julgar e suspender o exercício da profissão.

*A realidade histórica e natural torna-se o tema de nossas palavras na condição de signos ideológicos. A palavra, como todo signo ideológico, não só reflete a realidade, mas também a refrata na comunicação social viva, na interação discursiva viva. Isso ocorre porque as relações de classe ao se refletirem na palavra, ditam-lhe diferentes nuances de sentido, introduzem nela diferentes pontos de vista, atribuem-lhe diferentes avaliações. Desse modo, as relações de classes integram o todo do enunciado como um fator, uma força real, que exerce uma influência decisiva também na sua estrutura estilística (VOLÓCHINOV, 2019d, p. 320, itálico no texto original).*

Voltando à questão do gênero, observamos nos enunciados o estilo prescritivo do gênero código de conduta/código ética e suas coerções, com apontamentos mais generalizantes e abrangentes e orientações não específicas, e sem a indicação de dilemas éticos inerentes à essa atividade de trabalho. Um dos dilemas éticos da profissão, referente à relação entre surdos e ouvintes, será mote da discussão no item a seguir.

#### 4.3.5 Referência à surdez e à língua

Ao confrontar o conteúdo do texto do Código de Ética da Feneis e textos da Febrapils, observamos a extinção das palavras do campo semântico Surdo/Surda/Surdez que aparece 4 vezes no código de ética da Feneis e que não aparecem nos textos da Febrapils (Quadro 2), trazendo o enfoque para a língua de sinais e não mais para a assistência de surdos. Desta forma, observamos a abordagem na diferença linguística.

Quadro 15 - Surdo/Surda/Surdez/surdocegueira

CE-1992	CCEP-2011	CCE-2014
Surdo/ Surda/ Surdez (4)	Surdo/ Surda/ Surdez (0)	Surdo/ Surda / Surdez (0)
Surdocego (0)	Surdocego (3)	Surdocego (0)
Surdocegueira (0)	Surdocegueira (2)	Surdocegueira (0)
Pessoa Surdocega (0)	Pessoa Surdocega (0)	Pessoa Surdocega (4)
<p><i>Capítulo 3 Responsabilidade Profissional</i></p> <p>12º. O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender às suas necessidades particulares.</p> <p><i>Capítulo 4 Relação com os colegas</i></p> <p>Parágrafo único. O intérprete deve esclarecer o público no que diz respeito ao surdo sempre que possível, reconhecendo que muitos equívocos (má informação) têm surgido devido à falta de conhecimento do público sobre a área da surdez e a comunicação com o surdo.</p>	<p><b>CAPÍTULO I – DAS NORMAS, DA APLICABILIDADE E DEFINIÇÕES</b></p> <p>Art. 1º. Para os fins deste Código de Conduta Profissional, considera-se:</p> <p>II. GI – Guia-Intérprete para pessoas com surdocegueira: profissional que serve de canal de comunicação (audiovisual) entre o Surdocego e o meio no qual ela está interagindo e tem como papel fundamental compreender a mensagem em uma língua, extraindo o sentido através do conteúdo linguístico e contextualizar o sentido na língua de destino. Também descrever o que ocorre em torno da situação de comunicação e facilitar o deslocamento e a mobilidade do Surdocego no meio.</p> <p><b>CAPÍTULO III – DO PROFISSIONALISMO</b></p> <p>Art. 4º. O TILS e GI devem acompanhar as constantes mudanças e atualizações das línguas.</p> <p>Parágrafo único – O GI deve conhecer as diferentes formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira e se inteirar a respeito das tecnologias assistivas.</p> <p>Art. 6º. É dever dos TILS/GI:</p> <p>VIII. Ao GI cabe também guiar e descrever para o surdocego bem como conhecer as tecnologias assistivas.</p>	<p><b>CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E APLICABILIDADE</b></p> <p>Art. 1º. Para os fins deste CCE, considera-se:</p> <p>II. GI – Guia-Intérprete para pessoas surdocegas: Profissional que interpreta de acordo com as modalidades de comunicação específicas utilizadas pela pessoa surdocega (Língua Oral Amplificada, Escrita na Palma da Mão, Alfabeto Manual Tátil, Língua de Sinais Tátil, Sistema Braille Tátil ou Manual, Língua de Sinais em Campo Reduzido, dentre outras); que facilita sua mobilidade; e que descreve o que ocorre nas situações de comunicação em que está atuando.</p> <p><b>CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL</b></p> <p>Art. 13 – É dever, exclusivamente do GI:</p> <p>II. Conhecer as diferentes formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas e conhecer as tecnologias assistivas.</p> <p>II. Ter conhecimento das especificidades atribuídas às pessoas surdocegas, descrever todos os aspectos visuais e auditivos durante o processo de tradução e interpretação e facilitar sua mobilidade.</p>

Fonte: a autora

Como se pode conferir no Quadro 4, nos textos da Febrapils, o campo semântico surdo/surda/surdez desaparece. Esse apagamento apontou para outros termos diferentes que serão apresentados e discutidos neste tópico.

Preterir esse campo semântico carrega um posicionamento axiológico sobre os sujeitos para quem o TILS trabalha, e mostra o movimento da década de 1990 para a década de 2010. Observamos enunciados que refletem e refratam o pensamento de um momento histórico, da mudança do discurso oficial, de afastamento de uma concepção clinico-patológica, se direcionando para uma visão sócio-antropológica da pessoa que não escuta. No entanto, não é possível afirmar que seja especificamente esse o projeto discursivo empreendido no texto dos códigos de ética da Febrapils; porém, esse sentido pode ser produzido, entre outros diferentes efeitos de sentidos.

Ao analisar o código de ética de 1992 da Feneis, vemos enunciados relevantes para nossa análise. No capítulo três, que trata da responsabilidade profissional, destacamos os seguintes trechos: *“o intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa”*; *“o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida – deve parafrasear”*; *“o intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo”*. Estes dizeres pressupõem pessoas surdas não letradas, ou em diferentes níveis de letramento, em língua de sinais e em português, e podem trazer o sentido de assistencialismo para a atividade do TILS, o que hoje é rechaçado pela comunidade surda.

Esse direcionamento pode se tornar problemático, já que não citar a pessoa surda, em um documento de um código de ética de uma profissão, não viabiliza o olhar para a sua cultura e seu modo de vivenciar as experiências na relação de alteridade com os TILS e com os ouvintes construída ao longo da história. Volóchinov, ao estudar a natureza constitutiva do enunciado, explica que

quase toda palavra da nossa língua pode ter várias significações a depender do sentido Geral do todo do enunciado. O sentido depende por inteiro tanto do ambiente mais próximo, gerador imediato do enunciado, quanto de todas as causas e condições sociais mais longínquas da comunicação discursiva (VOLÓCHINOV, 2019c, p. 283).

Nos Estudos Surdos, as autoras Perlin e Quadros (2006) – uma surda e outra Coda –, no texto “Ouvinte, o outro do ser surdo”, explicam que, na experiência do confronto ouvinte/surdo em alguns espaços, não há mais ouvincentrismo, ou seja, o ouvinte não é mais um colonizador, e já há um debate sobre a diferença do surdo acompanhado das narrativas de aprovação dessa diferença e de políticas a partir dela. Explicam ainda que, no estágio em que a diferença é reconhecida, os ouvintes passam a dar lugar às pessoas surdas. Não obstante, para as autoras, o reconhecimento da diferença proporciona o entendimento de que há também o povo surdo, da língua de sinais, da expressão corporal e do olhar, para além da cultura da fala, da escuta e da leitura. Nesse sentido, compreendemos que o reconhecimento da diferença é importante e estabelece as relações no que diz respeito à língua, à cultura e aos modos de viver dos surdos no mundo.

Chama a atenção a seguinte questão: se os surdos desejam ser reconhecidos como diferentes, mesmo que essa diferença desejada seja a sua cultura e língua, que efeitos de sentidos pode produzir o apagamento do campo semântico surdo/surda/surdez, uma vez que a diferença linguística se dá pelo modo como os sujeitos surdos se constituem na alteridade? Não podemos afirmar que a comunidade surda deseje ou precise desse apagamento. Para o pensamento bakhtiniano, a alteridade é algo que se consolida socialmente, por meio das relações, das palavras, dos signos ideológicos, da comunicação discursiva de que participamos e por meio da qual nos constituímos.

Não obstante, segundo Rosa (2016), existe uma visão contemporânea do campo ético-moral que nos remete à noção da pessoa – o sujeito moral – relacionada ao outro, também sujeito moral. Para ela, o eu e o outro são ao mesmo

tempo sujeitos e objetos da ética, o que nos remete ao conceito da alteridade como critério ético fundamental.

No âmbito do pensamento ético filosófico bakhtiniano, é de fundamental importância a afirmação de que só se constitui como ser através do outro, isto é, que a relação de alteridade é constitutiva do ser. Ser significa ser para o outro e através do outro ser para si mesmo (ARÁN, 2006, p. 28, tradução nossa<sup>30</sup>).

Notamos que, nesse campo semântico de “profissional”, nos documentos da Febrapils (CCEP-2011 e CCE -2014), surge uma outra palavra/categoria, que aparece a partir da inclusão do profissional guia-intérprete – GI – na pauta da federação como categoria profissional: o termo Surdocego/surdocegueira, do qual não encontramos nenhuma ocorrência no CE-1992. Podemos inferir que, nesse caso, o termo não é empregado especificamente para apontar a deficiência sensorial, mas organiza o enunciado para especificar o aspecto linguístico que diferencia as formas de atuação entre TILS e GI: *II. GI – Guia-Intérprete para pessoas surdocegas: Profissional que interpreta de acordo com as modalidades de comunicação específicas utilizadas pela pessoa surdocega (Língua Oral Amplificada, Escrita na Palma da Mão, Alfabeto Manual Tátil, Língua de Sinais Tátil, Sistema Braille Tátil ou Manual, Língua de Sinais em Campo Reduzido, dentre outras); que facilita sua mobilidade; e que descreve o que ocorre nas situações de comunicação em que está atuando* (CCE-2014). A definição da atividade do GI ainda é recente no Brasil e, portanto, observamos que há necessidade de explicitar detalhes sobre o público-alvo, assim como as formas de comunicação no trabalho do GI.

Percebemos, no entanto, que a definição de TILS é sucinta e não diferencia as atividades de tradução e de interpretação: *I. TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais: Profissional que traduz e/ou interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentar.*

---

<sup>30</sup> En el marco del pensamiento ético filosófico bajtiniano es de fundamental importancia la afirmación de que sólo se puede llegar a ser uno mismo a través del otro, es decir, que la relación de alteridad es constitutiva del yo. Ser significa ser para el otro y a través del otro ser para sí mismo (ARÁN, 2006, p. 28).

No CCEP-2011 e CCE-2014, ainda sobre o apagamento do campo semântico Surdo/Surda/Surdez, observamos que, desde o início do texto, no Capítulo I – Da definição e aplicabilidade –, não se define exclusivamente a pessoa surda ou surdocega como solicitante ou beneficiária dos serviços do TILS: *III. Solicitante – Pessoa física ou jurídica responsável pela solicitação dos serviços de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação. V. Beneficiário – Indivíduo que utiliza os serviços de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação* (CCE-2014).

Conforme o dicionário, a palavra *indivíduo* é descrita gramaticalmente como substantivo masculino, e o termo tem como acepções/sinônimos: ser humano, pessoa, cidadão. Já a palavra *pessoa* é descrita gramaticalmente como substantivo feminino e tem as seguintes acepções: ser humano, quem pertence à espécie humana, criatura. Gramaticalmente as duas palavras têm gênero marcado, porém em suas acepções observamos que são, em nível de significação, termos indefinidos quanto a qualquer tipo de estereótipo (AURÉLIO, 2010).

Vemos enunciados que de alguma forma se distanciam de criar estereótipos e de fazer menção ao atendimento assistencialista, a partir de uma entonação específica no texto que rejeita marcar pessoas surdas e surdocegas como as que necessitam do serviço do TILS, colocando as pessoas envolvidas na atividade em mesmo nível de igualdade e condição.

Ainda no mesmo quadro, porém tratando de outro aspecto, notamos, nos mesmos trechos (*III. Solicitante – Pessoa física ou jurídica [...] V. Beneficiário – Indivíduo que [...]*, principalmente no CCE-2014) que não necessariamente a solicitação da interpretação é feita pelas pessoas surdas, o que condiz com o pensamento de tratar a atuação do TILS como profissional, colocando em evidência a língua e não unicamente a pessoa surda como dependente da atuação do TILS.

Fica a indagação de por que não explicitar que a interpretação também é para as pessoas ouvintes que não sabem língua de sinais. O enunciado poderia ser constituído não pela ausência da palavra ou campo semântico, mas pelo preenchimento, com a construção “beneficiários surdos e ouvintes/solicitantes surdos e/ou ouvintes”, ou “beneficiários ouvintes e surdos/solicitantes ouvintes e/ou surdos”. Ponderamos que a explicitação do pensamento evita a ambiguidade e

indica uma entonação específica para o texto, em especial nesse gênero discursivo, caracterizado como prescritivo e orientador. Essa explicitação, em certa medida, seria mais eficaz para a concretização do projeto discursivo. Nesse sentido, Volóchinov explica que a entonação é a expressão da avaliação social:

A situação e o auditório correspondente determinam justamente a entonação, e, por meio dela, realiza um tanto a escolha das palavras quanto à sua ordenação, ou seja, já por meio dela concebe o todo do enunciado. A entonação o condutor mais flexível e sensível daquelas relações sociais existentes entre os falantes em uma dada situação (VOLÓCHINOV, 2019c, p. 287).

Sobre a questão da situação e do auditório, e conseqüentemente a avaliação social, discutida por Volóchinov, fazemos menção aos destinatários do texto de um código de ética. São eles os profissionais da categoria que o código de ética contempla, no caso os TILS, e também os beneficiários dos serviços do TILS, os solicitantes/contratantes e demais pessoas envolvidas nas situações que demandam atividade de interpretação. No caso do código de ética, enunciados desse tipo, generalizantes e/ou abrangentes, têm o propósito delegar à sociedade de modo geral a responsabilidade por proporcionar a acessibilidade, de providenciar e contratar a tradução/interpretação ou a guia-interpretação em todas as esferas em que se demandar esse serviço.

Ao analisar os textos dos códigos de ética, em especial o texto em vigor (CCE-2014), é comum fazermos a sua leitura a partir de uma situação dada concreta. Hoje, a situação da contratação de TILS, em grande parte, é feita por empresas públicas ou privadas, e sua atuação ainda demanda, na maioria das vezes e na maior parte do tempo, a direção da interpretação como português – Libras, tornando a pessoa surda ou surdocega, na maior parte das situações, uma interlocutora, e não uma locutora. Ressaltamos que essa situação produz sentidos sobre os sujeitos surdos e surdocegos. Esse contexto colabora para o pensamento de que é o sujeito surdo o beneficiário dos serviços dos TILS. Observamos que os mesmos enunciados em outros gêneros do discurso poderiam produzir outros efeitos de sentido, pois é na e pela linguagem que os sujeitos se constituem e que as relações de poder se estabelecem.

Para Bakhtin “a diversidade desses gêneros é determinada pelo fato de que eles diferem entre si dependendo da situação, da posição social e das relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação” (BAKHTIN, 2016a, p. 39). Não obstante, nessa filosofia da linguagem, o centro axiológico da arquitetônica do funcionamento da visão estética distancia-se de uma abstração que alcance todos os pontos de vista possíveis sobre os valores, assim como não é capaz de definir uma fronteira entre o bem e o mal, entre o belo e o feio, entre a verdade e a mentira. Nesse sentido, a visão estética se ocupa de conhecer e afirmar, por meio da atividade humana e da linguagem como ato ético, essas fronteiras no mundo que contempla de forma ativa e responsável (BATJIN, 1997).

Além da direção de língua da interpretação, questão bastante importante nesse contexto e na relação entre os participantes da comunicação, é preciso salientar também que os documentos CCEP-2011 e CCE-2014 não especificam qual é a língua de sinais utilizada, uma vez que não aparece em nenhum momento a designação Língua Brasileira de Sinais ou a sigla Libras. Esse é um ponto importante, pois esse tipo de enunciado permite ao documento contemplar os diferentes dialetos e variações, como a língua de sinais tátil, as línguas de sinais indígenas e inclusive línguas de sinais de imigrantes. No entanto, não asseguram o aspecto formal da língua, e não oferecem embasamento para questões que demandem debates sobre competência linguística e nivelamento de proficiência, questões fundamentais para o exercício da atividade e para a delimitação de critérios profissionais discutidos no item anterior.

#### **4.4 A rede discursiva e as concepções de ética do TILS**

Independente da cronologicidade entre os discursos apresentados, compreendemos que eles são respondentes um ao outro, pois representam dizeres e construções ideológicas que compreendem uma cadeia discursiva infinita, impossível de se abranger em uma única pesquisa. Mesmo assim, efetuamos o recorte, e confirmamos que essa rede discursiva criada e tomada como dado reflete

e refrata a comunicação discursiva que compõe o pensamento da comunidade surda sobre ética do TILS em um determinado período.

Mariana, da UFC, é respondente ao tom do discurso da ex-presidente Ana Regina no encontro de intérpretes e tradutores no Rio Grande do Sul, na medida em que, em diferentes momentos, pede a avaliação da atuação no que diz respeito à ética e ao profissionalismo, discursos que refletem e refratam as vozes sociais em torno da atuação do TILS. Juliana, da Unicamp, considera a ética do TILS algo já aventado, da mesma forma que os códigos de ética da Feneis e Febrapils se constituem na tentativa de preencher o *vazio de normas* existente na profissão, cujo coletivo ainda pleiteia uma regulamentação condizente com as necessidades atuais de formação e de organização da profissão, por meio de Projeto de Lei de 2017 que atualmente tramita no Senado Federal.

Observando os dois discursos de formatura, tanto da oradora Mariana quanto da oradora Juliana, é possível perceber que eles vão produzir sentido a partir das vivências no curso e na atividade para a qual a turma está se formando, assim como os tópicos que apontam os pontos de debilidade dos valores científicos, estéticos, éticos e sociais, considerando os momentos eu-para-mim, o-outro-para mim, e eu-para-o-outro, uma vez que é a relação valorativa do objeto por seu falante que trata da representatividade e da responsabilidade, ligadas ao campo da comunicação discursiva e do gênero do discurso.

A formanda Mariana, oradora do Polo UFC, direciona seu discurso e dialoga explicitamente sobre o pertencimento e comprometimento com a comunidade surda, primeiramente por enunciar em língua de sinais e, adicionalmente, por citar, única e exclusivamente, pessoas surdas em seu texto. As palavras que marcam seu discurso são: *“história, prática, campo de trabalho, experiências, necessidade de orientação, empiricamente, o fazer, reflexão, atuação profissional, desempenhar um bom trabalho, processo, desenvolver”*.

A formanda Juliana, do Polo Unicamp, traz em seu texto o diálogo com o divino, questões éticas e morais que partem de concepções advindas da esfera religiosa, evidenciadas no uso das palavras *“missão (mais de uma vez), humildade, segurar nas mãos, confessemos, ganhar nossos corações, docemente nos conduziu, louvável mérito, constante presença, dádivas, coragem,*

*gratidão, desafio, consagração, vitória*”, etc., além de citar parte do salmo 126 da Bíblia. Assim, seu discurso é invadido pela estética do estilo religioso. A oradora Juliana fala de ética, mas não parece se referir à mesma ética de que trata Mariana. Existe uma distinção entre viver na comunidade surda, fazer parte inevitavelmente dela, e viver para servir a ela. Os dois discursos elaboram um “*dever ser*” respondendo a contextos e vivências diferentes, são pontos de vista axiológicos distintos e, de certo modo, divergentes, entre “viver com” e “viver para”, responsabilmente e respondentemente. São discursos riquíssimos que se relacionam, refletem e refratam, tomam a palavra alheia e a ressignificam, e colocam, a partir das suas experiências, o valor concreto do “homem moral” como centro valorativo supremo.

Os dois discursos reelaboram as vivências dos dois principais campos, esfera comunitária-familiar e esfera religiosa, de onde provém a maior parte das pessoas que entram em contato com os surdos e com a língua de sinais, e em decorrência desse contato, acabam se interessando pela profissão de TILS. Portanto, esses são contextos que se relacionam entre si e com outras esferas. Como aspectos da contemplação da vida, elementos teórico-filosóficos e estéticos se encontram, o ser é consciência e é linguagem, é conteúdo semântico, absolutamente impregnado de tons emocionais e volitivos, que decorrem da realidade concreta em relações de espaço e tempo que compõem sua cadeia discursiva.

Santos (2018, p. 73, grifos do autor), a partir da perspectiva linguístico-enunciativo-discursiva, explica que “na interação comunicativa expressam-se as avaliações dos falantes, transmitidas por meio da *entoação expressiva*”. As situações mais próximas, na maioria das vezes, nas situações em um determinado tempo-espaço, definem a entoação.

Nesse sentido, os discursos apontam para a necessidade da formação e desenvolvimento profissional, e que esse movimento não ignore a história da relação entre surdos e ouvintes, mas que reflita sobre essa história de modo a fazer o tradutor e intérprete em formação reconhecer as diferenças e saber lidar com as situações em diferentes esferas e gêneros discursivos em que o TILS atua.

Nesse ponto, trazemos algumas considerações sobre o discurso da representante surda, Profa. Dra. Ana Regina, que relata que a política para TILS passa pela necessidade de formação em cursos de graduação que não sejam exclusivamente à distância, cursos de formação continuada, formação específica para atuação como tradutor e intérprete de Libras, formação com estudo de campo terminológico específico para determinadas esferas de atuação. E, com base nesse discurso, ela também reclama dos TILS o respeito para com os surdos, com as orientações sobre a sua prática e aponta a falta de abertura para esse diálogo com os surdos. O diálogo existe e é inexaurível, e cada discurso aqui apresentado é somente mais um momento da comunicação discursiva. O discurso das formandas do primeiro grupo e o discurso da professora surda do segundo grupo entrelaçam-se no diálogo vivo dos enunciados, que vão tomando acabamento no fluxo discursivo, estabelecendo limites, papéis e lugares que não devem ser ultrapassados na relação entre surdos e ouvintes.

A partir das reflexões colocadas nesses discursos, sobre a atuação e formação do TILS, consideramos que precise ser constituída uma discussão sobre a ética intrínseca ao que é humano, que reflete e refrata as relações de alteridade que se constituem nos diferentes lugares e tempos históricos, nas relações sociais e no reconhecimento da diferença entre surdos e ouvintes.

Professora Dra. Ana Regina também apresenta em seu discurso os dilemas que emergem da relação de alteridade entre ouvintes e surdos, quando toca na questão da língua e do pertencimento à comunidade surda, e quando delimita limites dessa relação. Ela enuncia e se posiciona, “*nós comunidade surda*”, incluindo os participantes do evento, “*nós, povo surdo*”, sendo diferente de “*vocês*”, ouvintes, intérpretes e tradutores. Com esses dizeres, o discurso traz para a cena sujeitos enunciativos conflitantes (surdos e ouvintes) que parece querer juntar, mas que, na elaboração e reelaboração de sua fala, distancia, quando diz: “*o movimento e a luta dos surdos*”, “*vocês intérpretes*”, “*a Libras não é do ouvinte, a Libras é a segunda língua dos ouvintes*”. Assim, apresenta o ponto de tensão na relação entre surdos e ouvintes, e seu projeto discursivo reclama dos TILS o respeito e um posicionamento

frente à língua de sinais e à luta dos surdos. Nesse sentido, cobra dos TILS a responsabilidade com a formação e com a atuação profissional e ética.

Já nos códigos de ética, vemos um diferente direcionamento para a responsabilidade, esse enfrentamento na condição da relação profissional. O termo em si, “*responsabilidade*”, não parece ter destaque, mesmo com a profundidade de efeitos de sentido que a palavra carrega ao tratar do tema da ética. Os textos, principalmente CCEP-2011 e CCE-2014, parecem separar ou categorizar a ética como sendo um atributo, um “dever” restrito ao âmbito profissional, na relação a partir de uma prestação de serviço, ligado a atribuições advindas de relações contratuais, normas e cláusulas prescritivas.

Porém, é necessário lembrar que essa prestação de serviço propriamente dita envolve gente, linguagem e relações de poder e de alteridade, que influenciam na atividade do TILS e do GI.

A partir da caracterização do gênero “código de conduta/código de ética” e suas coerções pela orientação deontológica, observamos que uma linguagem prescritiva é comum ao texto e sua organização semântica, organizada para ser generalizante e normativamente moral.

Também observamos que a discursividade de um texto escrito, no caso do terceiro grupo, códigos de ética, torna-se totalmente diferenciada do primeiro e do segundo grupo, discursos organizados para serem proferidos para uma audiência determinada e real, e não para um leitor projetado.

Ainda assim, no terceiro grupo, dos códigos de ética, os sujeitos enunciativos se apresentam, e as relações discursivas são passíveis de serem tomadas pela análise. O ponto crucial da análise dos códigos de ética parte das palavras escritas e/ou preteridas no texto. Para o pensamento bakhtiniano, a alteridade é algo que se consolida socialmente, por meio das relações, das palavras, dos signos ideológicos, da comunicação discursiva de que participamos, e por meio da qual nos constituímos.

Ao confrontar o conteúdo do texto do Código de Ética da Feneis e textos da Febrapils, observamos o apagamento das palavras do campo semântico Surdo/Surda/Surdez, que não aparecem nos últimos, que trazem o enfoque para a

língua de sinais, para a diferença linguística. Vemos como importante a reflexão sobre o apagamento desse termo “surdez”, na medida em que nos permite observar um posicionamento axiológico sobre os sujeitos para quem o TILS efetivamente trabalha, e mostra o movimento da década de 1990 para a década de 2010, a mudança do discurso oficial de afastamento de uma concepção situada na deficiência, na pessoa que não escuta, para questões de diferença linguística e de direito linguístico, movimento pertinente e situado historicamente.

Este pensamento concerne a questões ideológicas que regem o conceito de comunidade surda e que constituem a identidade surda. Baseando-nos em estudos surdos, identificamos os princípios de luta pelo direito à diferença e vigilância pela língua de sinais. E, nesse sentido, não é gratuito o enfoque na diferença linguística e não na surdez.

No entanto, é necessário aqui ressaltar o fato de que os surdos desejam ser reconhecidos na sua singularidade e diferença, mesmo que essa diferença desejada seja a língua. Assim, colocamos as seguintes perguntas: que efeitos de sentidos pode produzir o apagamento das palavras com campo semântico surdo/surda/surdez, uma vez que a diferença linguística se dá pelo modo como os sujeitos surdos se constituem na alteridade, na diferença? Não podemos afirmar que a comunidade surda deseja ou precise desse apagamento, e quiçá a explicitação e a discussão do campo semântico surdo/surda/surdez possa ser mais produtiva que o apagamento.

Esse apagamento é um ponto discutível no documento, que necessitaria da escuta para os anseios dos surdos e uma reflexão profunda, tendo em vista que a condição da surdez, e conseqüentemente, a inacessibilidade intrínseca a essa condição, em muitas situações coloca a pessoa surda em desvantagem social. Em outras situações sociais, emergenciais e de calamidade, incluímos nessa desvantagem a condição de vulnerabilidade decorrente da inacessibilidade e dificuldade comunicacional. Concluímos que essa problematização e reflexão precisa ser feita pela comunidade surda.

Os códigos de Ética CCEP-2011 e CCE-2014, descrevem pessoas surdas, surdocegas e ouvintes como solicitantes/beneficiárias dos serviços dos TILS, sem

nenhuma ressalva ou reflexão. Por um lado, compreendemos que eles visam colocar todos os envolvidos na atividade de tradução e ou interpretação em mesmo nível de igualdade e de direitos. Porém, acabam por forjar uma igualdade de condição que não existe. Mais especificamente, é necessário pensar em quem contrata o TILS e GI. Quem tem essa condição? O Estado, empresas privadas, ONGs, e, sim, também os cidadãos surdos em pequena parcela. A atividade do TILS e GI proporciona a quem uma posição de igualdade, a partir da acessibilidade à informação e comunicacional? Essa discussão pode parecer um tanto retrógrada; no entanto, uma vez que a igualdade não é condição *sine qua non* em todos os espaços e esferas da sociedade, o simulacro de uma realidade forjada se torna perigoso.

Diante do exposto, vemos a necessidade de que a discussão sobre a atuação e conduta ética do TILS e do GI não fique circunscrita à uma disciplina teórica ou a princípios de uma relação contratual, e essa afirmativa se torna verdadeira quando entendemos que nas discussões sobre linguagem, cultura, identidade e subjetividade, propostas nos textos analisados, são estabelecidas as inter-relações de diferentes perspectivas sobre a responsabilidade e responsabilidade às demandas da comunidade surda e da profissão.

#### **4.5 A ética do TILS situada na atividade e na esfera de atuação**

Discursos como os que constituem o corpus desta pesquisa, sobre a formação e sobre ética, em diferentes campos e planos de expressão, são estruturados em torno de uma centralidade valorativa e arquitetônica do “dever ser”. Os discursos marcam um período de construção de valores e normas que se ajustaram às coerções das vivências no espaço-tempo em que foram escritos e proferidos, e que dialogam com os valores atuais. Conforme Nascimento, “há pontes construídas entre os diversos povos na História para que, apesar das diferenças, o

trânsito entre eles possa acontecer e o sujeito do tempo presente, agente ético também responsável pela construção da historicidade humana” (2018, p. 6).

Assim, ainda que cada texto/discurso tenha seu autor empírico declarado e mundos axiológicos distintos, os enunciados, em seu sentido mais amplo, carregam consigo o diálogo social, sendo respondentes, e pedindo e antecipando respostas. Não obstante, o mundo do discurso, ou seja, o mundo teórico, carrega consigo a abstração da existência do ser único e seu sentido ético; porém, esse sentido ético do “dever ser” não pode ser concebido fora da vida prática, da vida do ato ético e responsável sem álibi para sua própria existência, fora da vida concebida como ato ético conforme a perspectiva bakhtiniana.

É autêntica a necessidade de códigos de ética, ou códigos de conduta, de reflexões com base na deontologia, no estabelecimento de regras morais gerais e que dialogam com a historicidade da cultura humana. Porém, como vimos, para diferentes autores que se dedicam à tradução e interpretação de línguas orais e línguas de sinais explicam que, para além das normas deontológicas, a ética deve ser pensada a partir das interações, nas relações com o outro, na relação com os textos, na relação com a línguas, na relação com a cultura em cada tempo.

Sampaio (2009) explica que a filosofia do ato de Bakhtin propõe um paradigma filosófico moral de interpretação da realidade de atos responsáveis por sujeitos responsáveis. Para a autora, ele reconhece que “uma filosofia do ser-evento unitário e único, tanto em relação ao seu conteúdo-sentido como de um produto objetivado, não pode ser abstraída do ato-ação real, único e de seu autor – aquele que está pensando teoricamente, contemplando esteticamente e agindo eticamente” no mundo concreto do ato realizado (2009, p. 45).

É um mundo no qual o ato ou a ação realmente se desenvolve” [...], “mundo que é visto, ouvido, tocado e pensado (...)”. Mundo em torno do qual estão dispostos todos os valores da vida e da cultura (científicos, estéticos, políticos – incluindo os éticos e sociais e religiosos). E esses momentos básicos, [...], são constituídos na dimensão da alteridade que se estabelece na relação de “um eu-para-mim, o outro-para-mim e o eu-para-o-outro”, em torno dos quais estão organizados todos os valores espaço-temporais e de conteúdo (SAMPAIO, 2009, p. 45-46, grifos da autora).

Conforme Zavala (1997), é importante distinguir entre uma ética deontológica ou teleológica; o campo de Bakhtin parece ser identificado com o desenvolvimento de uma teleologia e os detalhes de uma moral de ação (moral de batalha - vocação e responsabilidade ética). Zavala considera que “a ética bakhtiniana pode ser identificada, como um todo, com uma ética comunicativa (ou discursiva) que destaca que não há outro caminho senão o do diálogo” (ZAVALA, 1997, p. 190).

Observamos nos estudos da tradução na Europa, na década de 1990, uma mudança de perspectiva. Pyn (2001), apresenta a dicotomia entre ética como o campo geral das relações entre o u e o Outro, que chama de “alteridade”, e a deontologia como matéria de regras e regulamentos. Pyn explica ainda que, nessa mesma época, os estudos da tradução apontavam para uma “virada sociológica”, na interação com uma disciplina mais bem equipada para lidar com variáveis contextuais (PYN, 2006).

Wadensjö, no norte da Europa, em seus estudos (2008, 2014, 2015...) dedicou-se a superar a visão predominantemente “monológica” do “texto” e propôs então uma perspectiva no discurso orientado pela interação, trazendo para os estudos da tradução e da interpretação um novo paradigma, centrado no discurso dialógico, a partir da análise microsociológica e, portanto, na formação de tradutores e intérpretes a partir desse paradigma.

No Brasil, como vimos, tanto Pereira (2014), que pesquisou a atuação do intérprete na área da saúde, quanto Rosa (2016), que se dedica a investigar a atuação do intérprete educacional, concordam que a ética só pode ser pensada na relação com o outro e condicionada à situação concreta da interação. As autoras concordam sobre a importância dos códigos de ética, porém, consideram-nos norteadores. Elas também apresentam em seus estudos a dicotomia entre ética deontológica e a noção de ética baseada na alteridade, na participatividade no mundo circundante.

Carneiro (2018) expõe que os códigos de ética e conduta profissional dão a ver muito do *status quo* de cada categoria profissional. Eles também trazem significativas indicações ou recomendações, e são importante fonte de pesquisa

para os tradutores em formação, inclusive constituindo conteúdo programático das aulas de caráter teórico-conceitual ou de caráter mais prático.

Concordamos com essa afirmação, no entanto, o documento vigente do código de ética data de atualização em 2014, e ainda mantém o teor do documento de 2011. No período de tempo de 10 anos, os contextos de atuação do TILS e GI se multiplicaram e a formação também vem se reorganizando para atender às demandas atuais, no tocante também ao uso das tecnologias e novas formas de interação na atuação. O que implica a necessidade de redefinição dos princípios éticos e de responsabilidades da profissão, assim como atualizações no texto do código, em consonância com o atual pleito pela nova regulamentação da profissão, PL 9382/2017 em tramitação. Sobre a atuação do TILS, Santos (2018, p.46) explica que “a interpretação é dialógica, um processo de inter-relação social, intersubjetiva, por meio de enunciados concretos entre sujeitos sócio-históricos em um determinado tempo e espaço”.

Ressaltamos que os dilemas éticos na atuação em uma determinada profissão sempre colocam em dúvida a validade das normas morais estabelecidas, principalmente quando as normas não preveem a atuação em diferentes contextos, segmentados hoje pelos ETILS em campos/esferas de atuação. E devemos acrescentar ainda que, hoje, esses dilemas são estudados como objeto de pesquisa obrigatoriamente localizado nos gêneros dos discursos específicos, como por exemplo, interpretação em sala de aula, tradução de literatura infantil, interpretação em treino esportivo, interpretação de entrevista de trabalho, guia interpretação em conferências, interpretação em consulta médica, tradução de provas do Enem, interpretação em terapia psicológica, tradução de poesia, interpretação jornalístico-televisiva, guia-interpretação educacional, interpretação de espetáculo teatral etc. Conforme Santos (2018), na interpretação simultânea Libras para a Língua Portuguesa, por exemplo, e podemos dizer que na direção inversa também,

A entoação é inteiramente determinada na situação social, ou seja, envolvendo um enunciado concreto, e é por meio da entoação que o TILSP expressa a avaliação e compreensão ativamente responsiva com base no discurso do outro (locutor surdo ou ouvinte) e direciona aos destinatários (SANTOS, 2018, p. 73).

Para Volóchinov (2017), todas as formas de interação discursiva estão estreitamente ligadas às condições de dada situação social concreta, e são extremamente sensíveis às oscilações do meio social, produtoras de temas e conteúdos ideológicos. Segundo o autor, esses temas se realizam em diferentes tipos de comunicação discursiva, e a linguagem, os signos, são condicionados à organização social e às condições mais próximas da interação.

Os estudos e pesquisas apresentados e citados nesta tese, que analisam e discutem a atuação do tradutor, do intérprete, e/ou do guia-intérprete, colocam o tema da formação, inclusive indicando a necessidade de formação direcionada a um determinado campo de atuação específico. Rodrigues (2010) se preocupa com as condições necessárias para atuar em diferentes situações, e, sobre a atuação de TILS em diferentes esferas, faz as seguintes perguntas:

Um único ILS reuniria conhecimentos, habilidades e estratégias para atuar em distintas esferas (internacional e intra-social) e com tipos específicos de interpretação, tais como a interpretação comunitária (*community interpreting*), a interpretação em tribunais (*courty/legal interpreting*), a interpretação médica (*healthcare/medical interpreting*), a interpretação de diálogo (*dialogue interpreting*), a interpretação na mídia (*media interpreting*), a interpretação de ligação ou acompanhamento (*liaison/escort interpreting*) e a interpretação de conferência (*conference interpreting*)? Tal ILS, também, estaria apto para lidar com as diferenças presentes em meio às pessoas com surdez, desde a polarização mais comum entre surdos e pessoas com deficiência auditiva e/ou ensurdecidas, até as diferenças linguísticas, culturais, sociais, políticas, ideológicas, físicas, etárias, étnicas, religiosas, de gênero e pessoais dos surdos, no sentido cultural do termo? (RODRIGUES, 2010, p. 2).

Nos discursos analisados (LIMA, 2012; FERNANDES, 2012), vemos como pano de fundo dos enunciados a dicotomia entre a norma e o bom senso, entre o código de conduta e o *dever ser* que reflete e refrata diferentes vivências, entre visões ainda assistencialistas e a luta contra esse pensamento. Os discursos também realizam alguns dos temas apresentados por Rodrigues acima. Resta-nos indagar: a que formação os discursos analisados se referem? À formação que legitima a profissão de modo generalista ou à formação que orienta para reflexão sobre atuação concernente a cada campo?

Nesses discursos de formatura, em 2012, a relação prática e ética fica evidente em alguns trechos, não como uma categoria teórica, mas como um elemento de alicerce para a atuação: “*a atuação do tradutor/intérprete envolve prática e ética, inseparavelmente*” (LIMA, 2012, Trecho 5); “*que jamais percamos o senso de valores éticos e morais para balizarem nossas posturas, escolhas e práticas!*” (FERNANDES, 2012, Trecho 7).

No entanto, as oradoras não citam a atuação em diferentes campos ou esferas, ou mesmo situações ou circunstâncias, o que mostra a concepção de ética com base em um pensamento ainda generalista e a formação situada em relações espaço-temporais que determinam a necessidade de estabelecer e legitimar a profissão, evidenciada pelo conteúdo dos discursos de formatura e pela recorrência de palavras que compreendem o lexema “profissão” também nos códigos de ética.

Destacamos que, nesse período, muitos acontecimentos relacionados a profissionalização do TILS no Brasil concorreram com a formação da primeira turma do curso de Letras-Libras Bacharelado. Citamos a criação da Febrapils em 2008 (ano de início do curso de bacharelado), a Lei de regulamentação da profissão (Lei nº 12.319/2010), o primeiro Código de Conduta Ética e Profissional da Febrapils (CCEP-2011).

Diferentemente, o discurso de abertura do 1º Fórum Regional de Discussões Políticas: Desafios do Tradutor-Intérprete de Libras Português – TILS, em 2014, ano da reformulação do código de ética (CCE-2014), apresenta algumas considerações sobre a atuação do TILS, situado em um tempo-espaço posterior à formação da primeira turma em 2012. Ana Regina Campelo, além de estabelecer limites e demarcar espaços, reconhece e incentiva diferentes possibilidades e níveis de formação, reconhece o Letras-Libras e prevê a formação continuada. Além disso, faz referência a diferentes campos de atuação e a necessidade de aprofundamento em áreas do conhecimento e também em estudos terminológicos.

*[...] não são cursos de curta duração que formam um tradutor intérprete, é algo muito mais aprofundado. Porque, a temática da tradução e interpretação há influencias e estão envoltas a terminologia que explica e apresenta detalhamento de forma adequada. Na tradução e a interpretação isso é importante e pode oferecer um suporte ao papel do tradutor e intérprete para uma área de conhecimento e para a aprendizagem.*

*Não é somente ter uma formação em qualquer área como pedagogia, biologia ou química e saber Libras para então atuar como tradutor e intérprete. Não é assim. Essa atividade que estamos falando exige muito mais, mais, uma dedicação na área do conhecimento e total foco na tradução e interpretação.*

*(Campelo, 2014 - Trecho 3)*

O discurso da presidente da Feneis, Ana Regina, alerta para a necessidade de desenvolvimento em diferentes campos, alerta para a necessidade de dedicação e estudos conjuntos e indica que esse caminho permite o desenvolvimento profissional dos TILS, assim como, permite aos surdos o acesso à diferentes esferas sociais. Esse trecho é muito rico, pois apresenta o cerne da relação entre surdos e TILS ouvintes, com base em reciprocidade e no desenvolvimento da Libras, responsabilidade de todos. Quanto mais melhor preparados forem os TILS, melhor será a participação dos surdos, e da mesma forma, quanto mais os surdos tiverem acesso e participação, melhor será o apoio para a formação de TILS.

*[...] os tradutores e intérpretes devem respeitar a primeira língua dos surdos e consultar os sobre métodos, ter auxílio, explicações e orientações dos surdos para evoluir profissionalmente. Ao mesmo tempo, oferecendo suporte e apoio para que os surdos com a tradução e interpretação que aprendam nas esferas sociais, na educação e outros espaços, até porque o trabalho do tradutor e intérprete é isso.*

*(Campelo, 2014, Trecho 5)*

A partir desse axioma, voltamos especificamente aos códigos de ética com novo cotejamento, desta vez para olhar indicações específicas sobre os campos/esferas e situações/circunstâncias de atuação.

Quadro 16 - Campo / Esfera – Situação / Circunstância

CE-1992	CCEP-2011	CCE-2014
Campo/ esfera (2)	Campo/ esfera (0)	Campo/ esfera (0)
Situação / circunstância (1)	Situação/ circunstância (2)	Situação/ circunstância (3)
<b>CAPÍTULO 1</b> <b>Princípios fundamentais</b>	<b>CAPÍTULO I – DAS NORMAS, DA APLICABILIDADE E DEFINIÇÕES</b>	<b>CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E APLICABILIDADE</b>
4º. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;	Art. 2º. O Código de Conduta da [...] – FEBRAPILS tem como normas delimitadoras para a conduta profissional do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais: III. Comportamento digno e condizente na situação de tradução/ interpretação específica.	Art. 2º - Este CCE aplica-se a todas as situações de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.
<b>CAPÍTULO 3</b> <b>Responsabilidade profissional</b>	Art. 5º. O TILS e GI devem aceitar serviços utilizando a prudência em aspectos relacionados com seu nível de competência linguística, tradutória e referencial, bem como o modo de comunicação, as circunstâncias e as necessidades dos clientes.	Art. 8º - O TILS e o GI <u>devem aceitar serviços</u> de acordo com o seu nível de competência tradutória e com as circunstâncias e necessidades dos Solicitantes e Beneficiários, bem como:  I. Conhecer as necessidades específicas da situação de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.
10º. Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida, informando quando a interpretação literal não é possível, e o intérprete, então, terá que parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda e o que ela está dizendo à autoridade;	Art. 6º. É dever dos TILS/GI: II. Saber as necessidades do cliente e da situação de tradução/interpretação e/ou guia-interpretação antes e durante o aceite do serviço e se adaptar quando necessário.	Parágrafo Único – O TILS e o GI <u>não aceitarão uma prestação de serviços</u> a que não se julguem qualificados, contudo, sua aceitação implica total responsabilidade moral pela seriedade da sua prestação.
12º. O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender às suas necessidades particulares.		

Fonte: Própria autora.

Ao retomar a análise dos três códigos de ética (Quadro 5), movimento necessário a partir da primeira etapa de análise e algumas considerações, verificamos que somente o código CE-1992 (Feneis) cita campo de atuação específico no trabalho do TILS, no Artigo 4º, em “especialmente em palestras técnicas”, o que hoje denominamos esfera de conferências, e no Artigo 10º, quando cita “Em casos Legais [...]” em referência ao tipo de linguagem e tipo de mediação, apontando o contexto jurídico/legal, situado nos termos de hoje na esfera comunitária, ou mesmo esfera jurídica, chamando atenção para a especificidade da linguagem e da compreensão ativa nesses contextos.

Ainda no código CE-1992, o Artigo 12º cita “reconhecer os vários tipos de assistência aos surdos”. Apesar de a palavra assistência ser ideologicamente rechaçada atualmente pela comunidade surda brasileira, na tentativa de distanciamento de uma visão paternalista ou assistencialista, reconhecer a existência de singularidades e diferentes contextos é interessante e profícuo.

O CCEP 2011, também não cita explicitamente campos de atuação ou esferas, mas apresenta dois pontos que poderiam referir-se às situações ou circunstâncias, interpretação que caberia na discussão de alguma demanda específica:

Art. 2º. O Código de Conduta da [...] – FEBRAPILS tem como normas delineadoras para a conduta profissional do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais:

III. Comportamento digno e condizente na situação de tradução/interpretação específica.

Art. 5º. O TILS e GI devem aceitar serviços utilizando a prudência em aspectos relacionados com seu nível de competência linguística, tradutória e referencial, bem como o modo de comunicação, as circunstâncias e as necessidades dos clientes. (CCEP-2011)

Após atualização, o CCE-2014, apresenta uma afirmação importante no sentido de afirmar a generalidade do documento e de validar o documento, no Art. 2º, quando diz: “Este CCE aplica-se a todas as situações de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação”, porém, um tanto quanto controversa, quando não há no documento outros artigos que indiquem especificações pertinentes à distintas atividades e também a diferentes contextos. Nesse sentido, essa afirmação é incoerente com a natureza discursiva da atividade, que se diferencia, como vimos,

a pelo menos três atividades distintas e em diferentes esferas de atuação. Talvez, os princípios éticos possam ser gerais e compartilhados, porém não é possível afirmar que todas as orientações e regras explícitas funcionem da mesma forma.

Carneiro (2018), observa 7 códigos de ética de tradutores e intérpretes e explica que há um núcleo comum de cunho mais deontológico, que diz respeito a questões como:

confidencialidade (não revelar informações obtidas no decorrer da atividade profissional), competência e profissionalismo (não aceitar trabalhos para os quais o profissional não se sinta qualificado), probidade (não se utilizar de informações obtidas para ganho pessoal), idoneidade (abstenção de atividade que prejudique o conceito da profissão), solidariedade (prestação de assistência moral e profissional aos colegas), decoro (apresentação pessoal adequada e postura profissional), integridade (não praticar atos de concorrência desleal) e evitação de conflitos de interesses (entre interesses pessoais e dever profissional) (p. 41-42).

Entretanto, a autora relata que essas recomendações poderiam servir para qualquer profissional ou para qualquer indivíduo honesto que viva em sociedade, não distinguindo especificamente a categoria profissional em questão. Segundo ela, “é nas recomendações de caráter mais finalístico [teleológico], que se entremeiam às de caráter mais deontológico, que os códigos de fato se distinguem de quaisquer outros, e entre si” (p. 41-42).

Somando às questões sobre a determinação de campo de atuação nos códigos de ética e a diferenciação entre as atividades profissionais por meio de orientações deontológicas e teleológicas, reconhecemos pertinente, a partir do exposto, observar que a discussão sobre os campos/esferas de atuação se entrelaça com a distinção entre as atividades de tradução, de interpretação e de guia-interpretação, que, conforme já esclarecemos, caracterizam-se a partir de naturezas similares e, ao mesmo tempo, pela distinção na forma de operacionalização e pelas responsabilidades de cada atividade.

Com relação à natureza, a similaridade entre as três atividades habita na mobilização discursiva, ou seja, no ato de verter um determinado discurso/conteúdo

de uma língua/cultura para outra língua/cultura, influenciada pelos efeitos de modalidade de língua e tecnologias de registro inseridas na comunicação discursiva mais próxima, e nas questões relativas à alteridade entre os interlocutores, que é discursiva e sócio-ideológica.

Por outro lado, com relação à forma de operacionalização e responsabilidades, as três atividades se diferenciam pela função e espaço-tempo do encontro com os textos/discursos, conforme apresentamos de forma sucinta abaixo:

- A tradução é uma atividade procedural, que possibilita planejamento, revisão e correção, e corresponde a um processo que ocorre não concomitante e apartado do espaço-tempo de enunciação/produção na língua-cultura fonte, direcionando o seu projeto discursivo para um leitor/consumidor projetado;
- A interpretação é uma atividade que ocorre concomitantemente à construção do discurso na língua-cultura fonte e carrega um alto grau de imprevisibilidade, altamente influenciada pelo público-alvo e pelas condições de trabalho; é responsável, também, pela conversação entre os participantes da interação discursiva de forma imediata;
- A guia-interpretação é atividade que, além de agregar as características da interpretação, concebe um contato corporal mais próximo com seu interlocutor e atende à orientação e mobilidade do surdocego; é atividade com alto grau de valoração da situação e do contexto a cargo do guia-intérprete, que é responsável também pelo desenvolvimento de interações por meio da interpretação de ligação gerenciada pelo profissional.

Podemos afirmar que a atuação do tradutor, do intérprete e do guia-intérprete coloca a língua de sinais em evidência de diferentes formas e em todas os âmbitos da vida humana, assim como proporciona a mobilização linguístico-discursiva em diferentes situações do cotidiano entre pessoas surdas e surdocegas que se comunicam por meio da língua de sinais e a sociedade de um modo geral, majoritariamente ouvinte e que não conhece a língua de sinais.

Podemos então descrever as principais esferas de atuação dos tradutores, intérpretes e guias-intérpretes atualmente, porém, sem a pretensão de estabelecer nomes, apenas com a tarefa de reunir características e elementos circundantes:

- Atuação na esfera comunitária/social: em instituições religiosas; ONGs – Organizações não governamentais, atendimentos na esfera da saúde; atendimento jurídico, assim como atendimento à população em geral em serviços básicos na esfera pública ou privada. Para alguns estudos o contexto jurídico se coloca como uma esfera específica que deveria ser estudada de forma particular e o tradutor e intérprete ser preparado especificamente para esse contexto.
- Atuação na esfera educacional/ acadêmica: tradução, interpretação e guia- interpretação em diferentes níveis de ensino (fundamental, médio e superior), cursos técnicos e profissionalizantes; treinamentos e cursos livres, em serviços educacionais públicos ou privados.
- Atuação em conferências: na esfera pública, na esfera privada, em ONGs e na esfera acadêmica; regionais, nacionais e internacionais com a interpretação de e para diferentes línguas de sinais e vocais incluindo a interpretação relay; diferenciadas em conferências do tipo apreciativo-informativas e colaborativo-deliberativas.
- Atuação no mercado de trabalho/empresarial ou corporativa: compreende a atuação do tradutor, do intérprete e do guia-intérprete em diferentes contextos no mercado de trabalho, em atividades do departamento de recursos humanos como recrutamento, seleção, admissões e demissões; treinamento e desenvolvimento de carreira; e comunicação entre gestão e funcionários/colaboradores surdos e em reuniões de trabalho.
- Atuação na esfera jornalístico-televisiva: tradução e interpretação em telejornais, programas de entrevista, documentários, programas esportivos, especiais de televisão, programas de debates, programas de variedades, *podcasts*, publicidade e entretenimento na TV aberta e canais de VOD (*Vídeo on Demand*).
- Atuação na esfera artística e literária: interpretação em shows musicais, em saraus, em leituras dramáticas, em contação de histórias, espetáculos teatrais, tradução de literatura e poesia, tradução de literatura infantil, tradução de clip musical, tradução de roteiro, tradução de cinema e seriados, mediação em oficinas e demais produções artísticas e performances.

- Atuação na esfera esportiva, de entretenimento e de lazer: interpretação e guia- interpretação em academias de esporte e práticas esportivas, atuação em sítios e passeios turísticos, na hotelaria e em complexos de diversão.

A caracterização da atividade e da esfera parte da compreensão da situação de encontro com o texto a ser traduzido ou interpretado, é esse encontro com o texto, com o discurso, e, portanto, o encontro com o outro que instaura o procedimento, que apresenta as coerções, sempre em relação ao tempo/espço, constituída pelas ideologias, pelas relações de alteridade com autores e destinatários e pela realidade material das línguas envolvidas na atividade de tradução e interpretação, encontros que hoje ocorrem de forma presencial e também virtual.

Nesse sentido, devemos advertir ainda que os termos “audiovisual” e “midiático” não indicam de forma inequívoca a esfera de atuação do TILS, uma vez que “audiovisual” e “midiático” não expõem especificamente o contexto de atuação, assuntos, temas, tipo de linguagem e repertório necessários para a atuação do TILS. Aclaramos que os termos compreendem um conjunto de tecnologias: audiovisual como formatos de produção e registro de conteúdo bastante consolidados; e midiático como suporte para circulação de conteúdo em constante e feroz transformação, e que ambos atendem a diferentes esferas e gêneros do discurso, como listados acima, e, conseqüentemente, atendem às suas diferentes estéticas, planos de expressão e linguagens.

Um produto audiovisual compreende materiais hoje, em sua grande maioria, digitais, que incluem som e imagens com movimento. Nesse sentido, esclarecemos que diferentes esferas, como por exemplo a acadêmica, a artística, a cultural, a médica, a política, a publicitária, etc. produzem conteúdo audiovisual em línguas orais/vocais e necessitam da tradução desses materiais para a língua de sinais, assim como também a produção de conteúdo em línguas de sinais se converte em material audiovisual, com ou sem tradução para o português, significa dizer que a produção audiovisual e midiática atravessa a realidade da produção de qualquer tipo de material em língua de sinais, e também atravessa todas as esferas de atuação do

TILS, o que nos faz repensar os conceitos já elaborados no campo dos estudos da tradução e da interpretação.

Assim, chamamos a atenção para o fato de que a esfera de atuação do TILS não deveria ser referida exclusivamente pelo suporte, ou também, não somente pelo “lugar” onde o material é publicitado ou veiculado, esses aspectos são importantes e compõem as condições de produção, circulação e recepção dos discursos, entretanto a atuação do TILS e do GI vai além desses elementos, são relações entre pessoas, enunciados e discursos na relação com a materialidade que os realiza.

Em cada esfera e gênero, acontecem interações discursivas que demandam dos intérpretes a *responsabilidade* a partir de diferentes representações axiológicas do mundo e do diálogo, na complexidade relativa à participatividade dos TILS e GI na vida das pessoas que participam dessas interações discursivas. A mobilização de discursos na atividade dos TILS e GI compreende processo complexo, de compreensão da palavra do outro, como ato social e ideológico, marcada por conflitos e dilemas éticos, baseados em aspectos linguísticos, enunciativos e discursivos. Conforme Carneiro (2018):

A pesquisa na área de tradução e interpretação em línguas de sinais avançou muito nos últimos anos, mas suas conclusões e desenvolvimentos ainda não se deixam totalmente entrever nos códigos de ética e conduta em vigor. Urge uma revisão dos códigos de TILS no sentido de se coadunarem ao tempo atual da formação desses profissionais e das pesquisas na área dos Estudos da Tradução e dos Estudos da Interpretação em línguas de sinais. (p. 49-51).

Isto posto, dizer que um código estritamente deontológico dê conta dessa diversidade de relações e temas já não é mais possível. Ainda assim, é necessário reconhecer que normas deontológicas têm o importante papel de nomear, conceituar, distinguir e organizar a atividade profissional e, nesse sentido, o código de ética não é dispensável, em hipótese alguma. Além disso, é necessário compreender que os princípios e fundamentos da profissão deveriam partir de uma ética discursiva, dada a natureza discursiva e dialógica da atividade do TILS e GI, assim como a característica de representatividade situada em cada campo de atividade humana.

Para Bajtin (1997), a representatividade abarca com mais profundidade uma perspectiva de produção de sentidos na participatividade do ser, a consciência participativa e responsável. Podemos dizer que em cada uma dessas esferas, a responsabilidade coloca em prática uma ética discursiva, do diálogo, do encontro que é dialógico. Para o filósofo da linguagem, enquanto consciência participativa, três categorias não podem ser pensadas separadamente – do dever ser, do pensamento responsável, e da dinâmica entre o eu, o ato e a totalidade da condição do pensamento. Dessa forma, as três devem ser pensadas como totalidade do acontecimento singular, concreto e real.

Nesse sentido, em cada acontecimento singular, a consciência participativa se instaura e revela responsabilidade e representatividade. No que se refere às demandas da comunidade surda, e também à defesa e valorização da língua de sinais como disputa ideológica, ressaltamos a necessidade do reconhecimento da natureza discursiva e dialógica da atividade do TILS e GI, a partir da compreensão de que a comunicação cotidiana reflete e refrata funções ideológicas específicas, vivências e expressões de caráter científico, estético, moral e/ou religioso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese tem como problema de pesquisa a necessidade de compreensão das concepções de ética no fazer do TILS, e também do GI como especialização da profissão. Para tanto, analisamos diferentes discursos da comunidade surda, cadeia discursiva que envolve pelo menos três diferentes campos da atividade humana, a esfera social-política, a esfera acadêmica e a esfera jurídico-normativa. Os sujeitos enunciativos ocupam lugar axiológico em cada grupo social de que participam, e nesses grupos sociais constroem e carregam a memória coletiva que constitui os textos que produzem, ou seja, que refletem e refratam a realidade e as vivências nessa comunidade.

Com relação aos discursos das duas formandas, Juliana e Mariana, verificamos que apresentam concepções distintas sobre a ética do TILS. Para Mariana, que é Coda, a ética é algo que deve ser conquistado. Para Juliana, provinda da esfera religiosa a ética do TILS parece estar consolidada e cabe aos profissionais, formandos na ocasião, não esquecer seus princípios. No discurso de Ana Regina, no contexto da formação de TILS, a ética é subjacente ao respeito à língua de sinais e também relacionada ao trabalho do TILS em cooperação com o desenvolvimento dos surdos em uma relação de reciprocidade e respeito. Ela coloca explicitamente o respeito à língua de sinais e demarca papéis, e essa demarcação de lugares está diretamente relacionada à ética profissional dos intérpretes. Deslocando, de certo modo, o fazer tradutório e interpretativo do TILS para as posições sociais e seus limites.

Nesse ponto, faz-se necessária a reflexão sobre a palavra *responsabilidade*, presente nos discursos do *corpus*. Retomamos aqui a questão da *responsabilidade* em Bakhtin, da necessidade que ressalta humildade e sabedoria no ato de representatividade de alguém ou algo, ou seja, neste caso, do povo surdo ou da sua luta, da defesa da língua de sinais. Para Bakhtin, o reconhecimento da representatividade se converte em responsabilidade, que passa do nível pessoal para uma ação especializada em diferentes situações.

Observamos então, que a noção de ética se mostra inerente à ideia de responsabilidade, sendo tema sensível na relação com a comunidade surda. A atividade de linguagem que exerce o TILS e o GI, nas decisões de tradução e de interpretação, no conhecimento sobre o campo de atuação e sobre os envolvidos na atividade, denota a representatividade como ato responsável.

Sobre a hipótese desta tese, de que, “para atuar como profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais-Português junto à comunidade surda brasileira, para além da formação, proficiência na língua de sinais e imersão cultural nos modos de se relacionar como membro dessa comunidade, engendra-se uma noção de ética subjacente à defesa da língua de sinais e do direito linguístico dos surdos”, observamos que os discursos analisados colaboram para tornar esse pensamento verdadeiro. O tema da formação do TILS no Brasil e a condição de alteridade apontados nos discursos revelam a questão da responsabilidade e do compromisso com a comunidade surda e com a língua de sinais em todos os textos e discursos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

A ética não é um conteúdo exclusivamente teórico, é um conteúdo teórico-filosófico, e, portanto, deve ser tratado como um tema transversal, pelo viés social-político, acadêmico e jurídico-normativo, e refletido a partir de cada nova esfera de atuação do TILS e do GI, e dos respectivos gêneros do discurso nos quais esse profissional atua. Dessa observação, nasce a relação entre ética e discursividade, na noção de tradução e interpretação como ato discursivo, que leva em consideração os diferentes sujeitos discursivos nas interações e os campos de atuação. Por conseguinte, o tema da ética necessita ser apresentada também na formação como conteúdo transversal, perpassando os conhecimentos teóricos e práticos.

Nesse sentido, a partir da análise empreendida dos discursos e dos documentos dos códigos de ética, sugerimos que um código de ética deveria estabelecer e promover princípios gerais da atividade profissional, reconhecendo a sua natureza discursiva baseada nas interações e relações de alteridade; e, ao mesmo tempo, indicar e/ou reconhecer a necessidade de conduta e atuação de forma distinta em cada esfera de atuação, a partir das características e das

situações discursivas empreendidas em cada contexto. Da mesma forma, entendemos que a formação deve proporcionar aos estudantes também essa reflexão.

A partir das ponderações colocadas, podemos afirmar que a atuação do TILS e do GI deve ser pensada a partir de uma discussão sobre ética intrínseca ao que é humano, que reflete e refrata as relações de alteridade que se constituem nos diferentes lugares e tempos históricos, nas relações sociais e no reconhecimento da diferença, no que diz respeito à língua e a cultura, reflexão situada na comunidade surda.

O documento vigente do código de ética da profissão é importante e respalda a atividade de trabalho em algumas situações e contextos, no entanto, um novo código de ética é indispensável, também mediante aos termos da nova regulamentação que tramita no congresso nacional sua reelaboração é imprescindível, sendo necessária a criação de uma comissão e organização de um processo para a sua elaboração respeitando etapas necessárias para a construção de um texto equânime, justo e de validade social e jurídico-normativa.

Para tanto, a participação de pessoas surdas na elaboração de um novo documento que abarque uma ética discursiva é indispensável, essa elaboração deve ser colaborativa e democrática, com a participação de representantes de entidades sociais da comunidade surda, federação de surdos e federação de tradutores e intérpretes e de guia-intérpretes, e de representantes da esfera acadêmica com o intuito de organizar um texto que seja também orientativo e formativo, e que possa apresentar normas e princípios intrínsecos ao campo de atividade humana, nomeando e conceituando as atividades e as esferas de atuação profissional. Assim como também deve explicitar a concordância com convenções internacionais, como por exemplo a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e a *Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*.

Salientamos também, que o documento não tem outra forma de existir se não for organizado em um formato digital e bilíngue, oferecendo acesso ao texto em português e em Libras concomitantemente, por meio de hiperlink, a cada título, artigo ou parágrafo do texto. Disponibilizando aos surdos, informação completa e

específica ponto a ponto em português e em Libras, a fim de proporcionar à pessoa surda o exercício da sua cidadania e inclusive de subsidiar na formação de queixas, reclamações e denúncias a respeito dos serviços prestados por empresas, por particulares e pelo Estado.

Ainda assim, lembramos que o *corpus* desta pesquisa compreende apenas uma pequena parte de uma cadeia discursiva que é muito maior, e que se reorienta a cada dia a partir de novas e diferentes visões axiológicas de mundo, em especial, por motivos dos novos enfrentamentos causados pela conjuntura política atual, que demanda vigilância pelos direitos conquistados, e também pelo distanciamento social imposto pela pandemia da Covid19. Essas redes discursivas criadas a partir desse novo contexto de interações e movimentos baseados na virtualidade dos encontros, não debatidos nesta tese, também são constituídas pela atividade dos TILS e GI e, portanto, uma nova visibilidade para a comunidade surda e para a língua de sinais ganha espaço a partir de novos tempos e enunciados.

A partir deste estudo, podemos dizer que a noção de ética é sobretudo uma noção filosófica, que carrega um compromisso moral inalienável com o outro, e nos termos identificados nos discursos, com o outro que é diferente linguística, social e culturalmente, compromisso que existe nas relações de alteridade. No entendimento de que essa noção filosófica depende da vida prática e da responsabilidade que envolve valoração, decisões e enunciados concretos, para além de uma noção relativista ou formalista de ética, instaurar o outro na sua consciência significa existir para si, significa existir para o outro, em cada situação única e particular, em cada campo específico da atividade humana. Nesse sentido, a concepção de ética na atividade de tradução, de interpretação e de guia-interpretação, seja na construção de norma moral, seja na formação, necessita ser debatida fundamentalmente a partir do ponto de vista discursivo e dialógico.

## REFERÊNCIAS

AIIC. Association Internationale des Interprètes de Conférence. **Regulation governing admissions and language classification**. Version amended at the 2018 Assembly (Valencia). Published: February 26, 2014 Last updated: August 8, 2018.

Disponível em:

<https://aiic.org/document/4256/Regulation%20governing%20admissions%20and%20language%20classification%20-%20ENG.pdf> Acesso em 30 de março de 2021.

ALBRES, N. A. **A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores**, Dissertação de mestrado Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/795/1/Neiva%20de%20Aquino%20Albres.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2018.

ALBRES, N. A. **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALBRES, N. A. **Afetividade e subjetividade na interpretação educacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.

ALMEIDA, W. G. **O guia-intérprete e a inclusão da pessoa com surdocegueira**. Tese. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17566/1/Tese%20UFBA%20-%20Wolney%20Gomes%20Almeida.pdf> Acesso em 30 de março de 2021.

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

AMORIM, M. Para uma filosofia do ato: válido e inserido no contexto *In*: BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2016.

ARÁN, Pampa Olga (dir. y coord.). *Nuevo diccionario de la teoría de Mijaíl Bajtín*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2006.

ARÁN, P. O. A questão do autor em Bakhtin. *In*: **Bakhtiniana**, São Paulo, Número Especial: 4-25, Jan./Jul. 2014. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-45732014000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732014000300002) Acesso em 20 de novembro de 2018.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2001.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2014.

BAJTIN, M. Hacia una filosofía del acto ético *In*: BAJTIN, M. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos** / M.M. Bajtin; comentarios de Iris M. Zavala, Augusto Ponzio; tradução do russo por Tatiana Bubnova. Barcelona: Anthophos; San Juan: Universidad de Puerto rico, 1997.

BAKHTIN, M. O autor e a personagem na atividade estética. *In*: **BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal**. (1ª edição 1992). Introdução e Tradução: Paulo Bezerra São Paulo: Martins Fontes, 5ª Edição, 2010, p. 261-306.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015 [1929].

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Org. Trad. Posf. e Notas Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016a. [1952-53], p. 11-70.

BAKHTIN, M. O texto na linguística na linguística, na filologia, e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica. *In*: BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Org. Trad. Posf. e Notas Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016b [1959-61], p. 71-107.

BAKHTIN, M. Por uma metodologia das ciências humanas. *In*: BAKHTIN, M. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Org. Trad. Posf. e Notas Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017 [1930-40], p. 57-79.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. *In*: BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido** (Org.). 2ª ed. Ver. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 87-107.

BRAIT, B. Perspectiva dialógica. *In*: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (Org.). **Texto ou Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 9-29.

BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo. **Alfa**, São Paulo, v. 56, 2012, p. 371-401. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v56n2/02.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2018.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. *In*: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014, p.11-31.

BRAIT, B. Estilo. *In*: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin: conceitos chave**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 79-102.

BRASIL, **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm) Acesso em 30 de janeiro de 2019.

BRASIL, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acesso em 30 de janeiro de 2019.

BRASIL, **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) Acesso em 30 de janeiro de 2019.

BRASIL, **Lei nº 12.319, de 1º DE setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Disponível em:** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm) Acesso em 30 de janeiro de 2019.

BRASIL, **PL nº 9382, de 19 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogando a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1634551&filename=PL+9382/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1634551&filename=PL+9382/2017) e [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1952632&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+9382/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1952632&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+9382/2017) Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Portaria nº 1220, de 11 de julho de 2007**. Regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), da Lei no 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres. Disponível em: [https://www.anatel.gov.br/hotsites/Direito\\_Telecomunicacoes/TextoIntegral/NOR/prt/mj\\_20070711\\_1220.pdf](https://www.anatel.gov.br/hotsites/Direito_Telecomunicacoes/TextoIntegral/NOR/prt/mj_20070711_1220.pdf) Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. MEC/SEESP, 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf> Acesso em: 30 de março de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf> Acesso em: 30 de março de 2021.

BRASIL, Ministério da educação. Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. Secretaria de Educação Especial – Brasília:

MEC; SEESP, 2002a. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro10.pdf> Acesso em 30 de março de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Adaptações curriculares em ação: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos. Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC; SEESP, 2002b.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Vol I e II Brasília: MEC/SEESP, 2004. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpv02.pdf> Acesso em 30 de março de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf> Acesso em 30 de março de 2021.

BUBNOVA, T. Prefacio de la tradutora. *In*: BAJTIN, M. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos** / M.M. Bajtin; comentarios de Iris M. Zavala, Augusto Ponzio; tradução do russo por Tatiana Bubnova. Barcelona: Anthopos; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1997, p. XIII-XX.

CAMPELO, A. R. e S. Vídeo - mensagem abertura do 1º Fórum de discussões políticas: desafios do TILS 05/julho/2014 Caxias do Sul/RS, 2014. Disponível em: <https://youtu.be/wFZ8MPOjqWA> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

Campos, M. T. R. A. **Teias do tempo: o jovem do ensino médio como sujeito na gestação do futuro**. 2018. 365 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21804> Acesso em: 25 de março de 2021.

CANUTO, B.S.; SANTANA JR, C. A.; ARAÚJO, H. F.; LOURENÇO, K. R. C. Práticas de interpretação tátil e comunicação háptica para pessoas com surdocegueira. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2019.

CARMO, C. M. do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, ago. 2016, p. 201-223. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742016000200201&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742016000200201&script=sci_abstract&lng=pt) Acesso em: 25 de março de 2021.

CARNEIRO, T. D. O papel dos códigos de ética e conduta profissional na formação do intérprete de línguas orais e de sinais no Brasil. **Translatio** Porto Alegre, n. 15,

junho de 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/80567>  
Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. Informações sobre a professora Doutora Ana Regina e Souza Campello. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6945261731062194> Acesso em: 01 de março de 2021.

DEAN, R. K; POLLARD, JR, R. Q. Raciocínio ético baseado no contexto da interpretação: uma perspectiva do esquema de controle de demanda. Tradução: Layla Cesaro Penha e Vinícius Nascimento. *Belas Infiéis*, Brasília, v. 9, n. 5, p. 269-299, out./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/28282/27878> Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

FARACO, C. A.; NEGRI, L. O falante: que bicho é esse, afinal? **Revista Letras**, Curitiba, n.49, p.159-170, 1998. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/18995/12309> Acesso em 10 de novembro de 2018.

FARAGO, C. C.; SAMPAIO C. M. A.; FERREIRA, M. de M. S. **O pensamento político de Zenão de Cício como princípio fundamental dos Direitos Humanos. In: Anais ANDHEP. 2009. Disponível em:** <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/Vencontro/qt1/qt01p05.pdf> Acesso em: 17 de novembro de 2018.

FEARN, N. **Aprendendo a filosofar em 5 questões: do poço de Tales à desconstrução de Derrida.** Tradução de Marisa Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2004.

FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais. **Código de Conduta Ética e Profissional da Febrapils.** Brasília, 2011.

FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais. **Código de Conduta e Ética.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://febrapils.org.br/documentos/> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

FEIJÓ, A. R. A.; PINHEIRO, T. S. P. M. **A convenção da ONU sobre o direito das pessoas com deficiência e seus efeitos no direito internacional e no brasileiro.** In: CONPED/UFF. (Org.). *Direito internacional dos direitos humanos.* 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 1, p. 239-257. <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=044a23cadb567653> Acesso em: 30 de março de 2021.

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **Sobre a Feneis.** Disponível em: <http://sp.Feneis.org.br/sobre/> Acesso em 17 de novembro de 2018.

FERNANDES, J. **Discurso de formatura** – Letras Libras Bacharelado UFSC – Polo Unicamp, 2012.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio: **Dicionário do Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo**, 2010.

Fomin, C. F. R. **O tradutor intérprete de libras no teatro: a construção de sentidos a partir de enunciados cênicos**. 2018. 250 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21782> Acesso em 10 de março de 2019.

Gabarró-López, Silvia, e Johanna Mesch. Conveying Environmental Information to Deafblind People: A Study of Tactile Sign Language Interpreting. **Front. Educ.**, 2020, 5:157. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.3389/educ.2020.00157>

GILE, D. **Conference and simultaneous interpreting**. In: BAKER, M. (org.) Routledge Encyclopedia of Translation Studies. Londres e Nova York: Routledge, 1998. p. 40-45.

GOMES. T. O. A Ética de Epicuro: um Estudo da Carta a “Meneceu. **Metanoia**. São João del-Rei, n. 5, p., jul. 2003. Disponível em: <http://files.doutordagoberto.webnode.com/200000019-86ee087e7c/Epicuro%20e%20a%20felicidade.pdf> Acesso em 13 de janeiro de 2020.

Gurgel, T. M. do A. **Práticas e formação de tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais no ensino superior**. Tese de doutorado - Programa de PósGraduação em Educação da UNIME. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185113/GURGEL%20Ta%3%20ads%20Margutti%20do%20Amaral%202006%20%28tese%29%20UNIMEP.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

HODGE, J. **Heidegger e a ética**. 1 Ed. São Paulo: Instituto Piaget, 1998.

KAHLMAYER-MERTENS, R. S. **10 lições sobre Heidegger**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

KLEINMAN, P. **Tudo o que você precisa saber sobre filosofia: de Platão e Sócrates até a ética e metafísica, o livro essencial sobre o pensamento humano**. 12 ed. Tradução Cristina Sant’Anna. São Paulo: Editora gente, 2014.

KOTAKI E, C. S.; LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua brasileira de sinais no contexto da escola inclusiva: focalizando sua atuação na segunda etapa do ensino fundamental. *In: Língua brasileira de sinais – Libras: uma introdução*. São Carlos: UAB-UFSCar, 2011.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Editoria Mediação, 2009.

LACERDA, C. B. F. de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação - FaE/PPGE/UFPel**. Pelotas [36]: 133 - 153, maio/agosto 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/issue/view/156> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

LEITE, F. T. **Dez Lições sobre Kant**. 4 ED. Petrópolis: Vozes, 2010.

LIMA, M. O. **Discurso de formatura** – Letras Libras Bacharelado UFSC – Polo UFC. 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1sROTAU-oPrhA2-Zec84cOPEq5H8QPfWY/view?usp=sharing> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

LOURENÇO, S. M. E. **Guia-intérprete de Libras para pessoa com surdocegueira: reflexão sobre as tendências e perspectivas de sua formação**. In: In: ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. (Org.). Libras em Estudo: Tradução/ Interpretação. 1ed.São Paulo: Feneis, 2012, v. 1, p. 109-140.

LUZ, R. D. **Cenas surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?** São Paulo: Parábola, 2013.

MCCLEARY, L. E.; VIOTTI, E. C.; LEITE, T. Descrição de línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. Alfa: **Revista de Linguística** (UNESP. São José do Rio Preto. Impresso). v. 54. p.265 – 289, 2010.

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MEDEIROS, G. H. A ética em schopenhauer: uma busca eliminatória. **Seara Filosófica**, N.12, Inverno, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/V%C3%A2nia/Documents/-%20Doutorado%20PUC%20-TESE/Filosofia%20e%20%C3%A9tica/%C3%A9tica%20em%20Schopenhauer.pdf> Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Tradução de Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargo Grillo. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MELO-NETO, J. E. T. de. **10 lições sobre Nietzsche** Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MENEZES. A. M. de C. **Diálogos com Tradutores-intérpretes de língua de sinais**. Tese de Doutorado. Doutorado em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2925> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

NASCIMENTO, F. C. S. do. Ontologia e ética da responsabilidade. 2008. 130 f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Fortaleza (CE), 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26324> Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

NASCIMENTO, M. V. B. **Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo: elementos verbo-visuais na produção de sentidos.** Dissertação de Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/13551> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

NASCIMENTO, M. V. B. Contribuições bakhtinianas para o estudo da interpretação da língua de sinais. **Tradterm**, 21, 213-236. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2013.59364> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

NASCIMENTO, M. V. B. **Formação de intérpretes de Libras e língua portuguesa: encontros de sujeitos, discursos e saberes.** Tese de Doutorado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19562> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

NASCIMENTO, M. V. B. Presença da tradução e da interpretação das línguas de sinais no “grande tempo” da cultura. **Bakhtiniana**, São Paulo, 13 (3): 5-15, Set./Dez. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-45732018000300005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732018000300005) Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

Nicoloso, Silvana. Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação de língua de sinais brasileira. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência da Comunicação, Programa de Pós-graduação em Estudos de Tradução, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94056> Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. **Intérpretes de Libras-português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167619> Acesso em: 8 de dezembro de 2020.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; SANTOS, Silvana. Tarefas de interpretação de Libras/português: reflexões sobre uma proposta metodológica de ensino para contexto de conferência. **Transversal- Revista em Tradução**, v. v.4, p. 93-112,

2018. Disponível em:

[http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38109/1/2018\\_art\\_tcnogueirasasantos.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38109/1/2018_art_tcnogueirasasantos.pdf)

Acesso em: 8 de dezembro de 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas**, 18 de dezembro de 1992. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1992%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20Pertencentes%20a%20Minorias%20Nacionais%20ou%20%C3%89tnicas,%20Religiosas%20e%20Lingu%C3%ADsticas.pdf>

Acesso em: 30 de março de 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Acesso em: 30 de março de 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas.. **Pacto dos Direitos Civis e Políticos**, 1966. Um dos três instrumentos que constituem a Carta Internacional dos Direitos Humanos, junto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/pacto-internacional-sobre-direitos-civis-e-politicos>

Acesso em: 30 de março de 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. (2007) Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>

Acesso em: 30 de março de 2021.

PAGURA, R. A. Tradução & interpretação. *In*: AMORIM, L. M., RODRIGUES, C. C., and STUPIELLO, É. (orgs.). **Tradução & perspectivas teóricas e práticas** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 183-207.

Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6vkk8/pdf/amorim-9788568334614-09.pdf>

Acesso em: 1 de março de 2018.

PAGURA, R. A. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *DELTA*. São Paulo: v. 19, n. spe, p. 209-236, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/delta/v19nspe/13.pdf>

Acesso em: 15 de maio de 2018.

PELUSO, L. Traducción entre español escrito y lengua de señas uruguay videograbada. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, no especial 2, p. 479-504, jul-dez, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p479>

Acesso em: 25 de abril de 2018.

PELUSO, L. Los sordos, sus lenguas y su textualidad diferida. **Traslaciones**. **Revista Latinoamericana de Lectura y Escritura**, Volumen 5 (9) Julio 2018-pp. 40-61. Disponível em: <http://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/traslaciones/article/view/1311> Acesso em: 25 de abril de 2018.

PEREIRA, P. C. A. **Tradutores-intérpretes de LIBRAS na Saúde: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas**. 2014. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-04082015-133658/pt-br.php> Acesso em: 15 maio 2018.

PERLIN, T.T. G.; **O Ser e o Estar Sendo Surdo: Alteridade, Diferença e Identidade**. Tese de Doutorado. Universidade federal do rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5880> Acesso em: 15 maio 2018.

PERLIN, T.T. G.; A cultura surda e os intérpretes de Língua de sinais. © ETD – **Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.136-147, jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/798> Acesso em: 15 maio 2018.

PERLIN, T. T. G.; QUADROS, R. M. de. Ouvinte: o outro do ser surdo. *In*: QUADROS, R. M. de (Org.) **Estudos surdos I**. Petrópolis RJ: Arara Azul, p. 166-185, 2006.

POCHHACKER, F. **Introducing Interpreting Studies**, London and New York: Routledge, 2004.

PÖCHHACKER, F. Conexões fundamentais: Afinidade e convergência nos estudos da interpretação. **Scientia Traductionis**, n.7, 2010, p. 61-75. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/view/1980-4237.2010n7p61> Acesso em: 25 de abril de 2018.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Teses e dissertações - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL Disponível em: <https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/linguistica-aplicada-e-estudos-da-linguagem#dissertacoes-e-teses-defendidas> e <https://tede2.pucsp.br/browse?type=subject> Acesso em 10 de março de 2021.

PONZIO, A. Para una filosofía de la acción responsable. *In*: BAJTIN, M. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos** / M.M. Bajtin; comentarios de Iris M. Zavala, Augusto Ponzio; tradução do russo por Tatiana Bubnova. Barcelona: Anthopos; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1997.

PYN, A. O retorno à ética. Edição especial de **O tradutor 7**, 2001, pp. 129-138.

PYN, A. **Exploring Translation Theories** - Tradução do Capítulo adicional: Descritivismo – O background intelectual. Tradução: Eduardo César Godarth; Yéo N'gana, Bernardo Sant'Anna. Cad. Trad., Florianópolis, v. 36, nº 3, p. 214-317, set.-dez./2016. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-79682016000300214](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-79682016000300214)

Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Secretaria de Educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 2007 [2004].

QUADROS, R. M. de (Org.) **Estudos surdos I**. Petrópolis RJ: Arara Azul, p. 166-185, 2006. (Série Pesquisas)

QUADROS, R. M. de. PERLIN, G. (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2007. (Série Pesquisas)

QUADROS, R. M. de (Org.) **Estudos surdos III**. Petrópolis RJ: Arara Azul, p. 166-185, 2008. (Série Pesquisas)

QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. (Orgs.). **Estudos surdos IV**. Petrópolis RJ: Arara Azul, 2009. (Série Pesquisas)

QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. *In*: QUADROS, R. M. DE. **Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã** / Ronice Müller de Quadros, organizadora. – Florianópolis : Ed. da UFSC, 2014.

QUADROS, R. M. de. **Língua de Herança: Língua de Sinais Brasileira**. Porto Alegre: Penso, 2017.

RODRIGUES, C. H. **Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: Desafios para formação de intérpretes de língua de sinais**. In Anais III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa Disponível em:

[http://www.congressotils.com.br/anais/anais2010/Carlos%20Henrique%20Rodrigues\\_avaliacao.pdf](http://www.congressotils.com.br/anais/anais2010/Carlos%20Henrique%20Rodrigues_avaliacao.pdf) Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

RODRIGUES, C. H. Interpretação simultânea intermodal: sobreposição, performance corporal-visual e direcionalidade inversa. **Revista da Anpoll**, 2018a, 1.44: 129. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1146/0> Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

RODRIGUES, C. H. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, 2018b, 57.1: 287-318. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132018000100287&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132018000100287&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

RODRIGUES, C. H.; FERREIRA, J. G. D. Tradutores, intérpretes e guias-intérpretes surdos: prática profissional e competência. INES | Revista Espaço | Rio de Janeiro | nº 51 | jan-jun | 2019. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/604/734> Acesso em: 02 de abril de 2021.

ROSA, A. A alteridade como fundamento ético para a tradução e interpretação da língua de sinais na sala de aula. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em educação. Universidade Metododista de Piracicaba – Unimep, 2016. Disponível em: [http://iepapp.unimep.br/biblioteca\\_digital/visualiza.php?cod=MTgxOQ==](http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/visualiza.php?cod=MTgxOQ==) Acesso em: 15 maio 2018.

RUSSELL, D. L. **Interpreting in legal contexts: Consecutive and simultaneous interpretation.** Burtonsville, MD: Linstock Press, 2002, 256p.

SAMPAIO, M. C. H. A propósito de *Para uma filosofia do ato* (Bakhtin) e a pesquisa científica nas Ciências Humanas. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 42-56, 1o sem. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/2998> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

SAMPAIO, M. C. H. A linguagem como experiência pensante e ensino: diálogos entre M. Bakhtin e M. Heidegger. In: BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. (Orgs). **Linguagem e conhecimento (Bakhtin, Volóchinov, Medviédev).** Campinas: Pontes Editores, 2019.

SAMPAIO, B. A.; FREDERICO C. **Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

SANTIAGO, V. A. A.; ANDRADE, C. E. **Surdez e sociedade: questões sobre conforto linguístico e participação social.** In: ALBRES, N. A.; NEVES, S.L.G. Libras em estudo: política linguística. São Paulo: FENEIS-SP, p. 145-163, 2013.

SANTIAGO, V. A. A. **Atuação de intérpretes de língua de sinais na pós-graduação lato sensu: estratégias adotadas no processo dialógico.** (Dissertação). Mestrado em Educação Especial. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3119?show=full> Acesso em: 06 de maio de 2020.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. **O uso da anotação da língua de sinais na apresentação de publicações acadêmicas: analisando as escolhas que favorecem o entendimento do leitor.** In: Anais do 4º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/2014/2966.pdf> Acesso em: 06 de maio de 2020.

SANTIAGO, V. A. A. **A interpretação de Libras para português em conferência: uma reflexão a partir do olhar do palestrante surdo.** In: Anais do 5º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução & Interpretação de Libras e Língua portuguesa. Florianópolis: UFSC - CCE, 2016. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/2016/3626.pdf> Acesso em: 06 de maio de 2020.

SANTIAGO, V. A. A. **Esfera de conferências: o olhar para o intérprete de apoio na interpretação de língua brasileira de sinais para português.** In: Anais do 7º Seminário Internacional de Linguística – 7º SIL, III Congresso Interdisciplinar de Cortesia e o II Simpósio de Linguística Textual - UniCSul: São Paulo: São Paulo 2017.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. **Janela de libras em material audiovisual publicitário: uma tradução comentada.** In: Anais do 6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/2018/5361.pdf> Acesso em: 06 de maio de 2020.

SANTIAGO, V. A. A.; LOURENÇO, G. **A atuação do intérprete relay em contextos de línguas de sinais como língua-A e língua-C.** (Simpósio) In: *Internacional da ABRALIN - Linguística na contemporaneidade: Desafios, Debates e Propostas: Maceió, 2019.*

SANTIAGO, V. A. A.; **Estudo descritivo da atuação do intérprete de Libras na esfera de conferências no contexto da Grande São Paulo.** In: I Jornada de traducción e Interpretación en Lenguas de Señas – Español AAILS, Buenos Aires AR, 2019.

SANTOS, R. F. **A autoria na interpretação de Libras para o Português: aspectos prosódicos e construção de sentidos na perspectiva verbo-visual.** 2018. 216 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21354> Acesso em 10 de março de 2019.

SANTOS, L. F. dos. **O fazer do intérprete educacional: práticas, estratégias e criações.** Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Educação Especial – PPGEs – UFSCar – São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2930?show=full> Acesso em: 18 de março de 2021.

SANTOS, S. A. dos. **Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122677> Acesso em: 18 de março de 2021.

SANTOS, S. A. dos. Questões emergentes sobre a interpretação de Libras-português na esfera jurídica. **Belas Infiéis**, v. 5, n. 1, p. 117-129, 12 jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/11372> Acesso em: 18 de março de 2021.

SILVA, H. de O. C. e. **Tradução e dialogismo: um estudo sobre o papel do tradutor na construção do sentido**. Coleção Teses Dissertações 66. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SOBRAL, A. U. **Dizer o mesmo aos outros: ensaios sobre tradução**. São Paulo: Special Book Service Livraria, 2008.

SOBRAL, A. U. **A Filosofia Primeira de Bakhtin: Roteiro de Leitura Comentado**. São Paulo: Mercado da Letras, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

STONE, C; RUSSELL, D. **Comparative Analysis of Depicting Signs in International Sign and Natural Sign Language Interpreting**. In: Rachel Rosenstock, Jemina Napier International Sign: Linguistic, Usage, and Status Issues. Published by: Gallaudet University Press. 2015, pp. 65-83. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/book/44196> Acesso em: 02 de abril de 2021.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

TUXI, P. **A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Educação – Universidade de Brasília UNB, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4397>. Acesso em: 18 de março de 2021.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – **Curso Letras Libras**. Disponível em: <https://libras.ufsc.br/libras-distancia/> Acesso em 17 de novembro de 2018.

Universidade de Brasília – UNB. Biblioteca digital - Programa de Pós-graduação em educação – Faculdade de Educação FE. Disponível em: <https://bce.unb.br/bibliotecas-digitais/repositorio/teses-e-dissertacoes/> Acesso em 10 de março de 2021.

Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto USP - Biblioteca digital - Programa de Pós-graduação em Educação – PPGERP. Disponível em:  
<https://sites.usp.br/ppgerp/pb/producoes/> Acesso em 10 de março de 2021.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Teses e dissertações - Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução – PGET. Disponível em:  
<https://ppget.posgrad.ufsc.br/teses-e-dissertacoes-pget/> Acesso em 10 de março de 2021.

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar Repositório de Teses e dissertações - Programa Pós-graduação em Educação Especial – PPGEEs Disponível em:  
<https://repositorio.ufscar.br/browse?type=title> Acesso em 10 de março de 2021.

Universidade Federal do Ceará – UFC. Biblioteca digital - Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução – POET. Disponível em:  
<https://ppgpoet.ufc.br/pt/repositorio-poet/> Acesso em 10 de março de 2021.

Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep. Biblioteca digital - Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEduc. Disponível em:  
[http://iepapp.unimep.br/biblioteca\\_digital/index.php](http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/index.php) Acesso em 10 de março de 2021.

VOLÓCHINOV, V. N. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, São Paulo, Editora 34, 2017.

VOLÓCHINOV, V. N. (Círculo de Bakhtin). Estilística do discurso literário I: O que é linguagem/língua (1930). *In*: VOLOCHÍNOV, V. N. **A palavra na vida e a palavra na poesia. Ensaios, artigos, resenhas e poemas.** Org., Trad., Ensaio introdutório e notas Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2019b, p.234-265.

VOLÓCHINOV, V. N. (Círculo de Bakhtin). Estilística do discurso literário II: A construção do enunciado (1930). *In*: VOLOCHÍNOV, V. N. **A palavra na vida e a palavra na poesia. Ensaios, artigos, resenhas e poemas.** Org., Trad., Ensaio introdutório e notas Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2019c, p.266-305.

VOLÓCHINOV, V. N. (Círculo de Bakhtin). Estilística do discurso literário III: A palavra e sua função social (1930). *In*: VOLOCHÍNOV, V. N. **A palavra na vida e a palavra na poesia. Ensaios, artigos, resenhas e poemas.** Org., Trad., Ensaio introdutório e notas Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2019d, p.306-336.

XAVIER, A. N. **Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua de sinais brasileira (LIBRAS).** Dissertação de mestrado – FFLCH-USP. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-18122007-135347/pt-br.php> Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

ZAVALA, I. M. Bajtin y el acto ético: una lectura al reverso *In*: BAJTIN, M. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos** / M.M. Bajtin; comentarios de Iris M. Zavala, Augusto Ponzio; tradução do russo por Tatiana Bubnova. Barcelona: Anthopos; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1997.

WADENSJO, C. **Community Interpreting**. In: Baker M. (ed.) Routledge Encyclopedia of Translation Studies. London/New York: Routledge, p. 33-37, 2008 [1998].

WADENSJÖ, C. **Modelling the field of community interpreting: questions of methodology in research and training**. In: Perspectives: studies in translatology, ISSN 0907-676X, E-ISSN 1747-6623, Vol. 22, no 1, 2014 p. 157-159 Article, book review (Other academic)

WADENSJO, C. **Discourse Management**. In: The Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies / [ed] Franz Pöchhacker, London: Routledge, 2015, p. 116-118

WADENSJÖ, C. **Interpreter-mediated interaction**. In: Handbook of Pragmatics Online / [ed] Jef Verschueren, Jan-Ola Östman, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2015.

# APÊNDICES

**APÊNDICE A – Tabela de teses e dissertações: produção científica sobre Libras, tradução e interpretação de língua de sinais em Programas de Pós-graduação em Educação; em Educação Especial; em Linguística e em Estudos da Tradução**

Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep

Programa de Pós-graduação em Educação - PPGEdU

Data	Autor	Título	Mestrado/Doutorado
17/10/2006	Marinês Amália Zampieri	Professor ouvinte e aluno surdo: possibilidades de relação pedagógica na sala de aula com intérprete de libras - língua portuguesa	MS - EDUCAÇÃO
01/01/2010	Elomena Barbosa De Almeida	O papel de professores surdos e ouvintes na formação do tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais	MS - EDUCAÇÃO
01/01/2010	Taís Margutti Do Amaral Gurgel	Práticas e formação de tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais no ensino superior	DR - EDUCAÇÃO
01/01/2010	Sylvia Lia Grespan Neves	Um estudo dos recursos didáticos nas aulas de língua brasileira de sinais para ouvintes	MS - EDUCAÇÃO
25/08/2010	Laura Jane Messias Belém	A atuação do intérprete educacional de língua brasileira de sinais no ensino médio	MS - EDUCAÇÃO
01/12/2010	Mônica Astuto Lopes Martins	Relação professor surdo / alunos surdos em sala de aula: análise das práticas bilíngues e suas problematizações	MS - EDUCAÇÃO
20/05/2016	Andréa Da Silva Rosa	A alteridade como fundamento ético para a tradução e interpretação da língua de sinais na sala de aula	DR - EDUCAÇÃO

Fonte: [http://iepapp.unimep.br/biblioteca\\_digital/index.php](http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/index.php)

## Universidade de Brasília - UNB

### Programa de Pós-graduação em educação – Faculdade de Educação FE

#### Mestrado

Data	Autores	Título
31/03/2008	Sônia Ferreira de Oliveira	Letramento de alunos surdos em classe bilíngue: possibilidades e desafios
2009	Patrícia Tuxi	A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental
18/03/2011	Simone de Fátima Saldanha Azeiteiro Costa	As representações sociais dos participantes do curso Letras - Libras/EaD sobre surdos
9/03/2012	Renata Antunes de Souza	O letramento de alunos surdos para a vida
11/01/2013	Esmeralda Figueira Queiroz	Contribuições da sociolinguística educacional à formação do professor alfabetizador/letrador de alunos surdos

Fonte: <https://bce.unb.br/bibliotecas-digitais/repositorio/teses-e-dissertacoes/>

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução – PGET

Dissertações de mestrado

<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>
15/03/2010	Silvana Nicoloso	Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação de língua de sinais brasileira
26/03/2010	Thaís Fleury Avelar	A questão da padronização linguística de sinais nos atores-tradutores surdos do curso de letras-libras da ufsc: estudo descritivo e lexicográfico do sinal "cultura"
29/03/2010	Rimar Ramalho Segala	Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: português brasileiro escrito para língua brasileira de sinais
09/08/2010	Saulo Xavier de Souza	Performances de tradução para a língua brasileira de sinais observadas no curso de letras-libras
25/10/2011	Viviane Barazzutti	A desconstrução da oposição entre surdos e ouvintes a partir da (des)territorialização do intérprete de língua de sinais
28/05/2012	Nelson Pimenta de Castro	A tradução de fábulas seguindo aspectos imagéticos da linguagem cinematográfica e da língua de sinais
01/04/2013	Fernanda de Araujo Machado	Simetria na poética visual na língua de sinais brasileira
08/11/2013	Franz Kafka Porto Domingos	Português brasileiro e libras: elos coesivos em textos em relação tradutória
28/11/2013	Vanessa Lima Vidal	Análise da variação querológica em traduções de materiais do ead letras-libras (ufsc)
09/12/2013	Mariane Rodrigues de Souza	Narrativas dos intérpretes de língua brasileira de sinais que atuam no contexto do ensino fundamental
18/12/2013	Marcia Dilma Felicio	O surdo e a contação de histórias – análise da interpretação simultânea do conto “sinais no metrô”
10/10/2014	Diego Mauricio Barbosa	Omissões na interpretação simultânea de conferência: língua portuguesa - língua brasileira de sinais
29/04/2015	Betty Lopes L'astorina de Andrade	A tradução de obras literárias em língua brasileira de sinais – antropomorfismo em foco
04/05/2015	Daniela Almeida Moreira	Um estudo introdutório sobre o desenvolvimento dos repertórios léxicos da língua de sinais brasileira a partir da elaboração da definição lexicográfica
10/06/2015	Brenno Barros Douettes	A tradução na criação de sinais-termos religiosos em libras e uma proposta para organização de glossário terminológico

		semibílingue
02/07/2015	Geisielen Santana Valsechi	Vestibular, estudo de caso: prosódia na tradução para libras
02/07/2015	Isaack Saymon Alves Feitoza Silva	Gíria em língua de sinais brasileira (lsb): processo e interpretação
15/12/2015	Daiane Ferreira	Estudo comparativo de currículos de cursos de formação de tradutores e intérpretes de libras-português no contexto brasileiro
19/02/2016	Afonso da Luz Loss	Avaliação de fluência em língua de sinais brasileira: definindo critérios sob uma perspectiva surda
11/03/2016	Bruno Ramos	O uso de transferências em narrativas produzidas em língua brasileira de sinais
14/04/2016	Caren Simone Freitas da Costa	Estratégias de interpretação semântica sinonímia e antonímia em libras
27/04/2016	Tiago Coimbra Nogueira	Intérpretes de libras-português no contexto de
29/07/2016	Charlles Giovany Faqueti	Análise do uso de estratégias de troca de turno por alunos de libras l2
12/08/2016	Nahla Yatim	Intercorrências da qualificação subjetiva dos interpretes de libras
25/08/2016	Maite Maus da Silva	Codas tradutores e intérpretes de língua de sinais brasileira: percurso para o profissionalismo
29/09/2016	Saulo Zulmar Vieira	A produção narrativa em libras: uma análise dos vídeos em língua brasileira de sinais e da sua tradução intersemiótica a partir da linguagem cinematográfica
16/12/2016	Michelle Duarte da Silva Schlemper	Traduções infantis para libras: o conto como mediador de aquisição sinalar
02/08/2017	Klícia de Araújo Campos	Literatura de cordel em libras: os desafios da tradução da literatura nordestina pelo tradutor surdo
15/08/2017	Ringo Bez de Jesus	"Ei, aquele é o intérprete de libras?": atuação de intérpretes de libras no contexto da saúde
15/09/2017	Ester Vitória Basílio Anchieta	Incorporação e partição do corpo: o espaço subrogado no discurso narrativo de uma tradução de literatura infantil do português para a libras
03/08/2018	Mariana Farias Lima	Políticas linguísticas e tradutores e intérpretes do par libras/português brasileiro: implicações na formação profissional em decorrência da legislação brasileira
23/11/2018	Letícia Fernandes Garcia Wagatsuma Granado	Identificação de estratégias de interpretação simultânea intramodal – sinais internacionais para libras
11/12/2018	Germano Carlos Dutra Junior	Análise da estratégia da tradução de cem títulos de filmes de português para libras
27/12/2018	Adila Silva Araujo Marques	Tradução comentada do conto "o espelho" de machado de assis, para a libras

27/03/2019	Rodrigo Ferreira dos Santos	O processo de interpretação de uma lenda amapaense, em português oral, para língua brasileira de sinais
17/06/2019	Walquíria Peres de Amorim	Luz, câmera edição: recursos gráficos visuais para traduções acadêmicas de português/libras em videoprovas
27/06/2019	Roger Lineira Prestes	Glossário bilingue de sinais-termo da área jurídica português libras
28/06/2019	Nubia Flavia Oliveira Mendes	Informações centrais de medicamentos em libras: tradução comentada para instituir o direito e o acesso linguístico dos surdos na área da saúde
16/07/2019	João Gabriel Duarte Ferreira	Os intérpretes surdos e o processo interpretativo interlíngua intramodal gestual-visuais da asl para libras
02/08/2019	Ramon Santos de Almeida Linhares	Traduzir a surditude: diálogos entre pesquisadores surdos do brasil e a tradutologia das línguas de sinais
16/09/2019	Priscilla Ouverney Martins	A interpretação intermodal libras-português em contexto de saúde
27/11/2019	Warley Martins dos Santos	A tradução português-libras em debates políticos televisionados no brasil: intermodalidade e competência interpretativa
28/02/2020	Mairla Pereira Pires Costa	Interpretação educacional (libras-português): subjetividades a partir dos discursos dos intérpretes
09/06/2020	Ricardo Oliveira Barros	Tradução de poesia escrita em libras para a língua portuguesa
07/07/2020	Luciellen Lima Caetano Goulart	Políticas de tradução e de interpretação: gêneros textuais como instrumento de apoio aos intérpretes de libras-português no judiciário
13/07/2020	Arenilson Costa Ribeiro	Literatura de cordel contemporânea: uma tradução prazerosa do par linguístico português-libras
05/08/2020	Fernando Eustáquio Guedes	Tradução de provas para libras em vídeo: mapeamento das videoprovas brasileiras de 2006 a 2019

## Teses de doutorado

Data	Autor	Título
14/10/2013	Silvana Aguiar dos Santos	Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010
17/03/2014	Maria Cristina Pires Pereira	A interpretação da LIBRAS para o português brasileiro: um estudo sobre as formas de tratamento
27/02/2015	Janine Soares de Oliveira	Análise descritiva da estrutura querológica de unidades terminológicas do glossário Letras-Libras

20/11/2015	Silvana Nicoloso	Modalidades de tradução na interpretação simultânea da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais Brasileira: investigando questões de gênero (gender)
20/12/2016	Veridiane Pinto Ribeiro	A linguística cognitiva e construções corpóreas nas narrativas infantis em Libras: uma proposta com foco na formação de TILS
22/05/2017	Fernanda de Araujo Machado	Antologia da poética em língua de sinais brasileira
15/12/2017	Márcia Dilma Felício	Uma proposta para interpretação simultânea de performance em língua de sinais no contexto artístico
09/07/2018	Saulo Xavier de Souza	Análise textual intralingual para a tradução de poemas em Libras ao Português
14/02/2019	Saionara Figueiredo Santos	A construção discursiva de identidades de gênero de tradutores e intérpretes de Libras não heteronormativos
26/06/2019	Nelson Pimenta de Castro	Prosódia em ASL e Libras: análise comparativa de aspectos visuais
27/06/2019	Betty Lopes L'Astorina de Andrade	Estudo terminológico em língua de sinais: glossário multilíngue de sinais-termo na área de nutrição e alimentação
13/02/2020	Márcia Monteiro Carvalho	Análise de traduções para o português escrito por pessoas surdas bilíngues e suas respectivas retextualizações por tradutores de Libras - Português com base na Linguística Sistêmico-Funcional e nas modalidades de tradução
20/02/2020	Kátia Lucy Pinheiro	Políticas linguísticas e suas implementações nas instituições do Brasil: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de línguas de sinais de conferência
09/09/2020	Diego Mauricio Barbosa	Implicação do uso de estratégias linguísticas de solução de problemas na interpretação simultânea língua portuguesa - língua brasileira de sinais em contexto de conferência

Fonte: <https://ppget.posgrad.ufsc.br/teses-e-dissertacoes-pget/>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - LAEL

Data	Autor	Título	Nível
2004	Ana Claudia Balieiro Lodi	A leitura como espaço discursivo de construção de sentidos: oficinas com surdos	Doutorado
20/06/2011	Silvana Zajac	Questões sobre o ensino de língua portuguesa para surdos: um novo olhar, novas perspectivas	Doutorado
09/12/2011	Marcus Vinícius Batista Nascimento	Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo: elementos verbo-visuais na produção de sentidos	Mestrado
13/07/2015	Rosangela Vargas Cassola	Sentidos/e/significados de uma professora alfabetizadora, uma intérprete de libras e uma pesquisadora sobre ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa na modalidade escrita	Doutorado
28/08/2015	Carla Regina Sparano Tesser	Atuação do intérprete de libras na mediação da aprendizagem de aluno surdo no ensino superior: reflexões sobre o processo de interpretação educacional	Mestrado
05/10/2015	Rogério Timóteo Tiné	A (re)construção de sentidos/e/significados de conceitos em uma interação entre surdos e pesquisador ouvinte bilíngue	Mestrado
22/09/2015	Lucimar Bizio	Sobre o modo de relação do surdo com a língua portuguesa escrita	Doutorado
29/04/2016	Luiz Carlos Souza Bezerra	Crianças surdocegas, corpo & linguagem	Doutorado
30/11/2016	Everton Pessoa de Oliveira	Multiculturalidade e colaboração crítica entre surdos e ouvintes na visão de um pesquisador tradutor-intérprete de libras/português	Mestrado
06/12/2016	Marcus Vinícius Batista Nascimento	Formação de intérpretes de Libras e Língua Portuguesa: encontros de sujeitos, discursos e saberes	Doutorado

29/06/2018	Ricardo Ferreira Santos	A autoria na interpretação de Libras para o Português: aspectos prosódicos e construção de sentidos na perspectiva verbo-visual	Mestrado
03/09/2018	Miriam Maia de Araújo Pereira	Vivências de leitura e escrita em língua portuguesa por surdos graduados	Doutorado
07/12/2018	<u>Carolina Fernandes Rodrigues</u> Fomin	O tradutor intérprete de libras no teatro: a construção de sentidos a partir de enunciados cênicos	Mestrado

Fonte: <https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/linguistica-aplicada-e-estudos-da-linguagem#dissertacoes-e-teses-defendidas> e <https://tede2.pucsp.br/browse?type=subject>

## Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

### Programa Pós-graduação em Educação Especial – PPGEES

#### Teses e dissertações

Data	Autor	Título
07/02/2013	Jordão, Uiara Vaz	O que dizem os intérpretes de Libras do sudeste goiano sobre formação e atuação
06/02/2013	Santos, Maurem Alessandra Abreudos	O professor interlocutor no contexto da educação de surdos: aspectos da atuação deste novo profissional
06/02/2013	Santiago, Vânia de Aquino Albres	Atuação de intérpretes de língua de sinais na pósgraduação lato sensu: estratégias adotadas no processo dialógico
06/12/2013	Albres, Neiva de Aquino	Relações dialógicas entre professores surdos sobre o ensino de Libras
27/05/2014	Caetano, Priscila Fracasso	Discutindo a atuação do professor interlocutor de libras a partir de um grupo de formação
23/05/2014	Menezes, Adriane Melo de Castro	Diálogos com tradutores-intérpretes de língua de sinais
20/06/2014	Santos, Lara Ferreira	O fazer do <i>intérprete educacional</i> : práticas, estratégias e criações
4/12/2015	Rocha, Luiz Renato Martins	O que dizem surdos e gestores sobre vestibulares em Libras para ingresso em universidades federais
23/10/2015	Resende, Alice Almeida Chaves de	Avaliação pedagógica para alunos surdos no contexto de um programa inclusivo bilíngue
2015-08-27	Campos, Mariana de Lima Isaac Leandro	O processo de ensino-aprendizagem de libras por meio do moodle da UAB-UFSCar
03/03/2015	Giehl, Fabiana Cristina	Contribuições de um programa educacional de introdução à linguagem cartográfica tátil para alunos com cegueira
07/08/2015	Quiles, Raquel Elizabeth Saes	Educação de surdos em Mato Grosso do Sul: desafios da educação bilíngue e inclusiva
25/05/2016	Santos, Kátia Andréia Souza dos	O intérprete de libras no contexto de conferência: reflexões sobre sua atuação
31/10/2016	Almeida, Djair	Português como segunda língua para surdos: a

	Lázaro de	escrita construída em situações de interação mediadas pela Libras
21/02/2017	Ramos, Denise Marina	Educação de surdos: estudo bibliométrico de teses e dissertações (2010-2014)
16/02/2018	Giamloureço, Priscila Regina Gonçalves de Melo	Tradutor e intérprete de Libras: construção da formação profissional
23/02/2018	Lopes, Mariana Moraes	Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar
11/05/2018	Montes, Aline Lucia Baggio	Reconhecimento de línguas de sinais e educação de surdos no Brasil e na Suécia
28/02/2019	Cappellini, Michele Toso	Familiares ouvintes de sujeitos surdos: reflexões sobre suas interações comunicativas
29/03/2019	Souza, Christianne Thatiana Ramos de	A expressão do sujeito surdo por meio da escrita em língua portuguesa
06/12/2019	Aporta, Ana Paula	Roda de conversa: (re)pensando o processo de ensino de alunos com deficiências no ensino fundamental II
27/11/2020	Bonfim, Tatiane Cristina	Das políticas educacionais inclusivas bilíngues para surdos às políticas bilíngues de/com surdos: um estudo de caso

Fonte: <https://repositorio.ufscar.br/browse?type=title>

Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto USP

Programa de Pós-graduação em Educação - PPGERP

Mestrado - Orientadora: Ana Claudia Balieiro Lodi

Data	Autores	Título
02/12/2015	Natália Arantes de Godoy	História, educação e trabalho: uma análise bakhtiniana sobre a constituição do <i>ser professor surdo</i>
22/02/2017	Samara de Jesus Lima Salvador	Resoluções estaduais paulista e o professor interlocutor: reflexões dos surdos sobre os processos de escolarização
23/02/2017	Melaine Duarte Ribeiro Muttão	Formação de professores para a educação de surdos: revisão sistemática de pesquisas da pós-graduação
04/09/2017	Natalia Francisca Frazão	Associação de surdos de São Paulo: identidade coletiva e lutas sociais na cidade de São Paulo
11/09/2017	Hanna Russo Chacon Rodrigues Silva	O gênero discursivo fábulas em libras: uma análise enunciativa de textos na esfera virtual
13/08/2019	Ariéle Pereira Matias	Do passado ao presente: <i>Palmares</i> um contínuo diálogo ao futuro
11/11/2020	Adriana Carvalho Mizukami	Que bilinguismo é esse? Concepções presentes no projeto político-pedagógico de escolas que se autodenominam bilíngues

Fonte: <https://sites.usp.br/ppgerp/pb/producoes/>

Universidade Federal do Ceará - UFC

Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução - POET

Dissertações

<b>Data do documento</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>
2016	Cognição e desempenho na interpretação simultânea da Libras: um estudo sobre a memória de trabalho e a produção de semelhança interpretativa por intérpretes expertos	<i>Tavares, Maria da Glória Guará; Parente Júnior, Fernando de Carvalho</i>
2016	Metáforas conceituais baseadas em vida, morte e ressurreição e sua tradução para a Libras	<i>Pires, Robert Brose; Santos, Emerson Cristian Pereira dos</i>
2017	Missa do Galo em Libras: possibilidades tradutórias	<i>Costa, Walter Carlos; Lima, Daniel Almeida</i>
2017	Tradução como ferramenta de compreensão da língua portuguesa no curso de letras libras da Universidade Federal do Ceará	<i>Romão, Tito Lívio Cruz; Pinheiro, Marcus Weydson</i>
2018	As estratégias utilizadas pelos intérpretes de Libras nas aulas de inglês em escolas da rede pública	<i>Tavares, Maria da Glória Guará; Monteiro, Yuri Santos</i>
2018	As estratégias utilizadas pelos intérpretes de Libras nas aulas de inglês em escolas da rede pública	<i>Tavares, Maria da Glória Guará; Monteiro, Yuri Santos</i>
2020	Tradução comentada da I Epístola de João em Libras escrita pelo sistema Sutton Signwriting	<i>Freitas, Luana Ferreira de; Mendes, Josenilson da Silva</i>
2020	O efeito da segmentação e da velocidade de legendas no processamento linguístico de surdos e ouvintes em vídeos de campanhas políticas: um estudo de rastreamento ocular	<i>Toassi, Pâmela Freitas Pereira; Souza, Gabrielle Tomaz de; Vieira, Patrícia Araújo</i>

Fonte: <https://ppgpoet.ufc.br/pt/repositorio-poet/>

## Universidade de Brasília - UNB

### Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução - Postrad

#### Dissertações

<b>Data de defesa</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>
29-Jun-2020	Filosofia em –Língua de Sinais Brasileira: terminologia bilíngue português-LSB	<i>Souza, Mônica Braz de</i>
28-Fev-2020	Code-blending : análise sociolinguística de procedimentos técnicos da tradução aplicados ao par linguístico (Libras e português)	<i>Duarte, Leydiane Ribeiro</i>
6-Mar-2020	Um estudo descritivo sobre a atuação de intérpretes de língua de sinais em um contexto de conferência multilíngue	<i>Silva-Aguiar, Dhenny Kétully Santos</i>
12-Mar-2020	Localização e neutralização linguística na tradução de games no par espanhol-inglês	<i>Barcelos, Luiz Gustavo Nogueira</i>
10-Dez-2019	Perfovisual : a transcrição artística em língua de sinais	<i>Rezende, Renata Cristina Fonseca de</i>
28-Jun-2019	Proposta de regras ortográficas para a ELiS : considerações iniciais	<i>Oliveira, Jackeline Goulart de</i>
30-Abr-2019	Tradução-interpretação em LIBRAS do poema “Aninha e suas pedras”, de Cora Coralina	<i>Silva, Maísa Conceição</i>
2-Jul-2019	Tradução teatral : produzindo em Libras no teatro surdo	<i>Resende, Lucas Sacramento</i>
21-Mar-2019	Glossário semi-bilíngue de língua portuguesa e língua de sinais brasileira da Educação a Distância : estudo da terminologia dos ambientes virtuais	<i>Machado, Thamires Ingrid Alves</i>
17-Dez-2018	Tradução intersemiótica em língua de sinais brasileira do poema “O camponês e o moleiro” de Wilhelm Busch : uma sinalização unificada de texto escrito e imagem	<i>Brito, Marcos de</i>
18-Dez-2018	A explicitação na tradução do livro O pequeno príncipe e o pássaro de fogo da língua portuguesa para Libras	<i>Marcelino, Gilmar Garcia</i>

23-Jul-2018	Proposta de glossário bilíngue : terminologia dos “procedimentos de tradução” em Língua de Sinais Brasileira	<i>Abati, Flávia Rech</i>
26-Jul-2018	A tradução de trocadilhos em Alice no país das maravilhas para a língua brasileira de sinais - LIBRAS	<i>Souza, Thaisy Bentes de</i>
23-Jul-2018	Tirinhas da Turma da Mônica : tradução do português para a libras por meio da ELiS	<i>Spicacci, Aline Alkmin Camargo</i>
6-Jul-2018	A importância da terminologia para atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira : proposta de glossário de sinais-termo do processo judicial eletrônico	<i>Vale, Luciana Marques</i>
26-Jun-2018	O universo sonoro de Desejo e reparação : o processo de legendagem para surdos e ensurdecidos	<i>Sampieri, Gabriela Caetano Boaventura</i>
20-Jun-2018	Audiodescrição de histórias em quadrinhos em língua brasileira de sinais	<i>Silva, Anderson Tavares Correia da</i>
27-Mar-2018	Análise comparativa de traduções de textos bíblicos para a LIBRAS	<i>Araújo, Ellen Correia</i>
15-Fev-2018	“Let the little children come to me...” : nas traduções bíblicas infantis	<i>Lima, Luciana Florentino de</i>
28-Nov-2017	Terminografia da língua brasileira de sinais : glossário de Nutrição	<i>Cardoso, Vilma Rodrigues</i>
31-Ago-2017	A formação de tradutores de teatro para libras : questões e propostas	<i>Silva Neto, Virgílio Soares da</i>
31-Jul-2017	Cinema para LIBRAS : reflexões sobre a estética cinematográfica na tradução de filmes para surdos	<i>Anjos, Raphael Pereira dos</i>

Fonte: <https://bce.unb.br/bibliotecas-digitais/repositorio/teses-e-dissertacoes/>

**APÊNDICE B – Discurso de formatura - Letras-Libras Bacharelado UFSC - Polo Universidade Federal do Ceará – UFC (2012) Texto traduzido de Libras para português**

DISCURSO DE FORMATURA – POLO UFC



Fonte: <https://drive.google.com/file/d/1sROTAU-oPrhA2-Zec84cOPEg5H8QPfWY/view?usp=sharing>

*Boa tarde ou boa noite, já é quase noite ... boa noite a todos aqui presentes.*

*Boa noite aos componentes da mesa e especialmente a professora Karen Strobel, coordenadora Geral do curso letras Libras que hoje está representando a magnífica reitora professora Roselaine Merkel e também a todos familiares amigos esposos e esposas presentes aqui.*

*Também em especial aos colegas da turma de bacharelado.*

*Nesse momento da formação da primeira turma, e para pensarmos o que vem a diante, no futuro, precisamos olhar para o passado entender o como foi a nossa história. Nós não éramos profissionais tradutores intérpretes, éramos ouvintes que sabíamos língua de sinais, e por necessidade começamos a atuar interpretando em diferentes situações, em alguns momentos errando e também aprendendo com os nossos erros, as vezes com êxito, às vezes errando e se desenvolvendo neste campo de trabalho principalmente a partir de nossas experiências.*

*Esse é um grupo que já percorreu um caminho e algumas pessoas pelas experiências que já tiveram sabem realmente a necessidade de formação, que falta faz uma orientação em um momento difícil. Essa formação, orientação nos dá um norte para seguirmos a diante no desenvolvimento da profissão, que inicialmente se deu empiricamente. Dentre essas pessoas que*

*foi aprendendo na pratica o seu fazer, muitos presentes aqui, participam os alunos, também alguns professores, alguns tutores, e também as pessoas que acompanham esse nosso momento, mas que não estão se formando hoje, todos nós reconhecemos que essas pessoas têm uma importância muito grande na nossa formação e, portanto, merecem o nosso respeito.*

*A reflexão a partir disso traz a questão da necessidade dessa busca por transformar a prática/experiência em atuação profissional, a preocupação com os estudos, com as pesquisas e com os avanços. Mas, falta mencionar um elemento, a ética.*

*A ética é primordial e necessária, a ética é...*

*Por exemplo, eu posso ter pleno desenvolvimento linguístico, com ótima competência tradutória, e outros requisitos. Mas é necessário que a atuação seja conduzida pela ética, lado a lado, vinculada com a ética, que deve acompanhar a nossa atuação sempre. Se me desvinculo da ética, não serei profissional, com atuação excelente. É necessário o desenvolvimento contínuo de uma prática de interpretação vinculada atrelada à ética.*

*É por isso que o Letras-Libras tem grande valor como o processo de formação que nos ensinou como caminhar e se desenvolver profissionalmente. Cito agora a professora Gladis Perlim, a autora mostra em seu estudo como o tradutor/intérprete trabalha, explica que "sua atuação envolve uma série de aspectos e características, e que não se pode esquecer que o tradutor/intérprete sempre vai trabalhar com cultura e com língua, também no movimento político, que envolve identidade e subjetividade da pessoa surda, e por isso a atuação do tradutor/ intérprete envolve prática e ética, inseparavelmente".*

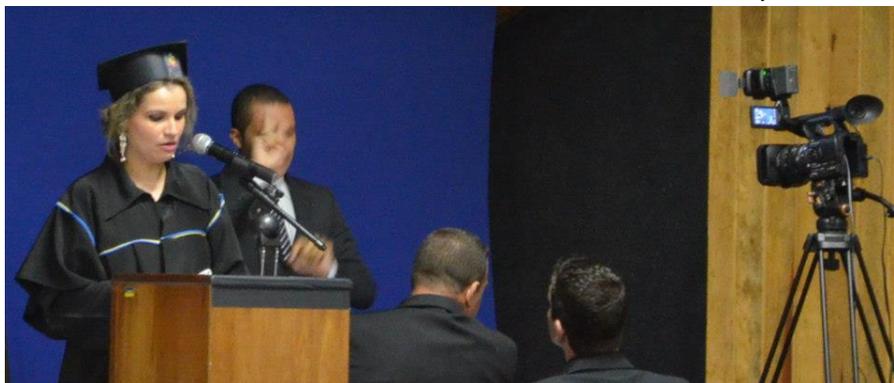
*Eu quero agora desejar que essa turma de bacharelado Letras Libras siga um caminho diferente, um caminho novo, um caminho bom, sempre se desenvolvendo. E que nunca esqueçam da ética enquanto balizadora de sua prática, vinculada a nossa profissão. Que a língua de sinais participe da sua subjetividade, da mesma forma que surdos e ouvintes caminhem na mesma direção unidos.*

*Eu faço votos de que todos nós desse grupo consigamos vencer os desafios e sigamos nesse caminho, nós já fazemos parte desse momento importante da história, desse marco na formação. E que no futuro venham novas e novas turmas e que olhem para o passado lembrando da nossa turma de uma maneira especial, do nosso legado.*

*Obrigada! Boa noite a todos aqui presentes.*

## APÊNDICE C – Discurso de formatura - Letras-Libras Bacharelado UFSC – Polo Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (2012)

### DISCURSO DE FORMATURA – POLO Unicamp



*Boa noite a todos!*

*Saúdo e felicito todas as autoridades presentes, os professores, os tutores, nossa querida equipe técnica do polo Unicamp, bem como todos os responsáveis direta e indiretamente pela viabilização, concretização e conclusão do convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina. Cumprimento ainda nossas amadas famílias, familiares e os preciosos amigos aqui reunidos.*

*Grande noite, né turma???*

*Turma esta que cordialmente agradeço pela confiança de me conferir o privilégio de representá-los no nosso discurso de formatura.*

*Ah, quanta responsabilidade ser voz do André, Andréa, Andrey, Camilla, Cláudia, Desirée, Eduardo, Ivanete, Joana, Joel, José Alcélío, Juliano, Livia, Luciana, Germano, Rosana, Mirian, Naiane, Rafael, Regina, Renata, Roberta, Selma, Silvana, Victor e Rafaella neste momento. Difícil missão, mas espero de todo coração que cada sonho e anseio de expressão sejam aqui contemplados!*

*Finalmente! Hoje é o dia da nossa colação de grau... Momento tão esperado por nós!!!*

*Ainda hoje me lembro do dia 28 de junho de 2008, era um ensolarado sábado, nossa aula inaugural do curso. Tanta expectativa e ansiedade pra saber o que nos aguardava, tanta curiosidade e surpresa pra conhecer nossos novos colegas de facul! Lá estava nossa querida coordenadora do polo, a professora Regina nos recebendo de braços abertos e com um orgulhoso sorriso no rosto.*

*Após a aula, no primeiro momento coletivo de nossa turma, durante o tutorial fomos convidados a nos apresentar e desafiados a falar sobre nós mesmos. Acredito que aquela tenha sido uma das melhores oportunidades de compreendermos quem seria a nossa tão querida e inesquecível professora Audrei. Qual era seu tom e a forma como conduziria intensa e sensivelmente a turma durante o tempo que permaneceu conosco.*

*Aulas, atividades iniciadas e quanta novidade: aveas, fóruns, postagens, chats, wikis, vídeos-conferências, apostilas, vídeos-aulas e tantas outras coisas... Ah que*

*volume de informações para lidarmos... Mas nada se comparava aos nossos encontros e aulas presenciais. Quanta terapia em grupo, quantas discussões, quantas desconstruções, quantos desabafos, mas quanta cumplicidade e laços ali foram minuciosamente construídos.*

*Há um fato que não podemos deixar de constatar na nossa turma: a maioria dos colegas eram conhecidos de longa data por serem “profissionais” já atuantes há algum tempo. A história da interpretação da Libras (e dos intérpretes) em nosso país revela que até poucos anos, a formação na prática/em serviço e empírica era praticamente e única opção e possibilidade. Muitos de nós iniciamos uma carreira na área da tradução e interpretação sem saber que um dia isso seria profissão, de fato. Por motivos pessoais, religiosos, familiares, educacionais, sociais, dentre muitos outros, cada um começou a trabalhar com surdos... E chegamos até aqui.*

*Acredito que por este fato nossa formação acadêmica durante os quatro anos que passamos juntos ocorreu de modo tão especial, instigante, diferente, intenso, e único; afinal articular experiências acumuladas com novas teorias e propostas, requisitou de nós uma auto-reconstrução, um novo olhar sobre antigas práticas, mais sensibilidade para outras percepções e negociações, além do desprendimento e humildade necessários para começarmos a trilhar caminhos diferentes. Vivenciamos e vivemos o desafio e o privilégio de reelaborar e reestruturar nossos conhecimentos e habilidades. Crescemos MUITO!!!*

*Momentos alegres, festivos, divertidos, de comemorações e bagunças! Momentos difíceis, de dor, enfermidade, exaustão e da inevitável lágrima! Alguns desistiram logo no começo, outros quase... Alguns chegaram depois, mas nossa turma sempre manteve a curiosa característica de se completar na sua diversidade.*

*Quatro anos se passaram e neles, quantas histórias temos aqui pra contar!!! Mesmo antes de iniciarmos o curso, quanta história cada um de nós já trazia na bagagem da vida... Desde grandes conquistas e realizações às mais duras perdas e frustrações!!! Ah... Não temos dúvidas que o dia de hoje e esta solenidade é a data da consagração de uma árdua, merecida e belíssima vitória!*

*Passado algum tempo do curso, Audrei precisou nos deixar, era um novo tempo para sua vida profissional e quanto orgulho por isso... Mas quanta preocupação, quem a substituiria?*

*E foi então que novamente compreendemos que não haveria de existir substituição, pois cada professora cumpriu conosco seu tempo e sua missão.*

*Lilian chegou tímida, mais fechada, como quando recebemos uma visita mais silenciosa. Um início tenso, confessemos! Porém pouco tempo foi necessário para ganhar nossos corações e por nocaute! Foi com uma mulher guerreira e profissional exemplar que continuamos e finalizamos nosso curso. Mãezona, amiga, companheira e sábia mestra que tão docemente nos conduziu e orientou a trilharmos nossos próprios caminhos!*

*A vocês, queridas Audrei e Lilian, nosso amor, nossa admiração, nosso respeito, nosso carinho inesgotável e principalmente o louvável mérito da contribuição de vocês (suas mãos e vidas) na construção da nossa excelência profissional, o melhor de cada um de nós! Muito obrigada por tudo!!!*

*Também há uma pessoa que não podemos esquecer e que certamente jamais esqueceremos: Gel!!! Sua alegria, sua sabedoria, seu cuidado, sua constante*

*presença nestes anos nos ensinou que a vida e as oportunidades que nos oferece, são dádivas. Muito obrigada por compartilhar conosco a sua vida e nos permitir aprender tanto a partir do seu próprio exemplo, assim... Sendo quem você é!*

*E aos tutores de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso: Mônica, Tiago e Elisa, nossa profunda e sincera expressão de gratidão pela coragem, desafio e acima de tudo, por nos segurar nas mãos, seguir ao lado incentivando e acreditando que chegaríamos ao final destas peculiares disciplinas com todas as responsabilidades devidamente cumpridas. Muito obrigada pela disposição e energia, vocês foram dez!*

*Turma, e agora?*

*Quais são os próximos passos?*

*O que esperar de um futuro que parece começar hoje?*

*Questionamentos complexos, não é mesmo? E as respostas bastante pessoais, todavia algumas relevantes questões devem ser constantemente lembradas...*

*Hoje, apesar de sermos profissionais formados academicamente, nossa história está intimamente ligada à causa surda. Causa esta ainda permeada por necessidade de lutas e militância num movimento de legitimação linguística e cultural! Assim como nossos colegas surdos, nós tradutores intérpretes da Libras e português também precisamos lutar por reconhecimento, respeito e espaços. Mesmo profissionais, a demanda por militância é requerida de nós, de uma ainda frágil e recente categoria que tem despontado na sociedade.*

*Sabemos que o caminho pela frente é longo, mas que jamais percamos o senso de valores éticos e morais para balizarem nossas posturas, escolhas e práticas!*

*Então, pra finalizar, o que dizer?*

*Tantas coisas se passaram na minha mente, como se fosse um longametragem do curso... Mas dizer que já estamos com saudades de mexer o doce, é pouco; dizer que já estamos com saudades de bater papo, comer pão na chapa de manhã, almoçar e jogar uno na cantina das queridas tias portuguesas, é pouco; dizer do orgulho de ter uma super sala de vídeo-conferência com o sempre tão gentil Gilberto Oliani no comando, é pouco; dizer da alegria de sermos recebidos aos finais de semana com um largo sorriso no rosto pelo Mike e com tanto carinho (e sempre um papel na mão) pela Maria José – nossa melhor secretária, é pouco; dizer como foi gostoso e tão proveitoso o intercâmbio nas aulas promovido entre surdos e ouvintes tantas vezes, é pouco... Dizer, dizer e dizer tantas coisas, ainda pode parecer pouco... Mas dizer que foram quatro anos de vida, de tantas histórias, de grandes esforços, de lutas, de superação e vitória que somente cada um de nós sabe o que realmente significou, pode já não ser tão pouco assim!!!*

*É, meus colegas, terminamos! Pra valer e apesar de todos os enfrentamentos de dificuldades e incertezas que o curso nos trouxe algumas dolorosas vezes...*

*Recorro agora ao livro mais traduzido no mundo, meus caros tradutores intérpretes, para compartilhar com todos algumas breves palavras, antes, porém ressalto e registro o meu respeito a toda e qualquer forma e doutrina de fé aqui professada pelos presentes.*

*O livro de Salmos, no capítulo 126 e verso três declara que “Sim, coisas grandiosas fez o Senhor por nós, por isso estamos alegres.” Nosso Pai nos*

*permitiu chegarmos hoje até aqui, amém por isso!!!*

*Definitivamente hoje pode ser considerado um dos dias mais felizes de nossas vidas, dia merecedor desta linda festa, dia de celebrarmos a grande vitória!*

*Saúde, paz, bênçãos e um lindo e promissor futuro é o meu sincero desejo e a minha torcida por todos vocês. Que Deus os acompanhe, ilumine-os, capacite e dê muita sabedoria para a atuação profissional.*

*Agora formados, que realmente venham os próximos passos e desafios. Que este mesmo futuro que se inicia hoje nos receba e nos brinde com as melhores oportunidades possíveis, todavia que jamais nos esqueçamos da responsabilidade e (talvez) da missão que a primeira graduação de tradutores intérpretes de Libras no Brasil já tem nos trazido e ainda poderá nos trazer. Fomos bastante privilegiados, não nos acomodemos, portanto!*

*Sendo assim, pra finalizar de verdade...*

*Será que há a necessidade?*

*Não sei se eu saberia e se conseguiria terminar de falar do jeito que deve ser...*

*Então, vamos combinar assim: que cada um de nós, prezados colegas, aceite a missão de continuar a escrever o seu discurso e assumo o belo compromisso de continuar a construir a sua história!!!*

*MUITO OBRIGADA POR TUDO, FELICIDADES E P A R A B É N S S S!!!!*

**APÊNDICE D – Mensagem de abertura do 1º fórum regional de discussões políticas: desafios do tradutor-intérprete de Libras português – TILS – AGILS Caxias do Sul – RS (2014) Texto traduzido de Libras para português**

Mensagem de apoio para o 1º FÓRUM DE DISCUSSÕES POLÍTICAS: DESAFIOS DO TILS  
05/JULHO/2014 CAXIAS DO SUL/RS



<https://www.youtube.com/watch?v=wFZ8MPOjqWA&feature=youtu.be>

Créditos Iniciais: 1º FÓRUM REGIONAL DE DISCUSSÕES POLÍTICAS: DESAFIOS DO TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS PORTUGUÊS - TILS

*Vocês estão bem? Eu quero agradecer o convite da Flávia Machado, coordenadora e proponente desse encontro na região de Porto Alegre, e no Rio Grande do Sul- RS. Sobre o Encontro de Intérpretes e Tradutores, eu penso que para nós da comunidade surda, e principalmente o grupo que integra essa comunidade, o povo surdo... O encontro tem como objetivo discutir e elencar novas propostas. Eu acredito que é o movimento de luta dos surdos que deseja melhorar a qualidade na educação e também na tradução e interpretação. Essa área, da tradução e interpretação, ainda precisa de maiores discussões.*

*Eu gostaria que vocês participantes desse encontro pensem sobre a importância de olhar para si mesmo, o que você vê? Sobre o papel enquanto tradutor e intérprete e pensem juntamente do trabalho vem o que? Ética [soletração e mais três sinais] em suas diferentes formas, atrelado a isso, a construção profissional. Essa construção enquanto tradutores e intérpretes geram dois aspectos que precisam andar juntos. O primeiro deles é o estudo constante e a formação continuada, formação em cursos, formação em Letras Libras e demais formações, respeitando à legislação da Libras e o Decreto 5626.*

*O decreto, expande diferentes pontos que precisam ser focalizados, e o prazo estabelecido de 10 anos obriga a criação de Letras Libras. É preciso mobilização nacional e também no Rio Grande do Sul sobre a ausência de formação. Existem os cursos a distância, como em Santa Rosa, mas não podemos parar por aí, é um trabalho contínuo.*

*Esse encontro de tradutores e intérpretes precisa pensar em discussões que levem a uma reflexão pessoal sobre o papel profissional e a formação. Ademais, não são cursos de curta duração que formam um tradutor/intérprete, é algo muito mais aprofundado. Porque, a temática da tradução e interpretação há influências e estão envoltas a terminologia que explica e apresenta detalhamento de forma adequada. Na tradução e a interpretação isso é importante e pode oferecer um suporte ao papel do tradutor e intérprete para uma área de conhecimento e para a aprendizagem.*

*Não é somente ter uma formação em qualquer área como pedagogia, biologia ou química e saber Libras para então atuar como tradutor e intérprete. Não é assim. Essa atividade que estamos falando exige muito muito mais, uma dedicação na área do conhecimento, total foco na tradução e interpretação.*

*Existem algumas falhas no decreto apresentado, por exemplo, sobre o ProLibras, há um prazo de 10 anos, válido até 2015. Esse tema sobre o ProLibras é um tema polêmico, muitos surdos foram muito prejudicados, porquê muitos tradutores e intérpretes ocuparam o espaço do ensino de Libras, onde não é o lugar deles, esse é um espaço dos surdos. Infelizmente!*

*Nós, povo surdo somos bem compressivos em saber que muitos querem, deixa, se querem melhorar a qualidade da sinalização, ok. Porém, querem transitar de área da tradução e interpretação para a de ensino. Então esse é um tema polêmico.*

*E essa discussão e reflexão não pode ficar restrita a apenas ao grupo de tradutores e intérpretes, não mesmo. Porque, a Libras não é do ouvinte, a Libras é a segunda língua dos ouvintes. Sendo, a primeira língua dos surdos, os tradutores e intérpretes devem respeitar a primeira língua dos surdos e consultar os sobre métodos, ter auxílio, explicações e orientações dos surdos para evoluir profissionalmente. Ao mesmo tempo, oferecendo suporte e apoio para que os surdos com a tradução e interpretação que aprendam nas esferas sociais, na educação e outros espaços, até porque o trabalho do tradutor e intérprete é isso.*

*Agora, neste encontro, durante todo o dia, vocês terão discussões. Eu, nós, o povo surdo, principalmente da região de Porto Alegre, esperamos, que as discussões tragam ganhos e elenquem pontos principais para o Rio Grande do Sul. Sendo possível servir, por exemplo, de modelo para todo o Brasil.*

*Ok, muito obrigada a vocês pela participação eu estou esperançosa que as discussões promovam um acordo. Bom trabalho para vocês! Tchau!*

CRÉDITOS

Presidente Ana Regina Campello

FENEIS

JULHO DE 2014

RIO DE JANEIRO

Apoio: FENEIS RS e AGILS

# **ANEXOS**

ANEXO A – Código de Ética da Feneis, parte integrante do regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Feneis –de Surdos (1992). In: MEC- SEESP, 2004

# 4

## *Código de ética*

O código de ética é um instrumento que orienta o profissional intérprete na sua atuação. A sua existência justifica-se a partir do tipo de relação que o intérprete estabelece com as partes envolvidas na interação. O intérprete está para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções conversacionais e discursivas. Nestas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, ética deve estar na essência desse profissional. A seguir é descrito o código de ética que é parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (FENEIS).

*D - Registro dos Intérpretes para Surdos - em 28-29 de janeiro de 1965, Washington, EUA) Tradução do original Interpreting for Deaf People, Stephen (ed.) USA por Ricardo Sander. Adaptação dos Representantes dos Estados Brasileiros - Aprovado por ocasião do II Encontro Nacional de Intérpretes - Rio de Janeiro/RJ/Brasil - 1992.*

### **CAPÍTULO 1 Princípios fundamentais**

*Artigo 1º. São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará*

*informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;*

*2º. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;*

*3º. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade;*

*4º. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;*

*5º. O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.*

## **CAPITULO 2** *Relações com o contratante do serviço*

*6º. O intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis;*

*7º. Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela FENEIS.*

## **CAPITULO 3** **Responsabilidade profissional**

*8º. O intérprete jamais deve encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras em seu favor;*

*9º. O intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa;*

20°. *Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida, informando quando a interpretação literal não é possível e o intérprete, então terá que parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda e o que ela está dizendo à autoridade;*

11°. *O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas. Ele também deve estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, se isso for necessário para o entendimento;*

12°. *O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender as suas necessidades particulares.*

#### **CAPITULO 4**

##### ***Relações com os colegas***

13°. *Reconhecendo a necessidade para o seu desenvolvimento profissional, o intérprete deve agrupar-se com colegas profissionais com o propósito de dividir novos conhecimentos de vida e desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução.*

*Parágrafo único. O intérprete deve esclarecer o público no que diz respeito ao surdo sempre que possível, reconhecendo que muitos equívocos (má informação) têm surgido devido à falta de conhecimento do público sobre a área da surdez e a comunicação com o surdo.*

Diante deste código de ética, apresentar-se-á a seguir diferentes situações que podem ser exemplos do dia-a-dia do profissional intérprete. Tais situações exigem um posicionamento ético do profissional intérprete. Sugere-se que, a partir destes contextos, cada intérprete reflita, converse com outros intérpretes e tome decisões em relação a seu posicionamento com base nos princípios éticos destacados no código de ética.

## ANEXO B – O Código de Conduta Ética e Profissional da Febrapils (2011)



FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS  
Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters  
Fundada em 22 de Agosto de 2008

### CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E PROFISSIONAL DA FEBRAPILS

#### Apresentação

A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-intérpretes de Línguas de Sinais – FEBRAPILS mantém alto padrão de profissionalismo e conduta ética entre os intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais.

Os pilares deste Código de Conduta Profissional devem ser vistos de maneira holística e como um guia para um bom comportamento e prática profissional. Os princípios norteadores oferecem a base pela qual as normas são articuladas.

Caso haja dúvidas, o leitor, para um melhor esclarecimento, pode encaminhar suas questões o Conselho de Conduta, de Ética e Disciplina da FEBRAPILS ou diretamente à sua Associação local.

Este Código de Conduta Profissional é suficiente e engloba todas as regras e as responsabilidades para todo tipo de situação.

#### Aprovação do Código

Este Código foi apresentado e aprovado em Assembleia Geral da FEBRAPILS realizada em Brasília/DF entre os dias 05 e 08 de fevereiro de 2011, e está sujeito a atualizações que deverão ser propostas em Assembleia Geral por meio de um dos membros efetivos da FEBRAPILS.

#### Princípios Norteadores

É obrigação de todo Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Guia-intérprete – TILS e GI exercer julgamento, valer-se de pensamento crítico, aplicar os benefícios da experiência prática e refletir sobre as ações passadas na prática de sua profissão. Os princípios norteadores neste documento são a confidencialidade, competência linguística e profissional, imparcialidade, crescimento e desenvolvimento profissional, negociações éticas e os direitos dos participantes nas situações de tradução/interpretação de acordo com sua escolha. A força principal que move estes princípios é que o desempenho dos serviços prestados não causará danos ou prejuízos a nenhuma das partes envolvidas no processo de tradução/interpretação e que o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Guia-intérprete é educado, informado, capaz, honesto e atento aos padrões profissionais.



FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS  
Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters  
Fundada em 22 de Agosto de 2008

## CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E PROFISSIONAL

### CAPÍTULO I – DAS NORMAS, DA APLICABILIDADE E DEFINIÇÕES

**Art. 1º.** Para os fins deste Código de Conduta Profissional, considera-se:

- I. TILS – Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais: profissional que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).
- II. GI – Guia-Intérprete para pessoas com surdocegueira: profissional que serve de canal de comunicação (audiovisual) entre o Surdocego e o meio no qual ela está interagindo e tem como papel fundamental compreender a mensagem em uma língua, extraindo o sentido através do conteúdo lingüístico e contextualizar o sentido na língua de destino. Também descrever o que ocorre em torno da situação de comunicação e facilitar o deslocamento e a mobilidade do Surdocego no meio.
- III. Conflito de Interesse – Um confronto entre interesses privados (pessoais, financeiros ou profissionais) e as responsabilidades oficiais ou profissionais de um TILS ou GI numa posição de confiança, atual ou percebida, derivado de uma situação específica de tradução/interpretação.
- IV. Cliente – Indivíduo e instituições responsáveis pela contratação dos serviços de tradução/interpretação e/ou guia-interpretação.
- V. Beneficiário – Indivíduo ou instituições que são utilizam os serviços de tradução e interpretação.

**Art. 2º.** O Código de Conduta Ética e Profissional da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-intérpretes de Línguas de Sinais – FEBRAPILS tem como normas delineadoras para a conduta profissional do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais:

- I. Adesão ao modelo de comunicação confidencial.
- II. Habilidades e conhecimento profissionais requeridos para a situação de tradução/ interpretação e/ou guia-interpretação específica.
- III. Comportamento digno e condizente na situação de tradução/ interpretação específica.
- IV. Respeito aos clientes.
- V. Respeito aos colegas, estagiários e estudantes da profissão.
- VI. Prática de negociações éticas.
- VII. Compromisso no desenvolvimento profissional.



FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS  
Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters  
Fundada em 22 de Agosto de 2008

§ 1º. Este Código de Conduta Ética e Profissional aplica-se a todos os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Guias-intérpretes, estagiários e estudantes da profissão em todo o território nacional.

§ 2º. Quando houver um conflito entre este código e a legislação local, estadual ou federal, o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Guia-intérprete obedecerá a regra da lei.

§ 3º. Este Código de Conduta Profissional aplica-se a situações de tradução/interpretação e/ou guia-interpretação realizada tanto presencialmente como à distância.

## CAPÍTULO II – CONFIDENCIALIDADE

Art. 3º. O TILS e GI devem manter uma posição de confiança com seu cliente, atuando como intermediadores linguísticos e culturais, valorizando a confidencialidade.

**Parágrafo único** - O TILS e GI devem valorizar a confidencialidade como condição essencial para proteger todos os envolvidos no trabalho de tradução, interpretação e/ou guia-interpretação.

## CAPÍTULO III – DO PROFISSIONALISMO

Art. 4º. O TILS e GI devem acompanhar as constantes mudanças e atualizações das línguas.

**Parágrafo único** – O GI deve conhecer as diferentes formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira e se inteirar a respeito das tecnologias assistivas.

Art. 5º. O TILS e GI devem aceitar serviços utilizando a prudência em aspectos relacionados com seu nível de competência linguística, tradutória e referencial, bem como o modo de comunicação, as circunstâncias e as necessidades dos clientes.

Art. 6º. É dever dos TILS/GI:

- I. Prover serviços sem distinção de raça, cor, etnia, gênero, religião, idade, deficiência, orientação sexual ou qualquer outra característica.
- II. Saber as necessidades do cliente e da situação de tradução/interpretação e/ou guia-interpretação antes e durante o aceite do serviço e se adaptar quando necessário.



FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS  
Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters  
Fundada em 22 de Agosto de 2008

- III. Assegurar a equivalência linguística e extralinguística nos atos de tradução e interpretação e guia-interpretação.
- IV. Corrigir prontamente eventuais erros ou equívocos cometidos nos atos de tradução e interpretação e guia-interpretação.
- V. Solicitar colaboração, quando necessário, a um TILS e GI de sua equipe de trabalho.
- VI. Refrear-se de prover consultoria, conselho ou opiniões pessoais, exceto quando solicitado e com anuência do cliente e beneficiário.
- VII. Prover informações, ao cliente e beneficiário, sobre a profissão e atuação do TILS e GI e suas implicações linguísticas e extralinguísticas no resultado do seu trabalho.
- VIII. Ao GI cabe também guiar e descrever para o surdocego bem como conhecer as tecnologias assistivas.
- I. O TILS e GI devem manter-se atualizados das leis, políticas, regras e regulamentos que afetem a profissão.

#### **CAPÍTULO IV – INTEGRIDADE NA PRÁTICA PROFISSIONAL**

**Art. 7º.** O TILS e GI devem abster-se de qualquer ato que caracterize concorrência desleal ou exploração do trabalho de colegas.

**Art. 8º.** O TILS e GI deve observar as sugestões da tabela de emolumentos praticadas pela Associação de Tradutores e Intérpretes e Guias-intérpretes do seu estado;

**Art. 9º.** O TILS e GI devem apresentar-se adequadamente com relação à conduta e à aparência.

**Art. 10º.** O TILS e GI devem evitar situações que resultem em conflitos de interesses percebidos ou reais.

**Art. 11.** O TILS e GI devem declinar de serviços quando se julgar incapaz de executá-los.

**Art. 12.** O TILS e GI devem firmar contrato formal com o cliente, observando as obrigações recíprocas concernentes ao trabalho em questão.

**Art. 13.** O TILS e GI devem refrrear-se de usar informações confidenciais traduzidas ou interpretadas para ganho pessoal, ou profissional, a menos que impliquem delito previsto em lei ou que possam gerar graves consequências ilícitas para terceiros.



FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS  
Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters  
Fundada em 22 de Agosto de 2008

## **CAPÍTULO V – DO RESPEITO AOS COLEGAS**

**Art. 14º.** O TILS e GI devem colaborar com colegas ao fomentar a execução de serviços de tradução e interpretação e/ou guia-interpretação eficazes.

**Art. 15º.** Tratar educadamente, no exercício da profissão, colegas, estagiários e estudantes da área, devendo entender que a maneira pela qual se relacionam entre si reflete sobre a classe profissional de maneira geral.

**Art. 16º.** Trabalhar cooperativamente com os membros da equipe nas reuniões prévias aos serviços que serão prestados.

**Art. 17º.** Compartilhar informações e servir como mentores, quando possível, junto à TILS e GI em formação.

**Art. 18º.** Não assediar ou coagir clientes e beneficiários.

**Art. 19º.** O TILS e GI que se dispuserem à prestação de serviços voluntários devem observar as normas de conduta e ética dispostas neste código.

- II. A condição do serviço de voluntariado em hipótese alguma deverá ser realizada em detrimento às condições de serviços remunerados;
- III. O TILS e GI em condição de serviços de voluntariado está sujeito ao disposto na Lei Federal 9.608/98 que versa sobre o serviço voluntário e dá outras providências.
- IV. É direito e dever do TILS e GI celebrar contrato de prestação de serviços voluntários.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 20º** - Este Código foi apresentado e aprovado em Assembléia Geral da FEBRAPILS realizada em Brasília/DF nos dias 05 e 06 de fevereiro de 2011.

**Art. 21º** – Este código está sujeito a atualizações que deverão ser propostas em Assembléia Geral por meio de um dos membros efetivos da FEBRAPILS.

**Art. 22º** – Os casos omissos devem ser apresentados, discutidos e deliberados pelo Conselho de Conduta, de Ética e Disciplina da FEBRAPILS.

**Art. 23º** – Este Código entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

**ANEXO C – Código de Conduta Ética da Febrapils, documento atualizado e aprovado em assembleia (2014)**



**FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS**  
Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters  
Fundada em 22 de Setembro de 2008  
CNPJ 19.407.091/0001-02

**CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA**

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL  
ORDINÁRIA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2014.**

**Preâmbulo**

- I. A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) busca alcançar um padrão de profissionalismo e conduta ética entre os tradutores e intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais.
- II. Os princípios norteadores deste Código de Conduta e Ética (CCE) devem ser observados de maneira holística e como guia para a prática profissional em âmbito nacional.

**CAPÍTULO I  
DA DEFINIÇÃO E APLICABILIDADE**

**Art. 1º - Para os fins deste CCE, considera-se:**

- I. TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais: Profissional que traduz e/ou interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentar.
- II. GI – Guia-Intérprete para pessoas surdocegas: Profissional que interpreta de acordo com as modalidades de comunicação específicas utilizadas pela pessoa surdocega (Língua Oral Amplificada, Escrita na Palma da Mão, Alfabeto Manual Tátil, Língua de Sinais Tátil, Sistema Braille Tátil ou Manual, Língua de Sinais em Campo Reduzido, dentre outras); que facilita sua mobilidade; e que descreve o que ocorre nas situações de comunicação em que está atuando.



**FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS**

Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters

Fundada em 22 de Setembro de 2008

CNPJ 19.407.091/0001-02

- III. Solicitante – Pessoa física ou jurídica responsável pela solicitação dos serviços de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.
- IV. Solicitado – Pessoa física ou jurídica responsável pela prestação dos serviços de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.
- V. Beneficiário – Indivíduo que utiliza os serviços de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.

**Art. 2º** - Este CCE aplica-se a todas as situações de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.

**CAPÍTULO II  
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

**Art. 3º** - O TILS e o GI devem exercer sua atividade de forma digna e consciente, com o propósito de valorizar a sua categoria profissional.

**Art. 4º** - O TILS e o GI devem prover os serviços sem distinção de raça, cor, etnia, gênero, religião, idade, deficiência, orientação sexual ou qualquer outra condição.

**Art. 5º** - O CCE da FEBRAPILS tem como princípios definidores para a conduta profissional do TILS e GI:

- I. Confidencialidade.
- II. Competência Tradutória.
- III. Respeito aos envolvidos na profissão.
- IV. Compromisso pelo desenvolvimento profissional.

**Art. 6º** - O TILS e o GI devem manter e valorizar a confidencialidade como condição essencial para proteger todos os envolvidos no trabalho de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação, salvo quando



**FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS**

Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters

Fundada em 22 de Setembro de 2008

CNPJ 19.407.091/0001-02

interpelado judicialmente à quebra de confidencialidade, informando esta obrigação ao Solicitante e ao Beneficiário.

**Art. 7º - Cabe ao TILS e ao GI manter o respeito com todos os envolvidos no serviço de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação, devendo:**

- I. Solicitar, sempre que necessário, colaboração aos colegas de profissão.
- II. Manter cooperação mútua com os colegas de profissão.
- III. Prestar apoio moral e solidariedade aos colegas de profissão.

**Parágrafo Único. Não é permitido assediar ou coagir Solicitantes e Beneficiários.**

**Art. 8º - O TILS e o GI devem aceitar serviços de acordo com o seu nível de competência tradutória e com as circunstâncias e necessidades dos Solicitantes e Beneficiários, bem como:**

- I. Conhecer as necessidades específicas da situação de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.
- II. Prestar informações ao Solicitante e/ou Beneficiário sobre sua atuação profissional.
- III. Firmar contrato com o Solicitante, cumprindo as obrigações concernentes ao trabalho em questão.

**Parágrafo Único. O TILS e o GI não aceitarão uma prestação de serviços a que não se julguem qualificados, contudo, sua aceitação implica total responsabilidade moral pela seriedade da sua prestação.**

**Art. 9º - O TILS e o GI devem buscar a equivalência de sentido no ato de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.**

**Parágrafo Único. O TILS e o GI devem, também, corrigir, prontamente, eventuais equívocos cometidos no ato de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.**



**FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS**

Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters

Fundada em 22 de Setembro de 2008

CNPJ 19.407.091/0001-02

**CAPÍTULO III**

**DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL**

**Art. 10 - É de responsabilidade do TILS e do GI:**

- I. Manterem-se informados e atualizados sobre quaisquer assuntos concernentes à profissão.
- II. Buscar formação continuada e aperfeiçoamento profissional.
- III. Apresentar-se adequadamente com relação à postura e à aparência.
- IV. Utilizar todos os conhecimentos linguísticos, técnicos, científicos, ou outros a seu alcance, para o melhor desempenho de sua função;
- V. Solidarizar-se com as iniciativas em favor dos interesses de sua categoria, ainda que não lhe tragam benefício direto.

**Art. 11 - O TILS e o GI devem observar a Tabela de Referência de Honorários vigente da FEBRAPILS e aplicá-la sempre que necessário, exceto, quando houver desvantagem financeira.**

**Art. 12 - O TILS e o GI são responsáveis civil e penalmente por atos profissionais lesivos ao interesse do Solicitante e Beneficiário de seus serviços, cometidos por imperícia, imprudência, negligência ou infrações éticas.**

**Art. 13 - É dever, exclusivamente do GI:**

- I. Conhecer as diferentes formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas e conhecer as tecnologias assistivas.
- II. Ter conhecimento das especificidades atribuídas às pessoas surdocegas, descrever todos os aspectos visuais e auditivos durante o processo de tradução e interpretação e facilitar sua mobilidade.



**FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS  
TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAINTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS**

Filiada à WASLI – Word Association of Sign Language Interpreters

Fundada em 22 de Setembro de 2008

CNPJ 19.407.091/0001-02

**Art. 14 - É vedado ao TILS e ao GI:**

- I. Dar conselhos ou opiniões pessoais, exceto quando requerido e com anuência do Solicitante ou Beneficiário.
- II. Executar qualquer ato que caracterize concorrência desleal ou exploração do trabalho de colegas.
- III. Usar informações confidenciais traduzidas ou interpretadas para benefício próprio ou para ganho profissional.
- IV. Usar de qualquer propaganda pessoal no exercício de sua função.
- V. O uso de substâncias que alterem o estado psicoemocional de modo não a prejudicar o desempenho profissional.

**CAPÍTULO IV  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 15 -** Quando houver um conflito entre este código e a legislação municipal, estadual ou federal, prevalecerá a lei hierarquicamente superior.

**Art. 16 -** O TILS e O GI que se dispuserem à prestação de serviços voluntários devem observar as normas contidas neste documento, bem como à Lei Federal 9.608/98 que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

**Art. 17 -** O presente Código poderá ser alterado, de acordo com as necessidades da FEBRAPILS, por votação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros efetivos presentes a uma Assembleia Geral Ordinária.

**Art. 18 -** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ética da FEBRAPILS.

**Art. 19 -** Este Código entrará em vigor a partir da data de sua aprovação em Assembleia Geral e registro em cartório.

Fortaleza, 13 de abril de 2014.

Página 5 de 5

Caixa Postal 10837 – Cep 70.306-970 – Brasília/DF

**ANEXO D – Projeto de Lei 9382/17 regulamentação da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, aprovado na Camada dos Deputados em 10/12/2020.**

 **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 9.382-B DE 2017**

Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).”

Art. 2º A Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

\*Art. 1º .....

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - tradutor e intérprete: o profissional que traduz e interpreta de uma língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentem;

e

II - guia-intérprete: o profissional que domina, no mínimo, uma das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas.

§ 2º A atividade profissional de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras - Língua Portuguesa acontece em qualquer área ou situação em que pessoas surdas e surdocegas precisem estabelecer

Apresentação: 10/12/2020 00:00 - PLON  
RDF1 => PL9382/2017  
**RDF n.1/0**

Documento eletrônico assinado por Tereza Nelma (PSDB/AL), através do ponto SDR\_56173, na forma do art. 302, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato de Edição da Mesa n. 80 de 2016.





comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis." (NR)

"Art. 4º O exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de:

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;

V - diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras - Língua Portuguesa, Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras - Libras;

VI - diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa; ou

VII - portador de diploma em curso superior em outras áreas de conhecimento, complementado por cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, desde que aprovado em

Apresentação: 10/11/2020 09:00 - PLEN  
RDF 1 -> PL 938/2017  
RDF n.1/0

Documento eletrônico assinado por Tereza Nelma (PSDB/AL), através do ponto SDF\_56173,  
na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato  
da Mesa n. 80 de 2024.





exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º (Revogado).

§ 2º O exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa de que trata o inciso IV do caput deste artigo deve ser realizado por banca examinadora de instituições de ensino superior que ofereçam os cursos de graduação em Tradução e Interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com Habilitação em Interpretação." (NR)

"Art. 6º É tarefa privativa dos profissionais com as habilitações descritas nos incisos V, VI e VII do caput do art. 4º desta Lei:

I - (revogado);

II - traduzir e interpretar nas atividades escolares e acadêmicas a partir do sexto ano do ensino fundamental;

III - traduzir e interpretar para concursos públicos e processos seletivos;

IV - (revogado);

V - traduzir e interpretar perante autoridades policiais e o Poder Judiciário;

VI - traduzir e interpretar em serviços de assistência médica e hospitalar, incluídas atividades médico-periciais;

VII - atuar na tradução e/ou interpretação de atividades e materiais artístico-culturais a fim



de possibilitar acessibilidade ao público usuário da Libras.

Parágrafo único. São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências, observado o disposto no caput deste artigo:

I - intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - intermediar a comunicação entre surdos e surdos por meio da Libras para outra língua de sinais e vice-versa; e

III - traduzir textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras e outras línguas de sinais e vice-versa." (NR)

"Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico e zelar pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e do surdocego, em especial:

.....  
III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir ou interpretar;  
....." (NR)

"Art. 8º-A A duração do trabalho dos profissionais de que trata esta Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração

Documento eletrônico assinado por Tereza Nelma (PSDB/AL), através do ponto SOB\_56173, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato de Edição Mensal n. 80 de 2016.





deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais.”

Art. 3º É autorizado o exercício da profissão por aqueles que tenham sido habilitados até a entrada em vigor desta Lei nos termos da redação original do art. 4º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

Parágrafo único. Será permitida, pelo período de 6 (seis) anos a partir da publicação desta Lei, a realização das atividades de que trata o art. 6º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, por profissionais com as formações previstas na redação original do art. 4º da referida Lei, adquiridas após a publicação desta Lei.

Art. 4º Fica revogado o art. 5º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 2020.

Deputada TEREZA NELMA  
Relatora



## ANEXO E – Parecer Consubstanciado do CEP – PUC-SP



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO -  
PUC/SP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS E A COMUNIDADE SURDA BRASILEIRA: PALAVRAS, VOZES E MEMÓRIA DISCURSIVA NAS CONCEPÇÕES

**Pesquisador:** VANIA DE AQUINO ALBRES SANTIAGO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 13824019.8.0000.5482

**Instituição Proponente:** Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.362.242

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Tese de Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PEPG em LAEL), vinculado à Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Projeto de pesquisa de autoria de Vânia de Aquino Albres Santiago, sob a orientação da Profa. Dra. Elisabeth Brait.

A proposta de pesquisa em tela informa resumidamente que "(...) Na perspectiva bakhtiniana e do Círculo o agir humano é um texto em potencial e pode ser compreendido unicamente no contexto dialógico da própria época e na produção dinâmica de sentidos na materialização da linguagem verbo-axiológica. Esta tese apresenta como problema de pesquisa a concepção de ética no fazer do TILS, que emerge na interação social e no discurso moral da comunidade surda, a partir de uma memória coletiva. Compreendemos a atividade de traduzir/interpretar um processo complexo, em que o TILS – Tradutor e Interpretador de Libras – ao tomar a palavra, que não é sua, mas do outro, realiza um ato social e ideológico, marcado por conflitos, e dessa forma, os sentidos dos enunciados também são determinados pela memória discursiva daqueles que o produzem, e daqueles que o mobilizam, implicando em relações de tensão e poder. Na perspectiva de que um texto só tem vida contatando com o contexto, Bakhtin explica que esse contato entre textos, ou

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 83 C  
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001  
UF: SP Município: SÃO PAULO  
Telefone: (11)3870-8488 Fax: (11)3870-8488 E-mail: cometica@pucsp.br



seja, o diálogo, é o contato entre indivíduos e não entre coisas, portanto, entre palavras que paulatinamente se transformam e revelam seu potencial de sentidos (BAKHTIN, 2017). O objetivo desta pesquisa é discutir questões éticas na atuação do TILS e refletir como diferentes sujeitos discursivos emergem nos enunciados sobre esse fazer frente às demandas da comunidade surda e a formação do TILS. Apresentamos a hipótese de que, para atuar como profissional TILS – Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais junto à comunidade surda, para além da formação, questões linguísticas, de proficiência na língua de sinais e imersão cultural nos modos de se relacionar como membro dessa comunidade, engendra-se uma noção de ética subjacente à defesa da língua de sinais e do direito linguístico dos surdos.\*

#### **Objetivo da Pesquisa:**

##### **Objetivo Primário:**

O objetivo desta pesquisa é discutir questões éticas na atuação do TILS – Tradutor e Intérprete de Libras – e refletir como diferentes sujeitos discursivos emergem nos enunciados sobre esse fazer frente às demandas da comunidade surda e a formação do TILS.

##### **Objetivo Secundário:**

Promover o debate de questões relacionadas ao pertencimento à comunidade surda no que diz respeito aos participantes ouvintes profissionais TILS;

Problematizar a relação entre a visibilidade do profissional TILS, representatividade e autonomia das pessoas surdas, no tocante à participação ética do TILS como mediador; refletir sobre questões éticas na formação e na atuação profissional de TILS em diferentes esferas sociais.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Concordamos com os cuidados apresentados pela autora que demonstram a preocupação com os participantes da pesquisa. Os benefícios apontados são coerentes com o projeto de pesquisa proposto.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O texto e redação da proposta em tela, é claro, coeso e objetivo. O projeto de pesquisa foi escrito de forma concisa e adequada. Muito bem suportado e fundamentado por uma densa bibliografia, equilibrada entre clássicos e contemporâneos. Por fim, observa-se que a presente proposta de

Endereço: Rua Ministro Godsi, 969 - sala 63 C  
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001  
UF: SP Município: SAO PAULO  
Telefone: (11)3670-8468 Fax: (11)3670-8468 E-mail: cometica@puosp.br



Continuação do Parecer: 3.362.342

- pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
- e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem Pendências e Lista de Inadequações, portanto, somos de parecer favorável à aprovação e realização do projeto de pesquisa em tela.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1336704.pdf	22/05/2019 16:42:57		Aceito
Outros	Resposta_ao_parecer_consubiado_Justificativa_autorizacao_para_pesquisa.pdf	22/05/2019 16:41:05	VANIA DE AQUINO ALBRES SANTIAGO	Aceito
Outros	6_Parecer de merito Comissao de Etica do LAEL PUC.pdf	22/05/2019 16:38:57	VANIA DE AQUINO ALBRES SANTIAGO	Aceito
Outros	3_Oficio_apresentacao_Comite de Etica Vania Santiago.pdf	22/05/2019 16:12:42	VANIA DE AQUINO ALBRES SANTIAGO	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	_TCE_Vania_Santiago.pdf	03/05/2019 16:03:55	VANIA DE AQUINO ALBRES SANTIAGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	_Projeto_Pesquisa_Vania_Santiago.pdf	03/05/2019 16:03:38	VANIA DE AQUINO ALBRES SANTIAGO	Aceito
Folha de Rosto	_Folha_de_Rosto_Vania_Santiago.pdf	03/05/2019 16:03:21	VANIA DE AQUINO ALBRES SANTIAGO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C  
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001  
UF: SP Município: SÃO PAULO  
Telefone: (11)3670-8488 Fax: (11)3670-8488 E-mail: cometica@pucep.br



Continuação do Parecer: 3.302.342

tese, possui uma linha metodológica definida e estruturada, em que será provável extrair resultados congruentes e significativos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A lista de documentos obrigatórios necessários a análise e revisão ética de seu projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre (CEP-PUC/SP) é a seguinte:

1. Folha de Rosto - OK;
2. TCLE - OK;
3. Ofício de Apresentação - OK;
4. Projeto de Pesquisa - OK;
5. Autorização para realização da Pesquisa - OK;
6. Parecer de mérito acadêmico - OK;

Esta lista está disponível no site: [www.pucsp.br/cometica/documentos-obrigatorios](http://www.pucsp.br/cometica/documentos-obrigatorios)

Observação: aconselhamos que antes de qualquer procedimento de submissão na Plataforma Brasil, seja consultado o referido site, onde há vídeos tutoriais indicando o correto processo de submissão do projeto de pesquisa de acordo com as orientações do CEP-PUC/SP.

**Recomendações:**

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 456/12:

- a) desenvolver o projeto conforme delimitado;
- b) elaborar e apresentar o relatório final;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da

Endereço: Rua Ministro Godói, 989 - sala 83 C  
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001  
UF: SP Município: SÃO PAULO  
Telefone: (11)3670-8488 Fax: (11)3670-8488 E-mail: [cometica@pucsp.br](mailto:cometica@pucsp.br)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO -  
PUC/SP



Continuação do Parecer: 3.362.242

SÃO PAULO, 31 de Maio de 2019

---

Assinado por:  
Antonio José Romera Valverde  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ministro Godói, 999 - sala 53 C  
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001  
UF: SP Município: SÃO PAULO  
Telefone: (11)3670-8488 Fax: (11)3670-8488 E-mail: cometica@puosp.br

Página 05 de 05